UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

FRANK CARDOSO LUMMERTZ

A ROÇA DA ESTÂNCIA:
MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NOS APARADOS DA SERRA, 1940 - 1986

FLORIANÓPOLIS - SC
2014

FRANK CARDOSO LUMMERTZ

A ROÇA DA ESTÂNCIA:
MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NOS APARADOS DA SERRA, 1940 - 1986

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador (a): Drª. Gláucia de Oliveira Assis

FLORIANÓPOLIS – SC

2014

FRANK CARDODO LUMMERTZ

A ROÇA DA ESTÂNCIA

MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS
NOS APARADOS DA SERRA, 1940-1986

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientador (a): -

_____

Profª. Drª. Gláucia de Oliveira Assis
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Mebro:

_____

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Mebro:

_____

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis – SC
12 de março de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas envolvidas nesse trabalho em especial a minha orientadora Gláucia e, principalmente, às pessoas que carinhosamente cederam as entrevistas, entre elas ao Sr. Alziro, a dona Angelina, o Sr. Alvacir, o Sr. Zezé Nunes e ao Sr. Izildro. Agradeço também às pessoas responsáveis pelo arquivo do Parque Nacional de Aparados da Serra. E em especial a minha família, meu pai José, minha mãe Marilda, meus irmãos e minha madrasta Juliana e a todos os professores do programa de pós graduação da UDESC. Um agradecimento especial a CAPES e um muito obrigado a família Martins, ao Sr. Sálvio, dona Nara, a Cynara Martins, Nathaly, Silvia e Alessandra Martins. Deixo registrado minha admiração por vocês e meu muito obrigado!

Então, um lavrador disse: fala-nos do trabalho.
E ele respondeu dizendo:
Vos trabalhais para acompanhar o ritmo da Terra, e da alma da Terra.
(...)
E, apegando-se ao trabalho, estareis na verdade amando a vida. E quem ama a vida através do trabalho, partilha do segredo mais íntimo da vida.
(...)
É semear as sementes com ternura e recolher a colheita com alegria, como se vosso bem-amado fosse comer-lhe os frutos.
(G. KHALIL GIBRAN)

RESUMO

LUMMERTZ, Frank Cardoso. *A Roça da Estância. Memória e experiência de trabalhadores rurais nos Aparados da Serra, 1940-1986*. Dissertação (Mestrado em História - Área: História do Tempo Presente). Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Programa de pós-graduação em História – PPGH. Florianópolis, 2014.

A Roça da Estância: memória e experiência de trabalhadores rurais nos Aparados da Serra, 1940 – 1986, busca historicizar o cotidiano de um grupo de famílias que instalaram-se na encosta da Serra Geral em inícios do século XX para iniciar uma agricultura que alimentava as estâncias serranas. Foi da memória de um homem de 78 anos de idade que surgiram os primeiros relatos desta história. E são das ruínas (uma antiga estrada, peças de engenhos e as taipas de pedras) encontradas sob a floresta que tornam o discurso memorável desse homem. Quem foram os personagens que iniciaram um projeto de vida entre os vales, rios e montanhas na Região dos Aparados da Serra? E qual era o jeito típico de fazer as tarefas cotidianas da vida em comunidade? O objeto central dessa história é a extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi, no município de Praia Grande, extremo Sul catarinense, que em nossos dias reside como fonte material histórica do povoamento na região, da vida comunitária no espaço rural e da migração promovida por esses antigos moradores. As fontes para reconstrução da história dessa comunidade são as narrativas orais e documentos administrativos encontrados no arquivo do Parque Nacional de Aparados da Serra. A análise dos relatos e dos documentos possibilitou mediar as memórias desses antigos moradores com a representação dos cadastros de propriedades expostos nos documentos oficiais, justamente no momento em que a roça, espaço de trabalho e sociabilidades, passou a ser o espaço da preservação ambiental.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais. História oral. Memória. Experiência. Cotidiano.

ABSTRACT

LUMMERTZ, Frank Cardoso. *The Roça da Estância. Memory and experience of rural workers in the Aparados da Serra, 1940-1986.* Dissertation (Masters in History - Area: History of Present Time). Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Program graduate in History – PPGH. Florianópolis, 2014.

The Roça da Estância: memory and experience of agricultural workers in the Aparados da Serra, 1940 – 1986 historicizing search routine a group of families who settled in the hillside of *Serra Geral* in the early twentieth century to start an agriculture that fed the highland resorts. It was the memory of a man of 78 years old that the first reports of this story. And are the ruins (an ancient road, pieces of ordnance and taipas stone) found in the forest that make memorable speech of this man. Who were the characters who started a life project between the valleys, rivers and mountains in the region of the *Aparados da Serra?* And what was the typical way of doing daily tasks of community life? The central object of this story is the extinct community background of *Rio do Boi* in the *Praia Grande´*s town, extreme south of *Santa Catarina*, that resides in our days as a historical source material of settlement in the region, of community life in rural areas and migration promoted by these former residents. Result of a research that involved oral narratives and administrative documents found in the archive of the National Park of the *Aparados da Serra*, it was possible to mediate memories of these former residents exposed to in official documents at the very time that the garden, work space and sociability, became the area of environmental preservation representation.

Keywords: Rural Workers. Oral history. Memory. Experience. Everyday.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Cartografia da Serra Geral 47
Figura 02 – Vale do Rio do Boi 66
Figura 03 – Rio do Boi 79
Figura 04 – Carta Topográfica 93
Figura 05 – Mapa da memória do Sr. Alziro 95
Figura 06 – Ilustração de uma propriedade 104
Figura 07 – Réplica das primeiras construções 106
Figura 08 – Ilustração “O Gritador” 136
Figura 09 – Trecho do relatório COTASUL, 1986 154
Figura 10 – Recorte do ofício do Ministro da Agricultura 157
Figura 11 – Recortes de jornais: inauguração do Parque Nacional no ano de 1981 165
Figura 12 – Enchente no rio Mampituba, 1974..... 171
Figura 13 – Fotos da casa do Sr. Alziro 193
Figura 14 – Fotos da estrada antiga do Fundo do Rio do Boi 195
Figura 15 – Fotos de peças de engenho 197
Figura 16 – Fotos das taipas 199
Figura 17 – Fotos das ruínas 202

LISTA DE ABREVIATURAS

COTASUL	Cotasul Serviços de Engenharia Ltda.
Cr$	Cruzeiros
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
FLONA	Floresta Nacional
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
GRUPAS	Grupo de Prevenção de Riscos e Acidentes Aparados da Serra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Proteção a Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NUER	Núcleo de Estudos Sobre Identidades e Relações Interétnicas
PARNAS	Parque Nacional de Aparados da Serra
PIC	Posto de Informação e Controle
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UPAN	União Protetora do Ambiente Natural
USP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 A ROÇA DA ESTÂNCIA 37

2.1.1 A Serra Geral: descrevendo a *paisagem* 41

2.2 CENAS HISTÓRICAS 43

2.2.1 O Sul em movimento: o gado e as primeiras estâncias ... 43

2.2.2 Século XX: palco para muitas histórias e a ocupação dos vales da Serra Geral 56

2.3 NO PÉ DA SERRA OU NA BEIRA DO PERAU: ADENTRANDO A GROTA DO FUNDO DO RIO DO BOI 66

3 COTIDIANO RURAL: ENTRE A LIDA NO CAMPO E O TRABALHO NA ROÇA 67

3.1 O ROCEIRO E O ESTANCIEIRO GAÚCHO: A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO E DO TESTEMUNHO..... 68

3.2 MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DO FUNDO DO RIO DO BOI 79

3.3 EXPERÊNCIA: ASPECTOS DO TRABALHO, DAS MORADIAS E AS EXPECTATIVAS DA VIDA RURAL 96

3.4 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO: A VIDA SEM ENERGIA ELÉTRICA 121

3.5 A SUBIDA PARA A SERRA: UMA PRÁTICA QUE ENVOLVIA ROCEIROS, TROPEIROS E ESTANCIEIROS SERRANOS 130

4 MUDANÇAS NO AMBIENTE RURAL: O DESAPARECIMENTO DA COMUNIDADE DO FUNDO DO RIO DO BOI E A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA 143

4.1 DA ROÇA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA 144

4.2 A ENCHENTE DE 1974 170

4.3 A MIGRAÇÃO E O DESAPARECIMENTO DA COMUNIDADE 182

4.4 AS RUÍNAS E A MEMÓRIA 193

5 CONSIDERAÇÃO FINAL 203

REFERÊNCIAS 207

GLOSSÁRIO 212

FONTES 215

ANEXOS 216
Anexo A – Árvore genealógica de Alziro Borges Medeiros 217
Anexo B – Mapa de memória do Sr. Alziro Borges Medeiros 218
Anexo C – Anotações de Campo. Mapa das propriedades conforme divisão pelas grotas 219
Anexo D – Mapa da divisão por glebas 230
Anexo E – Imagens aéreas da enchente de 1995 231
Anexo F – Levantamento cadastral das posses e propriedades do PARNAS 232

1 INTRODUÇÃO

> *A roça no Brasil é a horta ou a quinta em que se semeia a mandioca, chama-se assim as quintas no Brasil porque são em terras, em que se roça o mato, queimando, cortando e arrancando as árvores.*
> *Raphael Bluteau*
> *Vocabulário Português e Latino, 1712*

Difícil dissociar a natureza da História, do tempo histórico da humanidade em seus diferentes níveis de sociedade. O território natural e suas paisagens, quase sempre, além de espaço vital, também é compreendida como fornecedora dos bens necessários a sobrevivência do ser humano, é dele que se providencia o alimento diário. Com o passar do tempo mais que o *habitat*, o território natural e seus recursos tornaram-se uma matéria a ser explorada, transformada e comercializada. Das pequenas roças aos grandes centros urbanos industriais, de pequenos núcleos familiares às cidades globalizadas.

O lugar onde as pessoas passam a morar, a elaborar suas técnicas de trabalho, suas estratégias de sobrevivência, a manter suas recriações culturais é também o local da História. É o lugar dos tempos onde as esferas de relações sociais, forças políticas e econômicas vão se edificando a partir de um cotidiano singular e concreto mas também repleto de subjetividade – em que o espírito e a mente humana – faz com que o sujeito possa vir a ser; constituindo socialmente as famílias, os grupos comunitários e as sociedades. Em cada instante no tempo histórico, a cada lugar no espaço existem seus significados e sentidos elaborados por um viés de mediações entre cultura humana e natureza. É tratando assim, que de certa forma, consegue-se diferenciar, por exemplo, uma experiência urbana de uma experiência rural. São estruturas de vidas, são espaços que se distinguem, mas não se separam e entrelaçam-se na esfera dos cotidianos.

No Brasil, por exemplo, foi a partir do crescimento das cidades, principalmente após a segunda metade do século XX, que o trabalho no campo, no espaço rural, se transformou e se aperfeiçoou. Houve a mecanização da lavoura e o trabalhador passou a relacionar-se com a utilização de insumos e com instrumentos mecânicos, o que ficou conhecido como a "modernização do campo". Isso não quer dizer que as

pessoas do campo permaneceram no campo, visto que esse crescimento das cidades também favoreceu e ocasionou o êxodo rural tão marcante nessa segunda metade do século XX.

Sabe-se que as sociedades, na maioria das vezes as capitalistas, impuseram seu modo de vida, criando um modelo de desenvolvimento tecnicista, apropriando-se e alterando a natureza, sendo assim, modelando radicalmente o ambiente a seu desejo. Mas também não se nega que a natureza, em determinadas ocasiões, imprimiu suas marcas na construção sociocultural de grupos humanos, condicionando e alterando a cultura. São as técnicas relacionadas à agricultura, por exemplo, em que um mesmo gênero de planta, um mesmo cultivo introduzido, recebe uma variação técnica e prática de acordo com o relevo e qualidade do solo em diferentes regiões. É do espaço rural que começamos a contextualiza essa história.

Esta pesquisa buscou estudar, no sentido de contar uma história, a partir da experiência de trabalhadores rurais que na primeira metade do século XX, organizaram uma pequena comunidade junto aos contrafortes da Serra Geral, entre vales, rios e montanhas; a comunidade do Fundo do Rio do Boi. Algumas décadas depois, em meados da década de 1980, a comunidade deixou de existir, restando no local vestígios materiais dessa experiência e a memória de seus antigos moradores. Os relatos orais e o envolvimento que os trabalhadores mantinham com a produção de alimentos indicam que o surgimento da comunidade esteja relacionado às estâncias serranas instaladas ainda no século XIX, a qual inspirou o título dessa pesquisa. Ou seja, as roças que serviam de produtores para as estâncias e estavam localizadas fora da propriedade do fazendeiro.

Mais tarde, o seu desaparecimento teve motivações em decorrência de transformações que chegaram a essa região na segunda metade do século XX, entre elas: a criação do Parque Nacional de Aparados da Serra em 1959, a anexação de terras catarinenses ao parque em 1972 e sua consequente indenização e desapropriação que implicou na remoção das famílias de dentro da área limítrofe do parque. E mais especificamente a grande enchente de 1974, catástrofe essa, que assolou a região Sul do Estado de Santa Catarina.

Em 2008, um grupo de empresários locais ligados ao turismo, guias de ecoturismo e agentes ambientais do Instituto Chico Mendes de Preservação à Biodiversidade (ICMBio), preocupados com a segurança dos turistas que chegavam para visitar o cânion do Itaimbezinho, acessado pela trilha do Rio do Boi, montaram o Grupo de Prevenção a Riscos e Acidentes, (GRUPAS). Um dos objetivos do grupo era solucionar a

dificuldade de acesso à trilha e sua eventual evacuação em caso de acidente e resgate. Nesse processo, ouvindo, agricultores locais, foi encontrada a estrada antiga de acesso à extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi. Essa estrada, que margeia o rio, serve desde 2009 como trilha de escape (rota de fuga), livrando os turistas e aventureiros das possíveis cheias do Rio do Boi.

Atualmente, sob a mata em regeneração, é possível caminhar pela estrada antiga onde visualiza-se as ruínas de taipas de pedras deixadas pelos antigos moradores nos lugares de casas e engenhos. A antiga estrada, encontrada em 2008, revelou ser um importante sítio para estudos da História de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Registro que foi observado quando foram encontradas as ruínas da antiga comunidade. Das ruínas, ao longo da estrada, o que mais chamou a atenção durante a pesquisa foram as taipas de pedras, algumas fundações de casas também de pedras e algumas peças de engenhos encontradas principalmente no final da estrada, muito próximo do local que moradores da região chamam de Morro da Mamica. Desde então, devido à proximidade da localização onde organizou-se a comunidade com o alto da serra, se questionou, a possível ligação socioeconômica com as estâncias serranas. Seriam as trocas comerciais, os negócios entre produtos da pecuária oriundos do alto da serra por produtos agrícolas gerados a partir do trabalho na roça que motivaram as famílias a instalarem-se nessa localidade?

O que atestou essa curiosidade por pesquisar essa formulação de palavras, a “Roça” e a “Estância” num grau de conjunto combinada com a preposição “da”, ou seja, a “Roça da Estância”, foi a ideia de pensar historicamente a Roça da Estância, como uma experiência coletiva de trabalhadores rurais. No presente, existem alguns indicativos para tal experiência. Tais como: a) a existência de uma comunidade na cidade de Mampituba (RS) que tem o nome de Roça da Estância, sua localização geográfica fica de fato entre as montanhas do planalto da atual cidade de São Francisco de Paula (RS) e a margem dos afluentes do rio Mampituba. b) Outro importante indicador, distanciando aproximadamente 18 km da atual comunidade de Roça da Estância é a comunidade de São Roque da Pedra Branca, reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como uma comunidade tradicional de descendentes de quilombolas. Nos relatos coletados pela perícia antropológica do Núcleo de Estudos Sobre Identidades e Relações

Interétnicas (NUER)[1] da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reconhece-se a experiência da roça da estância, só que nesse sentido, com trabalhadores escravos por volta de 1860/1870. Esses escravos eram obrigados a descer as encostas da serra para fazer roçados aos seus senhores estancieiros.

Essas pesquisas feitas pelo projeto "Quilombos no Sul do Brasil", do NUER-UFSC[2], indicaram que no século XIX, houve a experiência de trabalhadores escravos nas estâncias serranas, quando eram forçados a descerem as encostas da Serra Geral para iniciarem a roça para estância num "complexo sistema de dependência escravista". Além dos relatórios do NUER, existem as narrativas dos moradores da comunidade de São Roque da Pedra Branca[3].

Somando a essas evidências, entra a extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi, local específico desta pesquisa, que recebeu esse nome justamente por estar localizada no fundo de uma "grota"[4], entre a planície litorânea e o planalto serrano e porque os moradores mais antigos dizem que os animais bovinos criados em cima da serra caiam, despencavam no cânion do Itaimbezinho ao tentar pastar as ervas germinadas na borda do perau. Segundo consta nos relatos de alguns ex-moradores desta comunidade, o trabalho principal promovido pelas famílias estava ligado à agricultura. Como observação, vale mencionar

---

[1] BOLETIM INFORMATIVO NUER. Vol. 2, Nº 2, 2005 e BOLETIM INFORMTIVO NUER. Vol. 3, Nº 3, 2006.

[2] Relatórios impressos, disponíveis em bibliotecas ou no laboratório do NUER/UFSC. Ver a citação completa em: www.nuer.ufsc.br

[3] Roça da Estância: comunidade vizinha, esta localidade possui um caráter intermediário entre o território da liberdade (São Roque) e o da escravidão (São Francisco de Paula). Nas narrativas, Roça da Estância, representa uma dinâmica de interação entre esses dois espaços, pois para lá se deslocavam trabalhadores livres e escravos que subiam e desciam a serra para complementar os trabalhos nas fazendas, geralmente fazendo roças nessa região. As narrativas (nesse caso) que remetem a Roça da Estância trazem consigo o caráter dinâmico e plural das relações sociais no tempo da escravidão, pois exemplifica as possibilidades que estavam colocadas para os escravos (não apenas a sujeição aos castigos e fugas) e ilustra a dinâmica de deslocamento que permeia as narrativas sobre escravidão. (GODOY; RABELO, 2008, s/p).

[4] Segundo dicionário Aurélio (2010, p. 198): sf1. Abertura na margem de um rio feita pelas águas de uma enchente; 2. Vale profundo, depressão de terreno. Corte abrupto no relevo formando desfiladeiros verticais. Esse termo também é usado pelos moradores locais [nota do autor].

que pesquisas preliminares desse trabalho, apontaram a experiência de trabalhadores rurais livres num determinado período histórico, principalmente a partir de aproximadamente 1917, data em que ocorreu um grande fluxo de povoamento na encosta da Serra Geral (REITZ, 1948), onde localiza-se hoje o município de Praia Grande (SC).

Esse estudo que aponta para a existência da roça da estância é muito característico, e aqui vale chamar atenção, das estâncias serranas da borda do planalto, nas escarpas da serra. Visto que no período das instalações desses empreendimentos pastoris, havia uma carência de alimentos agrícolas nas estâncias, principalmente relacionada aos alimentos básicos de subsistência, limitado pelo clima frio (geadas no inverno) e terra desfavorável à agricultura (acides elevada do solo), que favoreceu um novo laço sociocultural e econômico entre os trabalhadores da pecuária com os trabalhadores da roça. Se a pecuária estava localizada no alto da serra, as roças, por sua vez, estavam localizadas na parte baixa, nos vales da encosta serrana.

Obviamente que havia um "problema" físico relacionado a Serra Geral que vinha sendo enfrentado desde os primeiros tempos do povoamento nas terras do Brasil meridional que remontam ainda o século XVII e que será abordado no capítulo um desse trabalho. Para solucionar esse problema de rota, já que o planalto eleva-se a mais de mil metros, os trabalhadores encarregados faziam a ligação da serra com o litoral, num sentido geográfico de movimentação de Leste para Oeste e vise e versa. Sendo eles peões, agregados, tropeiros de profissão e agricultores, o que motivou o ciclo de um tropeirismo típico, em que seguramente, as rotas de passagem da serra contribuíram para a formação de uma microeconomia que subsidiava a produção pecuarista.

A partir desses dados iniciais, propõem-se que o surgimento dessa comunidade, tenha se dado em um contexto político e econômico muito distinto do atual. Portanto, buscou-se problematizar a pesquisa a partir de elementos e fontes capazes de justamente historicizar as experiências singulares vividas nessa comunidade. Neste sentido, privilegiou-se as histórias rememoradas, as formas de viver e de se relacionar, o trabalho rural, os assuntos que permeavam o dia-a-dia e que possivelmente as pessoas acreditavam, dando sentido e prática a partir de uma lógica do cotidiano. Assim, pôde-se mencionar sobre a temporalidade existente no cotidiano que condizem com dois sentidos temporais complementares. Um tal como àquilo que acontece em um dado dia, num tempo brevíssimo, uma efemeridade, e outro tal como o que acontece todos os dias, portanto um tempo muito longo.

Tratar acontecimentos de uma comunidade rural que desapareceu acarreta na busca pelas fontes capazes de fornecer dados históricos que questionem sua trajetória e seus sujeitos. Esses dados são socialmente relevantes, pois o passado é o ausente na História, é como um morto. O historiador escolhe qual sepultura legará ao presente para ser lembrado. Não é qualquer morto, portanto, que a "história dedica seu olhar, significa sua importância" (RICOEUR, 2007, p. 351; 378). O rural na história, ou o mundo não urbano, notadamente é um morto quase não reverenciado. Daí a importância inconteste em tentar trazer aos sujeitos do presente dimensões esquecidas de comunidades que não existem mais, especificamente, quando se refere à história em espaços rurais.

O mundo rural ou "mundo do trabalho rural", suas mulheres e homens, suas técnicas, suas crenças e práticas, os animais e espécies que impregnam o cotidiano seguem ignorados. "Raros foram os historiadores que, de fato, se debruçaram sobre o destino de lavradores, a vida comunitária, a terra e seus ciclos, tentando iluminar a variedade de modos de vida e de representação sobre o universo rural" (DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2006, p. 13), num país continental como o Brasil. De tão presente por todas as regiões brasileiras a roça e o roceiro pareceram invisível aos olhos.

Para a região em questão, nos manuais didáticos de ensino da história, encontra-se, seguidamente, temas referentes à influência do tropeirismo com a abertura do "Caminho do Sul" no século XVIII, rota que ligava Porto Alegre à Sorocaba, ou seja, num sentido geográfico Norte/Sul que unia culturalmente e economicamente essas partes da colônia via planalto brasileiro. Seguindo essa cartilha geralmente, encontra-se referências históricas de que o Sul do Brasil recebeu uma forte colonização de imigrantes europeus em fins do século XIX. Esses acontecimentos seriam a base para entender toda a complexidade cultural e social existente nessa região, deixando quase sempre no esquecimento os grupos de trabalhadores pobres, escravos, etc.

Examinando uma vasta bibliografia relacionada à História do Brasil Meridional evidenciou-se um questionamento. Qual a ligação que as pessoas, trabalhadores do "interior", faziam no sentido de vencer as barreiras naturais das encostas da Serra Geral? Haveria um objetivo de manter um laço comercial como os estancieiros de cima da serra e também com o tropeirismo? Evidencia-se, além é claro de historicizar essas experiências, um segundo ponto relevante para a construção dessa narrativa: a questão geográfica, ou seja, os "empecilhos" causados no

modo de relacionar-se (seja social, economicamente ou culturalmente) na passagem (subida ou descida) da Serra Geral.

Para o historiador catarinense Walter Piazza (2006, p.80), "só a instalação de colônias ao longo do trajeto é que vai permitir após 1829, a ligação do litoral, de São José a Lages". Hoje essa rota é a rodovia BR-282, mas sabe-se que durante muito tempo, até mesmo antes disso, houve outras tentativas de ligação com o planalto em diferentes pontos da Serra Geral, tais como, se evidencia na serra Dona Francisca (1865), a Serra do Rio do Rastro (1903), Serra do Pinto – Rota do Sol (1946), Serra do Corvo Branco (1972), Serra do Umbú (1974), Serra da Rocinha (1975) e a Serra do Faxinal (1976), entre tantas outras picadas e carreiros utilizados para manter a ligação do litoral com o planalto. Ou seja, primeiramente, não foram as estradas, mas as picadas rudimentares e as trilhas tortuosas por entre as matas que estabeleceram a ligação do litoral com a serra.

Seguramente, essas famílias, de modo geral, que instalaram-se na encosta da serra, foram impulsionadas por ciclos econômicos locais e regionais do Sul do Brasil, tais como a pecuária das estâncias dos campos gaúchos de cima da serra, a implantação da agricultura nas terras de solo fértil, o tropeirismo local e mais tarde a extração da vegetação de grande porte, principalmente a araucária, pelas madeireiras já na década de 1950.

Evidenciados esses marcos e apontamentos referentes aos sujeitos e a geografia, que será melhor abordado no segundo capítulo, iniciou-se a segunda parte dessa pesquisa e que será discutida no terceiro capítulo: perceber características peculiares do cotidiano dessas gentes – residentes no Fundo do Rio do Boi – afim de historicizá-las, como um "espaço de experiência e um horizonte de expectativas" (KOSELLECK, 2006, p. 305). Pois, experiência, para Koselleck, é o passado-presente. A constituição de lembranças, tanto individual como coletivas, cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados. Já a expectativa é o futuro-presente, ou a partir de experiências presentificadas, aquilo que pode ser previsto e esperado. Efetua-se no hoje, é futuro feito presente, aponta ao não experimentado, ao que só se pode descobrir. Diante dessa definição, as expectativas podem ser revistas, as experiências são recolhidas. Espaços de experiência e horizonte de expectativa não coincidem. Eles andam paralelos um ao outro, mas não se barram. É na tensão entre as duas dimensões que Koselleck identifica algo que ele denomina de "tempo histórico".

Esta compreensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa é uma das principais características da formação da modernidade. Seria justamente aquilo considerado como "modernização"

que vai romper definitivamente com as características até então vivenciadas no Fundo do Rio do Boi? Uma comunidade que seguia no sentido de fortalecer sua base social e econômica, na segunda metade do século XX, deixa de existir. Se realmente houve essa ruptura, ela promoveu novas experiências e expectativas que, de modo substancial, serão abordadas no quarto capítulo.

Seguindo essa colocação, para exemplificar, na história brasileira, até as décadas de 1960 e 1970, as estruturas sociais das zonas rurais foram bem distintas daquelas que se passou a vivenciar após esse período. A industrialização do país introduziu novas experiências, proporcionou um avanço do mundo urbano, das tecnologias, dos eletrodomésticos, da era da informatização e comunicação, dos novos modelos de transporte, causando na zonas rural e na mentalidade e comportamento de seus habitantes, novas percepções e sensações de vida. E, sobretudo, no modo de percepção do tempo. Isso não quer dizer que o moderno vai interromper ou acabar com os modos de vida até então experimentados, mas proporcionar uma ruptura no tempo histórico, com o modelo vigente, iniciando e introduzindo novas formas de relação, de convívio e dependência. Percebe-se diante disso, a dualidade tão evidenciada em estudos das ciências sociais, tais como o rural e o urbano, o passado e o futuro, a tradição e o novo, assim como houve na noção do espaço geográfico, dito aqui, entre a serra e o litoral.

Para ter-se uma ideia, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) houve um grande investimento no desenvolvimento industrial nas grandes cidades da região Sudeste. Com a abertura da economia para o capital internacional, diversas multinacionais, principalmente montadoras de veículos, construíram grandes fábricas em cidades dos Estados de São Paulo, como São Bernardo do Campo, Guarulhos, Santo André, Diadema e também em Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O resultado disso foi um grande êxodo rural de várias partes do país para o Sudeste. Com a industrialização do país novas frentes de trabalho operariado desenvolveram-se nas cidades, assim como novos produtos de consumo invadiram os lares, seja nas cidades ou no campo.

Congruente ao surto industrial, nesse período, houve muito interesse por parte de alguns setores da sociedade em ampliar as áreas de preservação ambiental, resgatando um velho ideal preservacionista, iniciado na década de 1930, ligado desta vez a propagandas nacionalistas. De fato, todos esses indícios marcam a chegada da "vida moderna" na região e é criado, desta maneira, o Parque Nacional de Aparados da Serra no ano de 1959. Contraditoriamente à chegada do Estado e da preservação

da natureza nessa região marca o início do fim da comunidade do Fundo do Rio do Boi, pois ao torná-la parque nacional, significava que as pessoas deveriam sair do seu local de residência.

Portanto, levando sempre em conta as possibilidades de pesquisa e a busca por ferramentas interpretativas nesse trabalho, foram encontrados alguns desdobramentos: o primeiro dá-se no sentido da relação que os trabalhadores da roça mantinham com os estancieiros serranos, principalmente na primeira metade do século XX. Ou seja, buscar-se-á interpretar esses acontecimentos a partir de um ponto de vista do cotidiano das famílias que residiram na extinta comunidade. Pois o cotidiano parece um bom ângulo para pensar a respeito da eficácia da ação humana e suas modalidades, da individual à coletiva, da organização a aleatória, da desejada à involuntária, da consciente a intuitiva. E como segundo desdobramento, o processo de migração que essas famílias realizaram a partir da década de 1970 relacionados a uma série de motivos, entre eles, a criação do parque nacional e a grande enchente de 1974 que contribuíram para a desestabilização econômica da comunidade.

A Roça da Estância, portanto, aparece como uma experiência, essa experiência pressupõe que foram envolvidas numa série de práticas ligadas a diferentes atores sociais, seja estancieiros, roceiros agricultores, tropeiros ou até mesmo escravos. Essas práticas estavam ligadas aos modos de vida obtidos em vivências sociais da época, sentidos/significados empregados a partir do trabalho e da cultura ou até mesmo conectadas a relações de poder. Mas como evidenciar esses valores e sentidos nos modos de vida nos dias de hoje?

A busca, certamente, incide através do conhecimento aprendido nesses acontecimentos. Tais como uma experiência que acumula conhecimento. Alça-se voo na subjetividade e alcançam-se algumas respostas por meio das memórias. Na memória de sujeitos presentes, ex-moradores da comunidade que envolveram-se com essa passagem e que hoje, ao recordar e relatar suas lembranças ao historiador, carrega em si uma fragmentada versão da realidade, mas que destinam ao tempo presente um valor legado do testemunho. Por conseguinte, cada significado e sentido exposto nas palavras do testemunho carregam um fardo de representações dignas de uma interpretação histórica. Tal como as fotografias que registram imagens das experiências obtidas em aventuras de viajantes, têm na memória das pessoas, o instrumento capaz de guardar e registrar os sentidos e impressões daquele tempo, daquele modo de vida passado. Portanto, memória e experiência serão aqui postas

como categorias de análise dessa narrativa. Memória pelo valor de fonte que possui e experiência pelo conhecimento obtido, ambas suscetíveis a comunicação e transmissão.

Ainda no início do século XX, em um celebre trabalho, *Experiência e Pobreza,* de 1933, Walter Benjamin (1987, p. 114) observou a pobreza da experiência com o advento da modernidade. Muitas coisas sobrevinham e passavam nesse novo mundo moderno, porém pouca coisa acontecia com o próprio sujeito. O sujeito da experiência não é representado, ele é destruído por conta da reprodução da experiência e, sobretudo devido ao excesso de informação. Por hora, para Benjamin, a partir desta constatação, o sujeito não vive a experiência, ele informa-se da experiência. Ou seja, as experiências estavam diminuindo.

A experiência já foi ausente na história marxista modulada pelas estruturas econômicas e políticas. Mas voltou a ter sua visibilidade nas ciências humanas e passou a ser um termo utilizado para a construção de histórias outrora ainda não contadas. Uma obra de referência que marca a volta da noção de experiência na história, *A Formação da Classe Operária Inglesa,* do historiador Edward Palmer Thompson publicado em 1963, expõe uma nova abordagem sobre o surgimento das classes operárias na Inglaterra. Essa noção, lapidada por Thompson remete a uma ideia de experiência como algo em conjunto, como um bloco, as ações coletivas. O conceito de experiência serviria como um modelo unificador das ações dos trabalhadores. As experiências históricas e suas articulações seriam inevitáveis e continuas. Teriam a função de exercer pressão sobre a consciência social. Dessa forma, tem-se a experiência adquirida no meio de uma classe, os grupos sociais que se conscientizam. Para Thompson (1998, p. 10), "a classe acontece quando alguns homens, como resultado, de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus". Seria algo como a experiência obtida na vida urbana, por ventura, distinta daquela que se passa no campo, no meio rural. Pois a experiência seria marcada pela passagem comum existente entre os sujeitos.

Se para Benjamin o início do século XX marca o empobrecimento da experiência e para Thompson só os acontecimentos de interesses comuns entre os sujeitos marcariam a experiência, em outro sentido, é a partir da filosofia que encontra-se, por meio do conceito de aventura, no ato de aventurar-se, um bom exemplo de aquisição da experiência, de tê-la. A aventura por si remete a uma posição do sujeito,

uma posição, ainda mais que, a noção de aventura indica algo intransponível, único e extraordinário, que remete à experiência como algo particular de ser vivido. Será que os antigos moradores da extinta comunidade acreditavam estar vivendo uma grande aventura ou tendo alguma experiência?

Para compreender essa análise, precisa-se primeiramente, entender que foi utilizado a categoria *experiência,* a partir de questões propostas pela filosofia, comparando-a como algo único, experimentado, particular, incapaz de ser revivido, ou seja, existe uma estreita ligação com o sujeito. Por isso que a preocupação de pobreza de Benjamim deriva do fato de as pessoas não mais estarem vivendo experiências, ela foi retirada do sujeito. Essa expropriação da experiência do sujeito está relacionada a noção de *experimento,* ou *experimentalismo,* utilizado pela ciência moderna, para as quais a ciência é o único saber que permite apreender experiência de modo unificado.

No entanto, nessa investigação, experiência remete para dentro do indivíduo ao invés de experimento que está fora do indivíduo, está na coisa e por isso segue descartada. Utilizando fundamentalmente das palavras do filósofo Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21), a palavra *experiência* é, em espanhol "*o que nos passa*". Em português, se diria que é "o que nos acontece"; em francês seria "*ce que nous arrive*"; em italiano "*quello che nos succede*" ou "*quello che nos accade*"; em inglês, "*that what is happening to us*" e em alemão, "*was mir passiert*". Ou seja, a experiência é aquilo que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, impossível de ser sentido por outro, a experiência está conectada a um sujeito. A experiência é sobretudo particular e individual.

Para Larrosa Bondía, há, sobretudo, a presença do "sujeito da experiência" e esse sujeito atua como um território de passagem, "se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura". (BONDÍA, 2002, p. 24). O sujeito da experiência deixa-se seduzir. Dificilmente aquilo que "passou" tem como voltar, nem o espaço e nem o tempo serão mais o mesmo, portanto a experiência já é outra. Essa receptividade do sujeito, essa sedução equivale para o historiador como uma distinção entre ter e fazer, ou seja, é possível neste caso ter experiência e não fazer. E é a partir da obtenção da experiência que surge a consciência e os conhecimentos, até mesmo conforme os "interesses comuns" propostos por Thompson.

Diante disso, o caso da experiência de trabalhadores rurais pode ser visto como passagem, como algo que aconteceu e não será revivido,

como aquela aventura que não se repete porque já é outra. Essa concepção de aventura assimilada a experiência está de acordo com a filosofia de Giogio Agamben (2005, p. 39) que para ele, após a Idade Moderna, a aventura apresenta-se como o último refúgio da experiência. Pois, segundo ele, "a aventura pressupõe que haja um caminho para a experiência e que esse caminho passe pelo extraordinário e pelo exótico (contraposto ao familiar e ao comum)". A forma de entendimento, tanto para Larrosa Bondía como para Agamben, a experiência não é a lição do outro, mas a lição do próprio, do si, do eu, "a minha lição", diria o locutor. O conhecimento adquirido que o sujeito incorpora.

O acontecimento pode ter sido o mesmo, mas a experiência sempre será individual. Mais do que isso, para Larrosa Bondía, do ponto de vista da experiência, esse sujeito é um sujeito "exposto", aberto a essa aventura da experiência. E por estar exposto, está suscetível aos "perigos". Para esse sujeito da experiência existir, ele naturalmente está exposto a perigos. Esse tipo de conhecimento vai de encontro aos pensamentos de Agamben (2005, p. 23), pois para ele, o slogan que substituiu a autoridade da experiência na sociedade moderna é "o provérbio de uma humanidade sem experiência". O que não significa que hoje não existam mais experiências, "mas estas se efetuam fora do homem", tal como o experimento da ciência moderna. Portanto como viver uma aventura sem se expor? Ou mais exatamente, sem expor o frágil corpo humano? Assim, resgatando a experiência para dentro do sujeito, o sujeito da experiência que nos informa Larrosa Bondía, é possível ter experiências por meio de aventuras, devolvendo a consciência da experiência para dentro do sujeito. Mas para isso, será necessário que o sujeito da experiência dê sentido a tal acontecimento que consigo passou.

Algumas explorações foram observadas sobre o que poderia ser a experiência e o sujeito da experiência. Algo sob o ponto de vista do conjunto, da passagem, da travessia e do perigo, da abertura e da exposição, da receptividade e da transformação, da paixão que envolve o sujeito ao acontecimento e que será mais bem explanado no capítulo três desse trabalho. Mas todas essas noções só têm valor, se "aquilo que nos passa, nos acontece" é atribuído de um sentido, de um valor, que muitas vezes fica registrado na memória de sujeitos:

> Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do não-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de

> um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. (BONDÍA, 2002, p. 27)

Portanto, o acontecimento comum foi a formação da comunidade no Fundo do Rio do Boi, sua existência, organização e consequentemente seu desaparecimento. Mas por outro lado, para cada indivíduo, essa experiência teve seu sentido, algo profundamente singular. Assim, comparativamente como a memória de cada sujeito que recorda, também singular, pessoal, subjetiva e substantiva. É por essa direção que a linha dessa pesquisa se trama. A partir de cada particularidade que se vai montando os aspectos cotidianos de tal existência. A partir de cada fragmento da memória que se buscou historicizar, tal acontecimento, tal experiência.

Se tanto a experiência como a memória são particulares, singulares e subjetivas. Como então, a ideia de Roça da Estância pode ser considerada experiência?

Justamente por que o legado da História, durante um longo período não considerou a "diferença" na aquisição do conhecimento. Algo amplamente superado pela historiografia contemporânea. Ou seja, é através dessas ações experimentadas, tornando a experiência visível, que esses indivíduos passam a ter "acesso ao real" (SCOTT, 1999, p. 30). Ou simplesmente porque a experiência traz a "consciência de sua própria existência" (SCOTT, 1999, p. 30). O sujeito também é constituído pela sua própria experiência. Analisar o passado a partir dessa ótica é buscar compreender que o saber adquirido, nessa passagem, foi singular, mas que coletivamente, essas pessoas estavam inseridas em um ambiente comum, com contexto social e econômico capaz de sustentar alguns de seus interesses, entre eles, a de constituir família, possuírem uma

identidade, ter trabalho e terra e formarem parte de uma comunidade. São os horizontes de expectativas que descortinavam-se.

A utilização da memória como categoria de análise, em primeiro plano, considera-se para compreensão dos fatos, a sua subjetividade. Esse "trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem significados à própria experiência" (PORTELLI, 1996, p. 60). Memória capaz de formular e narrar a história de vida de cada indivíduo. Considera-se que "a lembrança precisa do presente porque, o tempo próprio da lembrança é o presente" (SARLO, 2007, p.10). Portanto, a memória que é expressa por meio da oralidade de testemunhos é entendida como elemento fundamental para a criação da História do Tempo Presente, uma vez que, o testemunho se faz com sujeitos presentes. Por parte do testemunho existe uma motivação em narrar que consiste precisamente em expressar o significado de suas experiências: recordar e contar a outros já é interpretar. Diante disso, "excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado dos fatos narrados" (PORTELLI, 1996, p. 60).

Como temporalidade, memória e passado, postos em reflexão, são muito comparativas. Praticamente quando o sujeito aciona a memória, ele está ligando-a ao passado. A memória está para recordar, é possuidora de lembranças de um tempo já passado. Por outro lado, é sábio que a memória também está suscetível ao "esquecimento, ao silêncio e ao indizível" (POLLACK, 1989, p. 08), uma vez que ela personifica os interesses presentes nesse sujeito que recorda e narra.

Corporalmente a memória também é tempo presente, é a sua fenomenologia. Cotidianamente as pessoas utilizam a memorização, o ato de poder memorizar para recordar as coisas, palavras, técnicas e saberes do dia-a-dia. Ela é tanto usada para recordar o passado, como para memorizar aquilo que é usado no presente. O corpo é possuidor de um sistema neurofisiológico responsável por esses registros. Com o passar do tempo esses registros da percepção sensorial são transformados em impressões, marcas e representações daquilo que já se foi. O corpo, como destacou Michel Foucault (1987), expressa poderes e saberes que articulam-se estrategicamente na história da sociedade. O corpo pode ser agente e peça dentro de um jogo de forças presente em toda a rede social. Assim como as marcas e sinais tem na corporeidade seu campo de prova, dessa forma, aparece a memória do sujeito como possibilidade de construção historiográfica. Mas essas provas subjetivas da corporeidade,

essas memórias que podem ser vistas como provas do passado também encontram-se na teia social formadora de uma memória coletiva.

Sociólogos como Maurice Halbwachs e Gerard Namer[5] perguntaram-se sobre a memória coletiva. Desde então, passou-se a perceber a memória como fator de coesão social, também formadora de identidades. No processo metodológico, para o historiador que utiliza das memórias de testemunhos no seu processo de crítica às fontes, ele busca explicar, dando sentido por meio da diferença, aquilo que pode estar vinculado a uma memória individual ou pertencentes de uma memória coletiva e social. Como nos lembra Halbwachs (2004, p. 29), se a impressão pode apoiar-se não "somente sobre nossas lembranças, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias". Como fenômeno social, a memória só tem sentido quando pertence a um grupo e é compartilhada socialmente.

Se isso é verdade, a base da construção da memória está na relação que o sujeito tem com os outros. Com as sociabilidades que ela proporciona e permite. Mesmo ela coletiva, a memória capaz de reter e de recordar variadas lembranças, também está suscetível ao esquecimento, a ocultação e a seleção que o sujeito faz. Por isso que o historiador deve estar atento não só as lembranças e ao transbordamento da memória, mas também aos "lapsos, esquecimentos, não ditos, silêncios, esforços de ocultação que também são objetos da história" (FRANK, 1999, p. 113) e devem ser analisados. Ou seja, para a narrativa histórica vale não só que as pessoas sejam capazes de recordar um passado social coletivo ou o seu passado individual, como as estratégias elaboradas para significar ou ocultar aquilo que o historiador procura ou não.

Alguns critérios como "acontecimentos, personagens e lugares" (POLLACK, 1992, p. 202) tornam a memória possível de ser analisada. Pierre Nora (1993, p. 07) falou dos "lugares de memória", a qual uma sociedade desritualizada deposita em lugares tudo aquilo que atribui extremo valor ao passado, a história e a memória. Surgiram monumentos, museus, bibliotecas e patrimônios culturais e naturais, etc. É assim, por exemplo, que se criou e evidenciou parte da história da região no museu

[5] Esses autores desenvolveram seus trabalhos nas obras: Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*. PUF, 1975 e *La mémoire collective*. PUF, 1968. Gerard Namer, *Mémoire et societé*. Librairie dês Méridiens, 1987.

e no arquivo do Parque Nacional de Aparados da Serra. Essa noção de memória arquivista, em certa medida, contrapõe a memória viva das pessoas e também das lembranças que as ruínas insistem em trazer ao tempo presente e que será abordado com maior reflexão no quarto capítulo desse trabalho.

Para a História que lida com testemunhos orais[6] e suas representações, a memória seja em um ou em todos esses aspectos até aqui apontados, surge não só como fonte, mas também como imagem retórica. O testemunho articulado entre o que aconteceu e o historiador do tempo presente, expõe através da linguagem, a sua representação do passado. A memória do testemunho também é representação. A simples articulação da oração, "eu me lembro" faz do testemunho uma possibilidade de fazer História do Tempo Presente. É na linguagem que a memória materializa-se, passa a ocupar um espaço, um lugar que representa o sujeito falante, mas também representa o fato social:

> A memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem. Pela memória, as pessoas que se ausentaram, fazem-se presente. Com o passar das gerações e das estações esse processo "cai" no inconsciente linguístico, reaflorando sempre que se faz uso da palavra que evoca e invoca. É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são as condições de possibilidade do tempo reversível. (BOSI, 1992, p. 28)

O linguista e historiador Alessandro Portelli alerta que "tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos de sua linguagem" (PORTELLI *apud* PINSKY, 2006). Desse modo a história é feita, também é produto de um ponto de vista cultural que envolve o cotidiano das pessoas e de comunidades inteiras. Pois, seus valores são expressos por meio da linguagem, é aquilo que veem, que ouvem, ou imaginam:

---

[6] Todas as entrevistas realizadas com as pessoas para a obtenção de fontes orais foram encaminhadas para o Comitê de Ética da Plataforma Brasil – Ministério da Saúde.

> Portanto, a palavra chave aqui é *possibilidades*. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *passa* a suceder. E é o complexo das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996, p. 66)

Mais uma vez a memória social aparece e é compartilhada. A história oral como instrumento de memórias, não oferece ao historiador um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. Assim, o historiador está para tentar compreender o que há de representativo ou não no depoimento oral, considerando que os depoimentos e as memórias possuem juízo de valores e pertencimentos. Essa memória, que é declarada, que é expressa no tempo presente também é possível de desconfiança, sendo que, para a História, até que ponto a testemunha é confiável? De fato, a suspeita desdobra-se ao longo de uma cadeia de "operações que tem início no nível da percepção de uma cena vivida, continua na retenção da lembrança, para se concentrar na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços e do acontecido" (RICOEUR, 2007, p. 171), que é o momento em que o pesquisador recolhe esses relatos. Sendo esses testemunhos, sujeitos vivos dos acontecimentos passados, e utilizando da problemática apontada por Paul Ricoeur (2007, p. 201), "o que o homem de uma dada época pode e o que não pode conceber sobre o mundo?", eis o que a história que lida com a oralidade e suas representações pode se propor a mostrar, com o risco de deixar na indeterminação a questão de saber quem pensa assim por meio desse aparelho mental.

Portanto, repousa aqui, para essa história cultural, a noção de representação impregnada na órbita da memória, sendo que a representação:

> designa inicialmente o grande enigma da memória, em relação a problemática grega da

> *eikon* e seu embaraçoso par *phantasma* ou *phantasia*, o fenômeno mnemônico consiste na presença no espírito de uma coisa ausente que, além disso, não mais é, porém foi. Quer simplesmente evocado como presença, e nessa condição como *pathos*, quer seja ativamente buscando na operação de recordar que se conclui com a experiência do reconhecimento, a lembrança e representação, re(a)presentação. A categoria de representação aparece uma segunda vez, porém, no âmbito da teoria da história, na condição de terceira fase da operação histórica, quando o trabalho do historiador, iniciado nos arquivos, termina com a publicação de um livro ou de um artigo dados a ler. (RICOEUR, 2007, p. 200).

A representação está presente não só no ato que as pessoas fazem ao recordar e de contar essas lembranças a outros, como no processo que o historiador passa para montar sua narrativa. Em uma síntese, essa pesquisa, metodologicamente afirma-se como campo da História Cultural, delimitando-se, na construção de uma narrativa permeado por memórias, representações e experiências de vida.

Diante disso, olha-se para a história do aventureiro, desse viajante que atravessa lugares e culturas em busca de novas experiências, do extraordinário. Essa nova vivência lhe proporciona conhecimentos que ficarão registrados em sua memória. Mas torna-se material quando comunicável, socializável, é no ato de falar e narrar sua experiência de viagem que a memória se faz presente, decifrável, compartilhada, torna-se uma possibilidade histórica. A "linguagem coloca-se então como o lugar em que a experiência deve tornar-se verdade" (AGAMBEN, 2005, p. 62).

Em síntese do que foi dito sobre experiência e memória:

> Uma das coisas mais importantes que procuramos nos rios que queremos descer é o isolamento e o perigo. São os fatores mais sedutores para nós. São o porquê de sairmos, o porquê de vir ao Rio *Potaro*, porque é um rio no meio do nada que fica distante de todos e poucas pessoas o viram. Nós podemos ter uma experiência única nestes lugares. O isolamento e o perigo também fazem parte

> disso. (Chris Korbulic, Série *KAIK*, programa de TV – canal *OFF*, episódio Nº. 10, 2012)

Quem não quer começar uma narrativa com uma boa história? Com uma ação ou uma aventura. Para uma boa aventura, necessita-se de bons aventureiros e de um extraordinário roteiro. Escalar montanhas, navegar por rios e mares nunca antes navegados, conhecer povos desconhecidos, paraquedas, pedaladas e tantas outras aventuras que emergiram com muita força nesse século XX. Ora como esporte, ora como lazer de pessoas em busca de novas experiências. A aventura expressa aqui a síntese desse trabalho. O perigo e o isolamento que seduz. A exposição da passagem da experiência, a paixão do sujeito, a memória compartilhada com o fim da expedição e a possibilidade de fazer história a partir dessas impressões retidas na memória no ato de experimentar. O historiador seduzido pelos vestígios do passado embrenha-se numa aventura em busca de pistas, rastros, fontes que tecem a teia da história capaz de chegar ao um passado nunca antes imaginado. Como um bom aventureiro que arruma sua mochila com viveres e elabora sua logística, a fim de evitar muitos perigos, o historiador prepara sua bagagem para, também, deparar-se com situações inesperadas, ditos e não-ditos.

Foi na primavera de 2008 que realizou-se a primeira saída de campo para captar as primeiras entrevistas com o intuito de reunir fontes orais. Nesse momento o objetivo era consolidar uma pesquisa que desce conta de compreender o universo cultural das comunidades rurais dos Aparados da Serra, restrito ao município de Praia Grande (SC). Oito comunidades foram visitadas no total, o alvo eram sempre pessoas mais experientes que possuíam anos de residência na comunidade, muito delas nascidas na localidade. Um aspecto chamou a atenção de imediato. A existência de pessoas, ou famílias que viviam em um ambiente rural no qual a energia elétrica ainda não havia chegado. Mas foi na comunidade de Rio do Boi que outro aspecto chamou a atenção. A existência de ruínas sob as imensas copas das árvores. Eram as ruínas da extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi.

A partir de então, havia encontrado o primeiro indício desse trabalho: as ruínas[7]. Até porque essas ruínas são pistas de "várias" vidas

[7] Durante as saídas de campo, foi possível realizar um Inventário Fotográfico das Ruínas e Objetos, encontrados ao longo da estrada antiga. Todo os artefatos encontrados na superfície foram fotografados. Algumas das imagens estão

que passaram por ali. No inverno desse mesmo ano, um grupo responsável pela segurança das trilhas de ecoturismo na região, já havia dado notícias da existência dessas ruínas. Como o objetivo não era fazer um trabalho arqueológico e sim historiográfico, começou-se a pensar nas possibilidades de encontrar novas fontes que dessem suporte para a escrita dessa dissertação. Foi atrás desse indício que foram encontrados alguns dos antigos moradores da localidade e foi justamente no encontro com o último morador dessa antiga vila que a possibilidade historiográfica fez-se concreta[8].

---

inseridas ao longo do texto, outras estão dispostas no anexo C: "Anotações de Campo – Mapa das Propriedades Conforme Divisão por Grotas".

[8] De bicicleta do centro de Praia Grande até o Rio do Boi são aproximadamente 45 minutos bem pedalados, visto que na época não tinha, o pesquisador deste trabalho, outra maneira de chegar até lá. Deixando a bicicleta na guarita do ICMBio percorre-se uma trilha que adentra os vales da Serra Geral rumo as cabeceiras do Rio do Boi. Um pouco antes de chegar à margem do rio, em meio à mata, existe uma trilha, "dobrando a direita" que nos leva em direção à casa do Sr. Alziro Borges Ribeiro, o último morador da extinta vila e que proporcionou muitos relatos contidos nesse trabalho. É necessário cruzar o rio pisando nas pedras de seixos rolados e muitas vezes molhando os pés. Já do outro lado do rio, a trilha continua subindo uma pequena colina por entre pequenos bananais e mata nativa. Foi nesses bananais que escutei alguns ruídos de instrumentos, de trabalho rural afiado, cortando alguma coisa que não podia-se ver. Mais acima da colina, ainda em marcha, avista-se a pequena casa de madeira com o telhado remendado entre tábuas de madeira podre, lonas de plástico, palhas do mato e telhas de alvenaria. Chega-se na casa. Sempre desconfiado por conta da intromissão, logo chamei. Fui atendido por uma senhora, essa senhora apresentou-se como sobrinha do Sr. Alziro, que estava ali por aqueles dias para ajudá-lo. Minutos depois, olho em direção a trilha que acabara de subir e vejo uma pessoa, a passos lentos, corcunda, subindo a mesma ribanceira. Era o Sr. Alziro, que minutos atrás, mesmo encontrando-se em idade avançada e com alguns problemas de saúde, estava a trabalhar em meio aos bananais.
Nesse dia seguiu duas sessões de entrevista. Uma nesse exato momento, pois fui logo explicando meu motivo de estar ali e fui muito bem recebido. E outra na volta, pois ocorreu-me a ideia de caminhar pela estrada antiga a fim de olhar "mais de perto" as ruínas. Depois disso, encontrei-me mais quatro vezes com o Sr. Alziro. Na segunda visita, agora já com uma motocicleta no ano de 2010. Estava indo ao seu encontro e encontrei-o na guarita do ICMBio vindo para o centro da cidade e cujo momento oportuno ofereci uma carona na garupa da motocicleta. Nesse trajeto de volta a cidade tivemos um pneu da motocicleta furado, cujo, não quis parar por conta de um problema no joelho do Sr. Alziro,

Essa pesquisa teve como ponto de partida a utilização de fontes orais, tendo em vista, a possibilidade de entrevistas com ex-moradores da comunidade. No entanto, também foram utilizadas fontes documentais, tais como as obtidas nos relatórios administrativas e gerencias do Parque Nacional de Aparados da Serra, contratos de compra e venda de imóveis, matrículas de imóveis, procurações, Autos de Usucapião, processos de desapropriação e notícias em jornais, todos arquivados no arquivo público do Parque Nacional de Aparados da Serra, na sua sede em Cambará do Sul (RS), próximo ao cânion Itaimbezinho.

Nas fontes orais, há a contemporaneidade intrínseca entre o historiador e o testemunho. Se há a contemporaneidade "entre o testemunho e o historiador, existe em compensação uma distância temporal entre a ação de testemunhar e a ação contada pelo testemunho" (FRANK, 1999, p. 107). Por meio da oralidade, da narrativa do testemunho, se é capaz de perceber as memórias que aparecem nessa pesquisa, tal como um fio condutor, capaz de preencher lacunas entre as impressões causadas pela materialidade das ruínas e a parcialidade das fontes documentais[9]. Desse modo, como mencionado por Halbwachs

---

no qual dificultava sua subida e descida da motocicleta. Combinamos nossa conversa em minha casa, ele sentiu-se muito bem com aquela ideia.

Depois dessa breve conversa, encontrei o Sr. Alziro outra vez em sua residência, também no ano de 2010, em que ele descreveu-me um mapa de memória das antigas propriedades e proprietários da antiga comunidade (anexo B). Esse mapa foi redesenhado por mim tornando-se muito útil para sistematizar a pesquisa (ver página 95). A última sessão de entrevistas ocorreu em maio e setembro de 2013, ao qual fui acompanhado por uma amiga antropóloga, entre tantas questões levantadas, foi possível realizar um mapeamento da árvore genealógica do Sr. Alziro (anexo A).

Foi possível no ano de 2012 e 2013 fazer mais quatro entrevistas. Duas entrevistas com três ex-moradores da comunidade, Sra. Angelina Silva Selau, 77 anos e Sr. Izildro Costa da Silva, 60 anos, o Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco, 53 anos e mais o Sr. Francisco José Nunes, o Zezé Nunes, que nasceu no alto da serra, foi vizinho de infância do Sr. Alziro e depois veio a morar no "pé da serra", tornando-se tropeiro de profissão daquela região. Esse conjunto de entrevistas formaram as fontes orais.

[9] Ainda no ano de 2010, junto ao arquivo público do Parque Nacional de Aparados da Serra (PARNAS), foi encontrado dois documentos de extrema importância que serviram como fonte. O primeiro deles, foi o *Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra, 1984*. Esse documento foi o primeiro Plano de Manejo produzido e publicado no Parque Nacional de Aparados da Serra. No Plano de Manejo está contido todo o levantamento técnico para a

(2004, p. 29), fez-se apelo aos testemunhos para "fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras". Diante dessa possibilidade de entrecruzamento de tipos de fontes, estão em evidência as narrativas orais de sujeitos que compartilharam suas experiências e ressignificações do passado a partir do atual presente. Nesse sentido, seja pelo recorte temporal ou pelo método investigativo, este trabalho é um exercício histórico que se assenta na História do Tempo Presente. É através da linguagem dos testemunhos expressada na evocação da memória que dá a capacidade, como historiadores, de examinar e explicar o sentido de tais experiências, suas possibilidades de identificações e representações.

Os dados conferidos nas fontes documentais impressas[10] foram de encontro ao objetivo desta pesquisa – historicizar a formação, organização e desaparecimento da comunidade – já que a área estudada encontra-se, na atualidade, dentro dos limites do parque, fornecendo assim, mais informações sobre a localidade do Fundo do Rio do Boi. Para a montagem do enredo histórico, nesses documentos também foram encontrados dados importantes para "cruzar" as informações obtidas sobre as ruínas e as informações obtidas por meio das fontes orais. Ou

---

manutenção e administração da área destinada ao parque, tais como: situação geográfica, histórica e fundiária, enquadramento nacional e regional, fatores biofísicos e socioeconômicos, valores culturais, os programas de manejo e desenvolvimento, propostas de novos limites, zoneamentos e as recomendações, etc. O outro documento, foi o *Levantamento de Dados Cadastrais de Propriedades e Ocupação do Parque Nacional de Aparados da Serra – Relatório Final COTASUL – Serviço Especial de Engenharia Ltda, Novembro 1984 a abril de 1985*, empresa a serviço do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), publicado no ano de 1986. Nesse documento constam os cadastros de propriedades e os proprietários que seriam indenizados e desapropriados da área destinada ao parque nacional e mais o histórico de indenizações e desapropriações dos primeiros anos da década de 1960 até o ano da publicação do relatório. Em anexo desse documento, encontra-se as matrículas das propriedades, as escrituras, processos de usucapião, contratos de compra e venda, procurações, certidões de imóveis, mapas das propriedades e informações complementares relacionados aos cadastros.

[10] Toda a pesquisa dos documentos no arquivo do Parque Nacional de Aparados da Serra passou pela "Autorização para Atividades com Finalidades Científicas", do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO/ICMBio), nº 40379-1, emitida em 13 de novembro de 2013.

seja, a documentação oficial emitida pelos responsáveis do parque e seus superiores permitiu um cruzamento de informações com aquelas contidas e relatadas por meio da memória de quem viveu o protagonismo dos acontecimentos. Foi desse processo metodológico de investigação das fontes, por exemplo, que possibilitou comparar a quantidade das famílias que são relatadas nas memórias dos ex-moradores com a quantidade de famílias que estavam residindo no fundo do Rio do Boi em 1986[11].

Quanto ao conjunto de documentos (orais e impressos) vale ressaltar que:

> A evidência não constitui conhecimento histórico disponível e pronto, que pode ser simplesmente engolido e digerido pelo historiador. As Fontes tornam-se úteis como fatos históricos apenas quando o historiador as submente a uma série de conhecimentos contextualizados que ele já possui. (MUSNLOW, 2006, *apud* KOSELLECK, 2006, p. 161)

Portanto é assim que Koselleck (2006, p. 188) chega à conclusão que "uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer". Ela impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes impedem-nos de cometer erros, mas não revelam a nós o que devemos dizer. Tudo dessa forma interpreta-se, e ninguém poderia contradizer a ideia de que toda afirmação histórica está associada a um determinado ponto de vista.

Quanto à estruturação desse trabalho, foi dividido em três partes além da introdução. Em uma tentativa, essa composição das partes vai formando aquilo que se pode chamar de uma narrativa cultural da história da região dos Aparados da Serra. No segundo capítulo, buscou-se evidenciar aspectos do que pode-se chamar de uma história da Roça da

[11] No arquivo do Parque Nacional de Aparados da Serra, também foi encontrado, o *Processo de Desapropriação* (Processo Nº. 02023.002775/2005-08 – *Referente à Retirada de Ocupantes da Área do Vale do Rio do Boi*), da Sra. Cecília Rodrigues Pacheco, uma ex-moradora da extinta comunidade, mãe do ex-morador entrevistado Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco. A Sra. Cecília faleceu no ano de 2005, aos 86 anos, vivendo na extinta comunidade até pouco antes de sua morte. Fato que não permitiu-me realizar uma entrevista. No entanto, esse processo possui informações relevantes para o cruzamento de dados e pontos de vistas que serão abordados e discutido a partir do quarto capítulo dessa pesquisa.

Estância. Sua apresentação começa com a noção de espaço geográfico (a Serra Geral), *paisagem* (os vales da serra) e do tempo. Seus sujeitos e seus objetos são narrados a partir de um ponto de vista do povoamento da região. Em linhas gerais, esse trabalho trata da questão de entender características do povoamento e ocupação de áreas incultas (não cultivadas) em uma região que foi palco de disputa territorial marcando *fronteiras* que configuram até dias atuais (divisa dos Estados de SC e RS). Juntamente, pôde-se montar um quadro que trouxesse cenas históricas ligadas, possivelmente, com à experiência de trabalhadores rurais e a história do Sul do Brasil, visto que, da forma até então apresentada, buscou-se uma intenção didática ao remontar o surgimento das primeiras estâncias, ainda no século XVIII. Na parte final desse capítulo, vai sendo apresentado a comunidade do Fundo do Rio do Boi e aspectos peculiares de acontecimentos históricos de Praia Grande (SC).

No terceiro capítulo, pautado nas fontes obtidas nas entrevistas, adentra-se nos aspectos do cotidiano da comunidade. Através da memória, procurou-se montar uma trajetória da formação da comunidade e suas motivações. Passa-se a perceber que a vida rural não período abordado (1940-1986), diferenciava-se, em muitos aspectos, da vida rural da atualidade. Os testemunhos orais dão pistas de como era construído as casas, a estrada e o engenho, bem como, da vida particular e cotidiana de cada família. Como aporte teórico são utilizados obras que abordam questões referentes à memória, principalmente, nas obras de Paul Ricoeur e João Carlos Tedesco e do conceito de experiência em trabalhos de Walter Benjamin, Joan Scott, Jorge Larrosa Bondía e Giorgio Agamben, numa tentativa de solucionar a ideia de experiência evocada na passagem que foi a constituição e desaparecimento da comunidade. Outra questão que norteia esse capítulo, são os vínculos que a comunidade mantinha com o alto da serra, a vida sem energia elétrica e o imaginário que o mundo natural causava nas pessoas. Nesse capítulo é montado um panorama da vida rural típica desta região.

Traçado a perspectiva a partir do Tempo Presente, o quarto capítulo, inicia-se através dos acontecimentos que influenciaram as transformações na vida rural. Entre esses acontecimentos dá-se destaque a criação do parque nacional em 1959, a anexação de terras catarinense ao parque em 1972 e a enchente de 1974. Percebeu-se um descompasso entre o que era vivido e ficou na memória desses ex-moradores com o desencadear de acontecimentos marcantes da região. É nesse capítulo que, com a utilização das fontes documentais, amplia-se para uma discussão que eleva a questão da preservação da natureza ao qual

envolveu a introdução de novas noções na mentalidade e comportamento dos trabalhadores rurais, como a de preservação e conservação do meio ambiente e, também da chegada do turismo na localidade. Ainda indaga-se, a questão de como essas grandes mudanças em relação à utilização da terra em que a comunidade vivia, chegaram e passaram a ser recebidas e percebidas pelas pessoas. Desta maneira tenta-se abordar as transformações que surgiram no final dos anos 1950, dando atenção a criação do parque nacional e logo a grande enchente, aproximando esses dois eventos em um contexto histórico. A partir das transformações começa-se a perceber os vestígios de uma vida mais moderna no campo, visto que, num contexto geral, o panorama econômico nacional também começava a modificar-se. A discussão das transformações no espaço rural perpassa pela questão fundiária que com a criação do parque seguiu-se. Foram os cadastros das famílias, os estudos fundiários e as indenizações, mais o hiato que foi a tragédia da enchente, terminando com o fato da migração e o desaparecimento da comunidade. Como numa marca que insiste em permanecer no lugar e no tempo, as ruínas mais uma vez aparecem para suscitar a presença da extinta comunidade no tempo presente, a partir do conceito de memória, apontado por Pierre Nora e François Hartog.

Essa dissertação toma como referência o espaço de uma extinta comunidade que na sua natureza abrigou um campo de experiências e um horizonte de expectativas baseados numa percepção socioeconômica da Roça da Estância. Suas memórias ainda são vivenciadas por meio das palavras dos testemunhos que aqui serão apresentados. Ao longo dos capítulos será apontado os temas dos sujeitos, dos objetos, dos acontecimentos, dos lugares, das paisagens, do trabalho, dos aspectos do convívio social e cultural de uma época distante das redes de energia elétrica e das estradas automotivas em um ambiente rural no interior do país.

2 A ROÇA DA ESTÂNCIA

No Brasil Meridional, a cultura e tradição gaúcha, possuem notoriedade, constituem-se em referência. A lida campeira e o trato com o gado são aspectos importantíssimos para a compreensão da integração do Sul à nação brasileira. Foram os couros e os charques produtos que primeiramente refinaram a tradição econômica e cultural do Rio Grande do Sul.

Dos pampas aos campos de cima da serra, seu solo com ondulações leves, de "pasto bom" e seu clima bastante frio nos meses de inverno que permitiram, entre outros fatores, a introdução do gado e a economia da pecuária. Dentre suas características, está a estância. Um tipo de fazenda específica para a criação de gado. Sabe-se que a estância gaúcha tradicional é formada pela casa, onde moram o proprietário (ou *patrão*) e sua família; pelo galpão (ou galpões), onde vivem os peões, o potreiro, os currais, para encerrar o gado; o piquete, as invernadas, onde o gado é cuidado. Geralmente esse gado é negociado com mercadores ou são abatidos e beneficiados. Além da carne como alimento é até hoje produzido o charque, o salame, o queijo e o couro é aproveitado junto aos curtumes e selarias. As hortas e lavouras não são muito comuns, ou pelo menos, não são muito grandes, pois a preferência do gaúcho estancieiro está na criação de gado.

O belga Alexandre Baguet, que percorreu o Rio Grande do Sul em 1845, comentou, a respeito da definição desses estabelecimentos pastoris: "Foi somente em 1721 que, pouco a pouco, os habitantes do Rio Grande começaram a se dedicar à criação de gado e a seus estabelecimentos, aos quais se deu o nome de *estâncias*"[12]. A palavra *estância* é utilizada, normalmente, com o significado de grande estabelecimento pastoril (uma propriedade de 13.000 hectares povoada de reses), "mas nem sempre corresponde à realidade, havendo pequenas estâncias espalhadas pelo interior de Rio Grande do Sul e Santa Catarina com poucas cabeças de gado" (RAHMEIER, 2007, p. 48).

---

[12] Baguet deixou à posteridade o livro "*Voyage au Rio Grande do Sul e ao Paraguay, precede d'une notice historique sur la découverte du Brésil*, publicado na Bélgica em 1874. Deste foi selecionado o trecho *Voyage ao Rio Grande do Sul*, traduzido por Maria Alves Müller, para publicação, em uma edição conjunta da UNISC e PARAULA, com o título de *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (RAHMAIER, 2007).

Nem sempre as estâncias instaladas no Brasil meridional foram possuidoras da sua roça. Mesmo sabendo que na economia rio-grandense, as fazendas pecuaristas não tinham exclusiva produção pastoril, desenvolvendo concomitantemente a atividade de agricultura (OSÓRIO, 2004). Num ambiente social ainda em formação, a proveniência dos gêneros alimentares essenciais para manutenção da família e das comunidades advinha de outras localidades e de outros mercados. Esse foi o caso das estâncias localizadas nas proximidades da borda (escarpas) da Serra Geral na fronteira Nordeste dos Estados de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Longe de qualquer grande centro abastecido de produtos necessário para a alimentação, alguns estancieiros eram eficazes na própria implantação de suas roças aposando-se de terras despossuídas de algum tipo de cultivo ou negociando com peões, agregados ou qualquer outro trabalhador disposto a derrubar o mato e iniciar o cultivo da lavoura. Geralmente a proximidade, entre a estância e a roça contava muito. Nesse caso, os vales abruptos das escarpas da serra começaram a serem ocupados e anexados às estâncias para servirem de roçados produtores de alimentos agrícolas, ainda no século XIX.

Por sua vez, a roça, local distindo da estância, estava localizada nas cercanias e não na propriedade do estancieiro. A roça é o local da lavoura. Nela mais que a própria subsistência é o local do plantio e da colheita. Seus gêneros de plantas quase sempre voltados para grãos, raízes e frutos, neste sentido demonstraram a capacidade econômica para a manutenção dos negócios e asseguradora da vida no espaço rural de dezenas de homens e mulheres que não pertenciam a grupos sociais distintos, nem tampouco, foram contemplados com concessões de terras. Neste caso, o trabalho empregado na agricultura por ora diferenciou-se do empregado na pecuária. Técnicas e instrumento de trabalho bem como a mão de obras são bem distintos. O peão com laço de couro, montado em seu cavalo, conduzindo o gado para o pasto verde. Por sua vez, o roceiro maltrapilho que escolhe o local de mata a ser derrubado, queimado-a, preparando o solo para a semeadura. De fato, o mais forte aspecto econômico emergente nessa região foi a criação do gado bovino ainda no século XIX ocupando os campos de cima da serra.

Primeiramente rota das tropas que saíam dos campos do Sul com destino à Sorocaba no interior paulista, os campos de cima da serra foram sendo ocupados por estâncieros a fim de implementarem a criação de gado. Essa "atividade aventurosa", em razão de frequentes embates armados, acabou por estimular a formação de estâncias em outros pontos aquém da Campanha: "os Campos de Cima da Serra, as pastagens de

Passo Fundo e Cruz Alta, onde os pioneiros curitibanos e paulistas se instalaram com os seus criatórios, deram novo impulso à pecuária" (CÉSAR, 2002, p. 252).

Quando instaladas os primeiros engenhos para a beneficiação da cana de açucar no nordeste brasileiro o modelo agrícola importado foi o *plantation*, caracterizado pela mão de obra escrava e a monocultura obdecendo ao pacto colonial. Mesmo predominando esse modelo de produção outras áreas de floresta nativa eram postas a baixo para a criação de roçados que viessem a produzir diferentes gêneros de plantas necessárias para a alimentação. "Longe das cidades e vilas, casas e roças se descobriam com dificuldade encobertas pela floresta, porém ligados por veredas e picadas, assinalados por galhos quebrados ou golpes de machado nos troncos" (HOLANDA, 2002, p. 103). A disposição da roça "obedecia a critérios tais quais a melhor comunicação com a vila ou caminhos de escoamento de produção – rios, mares, estradas – assim como a solidariedade entre familiares e vizinhos" (DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2006, p. 48). No nordeste foi comum encontrar roças pequenas, abertas na clareira da mata, produtoras de alimentos básicos para os familiares e com algum exedente para o mercado local, combinaram-se com fazendas grandes voltadas para à exportação. No Sul, esses roçados escondidos por entre a mata também foram frequentes. Distintiguindo, a grande plantação monocultora de cana e a grande fazenda dos estancieiros pecuarístas; o roceiro agricultor também fez-se presente.

Alguns estancieiros tinham que recorrer a outros mercados, distantes de sua propriedade para encontrar alimentos necessário para a subsistência. A existência de um número expressivo de homens livres, pequenos proprietários, vivendo nos arredores das grandes estâncias, lutando contra um solo ainda não ocupado pela lavoura tradicional e tentando ajustar a natureza às necessidades e técnicas que dispunham, possibilitava ao estancieiro recorrer a eles caso não efetuasse plantação alguma em seus domínios. Esses eram os roceiros, mais do que homens a procura de um território para construirem a sua vida e trabalho, longe da tipológia de "decadentes e degenerados" de "mesquinha agricultura de substência" (LINHARES; SILVA, 1981), foram capazes de condicionar e de envolverem-se na economia do país durante séculos, a sua maneira e conforme as necessidades aparentes:

> Também conhecidos, segundo as diferentes épocas e regiões, como caipiras, caiçaras,

> caboclos, muxuangos, mandioqueiros, capicongos, brocoios, etc. Moradores dos "sertões", instalados além das cidades coloniais, transformaram tais espaços físicos em humanos. A variada maneira como se instalaram no território, suas formas de morar, viver ou morrer consolidaram dados mentais e culturais, enraizaram lembranças ou esperanças as quais acordaram valores afetivos e representações. (DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2006, p. 47)

Esse trabalhador rural, que ao longo da história do Brasil, em diferentes regiões e sobre variados aspectos estava encarregado de produzir uma variedade singular de alimentos, disponível conforme a variação do solo e do clima. Mais comum era encontrar em seus roçados a mandioca para a farinha, ao lado dele o feijão, a cana, o milho, a batata-doce, a espinafre, as couves, as abóboras d´água, as morangas, algumas plantas também para o tempero, como as salsas, manjeronas, manjericão, alecrim, cebolinhas verdes, juntamente com algumas ervas de arruda, losna, salsaparrilha, malvas, tranchagem, carquejas, além da variedade de frutas como bananas, laranjas, bergamotas e limões para citar algumas e os diferentes gêneros nativos encontrados em meio à floresta.

2.1.1 A Serra Geral: descrevendo a *paisagem*

O conceito de *paisagem* na geografia aparece como uma espécie de "síntese e epifenomeno" resultante de uma relação de tempos longos entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do ser humano organizado em sociedades complexas ou não, portadoras de uma historicidade, de uma cultura e de uma evolução técnológica. As "paisagens geográficas continham uma espessura antropológica, uma memória reveladora de diversas sedimentações ou marcas deixadas por sucessivas transformações" (DOMINGUES, 2001, p. 55). Ela remete tanto à percepção em relação à sua representação, como à sua interpretação por modelos racionais ou experiências sensoriais. A *paisagem* é uma produção humana, cultural, uma forma pela qual se vê o mundo, resultado da produção social e da determinação social. "Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor através de um olhar: olhar do nativo, olhar estrangeiro, olhar turístico, olhar artístico, olhar romântico" (PAES-LUCHIARI, 2007, p. 31).

A Serra Geral é um contraforte rochoso que atrevessa uma porção do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná até o Sul de Minas Gerais, ao qual foi denominada gegraficamente como *Planalto Brasileiro.* Esses contrafortes atingem altitudes que variam os 1000 metros em relação ao nível do mar. Chegando a 1403 metros em São José dos Ausentes (Pico do Monte Negro, RS) e a 1827 metros em Urubici (Morro da Boa Vista, SC). A região dos Campos de Cima da Serra é caracterizado pelas coxilhas suaves e vales rasos que se aprofundam em degraus súbitos a que correspondem a sucessivas quedas de água, à medida que os rios e arroios vão se encaixando em vales estreitos e de encostas íngremes de paredes rochosas verticais. O planalto termina abruptamente para Leste. Sem transição as ondulações suaves do relevo dão lugar a paredões verticais que descem para a planície sul-catarinense. É como se o planalto tivesse sido cortado, são os "Aparados da Serra". Nessa região aparecem conformidades rochosas muito verticais formando verdadeiros abismos, peraus e grotas. São os cânions.

No alto da serra, o clima é frio com predominância da geada no inverno. Seu solo é proeminente da oxidação da rocha de basalto e apresenta certa acidez para a agricultura. Seu relevo é caracterizado por coxilhas onde se originaram os campos de altitude e a mata subtropical de araucária (*Ombrófila mista*) formando uma paisagem natural típica do Sul do Brasil. Nessas coxilhas, seguindo o modelo pecuário dos campos de Viamão, foram instaladas as estâncias serranas.

Se no sentido Oeste as altitudes serranas vão diminuindo gradativamente até chegarem à calha do rio Uruguai e afluentes. Sua porção mais próxima do oceano Atlântico, a Leste, é formada por vales abruptos, de rios com águas cristalinas que despencam vertiginozamente nas escarpas em forma de cachoeiras. Seu relevo baixo aos poucos vai se confundindo com as restingas do litoral chegando bem ao Sul com os pampas gaúchos e mais ao norte com Laguna. Destacam-se, ao Sul, rios como o Tubarão, Araranguá e Mampituba. Os vales e as margens dos rios de solo fértil, fazem com que a intervenção humana, tornasse esse lugar gerador de uma variedade de alimentos oriundas da agricultura.

Perpassando aos tempos, essa *paisagem* já foi chamada pelos nativos indígenas, no termo chulo do português, de pedra afiada, o que para a linguagem tupi-guarani, significava *ita-imbé.* Da paisagem de encosta, nos vales dos Aparados da Serra, observa-se desde mais ao Sul os vales do rio Josafáz, Faxinalzinho, São Gorgonha, Rio do Boi, Rio Malacara, Rio Índios Coroados e Molha Coco até mais ao Norte com o Rio Leão e Rio Tigre Preto. Constituem em partes os afluentes do Rio

Mampituba e essa paisagem similar percorre todo o Estado catarinense até se mesclar com a Serra do Mar mais ao Norte.

Dessa paisagem do alto da Serra Geral, no recorte que se fez dos Aparados da Serra ao qual já foi chamado de "jardim de Deus", pela naturalista Pe. Rambo, observa-se "na imensidão e nas profundezas dos Aparados um pedaço do universo [que] envolve e questiona. O silêncio sopra a resposta" (TAVARES; DALTO, 2007, p. 65). Nos campos de cima da serra, ao longo dos séculos de povoamento e ocupação desenvolveu-se uma economia e uma cultura ligada à pecuária, ao passo que, para os vales das encontas e planície, com solo fértil e água abundante desenvolveu-se uma economia e cultura a partir das tradições ligadas à agricultura. Nesse mosaico socioeconômico, a pasisagem e a cultura foram modeladas a partir dos recursos encontrados no solo e no clima.

2.2 CENAS HISTÓRICAS

> *As terras que hoje constituem os municípios de Cambará do Sul e São Francisco de Paula, fora primitivamente habitados pelos índios Caáguas, que de acordo com o IBGE (1960), podem ser classificados como o tronco originário dos indígenas que posteriormente foram chamados de "Coroados", na região serrana. Os Tupis designavam-nos de "Irayti-inhacame", que significava "cera na cabeça", pois faziam largas coroas na cabeça e as cobriam com cera.* (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 72)

Para confrontar com a possibilidade de incluir a Roça da Estância como uma experiência a ser destacada na história, precisa-se de imediato deslocar-se no tempo e retroceder alguns séculos para entender a formação das primeiras estâncias no Sul do Brasil.

Desde modo, incluem-se três perspectivas nesse revisão bibliográfica e historiográfica: 1) o povoamento das terras (estancieiros e roceiros, neste caso até aqui apontado); 2) a disputa das fronteiras (territoriais, políticas e culturais); 3) da relevância socioeconômica da região Sul (incluindo a formação de identidades).

Para isso foi montado a partir de uma revisão bibliográfica, nas linhas seguintes, um item descritivo e didático dos principais eventos que

envolveram a formação das estâncias e as disputas que marcaram a região dos Aparados da Serra. Desse modo, nos demais capítulos não será preciso voltar, sucessivamente, para responder determinadas situações e expectativas dos sujeitos envolvidos na passagem que foi a formação, manutenção e extinção da comunidade do Fundo do Rio do Boi.

2.2.1 O Sul em Movimento: o gado e as primeiras estâncias

No século XVI, quando da chegada dos europeus nas terras Sul americana, sua parte mais meridional foi palco de disputas pela ocupação do território entre portugueses e espanhóis. Um tratado assinado em 1492, o tratado de Tordesilhas, demarcava as partes de ambos os reinos.

De um lado os portugueses esforçavam-se para manter o domínio da costa do Atlântico Sul. De outro, os espanhóis concentravam-se a margem da foz do Rio da Prata, chegando a navegar pelo rio Paraná e Paraguai, estabelecendo vilas e feitorias até Assunção. Restava o interior para ser explorado e dominado. A maior dificuldade encontrada pelos exploradores portugueses foi o contato com os contrafortes da Serra Geral. Essa formação de relevo abrupto e de considerável altitude interrompia o contato simples, de uma rota direta, entre a costa e o interior do continente. A solução era chegar por "trás" da elevação, vindo da bacia do Rio Uruguai, ou tentar "abrir" uma picada por onde houvesse a possibilidade de "subir" ou "descer" a serra e estabelecer uma ligação direta. Talvez, naquele momento fosse o gado, o maior fomentador, para estabelecer uma rota segura entre o mar e a serra.

Foi a capitania de São Vicente, doada a Martin Afonso de Souza que, em 1538, recebeu as primeiras cabeças de bovinos trazidos para o Brasil e que, supostamente deveriam ser a origem do gado riograndense. "Do rebanho resultante daqueles animais pioneiros, foram vendidas, em 1555, algumas cabeças destinadas ao Paraguai onde, já por volta de 1600, constituíam apreciável rebanho" (FORTES, 1981, p. 53).

Os padres jesuítas, juntamente com os espanhóis, chegaram ao Sul da América e se empenharam em catequizar os índios:

> Com o fim de alimentar os milhares de índios aldeados nas reduções, os jesuítas, por sugestão do padre Cristóvão de Mendoza, resolveram adquirir, no Paraguai, uma tropa que viesse a ser a base do rebanho a desenvolver na região missioneira, entre as reduções. Foi assim que, em 1634, o

> próprio padre Mendoza conduziu, desde as estâncias paraguaias, uma tropa de 1500 cabeças, originárias do gado vicentino. Esta tropa foi distribuída pelas diferentes missões onde, rapidamente, se multiplicou. (FORTES, 1981, p. 53).

No século XVII, as investidas dos bandeirantes vicentistas, no processo de captura e apresamento dos índios aldeados, levaram, porém, a maior parte deste rebanho a se dispersar pelos campos e matas gaúchas, tornando-se assim semisselvagens, sendo chamado "gado chimarrão". Foram aos missionários jesuítas, os responsáveis pela introdução de gado na província riograndense, com o objetivo de introduzir a pecuária na região das Missões.

Ainda no século XVII, em 1680, Portugal lançou-se ao empreendimento da fundação da Colônia do Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata, em frente ao reduto espanhol de Buenos Aires, fundada no século XVI. Para tanto, a fundação da Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, assim como o povoamento do litoral do Rio Grande do Sul, ocorre em "virtude da necessidade de apoio à colônia do Sacramento e de estabelecer ligação entre a costa e as estâncias do interior" (PIAZZA, 2003, p. 37).

Em 1684, o português Domingos de Brito Peixoto iniciou a fundação de Laguna. É a partir dessa povoação que os portugueses lançam-se a conquista dos territórios mais ao Sul, como é o caso dos campos de Viamão. "Na ocasião, muitos habitantes da região de Laguna, por determinação do Governador de São Paulo e atraídos pela criação de gado, dirigiram-se para as terras riograndenses, passando assim a povoar os pampas" (PIAZZA, 2003, p. 55).

Por essa época era comum o transporte ser feito via mar. O território continuava pouco conhecido e as rotas terrestres ainda eram diminutas. Por isso se dava a ligação das vilas portuárias como Laguna e Rio Grande mais ao Sul da província de São Pedro. Só com as instalações das estâncias no interior, principalmente a das proximidades dos campos de Viamão é que se deu a necessidade de abrir uma rota terrestre.

No Rio Grande do Sul a posse da terra e do gado, segundo Sandra Pesavento (1990, p. 15), "foi definida pelo regime de sesmarias, o qual possibilitou o início do estabelecimento das estâncias por volta de 1730". As sesmarias, terras medindo em tese 3 léguas por 1 légua (cerca de 13.000 hectares), eram concedidas como retribuição a serviços militares

prestados, não sendo exigido aos beneficiados, futuros estancieiros (ex-tropeiros ou militares que haviam dado baixa), a disponibilidade de recursos econômicos, "dado que diferenciava o processo de concessão realizado na Província de São Pedro do praticado no Nordeste, por exemplo" (PESAVENTO, 1990, p. 15). Ainda segundo Pesavento (1990, p. 15), a doação de terras em forma de sesmarias foi iniciada, no Rio Grande do Sul, "na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao Sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época".

Uma Carta Régia de 1722 chegava a São Paulo, determinando a abertura do "Caminhos do Sul". A intenção era fazer uma ligação das estâncias sulinas, próximas à lagoa dos Patos com a feira de Sorocaba para o transporte do gado. O primeiro caminho a ser aberto foi o "Caminho dos Conventos" – que subia a serra – em 1730, sob o comando de Souza e Faria.

Para as primeiras Estâncias:

> Coube ao lagunista João de Magalhães o papel pioneiro de implantar, no Leste riograndense, as primeiras estâncias. A fundação da Colônia do Sacramento tornou aconselhável a criação de núcleos que, ao longo do litoral Sul, constituíssem verdadeiros pontos de apoio às novas povoações do rio da Prata. Tendo sido fundada em 1684 a povoação de Laguna, recebeu Francisco de Brito Peixoto, seu Capitão-Mor, a incumbência de criar condições que assegurassem a linha de comunicação terrestre com a Colônia, impedindo, ainda que os espanhóis se fixassem no litoral riograndense. Desincumbindo-se de sua trabalhosa missão, mandou Brito Peixoto, em 1725, que seu genro, João de Magalhães, alcançasse as terras riograndense, pelo litoral, percorrendo-as até o Sul. Assim procedeu Magalhães e acompanhado de mais trinta lagunistas, chegou até o canal do Rio Grande. De seus companheiros destacou-se Cristóvão Pereira, que se tornou hábil tropeiro, campeador das coxilhas Gaúchas e que sugeriu, em 1727, a construção do caminho do Morro dos Conventos. Por esse caminho seria levado, para o Norte, o abundante gado das campinas do Sul. Foram os

> tropeiros que, ao longo da faixa litorânea, instalaram os primeiros fogões, isto é, as primeiras estâncias do Rio Grande, que se transformariam, com o correr dos anos, em vilas e cidades. Magalhães alcançou a região de Viamão, em cujos arredores se fixaram alguns de seus companheiros, iniciando o estabelecimento de estâncias para o gado. Outros porém, prosseguiram rumo ao Guaíba, em cujas margens localizaram seus domínios. Nasce daí a cidade de Porto Alegre a partir da doação de três sesmarias. (FORTES, 1981, p. 54).

O caminho dos conventos unia o caminho terrestre "dos gados" próximo ao litoral, com o caminho da serra, no alto planalto, aberto por vicentistas e tropeiros, ainda no século XVII, que chegava à Sorocaba, o grande mercado de bovinos.

Os lagunistas conheciam bem os caminhos do Rio Grande desde a origem de sua vila. A contar em 1715, pelo menos, os homens de Francisco de Brito Peixoto iam ao Sul para domar gado selvagem (possivelmente aqueles oriundos das missões jesuíticas), e trazê-lo para os campos de Laguna, onde formavam avultados rebanhos. Sobretudo depois de 1721, data em que Brito Peixoto recebeu o título oficial de Capitão-Mor de Laguna, com jurisdição até o "Rio Grande de São Pedro", os lagunistas ampliaram seu trânsito em direção ao Sul. As idas e vindas tornaram-se quase contínuas depois que alguns lagunistas criaram estâncias nos campos de Tramandaí e Viamão.

Quanto aos paulistas, começaram a chegar nos idos da década de 1730. Em 1728 o sargento-mor Francisco de Souza Faria, por ordem do governo de São Paulo, abriu a estrada dos conventos:

> que escalava a Serra Geral no vale do Araranguá. Em 1732, Cristóvão Pereira de Abreu melhorou esse acesso pelo planalto. A partir de então, transitaram [na região] de Torres vários grupos de SP e até MG, descendo a serra em Araranguá e de aí tomando a via praiana para o Sul. Na volta passavam com tropas de centenas de cabeças de gado equino para levar a feira de Sorocaba, SP. (RUSCHEL, 1995, p. 29).

Entre os tropeiros que, constantemente, através do "Caminhos do Sul", demandavam aos campos de Viamão, encontrava-se Antônio Corrêa Pinto. Corrêa Pinto sugeriu a fundação de uma vila no alto da serra. Seus argumentos, para a fundação da vila, estavam relacionados "não só com a proteção das habitantes da região, mas com o desenvolvimento da agricultura e das fazendas de gado e também como elemento estratégico contra as investidas dos espanhóis" (PIAZZA, 2003, p. 57). A povoação foi assentada numa colina próxima ao rio das Caveiras. Foi elevada à categoria de vila em 1771 com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages.

Nesses dois primeiros séculos de povoamento europeu na porção de terra que vai de Laguna ao Rio Grande, nota-se a necessidade de assegurar as terras, distribuindo-as a militares e a pessoas que detinham atribuições próximas dos interesses da Coroa quanto ao reconhecimento e defesa do território. Neste caso, a abertura de uma via terrestre era de extrema importância. Percebe-se a partir de então que a abertura de estradas apenas próxima ao litoral ou no alto da serra não era suficiente, mas também, nesse caso a ligação dessas duas porções se fazia necessária, sendo o Caminho dos Conventos o primeiro a fazer a ligação entre a serra e o litoral atravessando os vales da encosta.

Figura 01 – Serra Geral

Planalto Brasileiro – Serra Geral

Planície Litorânea e Pampa

Fonte: Wikipédia, biblioteca livre, 2012

Durante boa parte do Brasil colonial, além das atividades implantadas no litoral que visavam os pescados, o transporte e a defesa territorial, o Caminho do Sul foi fundamental para a implantação das primeiras fontes econômicas sustentadoras da instalação e permanência das pessoas e o povoamento no interior da região. Foi a partir dela que

outras rotas foram abertas e muitas vilas foram fundadas. Os espanhóis e portugueses continuaram sua expansão territorial, posteriormente o que valeu para essa questão fronteiriça foi a posse das terras, daquele a quem chegou primeiro. Foi consagrado, a princípio e a partir da ideia do direito romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito). Até o ano de 1822 os portugueses continuaram com as concessões de sesmarias por toda a região interiorana da província do Rio Grande, uma tática para possuir e garantir as terras disputadas.

Com a chegada dos estancieiros nos campos de cima da serra almejou-se ainda mais a necessidade de abrir rotas seguras que conduzissem até o litoral. De fato procurava-se vencer as barreiras naturais das encostas da serra, mas não era um trabalho simples de fazer. Os costões íngremes, a precariedade dos caminhos, os indígenas e a mata densa fizeram dessa empreitada um grande desafio, pouco registrado em documentos. Segundo o historiador Walter Piazza (2003, p. 80), a integração litoral-planalto, durante o primeiro reinado do Brasil Império, tornou-se de tal forma difícil, que foi "alvo de reclamação por parte do primeiro Presidente da Província, quando assumiu em 1824. Só a instalação de colônias ao longo do trajeto é que vai permitir, após 1829, a ligação do litoral, de São José a Lages". O que para essa pesquisa, a roça da estância (como será demonstrado no capítulo seguinte), possivelmente, demonstrou ser uma forma estratégica e importantíssima de ligação entre o planalto pecuarista com o litoral, perpassando com seus caminhos rudimentares as encostas e vales da Serra Geral. Esse envolvimento entre os locais da roça e da estância, separados geograficamente, gerou a permanência de grupos populacionais nessas localidades, ao qual, a roça fazia-se uma possibilidade. E essa é a novidade introduzida por essa pesquisa, a de pensar no trânsito, nas movimentações que essa microeconomia promoveu, favorecendo em certos aspectos, a permanência de famílias nos vales da Serra geral.

Antes disso, a política de incentivo à colonização do Sul do Brasil teve seu início em 1748 quando famílias açorianas chegaram à Ilha de Santa Catarina. Na Província de São Pedro, ocuparam os campos de Viamão e Porto Alegre e as duas margens da Lagoa dos Patos. A grande atividade econômica desenvolvida inicialmente foi a pesca e a ocupação do território foi caracterizada pela concentração populacional ao invés da procura de grandes extensões de terra.

Não alcançando grandes êxitos com os açorianos, em 1828, o governo central ordenava ao presidente da província de Santa Catarina que instalasse os colonos alemães recém-chegados. O local para o

estabelecimento da colônia foi escolhido pelo sargento mor Silvestre José dos Passos. A escolha recaiu no sertão acima da Vila de São José, as margens do rio Imaruí. A Colônia de São Pedro de Alcântara, "como núcleo populacional, surgiu dentro da política de integrar o litoral ao planalto, no sentido de dar apoio socioeconômico à região e servir de base a qualquer operação militar" (PIAZZA, 2003. p. 81).

No segundo reinado, inaugura-se uma nova página da construção da nação brasileira. A partir da segunda metade do século XIX, começam a chegar as grandes levas de imigrantes europeus em busca de terra e trabalho. Promovidos em partes pela política imperial, os novos recém-chegados colonos, em sua maioria, foram dirigidos para as províncias do Sul, a fim de povoar essas terras e iniciarem um novo sistema econômico que tinha como base a agricultura.

Também é durante o segundo reinado que vai se desenvolver um novo ciclo no processo colonizador brasileiro. Na década de 1840 algumas medidas foram tomadas, embora de forma ainda tímida. Uma delas surgiu através da Lei Geral Nº. 514, de 1848, onde ficou estipulado, entre outras questões relevantes, que "o Governo Geral cedeu a cada uma de suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas com o fim exclusivo da colonização" (HERÉDIA, 2001, p. 01).

A década de 1850 caracterizou-se por grandes transformações na política colonizadora do Brasil Imperial. A partir daí apresentou-se uma colonização já mais organizada em vistas das primeiras, sem a improvisação até então sentida. O grande triunfo da política renovadora ficou consubstanciado na Lei nº. 601, de setembro de 1850, conhecida como "Lei de Terras" onde a colonização estrangeira passou a receber primordial atenção. Esta lei dispunha sobre as terras devolutas no Império e estabelecia os critérios para a estruturação das colônias agrícolas. Nota-se que nesse momento as colônias recebiam verdadeira atenção por ter a pretensão de dinamizar a agricultura no Sul. Havia um foco que era com a relação da regularização do trabalho, o que passava pela questão da regulamentação das terras ainda não ocupadas, que estivessem vagas, chamadas de terras devolutas. Em seu artigo primeiro, a Lei de Terras determinava: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra". Era um contexto no qual a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e a crescente pressão pelo fim da escravidão apontavam para uma complexidade social. Em outras partes da lei, o texto, em relação a colonização concedia "que as terras devolutas fossem vendidas por um justo preço, segundo os interesses da

colonização"[13], determinando a medição, demarcação e a utilização para a colonização.

Em 1850, na região do rio Itajaí-Açu foi fundada a sede do estabelecimento colonial que mais tarde viria a se chamar de Blumenau. Após seguiu a instalação de novas colônias, tais como a "colônia Dª Francisca (1851)" em Joinville, a "colônia de Itajaí – Brusque (1860)", "A Colônia Nacional Angelina (1860)".

A partir de 1875 começaram a chegar grandes contingentes de imigrantes da Itália. Instalou-se na bacia do rio Itajaí, quer na colônia Blumenau, às margens do Itajaí-Açu, a partir de 1875, quer na colônia Brusque, junto ao Itajaí Mirin e seus afluentes. Daí eles espalharam-se pelo vale do rio Tijucas e alcançaram, também, as margens do rio Luis Alves, onde fundaram a Colônia do mesmo nome.

A movimentação de colonos italianos prosseguiu em direção ao Vale do rio Tubarão, a partir de 1877 (com a fundação de Azambuja) e daí para outros vales do Sul catarinense, como o vale do Rio Urussanga, do Rio Mãe Luzia e, finalmente, do Rio Araranguá, em 1891 é fundado a colônia Nova Veneza. Entre 1921 a 1931, imigrantes italianos tomam posse das terras que hoje corresponde ao município de Jacinto Machado e Turvo no extremo Sul catarinense, localidades muito próximas de Praia Grande (SC).

Por volta de 1876, o Governo Imperial passou a preocupar-se com o Sul da província de Santa Catarina, até então fracamente povoado. A partir daí, novas levas de colonos foram estendendo-se pelo vale do Rio Urussanga, surgindo ali uma rede secundária da colônia. Seguiram-se outras como Pedras Grandes, Treze de Maio, Acioli Vasconcelos (hoje Cocal do Sul) e Criciúma. Das localidades próximas aos Aparados da Serra, São Francisco de Cima da Serra foi elevado a condição de município no ano de 1878, Araranguá no ano de 1883 e São Domingo das Torres (atual município de Torres) em 1890.

No Rio Grande do Sul, em 18 de julho de 1824 chegou a Porto Alegre a primeira leva de 39 imigrantes alemães. Foram então enviados para a desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo, localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos, aonde chegaram em 25 de Julho de 1824. A seguir foram chegando outras levas e foi tentada a criação das colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres, outras

[13] Documento encontrado em: SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil.* São Paulo: Ed. brasiliense, 1990. p. 311.

localidades próximas aos Aparados da Serra. Entre 1844 e 1850 chegaram mais dez mil imigrantes, e entre 1860 e 1889 outros dez mil. Entre 1890 e 1914 chegaram mais 17 mil alemães[14]. Conhece-se a respeito disso uma curiosidade:

> Quando os alemães chegaram em Torres, não se cogitava de localizar quaisquer deles no Vale do Três Forquilhas. [...] Naquele fim de ano de 1826 choveu muito. O rio Mampituba alagou suas margens e a demarcação atrasou. Os imigrantes acampados em Torres começaram a ficar impacientes; alguns quiseram voltar a São Leopoldo ou Porto Alegre. Só no verão de 1827, meses depois, é que se efetuaram as demarcações. (RUSCHEL, 1995, p. 61).

Os alemães inicialmente ocuparam o vale do Rio dos Sinos, durante a Revolução Farroupilha alguns se deslocaram para Santa Maria, buscando se afastar dos combates. Depois de terminada a Revolução, os colonos se espalharam fundando colônias nos vales dos rios Taquari, Pardo e Pardinho, fundando Santa Cruz do Sul, a Colônia Santo Ângelo e a Colônia de Santa Maria do Mundo Novo. Às margens da Lagoa dos Patos fundaram São Lourenço do Sul[15].

No alto das serras sulistas nasceu um Brasil peculiar. Os índios (principalmente da etnia Kaingang) que habitavam a região foram expulsos de suas terras para dar espaço à chegada dos italianos. Ali, os imigrantes criaram vilarejos que remetem àqueles encontrados no norte

---

[14] www.ibge.gov.br

[15] A partir de 1875, de Piemonte e Lombardia, e depois do Vêneto na Itália, chegaram os primeiros grupos e instalaram-se nas colônias Conde d'Eu (atualmente a cidade de Garibaldi), Dona Isabel (atualmente a cidade de Bento Gonçalves) e Caxias do Sul. Ali eles passaram a viver da plantação de milho, trigo e outros produtos agrícolas; porém, a introdução do cultivo de vinho na região tornou a vinicultura a principal economia dos colonos italianos. De 1875 a 1914, entre 80 a 100 mil italianos foram introduzidos no Rio Grande do Sul. A colonização italiana foi efetuada no alto das serras, pois as terras baixas já estavam ocupadas pelos alemães. No decorrer do século XX, houve grandes migrações dentro do estado do Rio Grande do Sul. Muitas famílias italianas abandonaram as serras e espalharam-se por todo o Estado.

da Itália. Nas regiões altas do Sul, surgiu um Brasil com influência italiana.

Em Santa Catarina, por exemplo, como era de se esperar, a partir da fundação de colônias, a população da província cresceu. Após a vinda de imigrantes começou um novo processo de urbanização e dinamização da lavoura. Assim como "a industrialização só foi possível graças à formação de capital necessário ao empreendimento industrial que foi resultante do comércio exportador de produtos coloniais" (PIAZZA, 2003, p. 135). Em pouco mais de meio século as terras "incultas" ocupadas pelas colônias passaram a se tornar referência industrial. Todo esse cenário de movimentação populacional dinamizou o espaço a ser ocupado. Novos caminhos eram feitos para poder efetuar a instalação desse contingente de pessoas e novas terras tornaram-se cultiváveis. Os imigrantes trouxeram novas técnicas de cultivo do solo bem como aumentaram as possibilidades de mercado. Sabe-se que anos após a fundação das primeiras colônias, a agricultura até então instalada pelos imigrantes favoreceu a economia para o mercado interno, seus produtos passaram a abastecer não só grandes centros como também os estancieiros localizados próximos à instalação dessas colônias.

Geralmente essas políticas de incentivo à colonização são tratadas separadamente por questões ligadas à divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para tanto como a região dos Aparados da Serra é localizada na fronteira noroeste destes Estados é de extrema importância que se correlacione os núcleos populacionais de colonos, sendo que Turvo, Nova Veneza e Jacinto Machado são os núcleos colônias mais próximo pelo lado catarinense e Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara são as colônias mais próximas dos Aparados da Serra pelo lado riograndense.

Antes da lei de terras e da grande imigração europeia, o Sul havia sido agitado pela Revolução Farroupilha (1835 – 1845). Suas causas estavam relacionadas com o desejo de maior autonomia política para as Províncias, chegando a sua trajetória a uma República Federativa. Os rebelados foram contra a política reacionária dos Governos provinciais e com o desejo de mais atenção, por parte do Governo central, aos seus interesses econômicos, voltados para a pecuária.

Em 22 de julho de 1839, "estava Laguna em poder dos farroupilhas. Deram-lhe o nome de "cidade Juliana de Laguna" e instalaram o Governo Provisório da "República Catarinense", sob a presidência de Davi Canabarro". (PIAZZA, 2003, P. 95).

Existe um episódio narrado que conta a passagem de Bento Gonçalves pela região dos Aparados da Serra. “Estando ele, em Viamão com 600 homens e mais 2000 cavalos, tinha por objetivo subir a serra por Maquiné para unir-se a Canabarro” (RUSCHEL, 1995, p. 74). Como tal não fosse viável porque os legalistas já controlavam a passagem em Terra de Areia. Bento Gonçalves decidiu tentar a serra do Rio Mampituba. Começou então, uma sensacional corrida entre revolucionários e imperiais:

> Os rebeldes foram mais ligeiros porque vinham pelo campo aberto. Numa lagoa do caminho jogaram fora seus canhões, munição e arreios excessivos, para andar mais depressa. Tomaram a estrada do Faxinal passando cerca de 5 km a oeste da localidade de Torres, e depois o caminho a beira do Mampituba; atravessaram o rio Monteiro (passo do Rio Verde) e subiram a serra na Picada do Cavalinho, mais ou menos onde é hoje a rodovia Praia Grande – Itaimbezinho. Nas escabrosas veredas perderam 500 a 1000 animais, depois recolhidos pelos inimigos, bem como a metade da tropa, de 200 a 300 homens debandados e caídos em poder dos perseguidores. (RUSCHEL, 1995, p. 74).

Se os farrapos conheciam essa subida da serra pela Picada do Cavalinho, já é possível que essas terras de encostas da serra fossem ocupadas, tal como mencionado por meio da criação das roças para as estâncias. Passado o agito dos Farrapos, quase duas décadas depois, as províncias do Sul passaram a receber nova atenção das demais Províncias e do Governo Central. Dessa vez foi a Guerra do Paraguai (1864 – 1870). Teve início o maior conflito armado da América do Sul, envolvendo a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. O Brasil, por sua vez, queria consolidar sua influência política na região, para assegurar vantagens econômicas e a navegação pelos rios. A guerra do Paraguai, por sua vez, também fez com que a “província de Santa Catarina, notadamente a sua capital, continuasse sendo um verdadeiro aquartelamento”. (PIAZZA, 2006, p. 145).

A Guerra do Paraguai mostrara, ainda, a necessidade do Brasil produzir combustíveis, como o carvão de pedra, para o desenvolvimento da navegação a vapor e o ativação das estradas de ferro que se

construíssem no país. Com capitais ingleses organizou-se a *The Tubarão Brazilian Coal Mining Co. Ltda*, para exploração do carvão, cuja autorização imperial data de 1883. Ainda em 1881 foi concluído o primeiro trecho de ferrovia, correspondente ao trajeto Imbituba - Laguna. Todas essas obras e essa atenção voltada para o capital que as recém-encontradas minas de carvão poderiam oferecer, nas bacias do Rio Urussanga e nas proximidades de Criciúma, atraiu um enorme contingente de trabalhadores: recém imigrados, negros alforriados e escravos, ex-militares, gentes especializadas e burocráticas, trabalhadores livres de outras partes do país que vão consolidar o povoamento nessa região e proximidades.

Ainda no fim do século XIX, como o fim do império e a instalação da República, uma nova revolta vai agitar algumas regiões do Sul: a |Revolução Federalista. Esse movimento político iniciado em 1893, em oposição ao Governo do Presidente Floriano Peixoto, cuja eclosão ocorreu no Rio Grande do Sul. Pretendiam obrigar o Governo Federal a cumprir as determinações da Constituição e exigir a destituição do Governo Estadual. Os revolucionários federalistas ocuparam os Estados de Santa Catarina e Paraná. Essa revolta colocou em evidência a briga política entre os chamados *pica paus* (apoiadores de Júlio Prates de Castilhos) e os *Maragatos* federalistas que pretendiam liberar o Rio Grande do Sul do governo Castilhista.

Num episódio, em fevereiro de 1894, as autoridades militares de Torres, organizaram um grupamento militar formado por torrenses. Tratava-se do 16º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional. Compunha-se de reservistas chamados. Durante mais de dois anos, o regimento exerceu seu papel de defensor do republicanismo. Sua "atuação mais importante consistiu em evitar a invasão dos Maragatos que "infestavam" o Sul de Santa Catarina" (RUSCHEL, 1995, p. 92), sobretudo nas encostas da serra gaúcha. Quatro foram os pontos críticos que cabia aos cavalarianos torrenses resguardar:

> a) os passos do Rio Mampituba, em especial os do Sertão e do José Inácio;
> b) a trilha que descia a Serra da Praia Grande, então mais conhecida como Serra do Molha Coco, no alto do vale do Rio Mampituba;
> c) idem da Serra do Pinto, nas cabeceiras do rio Três Forquilhas e seus afluentes [a rota do sol];

> d) idem a Serra do Umbú (Serra do Ouro), no alto do vale do Rio Maquiné ou Cachoeira. (RUSCHEL, 1995, p. 92).

Entre todos esses pontos e ainda em outros lugares, os Republicanos do 16º Regimento de Cavalaria tiveram vários entreveros com os Federalistas Maragatos de "Candinho Baiano, José Cristino, Leôncio Leão, Chico Vaz e os irmão Rodrigues" (RUCHEL, 1995, p. 92). O movimento de 1893 prolongou-se até a assinatura de Paz de Pelotas em 23 de agosto de 1895. Dando fim a uma disputa política e territorial, mas penetrando de vez no imaginário e a memória das gerações que seguiram-se a tal ponto que muitos desses embates ainda permeiam a memória e o imaginário dos mais antigos da região. Ainda hoje é comum, em conversas com os mais velhos (como nas entrevistas desta pesquisa), vir à tona a memória destes embates entre pica-paus e maragatos, principalmente e peculiarmente no vale do Rio do Boi. Mesmo que as pessoas que narram essas histórias não tenham presenciados esses fatos, esses acontecimentos perpassaram os tempos e continuam a impregnar o imaginário de algumas comunidades de Praia Grande (SC).

Todos esses acontecimentos, nos séculos passados, em linhas gerais, conotam a história de povoamento do Brasil meridional. São os sujeitos lembrados. Buscou-se dessa forma aproximar acontecimentos já conhecidos da história brasileira com a região em destaque que é os Aparados da Serra. Da defesa do território no século XVI com a construção de fortes no litoral, as descobertas de caminhos que acessassem o interior do continente, que exemplificam, o trânsito de pessoas. No século XVIII, principalmente, demonstrou-se certa necessidade de organizar as tropas de gado vindas do Sul a partir de uma integração com São Paulo. Foram as aberturas de caminhos que conduziram as tropas de gado deixando pelo trajeto pequenas vilas e aglomerados populacionais que mais tarde viriam a constituir algumas cidades do interior. Desde aquele período fazia-se necessário um caminho que ligasse o litoral à serra. Foi observado que no século XIX as guerras, os conflitos da Revolução Farroupilha (1835-1845), a Guerra do Paraguai, (1864-1870), a Revolução Federalista (1893-1895) e principalmente, a imigração europeia que vão arrastar novos contingentes populacionais para Sul, alterando de certo modo o espaço, consolidando as fronteiras e implementando a economia da região, dinamizando o povoamento e a cultura nas terras do Sul.

2.2.2 Século XX: palco para muitas histórias e a ocupação dos vales da Serra Geral

> *Praia Grande, como parece à primeira vista, não fica no litoral, mas ao pé da Serra Geral, no sudoeste do município de Araranguá. Toma o nome de um grande despraiado existente no Rio Verde [rio Mampituba], aí denominado Rio Praia Grande. Não é uma praia comum, mas um imenso lençol de seixos rolados. Nesta zona entende-se por "praia" também o cascalho só, pois é frequente se ouvir a expressão: "levaram praia para a estrada", ou "assoalharam a estrada de praia", quando querem exprimir a atividade do governo em pavimentar com este material no leito da rodovia.* (REITZ, 1948, p. 87)

Durante o século XX, ocorreram grandes transformações na sociedade brasileira. Algumas invenções modificaram radicalmente a sociedade não só nos zonas urbanas como também nas zonas rurais. Em uma medida de concepção hegemônica de progresso durante o século XX, o meio ambiente passou a ser afetado com mais intensidade motivados por ideais progressistas de desenvolvimento. Nesse século, entre tantas coisas, houve um crescimento das cidades, a invenção e popularização do automóvel, as redes de energia elétrica, a industrialização, o operariado e as classes, a rádio e a televisão para as comunicações. Tantas transformações modernas que iriam iniciar um novo modelo social, político e econômico com capacidade extrema de influenciar as edificações culturais. As máquinas e a informação midiática iriam invadir as comunidades a tal ponto nunca antes imaginado. No Brasil, não só as populações urbanas e rurais vão sentir o peso do "progresso", como também o espaço natural vai ser modificado a partir de ideais de modernização.

Na primeira metade do século XX as duas grandes Guerras Mundiais agitaram o globo. Primeiro fez com que a industrialização se dinamizasse, depois fez com que o espaço rural se tornasse mais produtivo para abastecer os campos de guerra e as grandes metrópoles emergentes. Foi assim que, em certa media, a guerra foi sentida no Brasil, em meio ao surto de industrialização e aumento da produtividade agrícola para exportação. Numa visão geral, com a dinamização urbana, novas

estradas, e agora automotivas, passaram a ser construídas. Conjuntamente, a energia elétrica, o rádio e a televisão, aos poucos, começam a ser inseridas nos lares das mais diversas populações, emergindo assim, num novo sistema social e cultural.

As cidades brasileiras, nos anos pós-guerra desenvolveram-se com a industrialização e começaram cada vez mais a ser atrativas para as populações interioranas sobrepondo valores e interesses sobre as zonas rurais, ao qual como consequência, apareceram com mais intensidade as migrações internas, ou seja, o êxodo do campo para a cidade. Para Tedesco (2004, p. 281), a sociedade brasileira em geral e o meio rural em particular passaram, entre a década de 1950 e o final da década de 1960, "por profundas transformações sociais. Foi um período por excelência em que a sociedade foi induzida a se modernizar em vários âmbitos produtivos, de convivência social e familiar, de concepções de vida e de sociedade". Os inventos técnicos tomaram uma tal profusão que o imaginário e as práticas cotidianas das mais diversas sociedades "passaram a ter, como uma de suas referências básicas, a convivência com as máquinas de todos os tipos e para todas as finalidades, integrando-se de tal maneira aos hábitos humanos que sua presença tornou-se naturalizada e inquestionável" (LOHN, 1999, p. 41).

As cidades foram impulsionadas pelo avanço tecnológico e industrial principalmente a partir de 1930 e o espaço rural dinamizou-se com a abertura de estradas. O campo pastoril também se alastrou no lugar da vegetação nativa, mais solos deixaram de ser incultos. Com a retirada da mata favoreceu o aumento das roças de todos os tipos, da agricultura familiar ao agronegócio. Esses foram aspectos que nortearam o cotidiano das populações durante boa parte do século XX. A tecnologia, o progresso e a industrialização também passaram a fazer parte dos planos governamentais. Por exemplo, em algumas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tais como os Aparados da Serra, chegaram, principalmente na década de 1940 as madeireiras equipadas com máquinas que serviam com mais eficácia para a derrubada da mata nativa. A introdução de caminhões para o transporte da madeira, assim como a construção de pontes aceleraram o processo de retirada das árvores em diferentes ambientes.

Politicamente foi em 31 de dezembro de 1943 que foi criado o Distrito de Praia Grande que passou a categoria de Vila. A emancipação veio na lei Nº. 348 de 21 de junho de 1958 e a instalação do município deu-se ainda em junho daquele mesmo ano. Como é sabido Praia Grande não é um município muito antigo. Acredita-se que a "colonização de Praia

Grande, deu-se por volta de 1890, pelos portugueses" (RONSANI, 1999. p. 31) e que foi "rota de passagem de alguns tropeiros" (CORVINO, 1999, p. 12). Antes disso a região de Praia Grande, serviu de acesso à serra através de picadas que subiam as encostas rochosas e de condensada vegetação nativa. Perto de onde hoje é o centro do município, no caminho que liga Praia Grande a Jacinto Machado existe nos paredões de encosta da Serra Geral, depois dos cânions Malacara e Churriado, uma trilha muito antiga, descrita por alguns moradores dos bairros Fortaleza, Vista Alegre, Cachoeira e Três Irmãos, chamam-na de "trilha dos porcos":

> Toda a história de Três Irmãos começa bem cedo. Por volta de 1820 já tínhamos o 1º casal residente, Jacintho Lopes e Rosa de Jesus, ambos descendentes de Portugueses e naturais de Santa Catarina. Vindos provavelmente de Laguna e nascidos no final do século antepassado. Nasceu ali seu filho João Jacintho de Sousa em 1826 mais tarde casando com Maria Brandina Silveira que nasceu também no início do século passado, João Jacinto viveu 110 anos e faleceu em 22/01/1916. No final do século passado Três Irmãos teve um rápido crescimento. Entre os anos 1895 a 1905 tudo parecia se desenvolver, havia algumas casas de secos e molhados, ferraria e atafona de moer milho e outros. Timbopeba que estava com toda força comercial até final do século passado perdia rapidamente para Três Irmãos e em seguida a Vila Rosa teve o domínio total, por estar mais próxima ao pé da serra. (RONSANI, 1999, p. 102)

Essa memória do povoamento da região é importante para entender a trajetória dos trabalhadores rurais que chegaram no Fundo do Rio do Boi. Muitos dos primeiros habitantes da região, que chegaram no início do século XX, ou desciam a serra pelas então já conhecidas picadas, trilhas que passavam animais de carga, como mulas e cavalos, ziguezagueando pelas encostas ou vinham do litoral "subindo" pelas margens do Rio Mampituba. Por volta dos anos 1920, antes da Vila Molha Coco, atual Vila Rosa em Praia Grande (SC), tornar-se uma referência comercial de produtos secos e molhados, existia um mercado referência para as poucas famílias que habitavam a região, desde Espigão de Barro (atual Vila Cachoeira de Fátima em Praia Grande) até Passo do Sertão

(atual município de São João do Sul, SC), esse centro comercial, que não passava de um lugarejo para trocas e negócios comerciais estava localizado em Timbopeba. O pároco Raulino Reitz registrou na sua obra *Paróquia de Sombrio*, ensaio de uma monografia paroquial, publicado no ano de 1948:

> Timbópeba é o nome de um cipó venenoso existente nesta localidade, e que, segundo os antigos foi a causa da morte de muitas cabeças de gado. No ano 1860 já temos moradores em Timbópeba. Em todo Sul do Município de Araranguá, foi a pioneira do comércio com a serra. A praça comercial, atualmente sediada em Praia Grande, estava localizada na Timbópeba no século passado e neste século até o ano de 1917. Era o entreposto comercial entre a serra e o Sul do município de Araranguá. Forte movimento de tropas da serra rumavam para esta localidade. Aí deixavam os produtos serranos do Rio Grande do Sul e levavam os de baixo, a saber, açúcar, aguardente, banana, artefactos diversos, etc. Ainda hoje há aí vestígios de tanques em que se depositava a aguardente. (REITZ, 1948, p. 78)

Acredita-se que pelas proximidades de Três Irmãos e Timbopeba que a "trilha dos Porcos" era muito usada para realizar essas trocas comerciais. O pároco Raulino Reitz descreve dois dados curiosos que condizem com a história de Praia Grande. O primeiro, que a partir de 1917 houve um grande fluxo de povoamento das terras próximo a Serra Geral (REITZ, 1948). E segundo, que as tropas desciam a serra.

Quando mencionados os primeiros habitantes de Praia Grande, chama atenção duas pessoas, o Sr. Luiz Tramont e o Sr. Amândio Cardoso de Lima. Quando em 1918, data da construção da primeira capela em Praia Grande, entre outros habitantes de Praia Grande, encontrava-se Idalino Cardoso, os irmãos Camilo João Inácio e Ricardo Inácio, Abel Esteves de Aguiar, Amândio Cardoso de Lima e Ildefonso da Silva. Não se daria muita importância a esses sujeitos da história de Praia Grande caso não fosse um fato relacionado, descrito aqui, aos seus trabalhos. O que chama atenção nesses sujeitos são as peculiaridades relacionadas à prática de seus trabalhos, ambos subiam e desciam a serra para efetuar negócios. Vejamos esse relato:

> O Sr. Luiz Tramont, era um mulato muito prezado por todos na época; pois veio com sua família da cidade de Taquara (RS) e aqui chegando dedicou-se ao comércio. Mas nem tudo brilhou tão fácil na vida do seu Luiz Tramont, pois seu comércio foi invadido pelos Pica-paus e Maragatos que estavam em lutas. E foi assim que Praia Grande surgiu com a luta destes primeiros fundadores. Também não poderíamos deixar de mencionar o Sr. Amândio de Lima, que vindo do lugarejo antigo Passo do Sertão, hoje o Município de São João do Sul, aqui chegando, seu Amândio dedicou-se à agricultura, principalmente na cana-de-açúcar. Esse produto era transformado em diversos derivados como: açúcar damasco, rapaduras e cachaça, fabricadas em seus alambiques e engenhos rudimentares. Seus produtos eram comercializados em vários lugares, mas o maior comprador eram os municípios de Bom Jesus e Vacaria, na região serrana. Seu Amândio teve uma numerosa família e todos Praiagrandenses[16].

Esse relato demonstra que entre tantas outras possibilidades de comércio, que provavelmente deveriam acontecer com centros de localidades vizinhas, havia de fato uma transação comercial com os lugares do alto da serra. Prática que sobreviveu ao tempo e continuou ativa, tornando-se uma característica cultural e econômica da região e que favoreceu o estabelecimento de povoados. As localidades da serra com seus povoados eram atrativas para o comércio local. Tanto os pioneiros subiam a serra para negociar, como os serranos desciam para negociar mercadorias. Promissoramente, era o comércio de alimentos no lombo de mulas (PERES JR, 2005). Por isso, conhecer a melhor vereda e abrir a melhor picada na encosta da serra demonstrava-se uma excelente estratégia para a época. Desde muito cedo, os costões da serra passaram a ser conhecidos e frequentados.

De antemão, reaver a história e as construções de identidades ao longo do passado (como foi visto nas cenas históricas deste capítulo), bem como, estabelecer esses marcos temporais e a importância desses sujeitos,

---

[16] Essa citação não foi publicada, é de autoria de Reni P. Souza, disponível em: www.praiagrande.sc.gov.br . Site acessado em 01 de março de 2013.

facilita a compreensão dos acontecimentos que antecederam as reviravoltas sociais no campo, depois da segunda metade do século XX. Pôde-se compreender que impulsionados por conjunturas da época, tais como a fixação de pessoas em terras incultas e a importância do tropeirismo para o transporte de mercadorias nesses primeiros tempos de povoamento, que alguns dos primeiros moradores, não só se envolveram com práticas ligadas à agricultura como também em práticas comerciais.

Seria muita pretensão dizer que o maior consumidor dos produtos gerados nas roças do sopé da serra eram os moradores de cima da serra, até porque as localidades de Torres, Sombrio e Araranguá, nas primeiras duas décadas do século XX já possuíam considerável número de habitantes urbanos. No entanto, conforme os relatos acima, essa prática de subir a serra, com cargueiros de mulas e suas bruacas carregadas de gêneros alimentícios oriundo das roças dos vales e planície era muito comum. Estipula-se que um dos interesses em levar as mercadorias da roça para o alto da serra era também o trazer os produtos oriundos da pecuária para ser comercializado nos centros de outras localidades que possuíssem casas de comércio e secos e molhados. Pode-se até mesmo dizer que Praia Grande projetou-se através do comércio de suas mercadorias. Esse comércio por hora atraía pessoas interessadas em inserir-se nesse mercado, trabalhadores rurais que a partir do plantio de alimentos poderiam estar entrando no ciclo dos "produtos de serra acima versus os produtos de serra abaixo" (PERES JR, 2005, p. 60) nessas primeiras décadas do século XX.

2.3 NO PÉ DA SERRA OU NA BEIRA DO PERAU: ADENTRANDO A GROTA DO FUNDO DO RIO DO BOI

Conta-se uma história lá para os vales do cânion Josafáz e Faxinalzinho que um antigo fazendeiro estancieiro mandou seus escravos descerem os "peraus" dos Aparados a procura de terra boa, quando achassem era para eles derrubarem a mata e iniciarem uma roça de milho, cana e aipim. Preocupado com o não regresso desses escravos, tal fazendeiro foi até São Francisco de Paula de Cima da Serra, fazer um boletim de ocorrência na delegacia. Ele relatava que seus escravos andavam fugidos pelas bandas do Josafáz. A partir de então se soube que a roça da estância localizados no fundo das grotas e vales funcionavam como uma espécie de extensão territorial da estância. Seus escravos, agregados ou peões faziam o elo entre o patrão e a roça, uma vez que a estância necessitava dos produtos oriundos dessa empreitada agrícola

(TEIXEIRA, 2008). Quanto ao local dessa história, São Roque hoje é identificado como comunidade tradicional de remanescentes de quilombolas, visto que muitos escravos mandados para a roça "da" estância não voltaram ou quando voltavam e cumpriam suas obrigações adquiriam o "direito" de "morar" na roça, ao passo que quando datasse das colheitas levassem a produção para o seu patrão num complexo sistema escravista[17]. Essa história, narrada a partir de relatos orais de moradores de Praia Grande, provém de acontecimentos surgidos ainda no século XIX, mas possibilita pensar como as pessoas chegaram e estabeleceram-se no Fundo do Rio do Boi.

Para tentar compreender os ciclos de ocupação e povoamento da região dos Aparados da Serra necessita-se dividir a ocupação dos vales em pelo menos duas rotas. A primeira condizente com a faixa litorânea que ocupa as porções que vem desde Laguna mais ao norte até os campos gerais de Viamão e Porto Alegre, chegando na Serra Geral pela região baixa dos Aparados da Serra. Tem-se por esse caminho a paisagem de serras, vales profundos e montanhas com platôs que alcançam uma proximidade de 1000 metros do nível do mar.

A outra rota é referente ao planalto brasileiro, local onde ao longo de séculos passados presenciou-se a história e a cultura de levas de tropeiros, e mais tarde pecuaristas, como já vistos nas cenas históricas dessa pesquisa, como as instalações das estâncias serranas que abrangeram a ocupação dos campos de cima da serra (de Vacarias a São José dos Pinhais, das bordas da Serra Geral as missões e campanhas riograndenses). Obviamente que estas características são muito abrangentes, mas o suficiente para compreender que as famílias que chegaram à região de Praia Grande e mais especificamente nas encostas da Serra Geral eram oriundas de localidades desde Laguna à proximidades de Porto Alegre ao qual "subiam" as margens do Rio Mampituba pelo Passo do Sertão e Timbopeba. Ou ainda, oriundas dos campos de cima as serra ligados historicamente a pecuária ou mais tarde as madeireiras. Até porque, como iniciou essa observação, era prática

[17] Essa história foi registrada a partir da coleta de narrativas de alguns moradores de São Roque da Pedra Branca (Praia Grande) transcritas no trabalho de conclusão de curso de: LUMMERTZ, F. C. *Cânions e História: comunidade tradicional, cultura popular e ecologia nos Aparados da Serra.* Florianópolis, UDESC, 2009. Ver também em TEIXEIRA, Luana, 2008. E nos relatórios antropológicos do NUER/UFSC projeto "*Quilombos do Sul*".

comum entre os fazendeiros manter uma roça nos vales da serra a fim de suprir as necessidades alimentares básicas da estância. E esse é o fato que se quer chamar atenção. São descritos na história que houve ciclos de povoamento durante vários períodos nessa região, mas em momento algum, se fez uma referência da importância das estâncias para o povoamento e fixação de famílias e agricultores nos vales da Serra Geral. Entende-se a partir de então que as estâncias contribuíram para gerar uma relação que permitiu as pessoas – entre elas escravos, peões, agregados, trabalhadores rurais pobres – a permanecerem nos vales com a finalidade de produzir alimentos agrícolas, por meio de uma agricultura de subsistência e familiar como que, quase uma classe subalterna nas franjas da sociedade.

Com razão, não devia ser de toda facilidade desbravar os costões, grotas e vales da serra. O Rio do Boi é uma continuidade da conformação geológica Serra Geral que despenca e desce em um vale vizinho ao Rio Faxinalzinho e Josafáz, local de onde aparecem as histórias orais que remetem ao tempo da escravidão. Seu leito de rio da origem ainda no alto da serra aos paredões rochosos do cânion Itaimbezinho. Quando as águas saem do estreito labirinto rochoso avistam-se os vales verdes do Rio do Boi, na parte catarinense, até desaguar como afluente do Rio Mampituba.

Ao pensar na geografia, e mais especificamente, no "pé-da-serra", ao descrever os vales verdes e seus rios, a questão mais intrigante nesse estudo é referente à localização que, hoje, encontra-se as ruínas da antiga comunidade do Fundo do Rio do Boi. Estão quase que isoladas, muito à dentro do vale. Por se encontrarem lá, elas são as marcas, os registros daquilo que pode-se chamar de um acontecimento histórico. Pois indicam, dão testemunho, aparecem como artefato e exibem partes da experiência obtida no povoamento e circulação de pessoas por essa região. Ainda, mesmo em ruínas, lembram coisas, ativam a memória fazendo do lugar um elemento estratégico de lembranças do passado.

Dificilmente se saberá quem foram os primeiros a habitar o vale do Rio do Boi. Mas foi dado indícios do porque as pessoas instalaram-se nessa localidade. Um relacionado ao comércio e as ondas de povoamento de 1917 apontado por Reitz e outro anterior a isso, quando da movimentação das pessoas para a instalação das estâncias e consequentemente das roças nos vales. Imagina-se que quando ocupadas essas terras que a economia girava entorno da agricultura, principalmente a de subsistência e quando possível cobriam o mercado interno. De acordo com os indícios aqui apontados, em síntese, para a "estreita" faixa de terra que se inicia a baixo de Laguna, no litoral Sul e vai até os vales da Serra

Geral, como nos demonstrou o professor César Sprícigo (2003, p. 19), a ocupação da Freguesia de Araranguá ainda no século XVIII e XIX "estivera ligada à expansão da população de Laguna para o Sul, população que passara a desenvolver uma agricultura voltada para a subsistência e exportação através da produção de farinha de mandioca".

Por outro lado, no alto da serra é conhecido a existência das estâncias desde pelo menos o século XVIII. O comércio de gado estimulado pela mineração no Sudeste brasileiro, também atraiu e deslocou populações para as províncias Meridionais do Brasil. Portugueses, açorianos, vicentistas, que, de acordo com o discurso historiográfico tradicional foram os primeiros a chegar a essas terras, mas que, além destes e junto a estes, acompanharam negros, mestiços e indígenas. Gente de todos os lugares em busca de meios para sobreviver e de riquezas possíveis. Para Sprícigo (2003), há "sujeitos lembrados e sujeitos esquecidos" na história e neste caso os sujeitos esquecidos, na sua grande parte, foram os negros escravos, mas também havia a presença de trabalhadores livres pobres, muitos deles despossuídos de terras que se ocupavam em trabalhar na lida diária da roça ou em ocupações subalternas. Em relação a isso, lembrou-nos o antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p. 424) que a maior parte dessa população esquecida, de "gaúchos-a-pé se faz lavradora de terrenos alheios, ainda não engolidos pelo pastoreio, através do regime de parceria. São os autônomos rurais do Sul, contrapostos a peonagem das estâncias". Longe do poderio dos grandes proprietários de terras que ocupavam as "melhores terras", quem sabe os vales da serra por serem lugares com maior dificuldade de acesso e com terras de relevo inclinado, favoreceu a instalação desses sujeitos esquecidos? Desses sujeitos que faziam do espaço entre a estância e a roça, o seu campo de experiências.

Outro marco importante nessa pesquisa foi que principalmente após 1850, quando da Lei de Terras, que efetivamente estipulava o acesso à terra mediante a compra, essas terras de "difícil acesso" ou praticamente "sem acesso" eram alvos de posseiros, famílias humildes que viam nesses lugares a possibilidade de ocuparem e iniciarem um trabalho produtivo. As encostas da serra com seus vales, rios, grotas e peraus, pareciam aos olhos dessas pessoas um bom lugar para se tornarem "proprietários". Mas também, pode ter sido a partir desse momento, como demonstrou Teófilo Torronteguy (1994, p. 60) em sua obra, *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*, para "os estancieiros se apossarem de novas terras".

De certa forma, como foi observado anteriormente, desde os primeiros movimentos de povoamento dessa região existia um comércio

insipiente entre as pessoas que lidavam com negócios na parte baixa da planície (no pé da serra) com os estancieiros serranos (na beira do perau) e vice-versa. Diante disso, o ponto substancial desse capítulo e que responde algumas dúvidas, pode ser que, estar com a roça próxima à subida da serra poderia ser uma vantagem, visto que, diminuiria o tempo e o custo de transporte até as estâncias serranas. Por esse motivo, famílias inteiras deslocaram-se, como agricultores, para os sopés da serra. Não se sabe, se primeiro alguns estancieiros de cima da serra apossaram-se dessas terras de encosta (TEIXEIRA, 2008), anexando partes estratégicas dos vales à suas propriedades, como foi o caso da comunidade de São Roque (SC) e da comunidade de Roça da Estância (RS). Ou se foram outros ciclos ocupacionais surgidos em fins do século XIX e início do século XX (REITZ, 1948; DAL ALBA, 1997; RONSANI, 1999) que favoreceu as famílias a apossarem-se também de lugares estratégicos dos vales. No entanto, é certo supor que essa proximidade com o destino consumidor, a troca de diferentes mercadorias que a serra proporcionava, a produção de alimentos agrícolas, junto com o desejo de tornarem-se "proprietários" foram, talvez, as motivações por edificar uma comunidade no Fundo do Rio do Boi.

Portanto, é a partir desses comentários que remetem a outro tempo e também conforme os relatos orais de antigos moradores da extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi (que serão vistos no terceiro capítulo), passa-se a perceber que muito dos interesses dessas gentes ao chegarem nessa localidade estava voltado estreitamente a agricultura, na criação de roças e sua consequente produção que tornaria possível o intercâmbio com os produtos do alto da serra.

Diante dessa constatação chega-se a uma questão. De onde eram provenientes essas pessoas que instalaram-se no Fundo do Rio do Boi? De várias partes seria a melhor resposta. Pois como indicam alguns dados passados pelos entrevistados, muitas das pessoas nasceram e criaram-se no alto da serra e depois desceram junto aos familiares para o vale. Provavelmente seus antepassados já mantinham relações com os donos das fazendas, como foi o caso do Sr. Alziro que será apresentado no próximo capítulo. Entretanto, também houve relatos, e neste caso, relatos orais sobre a vinda de familiares que deslocaram-se subindo o Rio Mampituba pelo lado riograndense até a altura do Poço Negro chegando ao vale e ao Fundo do Rio do Boi pelo Alto da Esperança.

Nesse sentido, essa pesquisa não objetiva diagnosticar a origem dessas famílias, mas entender que elas passaram por um processo migratório, cujo destino, foi o Fundo do Rio do Boi. E entender que para

a compreensão dessa história tem-se que dividir, estruturadamente que, antes da modernização do campo em meados do século XX outras expectativas estavam postas no interior dessas famílias, o que se observará no próximo capítulo.

Figura 02 - Vale do Fundo do Rio do Boi. Atualmente Parque Nacional de Aparados da Serra. A antiga comunidade estendeu-se por toda a margem do rio.

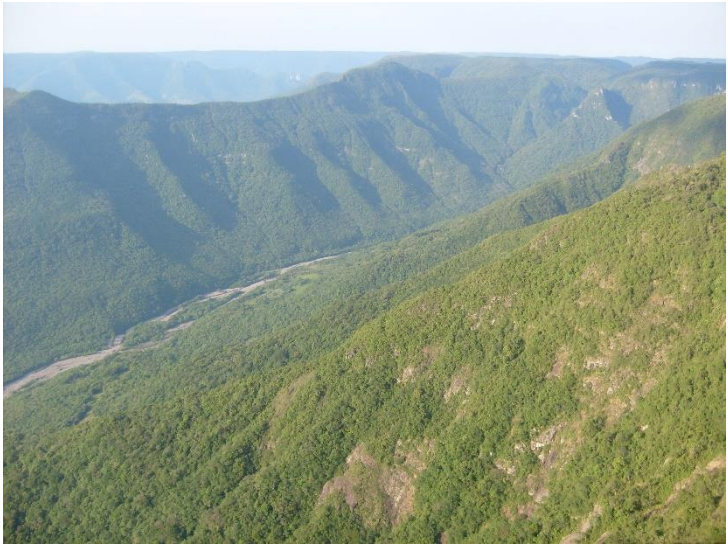


Foto: Frank C. Lummertz, 2009.

3 COTIDIANO RURAL: ENTRE A LIDA NO CAMPO E O TRABALHO NA ROÇA

> *Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem velho, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido.* (KOSELLECK, 2006, p. 13).

Acorda-se cedo, após o "dejejum" arruma-se a montaria, sela-se o cavalo. Coloca-se os bridões e passa-se os arreios. De barbicacho apertado sob o queixo o peão de estância sai montado em seu cavalo esporeando-o de mansinho com seus esporões afivelados pelas botas. Leva ainda a sua armada, um chicote para lhe fazer instrumento de trabalho. De sua jornada pelo campo vai conduzindo o gado, ajudando uma cria ou outra quando preciso. Leva sal ou outro grão moído em sacos até os cochos espelhados pelo potreiro, traz para cura quando tem cria ferida.

Num outro sentido, o roceiro sabe a época da semeadura. É conhecedor das luas e de seus segredos relacionados a terra. Semeia com gratidão e espera a fartura. Advinha quando possível da má sorte, leva ele, o credo de não surgir uma geada muito forte que possa secar o broto, nem tampouco acredita na seca. Seus instrumentos de trabalho, leva consigo, puxado a carro de bois ou mulas, quase sempre a foice e o machado para a derrubada do mato, a enxada e o arado para o preparo da terra e o facão embainhado para inúmeras utilidades. Um dia na roça é uma mistura de atividades que vai desde capinar um mato até transportar cargas de colheitas para os galpões e paiol.

Quando roceiro precisava desfazer-se de sua produção excedente negocia com terceiros que podem transportar a mercadoria carregando-a para o destino consumidor. Ou quando o patrão da estância necessitava deslocar uma tropa de boiada para uma invernada ou para um mercado, negociava também com terceiros que pudessem conduzir a boiada.

Dessa interatividade aparece o tropeiro, pessoa robusta, corajosa que migra do seu lar para lugares que interessam determinada mercadoria. Dizem sempre leva consigo um bom "causo", não rara às vezes é tocar e passa a cantarolar. Sujeito de confiança que fez das picadas os caminhos de sua vida.

3.1 O ROCEIRO E O ESTANCIEIRO GAÚCHO: A IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO E DO TESTEMUNHO

O objetivo é identificar o roceiro[18]. Construir a história onde o sujeito típico, e suas características sejam visíveis. Portanto, nesse caso apresentado, a articulação entre trabalho, experiência e identidade será fundamental. A identidade de um modo geral, pode ser compreendida como a constituição do sujeito (desde que seu significado esteja na direção daquilo que se faz aberto e inacabado). Para a compreensão do sujeito pós moderno, existe uma noção baseada na *diferença* como valor atribuído à identidades sociais (HALL, 2000). Dessa maneira busca-se compreender que o trabalho (seu emprego, suas diferentes técnicas e práticas, a rotina) também está relacionada no processo de construção de identidades sociais, visto que, deve-se levar em consideração que as funções elaborais dos trabalhos diferenciam-se umas das outras. Para essa direção da compreensão, o que vale é que diante do trabalho e dos arranjos do dia-a-dia, em que lugar o sujeito coloca-se, com os objetos, técnicas e práticas ele se relaciona, utilizando-as para sua autoidentificação?

É incontestável que o trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza. Seja pelo fato de ser um meio de sobrevivência, seja pelo tempo da vida a ele dedicado. Mas também pela questão de ser um meio de realização, não só profissional, mas também, pessoal, o trabalho, sem dúvida, é um dos principais instrumentos através do qual o ser humano dialoga com o meio social e com o tempo. Aspectos como reconhecimento, respeito, responsabilidade, status, independência, dignidade e realização pessoal compõem a identidade vinculada ao trabalho. Portanto, pode-se compreender que o trabalho é uma referência fundamental para o indivíduo, influenciando decisivamente não apenas na construção de sua identidade como também em sua forma de inserção no meio social.

E tratando-se de sujeitos e espaços intrinsecamente correlacionados com o meio rural, se utilizará, em um primeiro momento, alguns exemplos extraídos da literatura que condizem com esses apontamentos. Muitas obras da literatura e do folclore brasileiro dão margem para a interpretação de algumas identidades de sujeitos conhecidos popularmente na cultura sulina. São os perfis das pessoas do Sul, os biótipos reveladores de hábitos e práticas humanas. Por isso a

[18] Também conhecidos como lavradores e agricultores.

literatura exemplifica bem. Em algumas obras literárias, determinadas identidades são descritas em boa parte relacionadas ao trabalho, ao ofício, ao emprego que as mais variadas pessoas dão nas tarefas do cotidiano.

Se isso é verdade, lembremos primeiramente, da obra *Homens e Algas* do escritor catarinense Othon d´Eça (2003, p. 23):

> São meus velhos amigos pescadores, esses homens cor de salmoura, de mãos lanhadas e pés descalços, que cheiram a sargaços moles e a limos esfiados. [...] Entre boias fendidas de cortiças, velhos pedações de cordas e grandes rolos de algas e águas vivas, alguns homens dormem ao sol: são pescadores fatigados, seminus, que repousam na areia opaca, depois de uma noite de vigílias secas e cansaços estéreis. Dormem misturados aos rebotalhos das redes e aos detritos úmidos das vagas, ligados no mesmo destino e confundidos nas mesmas causas – homens e algas cuspidos todos numa praia, sob o sol dourado e vivo: as algas pelo mar e os homens pela miséria.

E do folclorista gaúcho Simões Lopes Neto (1984, p. 183), no conto *Salamanca do Jarau*:

> Um dia um gaúcho pobre, Blau, de nome, guasca de bom porte, mas que só tinha de seu um cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais, estava conchavado de posteiro, ali na entrada do rincão; e nesse dia andava campeando um boi barroso. E no tranquito andava, olhando; olhando para o fundo das sangas, para o alto das coxilhas, ao comprido das canhadas; talvez deitado estivesse entre as carquejas – a carqueja é sinal de campo bom - por isso o campeiro às vezes alçava-se nos estribos e, de mão em pala sobre os olhos, firmava mais a vista em torno.

Nesses recortes literários extrai-se a tentativa de reconhecer duas identidades sociais bem distintas, mas muito conhecidas. São esses: o homem do mar e o gaúcho campeiro. Cada qual com suas relações sociais, suas famílias, suas peculiaridades. Ambos em seus empenhos diários, no

esforço como trabalhadores, envolvem-se além do uso de suas ferramentas costumeiras, com o meio natural que os cercam (podendo influenciar na construção de sua identidade). Foram esses personagens consagrados, a título de exemplificação, que na sua presença lograram o imaginário popular possibilitando a noção de *pertencimento* cultural e identitário a milhares de pessoas. Não como um pertencimento de identidade nacional, mas como um traço, uma possibilidade da identidade social, útil para manter vivas as chamas das relações usuais e causais do dia-a-dia. Nas tensões e encontros entre as *diferenças* culturais e as posições sociais, pessoas alheias a essas histórias, mas com cenários de vida parecidos, entretanto, diferentes entre si, acabam identificando-se com o "gaúcho Blau", ou com os "amigos pescadores", basta saber em que tipo de trabalho estão inseridos ou se aproximam. Pois em muitos casos, no conjunto das ciências sociais, a identidade tem sido apresentada como um conceito dinâmico, adotado frequentemente para compreender a imersão do sujeito no mundo e sua relação com o outro.

Mas o conceito de identidade social não contem apenas essa lógica de pertencimento a partir de perfis populares ou locais conhecidos e registrados nas inúmeras literaturas e o sujeito contemporâneo pode pairar na ausência de um modelo do qual experimentar, do qual pertencer. Diante disso, é necessário que reconheça-se a existência de uma herança cultural, de um passado comum, até mesmo uma herança étnica que além das relações usuais e sociais do dia-a-dia, contribuem para a formação da autoidentificação das pessoas. Para isso pergunta-se: seria o ofício, o trabalho mais especificamente, uma parte constituinte da identidade social?

Considera-se que o trabalho passou a significar como um mecanismo de valor e de construção da dignidade humana. Portanto, especula-se que a concepção de trabalho, a posição que o sujeito coloca-se diante da sua ocupação na sociedade, como um elemento imprescindível para a construção da identidade. Dentro da multiplicidade das identificações em uma sociedade, como o exemplo já citado, a literatura encarregou-se de mostrar algumas identidades notórias da cultura popular. Seguindo esse raciocínio, na obra *Mares e Campos*, o catarinense Virgílio Várzea (2003, p. 161), em um de seus contos, talvez buscasse identificar aqueles sujeitos que não identificavam-se com os homens do mar e muito menos com o gaúcho campeiro, pois nesse emaranhado complexo heterogêneo das identidades, as múltiplas possibilidades se fazem presentes:

> Pelos terreiros úmidos, de serenada noite, homens de cócoras, em camisa, de cangirão na mão, brancos de frio, ordenham as grossas tetas das pacientes e mugidoras vacas que criam, amarradas aos finos paus de parreiras, e que, expelindo fumaça no ar frígido, fustigam ainda restos de grama, numa mansidão ingênua de animal digno. Mulheres de xale na cabeça chamam as galinhas, com um ruído seco de beiço, tremido, fazendo *brurrr* e sacudindo-lhes mãos cheias de milho e pirão esfarelado. Um carro atopetado de raízes de mandioca, arrancadas de fresco, empoeiradas de areia, compridas, tortas com o aspecto e a cor esquisita das plantas que se avolumam e vegetalizam enterradas e germinativas, pelas emanações do gado e pelo cheiro acre das laranjeiras vermelhas que caem de maturidade.

Nesse último recorte, seria esse sujeito caracterizado o roceiro? Homens e também mulheres, camponeses, que construíram e possuíam uma identidade por seu valor correspondente ao seu ofício ao seu trabalho na roça, mediante a sua lida diária. Como conhecedores dos segredos das sementes, da criação de animais, das estações e dos solos férteis. Pessoas humildes, de família e ancestrais humildes de histórias tão diversas – possivelmente caboclos – que de tão popular pelos sertões brasileiro a sua história se ofuscou aos olhos de uma "história oficial". A par dessas exemplificações literárias, pôde-se indagar sobre como as pessoas entrevistadas, ex-moradores do Fundo do Rio do Boi identificaram-se?

Identificaram-se como "trabalhadores da roça", agricultores. Assim como a sociologia rural de um modo geral demonstrou; camponeses. Trabalhadores da enxada que não possuíam muitas especificidades comparando-os as centenas e milhares de perfis semelhantes espalhados por todas as regiões do Brasil. Embora camponeses ou roceiros, como aqui achamos melhor chamá-los, por serem posseiros das terras, demonstraram nas suas condições a posição que sustentaram no meio social. Ora agregando-se ao patrão da estância, ora, participando como terceiros ou das suas próprias empreitadas na agricultura, do prepara, semeia, colhe e transporta, até poder encontrar um local, uma terra propriamente dita, em que possa conduzir o próprio destino, do viver em comunidade e do construir a família. Para eles e elas essa possibilidade foi o fundo da grota, no vale do Rio do Boi.

Tentou-se dessa forma, demonstrar através de obras consagradas da literatura três cenários da vida rural brasileira. As passagens observadas nesses recortes de obras literárias levam à imaginação do leitor para o nível de reconhecimento da presença desses sujeitos na cultura e na sociedade brasileira. Seres diferentes, singulares e que não dão conta de abranger toda a diferença cultural existente. Ora identificados, ora representados, mas ao que interessa nesse caso, todos acompanhados pela dignidade e identidade oriunda do seu trabalho.

Nesse aspecto, além dos documentos, muito deles impressos (fonte essencial para a historiografia) que apontam os indícios daquilo que possivelmente aconteceu (ou em outros casos o que não aconteceu), o testemunho oral – a fonte oral – da pessoa que narra algum fato ou evento, ganhou notável importância dentro da historiografia, uma vez que, o testemunho do narrador acompanhado de sua identidade – como o sujeito enxerga a si mesmo – e o que se passa a sua volta, estaria possivelmente dentro daquilo que o historiador consideraria como concreto, daquilo que passou mas também que ainda é, tais como a identidade, evidenciados como uma experiência vivida e significativa. Essa experiência reveladora de olhares, de ponto de vistas, de particularidades que só adentrando na esfera do cotidiano se é capaz de perceber e montar a história.

Diante dessa probabilidade, estaria posicionada a memória, pois história e memória andam lado a lado no campo da oralidade. A memória daquele sujeito que recorda envolve noções de temporalidades, lembranças, oralidades, subjetividades, factualidades, espacialidades, identidades, recordações, ocultações, esquecimentos, etc. Para a História, diante dessas noções perpassadas pelo sujeito, mais que a identidade, é a possibilidade de um testemunho que ainda vive, que ainda recorda. Efetuado os cuidados em relação aos recortes e representações que as memórias individuais e sociais possibilitam, o historiador passou a fazer uso das subjetividades da memória e da experiência ao qual elas remetiam. Lidar com memória e fontes orais é mexer com gentes, com interpretações presentificadas, com representações que essas pessoas ao se disporem a falar fazem de si e do seu passado.

O exemplo demonstrado literariamente expressou traços da identidade de indivíduos e também de grupos populacionais da cultura brasileira, na qual, os autores respectivamente utilizaram-se da liberdade da imaginação e do ficcional para recriar aspectos das mais variadas peculiaridades do dia-a-dia, inspirados nas identidades e nas manifestações culturais. Diante dessa provocação acontece um

questionamento: o que aproxima ou distancia esses biótipos revelados na literatura das pessoas comuns?

Conforme apontou o sociólogo Stuart Hall (2000, p. 17), compreender que as sociedades da "modernidade tardia são caracterizadas pela "diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posição do sujeito" – isto é, identidades – para os indivíduos". O que está em jogo nesse sentido é à "posição do sujeito" referente a própria percepção que o indivíduo faz de si, articulando ora elementos de uma identidade, ora outros elementos de uma outra identidade, num campo de contenção/resistência de algo maior que está dentro do campo da cultura popular e das probabilidades da autoidentificação. Portanto, a posição que o sujeito encontra junto ao seu trabalho diário, pode vir a ser, um elemento estratégico de afirmação de seu pertencimento identitário. Diante do que Hall denominou de "posição do sujeito", certamente há um traço étnico que circula por meio de uma tradição, um passado comum, uma singularidade entre as pessoas e grupos (como os colonos descendentes de imigrantes alemães e italianos, por exemplo). Mas neste caso – com os sujeitos aqui evidenciados –necessariamente, esse traço étnico não é dominante, ou seja, nos relatos transmitidos pelos entrevistados, em momento algum se fez referência a uma herança étnica. O que acontece neste caso, é que as interações promovidas pela força do trabalho rural na roça e sua posição social, pode estar acima da herança étnica no jogo da construção das identidades desse grupo. Por qual motivo? Não se sabe. Seria essa ausência um sintoma da mestiçagem? Do comportamento e da posição do caboclo?

Portanto, o "agricultor roceiro" é por definição de identidade, o agricultor posseiro (por não possuírem os títulos das terras) e roceiro pelo motivo que da derrubada da mata (uma obrigatoriedade nas porções de terras que ainda eram incultas) faziam suas roças e que delas conseguiam obter o sustento e o produto gerador de uma economia, sem dúvida familiar, e que permitia a construção das relações suas com a sociedade que crescia e tornava-se complexa. Ou seja, era a partir do trabalho que surgia a possibilidade de interagir com as demais camadas da sociedade durante a época em questão. Não é possível imaginar esse grupo de pessoas fora desse sistema econômico, mesmo sendo desigual, essas pessoas faziam parte de um sistema ao qual envolvia interesses.

Em uma pesquisa limitada pelas poucas documentações, como foi o caso da ocupação da comunidade do Fundo do Rio do Boi, incluir a memória de sujeitos que outrora estavam silenciados (talvez por uma

tradição histórica que remete aos grandes feitos e personalidades das nações) possibilitaria sim pensar de que num território, sob qualquer aspecto político ou ideológico, mulheres e homens das mais variadas origens teceram sua história e emolduraram o bucolismo rural durante séculos. Como que numa jornada por entre os tempos, os seus saberes e fazeres, imaginários e representações, identidades, técnicas e estratégias de sobrevivência perpetuaram relacionadas ao acúmulo da experiência que se passou, reinventada, transmitidas por vezes, de geração a geração.

Mesmo depois que a comunidade do Fundo do Rio do Boi deixou de existir, as marcas dos fatos acontecidos ainda são percebidas na paisagem que as ruínas legaram ao presente. Não mais sujeitos, objetos e expectativas. Gradativamente, a memória foi sendo silenciada e as famílias que sustentavam a comunidade esquecidas com passar do tempo. Por certo, graças ao método historiográfico, dar-se conta de que ainda existem alguns ex-moradores que recordam e lembram dos dias que viveram naquela localidade e dos assuntos que circulavam naquela localidade. Seu Zirinho é um deles. Primeiro e mais importante testemunho dessa pesquisa, foi capaz de recordar do passado, do tempo vivido na comunidade, da experiência obtida. Homem testemunha dos acontecimentos que foi capaz de tecer a sua própria história, dando inteligibilidade e notoriedade dos fatos que outrora se sucederam ainda mais sendo morador da antiga comunidade. Desse jeito, assim como a literatura que esboça seus perfis, a história identifica o testemunho do tempo presente.

O Sr. Alziro Borges Ribeiro, Seu Zirinho como ficou conhecido, detém em sua face um belo sorriso largo comparado a de uma criança feliz. Já não bastasse o tamanho sorriso em seu rosto, seus olhos brilham ao iniciar uma boa prosa.

O caminho que separa a casa do Sr. Alziro, no Fundo do Rio do Boi, ao primeiro ponto de ônibus escolar caracteriza-se por um carreiro enlameado com acentuada declividade emoldurada por bananais e antigas pastagens. Ao chegar embaixo da ribanceira, o caminhante encontra um imenso espraiado de seixos rolados, banhados pela mais pura água cristalina das gigantescas grotas dos Aparados da Serra: é o Rio do Boi.

Será necessário força e equilíbrio para caminhar por cima das diversas pedras redondas e assim transpassar as corredeiras do rio. É a barreira natural tão comum encontrada nessa região, quem a conhece sabe dos dias em que a cheia das águas impede qualquer um de cruzar tal perigo.

Diferente da beleza das águas que descem das gigantes encostas verdes da Serra Geral, o corpo de Seu Zirinho representa estar gasto com o passar do tempo. Sua coluna não é mais ereta, seus joelhos já não obedecem mais com tanta precisão. Mas é só o corpo. É apenas a imagem que vê-se do Zirinho. Sua força e inteligência, nesses 78 anos de idade, parecem brotar do seu mais puro íntimo ao passo de transparecer em seu sorriso fácil e sincero. É o ritmo da Terra e da alma da Terra reproduzindo vitalidade na alma e corpo desse velho homem de idade.

Para seu Zirinho que nasceu nas coxilhas serranas do Rio Grande do Sul, nas proximidades do lugar em que todos, hoje, conhecem como Itaimbezinho, "a vida não basta só viver, tem que ser alegre e divertida" como disse em seu relato. Em 1935, data de seu nascimento, a vida nessas coxilhas e campos serranos não era nada parecida com o que se observa nos dias atuais. Eram, entre as estâncias serranas, as dezenas de famílias, pequenos fazendeiros criadores de gado e de porcos que dividiam o espaço entre campos e árvores centenárias próximo ao "perau do Itaimbé". No histórico de sua vida, ao iniciar uma prosa, o Sr. Alziro, recorda de seus antigos vizinhos de infância, Chico Inácio, Alfredo Cândido, Tomáz, lembra ainda que do outro lado do rio Água Comprida morava uma senhora velha de idade e negra de origem baiana, junto aos seus três filhos, chamava-se Gertrudes. Toda vez que alguém toca no assunto, Sr. Alziro de acordo com sua memória, recorda de toda a história dessa senhora, Dona Gertrudes, e os momentos memoráveis que ele assistia, quando criança, ao ver como essa senhora criava as artimanhas para atravessar o rio sem pontes, ou até, o dia fatídico de sua morte e de uma de suas filhas que ao tentar socorrer a mãe despencou em cima do fogo de chão. Falece assim, mãe e filha já com idades avançadas[19]. Acontecimentos daquela época, cenário de vida nada parecido com as centenas de turistas que chegam atualmente a cada ano a procura das maravilhosas paisagens das montanhas aparadas e seus gigantescos cânions.

Foi do cenário serrano, das estâncias, dos campos e araucárias, que a família do senhor Carlos José Ribeiro, pai de Zirinho, desceu as encostas da Serra Geral em um sentido Leste, rumo ao litoral.

[19] Esse relato sobre a Sra. Gertrudes é contado pelo Sr. Alziro durante a descrição dos primeiros anos de sua infância no alto da serra. No dia 12 de abril de 2013, em entrevista cedida pelo Sr. Zezé Nunes, ex-vizinho do Sr. Alziro no alto da serra, também revela essa história. De fato, esse acontecimento marcou, provavelmente, a vida de quem tentou socorrer as duas senhoras.

Atravessaram toda a serra quando chegaram à antiga vila Molha Coco, atual Vila Rosa em Praia Grande (SC)[20]. Seu Zirinho tinha sete anos, veio amarrado em cima de um cargueirinho de mulas, puxado pelo seu pai. O destino não era o Molha Coco, mas sim o grande vale do Rio do Boi, nas encostas do cânion Itaimbezinho. E foi assim, amarrado no lombo de uma mula, que esse senhor, ainda na sua infância conheceu a extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi.

Atualmente, seu Zirinho é um das quatro últimas pessoas[21] que ainda residem nesse lugar, embrenhado entre plantações agrícolas e florestas protegidas por lei, escondido entre montanhas e rios que descem das encostas rochosas.

Antes do nascimento do Senhor Alziro, não se sabe ao certo a data, já haviam moradores nessa extinta comunidade. Segundo o próprio Alziro, calcula-se que no auge, a comunidade chegou a possuir 05 engenhos de açúcar rodados a boi e aproximadamente 15 famílias de agricultores que ali residiam e dependiam diretamente do plantio da cana de açúcar e de seu beneficiamento nos engenhos.

A estrada que dava acesso às casas e aos engenhos, com o passar dos anos, transformou-se em trilha e atualmente é usada pelos forasteiros em busca de ecoturismo e aventura[22]. Seus antigos moradores foram embora, mas a história desse lugar continuou, e os vestígios de um passado diferente estão lá sob a densa floresta da Mata Atlântica que se recuperou com os passar do tempo. Todo caminhante que lá chegar, vê abaixo da gloriosa floresta, os pitorescos e quilométricos muros de taipas de pedras, algumas telhas e fundações de casas, peças dos velhos e desgastados engenhos: são as ruínas. É a magia do passado que parece permanecer lá sob esse imenso teto da floresta. Os curiosos impressionam-se, os que lá viveram, como o Zirinho, recordam os dias de colheita farta das lavouras e das galinhadas entre as famílias, mas boa

[20] A Vila Rosa por essa época era um importante entreposto comercial entre os produtos serranos com os do litoral. Diga-se que o centro comercial de Praia Grande estava localizado nessa vila, nela existiam casas de secos e molhados e uma trilha de tropeiro por onde circulavam as mercadorias.

[21] Não foi possível realizar entrevistas com os outros moradores. Além do Sr. Alziro, reside uma sobrinha sua e mais o Sr. Elodir, o Lodi e seu filho. O filho do Lodi encontra-se internado em um hospital psiquiátrico e o Lodi não quis dar entrevista.

[22] Essa estrada antiga atualmente é usada como trilha de escape do destino turístico Rio do Boi.

parte dessa história, ao contrário das taipas de pedra que resistem ao tempo, pereceram como folhas secas que desprendem das copadas das árvores com a chegada do inverno.

Na procura por evidenciar mais descobertas sobre o lugar, foram entrevistados mais três ex-moradores da extinta comunidade, a Sra. Angelina da Silva Selau, 77 anos, o Sr. Izildro Costa da Silva, 60 anos e o Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco, 53 anos. A dona Angelina ao contrário da família de Zirinho que desceu a serra, mudou-se junto a seus pais da localidade de Rio de Dentro, hoje no município de Mampituba (RS). Conta ela que seu pai Abelo Candinha junto com seu irmão mais velho mudaram-se para o Fundo do Rio do Boi para tocar engenho. Ela chegou na comunidade do Fundo do Rio do Boi com 07 anos de idade. Morou 12 anos na comunidade e mudou-se antes de se casar para a comunidade de Roça da Estância, Mampituba, (RS). Atualmente reside no centro de Praia Grande (SC). O Sr. Izildro, natural de Taquaruçu do Sul (RS), quando criança, ainda pequeno, chegou à comunidade com a família. Seu pai Adílio Claudino da Silva veio trabalhar de agregado, primeiro para o Sr. Abel Esteves de Aguiar, passando logo depois a trabalhar nas terras de Zé Bento Pacheco e por último para o Sr. Aldair Ventura. Trabalhavam todos na roça, ajudavam nos engenhos e levavam produtos da roça para cima da serra com os cargueirinhos. Atualmente é morador da vila Rio do Boi. Mudou-se para essas terras em que se encontra quando casou pela primeira vez. Quanto ao Sr. Alvacir, atualmente também é morador da vila Rio do Boi, foi o único dos entrevistados que nasceu no Fundo do Rio do Boi. Filho de Dona Cecília que residiu no Fundo do Rio do Boi até o ano de 2005 quando faleceu. Cecília, sua mãe, nasceu próximo a comunidade de São Roque (Praia Grande), quando casou-se com o Sr. Pracide e os dois mudaram-se para o Fundo do Rio do Boi, pois seus pais – avós do Sr. Alvacir – já haviam trabalhado nessa localidade. O casal teve 12 filhos, entre eles o Sr. Alvacir e o Lodi.

Trajetórias de vidas diferentes mas que aproximam-se ao relacionar as condições sociais de ambas as famílias. Agricultores posseiros que encontraram no Fundo do Rio do Boi a possibilidade de criarem suas famílias. Por serem agricultores, existe algo que os unificam dentro das categorias de análises sociais. Pois a esfera do trabalho, e nesse caso, do trabalho rural, em geral, é representada através das memórias do ofício. Esses sujeitos são testemunhos de condições da vida, da própria, que dentro de um percurso, sofreu alternâncias e mudanças significativas. Muitos dessas memórias, desses testemunhos, vêm acompanhadas de

sacrifícios, de despojamentos e rudeza da vida e sobretudo de uma identidade social e pessoal.

Contudo, esses testemunhos dão prova de como era a vida e de como as transformações foram chegando à localidade. As memórias, que serão abordadas nos próximos tópicos, muitas vezes relacionam-se com momentos da infância, da juventude, da família junto aos vizinhos. Os sujeitos entrevistados recordam da chegada à comunidade e dos antigos moradores já residentes. Em muitos aspectos demonstram peculiaridades que condizem com sua identidade e também com a experiência vivida. Questionando-se, deixam transparecem que a vida foi completamente permeada pelo árduo trabalho na roça. Para essas pessoas, o trabalho e suas relações ganharam notoriedade tanto na elaboração de uma identidade quanto na retenção da memória relacionada àquele tempo, tudo parece que era justificado e permeado pelo trabalho. Pois no caso de agricultores, o fato de aprenderem a lidar com a terra e com as plantas, além de configurar um sistema de produção e reprodução, é aprender a lidar com o ordenamento do mundo/natureza que o cerca. É seguir o modo de vida que a própria condição social as dispõe.

Mesmo sabendo que houve transformações profundas na vida dessas pessoas, como o caso da migração que será abordada no quarto capítulo, as pessoas entrevistadas, dentro de suas condições dão testemunho daquilo que acreditam ser importantes para a sua vida, tais como as experiências por qual passaram e também das lembranças de sujeitos, objetos e dos fazeres os quais lidavam no dia-a-dia nesse ambiente rural. Por isso, mesmo havendo tantos outros sujeitos com quem interagir, tais como o estancieiro, o tropeiro, os pescadores e as pessoas das cidades, o roceiro apresentou-se como personagem central dessa história. Diante dessa aproximação da identidade dessas pessoas com a sua memória, toma-se por premissa, ser o trabalho uma categoria fundamental, embora não única, para a compreensão das relações sociais, dos processos de criação da identidade e do modo de ser dessas pessoas, Pois a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida individual e coletiva das pessoas permeando as relações sociais, culturais e econômicas.

Figura 03 - Rio do Boi com suas encostas íngremes.

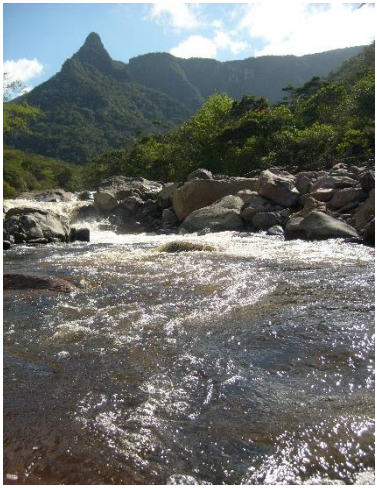


Foto: Frank Lummertz, 2008.

3.2 MEMÓRIA: A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DO FUNDO DO RIO DO BOI

Na pouca documentação que comprovam os acontecimentos para a formação da comunidade, a memória de pessoas que vivenciaram determinadas experiências faz-se de extrema importância. Contudo, mesmo utilizando a memória como fonte é quase que impossível descobrir quando foi sua origem Nesse tópico, procurou-se os indícios de sua formação a partir das condições de emergência evidenciadas tanto em contextos da época (relações socioeconômicas e agrárias) como em algumas memórias representadas pelos testemunhos.

As taipas de pedras encontradas sob a mata são as ruínas de hoje, elas trazem as lembranças à tona e instigam a uma reflexão: quando que essas taipas foram feitas e por quem? No presente o Sr. Alziro, a Sra. Angelina e o Sr. Alvacir, três ex-moradores, são uns dos poucos testemunhos que recordam das atividades e do modo de vida que envolveu a passagem que foi a formação, a vivência e a desarticulação da comunidade. A vivência é importante nesse aspecto porque conota uma situação ou modo de vida. Os relatos dos ex-moradores entrevistados apontam para a existência ativa da comunidade, cronologicamente, pelo menos entre as décadas de 1920 a 1980. Foi no ano de 1942 que tanto o

Sr. Alziro quanto a Sra. Angelina chegaram no Fundo do Rio do Boi. O Sr. Alvacir, pelo contrário, nasceu na comunidade no ano de 1960. É através de seus testemunhos e das experiências de vida narradas que é possível entender um pouco das motivos que levaram todas essas famílias a instalarem-se nesse local. Quais eram as motivações que moviam as pessoas a instalarem-se no Fundo do Rio do Boi? Como permanecia ou mantinham as relações com os estancieiros de cima da serra?

Substancialmente, as estruturas econômicas da década de 1940 e das estâncias não eram mais aquelas do final do século XIX[23]. Foi principalmente durante esse período que no país ocorreu o início do desenvolvimento da indústria o que para as décadas seguintes proporcionou o aumento de áreas urbanas, como também, foi a partir desse período que os espaços agrícolas passaram por avanços impulsionados por transformações capitalistas, ocasionando, a fase da modernização da agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Questiona-se dessa maneira, que as motivações desses primeiros grupos familiares a estabelecerem-se no Fundo do Rio do Boi poderiam estar relacionadas com o domínio da terra, ou seja, seus interesses estavam ligados, entre outras coisas, à questão fundiária e também a oportunidade de trabalho agrícola.

Essa questão relacionada ao surgimento da comunidade é a primeira pergunta posta nesta pesquisa. Afinal, havia motivos, certamente, que levaram essas pessoas, famílias inteiras, a deslocarem-se para o fundo da grota.

Num quadro geral de povoamento e também no contexto de atividades econômicas sustentadoras da vida e do trabalho, os campos de cima da serra foram ocupados através das concessões de sesmarias, ao qual economicamente, favoreceu o desenvolvimento de atividades ligadas a pecuária extensiva. Foi verificado que desde o século XIX, famílias que chegavam a comunidade de Roça da Estância eram oriundas de cima da serra e também mantinham ligações com proprietários fazendeiros de cima da serra. Segundo observado por Gilberto Ronsani (1999, p. 109):

---

[23] Existe um distanciamento temporal, da segunda metade do século XIX para o início do século XX. Durante esse período ocorreram mudanças radicais na sociedade brasileira. Entre elas a abolição da escravidão, a proclamação da República, as estâncias diluindo-se em outros modelos econômicos, a revolução de 1930 que marcou o declínio das oligarquias na política.

> Roça da Estância. Esse nome teve origem devido aos estancieiros que mandavam ali seus escravos e peões fazerem derrubadas a grosso modo, faziam então suas plantações, e após a colheita abandonavam tudo só voltando no próximo ano fazendo novas derrubadas da mata, onde plantavam novamente sem a preocupação de fazer capina, sempre pegando terras novas, pois eram devolutas, e do governo.

A partir das estâncias, surgiu a primeira forma geradora de economia: a pecuária. Não demorou muito para os fazendeiros perceberem que haveria uma carência de gêneros alimentares de primeira ordem, como grãos, verduras, legumes, etc. Gêneros necessários para a subsistência da família e seu grandioso rebanho. Uma estratégia aparente surge com a posse dos acidentes geológicos próximos a sua propriedade: os vales da encosta da Serra Geral. De clima mais ameno e solo extremamente fértil, não demorou muito para peões, agregados e principalmente escravos serem incumbidos de descerem os peraus, derrubarem a mata e instalarem a roça, ou seja, a roça da estância[24]. Mas também, a própria instalação das estâncias no alto da serra, fez com que agricultores de outras localidades interessassem-se por esses lugares.

Sabe-se, portanto, que antes dos anos 1940, existia essa movimentação socioeconômica que ligava a serra aos vales da região. O Sr. Alziro recorda que aos sete anos de idade, juntamente com a sua família, chegou ao Fundo do Rio do Boi. Nascido no ano de 1935, foi por volta de 1942, a data que ainda criança, esse senhor conheceu a comunidade. A princípio, as memórias relatadas parecem ser memórias individuais, ao passo que são as impressões do sujeito que aparecem com força. Nesse sentido, esse passado é o seu passado. Afinal, é por essa linha que a memória garante a "continuidade temporal da pessoa e, por esse viés, essa identidade cujas dificuldades e armadilhas enfrentamos. Essa continuidade permite remontar sem ruptura do presente vivido até os acontecimentos mais longínquos da infância" (RICOEUR, 2007, p. 108). De acordo com suas lembranças, não foram os primeiros a chegar, havia

[24] Essa noção e compreensão parte das histórias que são contadas, sobretudo, pelas famílias descendentes de ex-escravos do vale do rio Mampituba na comunidade de São Roque, vizinha a comunidade de Rio do Boi. (RONSANI, 1999, p. 109).

outros moradores, que antes, tinham se fixado ali em busca de terras e trabalho, relata Sr. Alziro:

> Ali antes morou o falecido Apolônio, o outro que morou lá eu não lembro (Silvério). Era o avô do Lodi. Dispois dele, daí entrou o Learcino Candinho, também trabalhando com engenho de cana. Casa ali, ali tinha umas 09 casa, uma bem perto da outra, distando uns 50 metros um do outro. Do lado de cá tinha umas bem ralo ali. Tinha o falecido Nicuta Fernandes, tio do falecido Arnaldo, morou lá que era o primeiro. Depois dele tinha o falecido compadre Juvenal, também foi outro que morreu queimado, ali pertinho do CTG. Depois desse teve o tal de seu Lourenço Velho. Morou ali também o Chico Galo, depois o tio Vicente Velho que era o pai da Andradina, mulher do Laudilino né e depois deles era nóis, o falecido pai, Carlos José Ribeiro e depois o Juventino Pacheco e depois pra cá o Roberto (pai da dona Rosinha). Lá naquele morro (doutro lado do vale) tinha os Ventura, a turma dos Ventura até uma altura ai ia povoando[25].

Certamente, com o tempo a memória vai obscurecendo, lembrar com prontidão das famílias que ali residiram, dos sete anos em diante, é um exercício muito complicado. Mas de acordo com esse relato, o Sr. Alziro ainda recorda de inúmeras pessoas que residiam no Fundo do Rio do Boi anterior a sua chegada e principalmente aquelas que lá viveram a partir de 1942, quando da sua infância no fundo da grota, tais como os citados Apolônio, Learcino, Nicuta, Juvenal, Lourenço, entre outros. Neste caso, supõe-se que esses moradores citados, ao menos, já residiam ali há alguns anos. Possivelmente a memória do Sr. Alziro remonta aos moradores que certamente estavam no fundo na década de 1930. E quem sabe na década de 1920? Essa é a preposição levantada na pesquisa, que ao menos, na década de 1930 já havia moradores, roças e engenhos produzindo nessa localidade e quem sabe até mesmo antes dessa data.

Muito antes de toda a família Ribeiro mudar-se para o Fundo do Rio do Boi, o Sr. Carlos José, pai de Zirinho, já conhecia aquelas bandas.

---

[25] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em 03/03/2010.

Frequentemente descia para realizar algum trabalho. Seu pai não foi estancieiro, não possuía títulos de terras, provavelmente era peão de algum proprietário, vivendo nas franjas das propriedades serranas, sendo um trabalhador livre que viu a possibilidade de "adquirir" terras na encosta da serra. Considerando que havia picadas que integravam o alto da serra com a planície litorânea e que o núcleo urbano de Praia Grande estava desenvolvendo-se, a possibilidade de tomar posse da terra e passar a ser "proprietário", supõe-se, que era o grande motivo de deslocar-se para àquela localidade. Proprietário não no sentido legal, pois, muito dessas terras eram obtidas através da posse. Mas de certa forma havia um sentido particular em ter o domínio da terra, mesmo que essa sem título algum. Essa possibilidade fazia-se concreta a partir de um sentido em firmar, assegurar, um "terreno", serem de direito trabalhadores agrícolas, socialmente engajados para a permanência da família naquela localidade como também para a edificação de uma comunidade. Outro ponto que responderia o porquê de instalarem-se no Fundo do Rio do Boi, foi certamente, a proximidade com a serra. Ou seja, o principal mercado consumidor dos produtos oriundos da roça eram as estâncias e outras fazendas que multiplicavam-se no alto da serra, e por outro lado, certamente um excelente mercado para aquisição de produtos oriundo da pecuária. Portanto, a aproximação com a serra tornaria uma vantagem nesse tramite de negócios.

A partir de uma outra perspectiva, os primeiros camponeses que chegaram à planície no pé da Serra Geral nas primeiras décadas do século XX, traziam para a região a agricultura, muitos deles oriundos de famílias que não foram contemplados com concessões e doações de terras. Derrubava-se a mata, preparava-se o solo para dar início as plantações de gêneros alimentares que iriam subsidiar a economia, fato que, supostamente, substanciou o desenvolvimento da localidade. A respeito dessa colocação sobra a formação da comunidade, cabe fazer uma consideração a partir dos escritos de Stédile (2005), em *A Questão Agrária no Brasil*, no qual aponta que houve o surgimento do campesinato brasileiros em duas vertentes. A primeira que trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, como brevemente foi observado nas cenas históricas. E a segunda vertente que teve origem nas populações mestiças. Segundo ele, essa população ficou impedida de transformarem-se em pequenos proprietários a partir da Lei de Terra. Essa população passou a migrar para o interior do território. Ao longo dessa caminhada foram povoando e formando vilas e comunidades, "se dedicando na

produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades". (STÉDILE, 2005, p. 28).

Concernente ao interesse do deslocar-se para essa localidade, ao ser perguntado sobre os motivos da vinda de sua família, o Sr. Alvacir, revela que seu pai Pracide Procópio Pacheco e sua mãe Cecília Rodrigues da Silva mudaram-se para o Fundo do Rio do Boi por conta que seus avôs já haviam morado naquela localidade. Conta ele que: "meu pai só casou e vieram pra ali, minha mãe era de perto da Pedra Branca [...] para cuidar da família, tiveram que vir para ali trabalhar na roça [...] ele [o pai] já tinha, era de família, dos meus avôs"[26]. Isso demonstra uma característica desse agricultor que ocupa a terra, toma posse, sem ser o proprietário privado. No próximo capítulo se observará a situação enfrentada pela Sra. Cecília, agricultora e moradora da comunidade, durante o processo de implantação do parque.

Para ter uma ideia do contexto rural da época, no ano de 1938, o Pe. Balduíno Rambo, da arquidiocese de Porto Alegre, sobrevoou a região dos Aparados da Serra, a bordo de uma aeronave do 3º Regimento de Aviadores de Canoas. Essa viagem vai transformar a vida desse jovem padre, que ao longo das décadas de 1940 e 1950, vai fazer excursões científicas na região, pesquisando principalmente a flora dos Aparados da Serra. Padre Rambo, mais tarde, foi um dos impulsionadores da criação do PARNAS em 1959. Suas pesquisas ligadas à fisionomia e a flora do Rio Grande do Sul vão mostrar o quando a biodiversidade da região era importante para a preservação do meio ambiente.

Em 1948, em sua segunda viagem aos Aparados das Serra, Pe. Rambo deixou anotado um diário onde descreveu aspectos do cotidiano rural dos campos de cima da serra. Estava anotado em seu diário:

> As cinzentas casas de tábua, erguidas na beira dos pinhais, ficam visíveis apenas quando a gente se acha de imediato na sua frente. São adornadas por jardins, árvores ornamentais e frutíferas e algumas pequenas plantações, mas submergem completamente sob natureza incólume e selvagem. [...] Os agregados da fazenda moram

[26] Entrevista com Alvacir Rodrigues Pacheco, 53 anos, morador do Rio do Boi, em 31 de outubro de 2013.

> em anexos aos galpões e estão excluídos da casa senhoril. A diferença social é gritante. [...] Não se pode sequer falar da existência de estradas. Elas são passagens entre as fazendas particulares e apenas peritos a conhecem. Assim o burro de carga é o único meio de veículo de transporte ou remessa. (RAMBO, 1948 *apud* TAVARES; DALTO, 2007, p. 92).

Essa descrição do Pe. Balduíno Rambo demonstra algumas características da região na primeira metade do século XX. Pe. Rambo não chegou a entrar em contato com os moradores da parte de baixo da serra, no "baixo-serrano". Suas pesquisas restringiram-se aos campos de cima da serra, aonde entrava em contato com os moradores serranos. Salvo quando descia os grotões dos cânions para coletar alguma espécie de planta, caso, encontrasse e conversasse com alguém da parte de baixo dos grotões, provavelmente anotaria em seu diário.

O Pe. Rambo sobrevoou essa região em 1938, a partir dessa viagem, ele viria tornar-se um grande pesquisador da flora da região e um testemunho da realidade social da época. Poucos relatos em documentos são encontrados a partir dessa perspectiva social. Dez anos mais tarde, em 1948, Pe. Rambo passaria um mês nas bordas do cânion Itaimbezinho onde deixou minuciosamente o diário dessa expedição, escrito em alemão. Pouco sabia ele que suas anotações em botânica contribuiriam para a mudança de vida de algumas famílias da região.

Nos relatos citados acima, os dois ex-moradores dão pistas sobre os motivos que moviam as famílias a deslocarem-se para essa localidade. Nos relatos são vistos duas cenas distintas. A do Sr. Alziro, ao qual sua família desce a serra e a da família do Sr. Pracide que já havia contato com a localidade devido a ligação que seus pais tinham com aquela terra, uma espécie de herança. Para pensar no sentido destes deslocamentos, mais uma vez, se estaria aproximando da possibilidade de serem "donos" das terras por meio da posse, ou seja, o pai do Sr. Pracide já havia trabalhado nessa localidade deixando aos filhos a disposição da terra para o trabalho. Dessa forma, como os mais antigos, a ligação que os moradores localizados no fundo poderiam ter, mais uma vez, era vantajoso. Visto que não havia outro meio de chegar ao alto da serra a não

ser através das picadas e trilhas[27]. Verifica-se, dessa forma, que praticamente, cada comunidade estabelecida no pé-da-serra possuía uma trilha de ligação[28].

Alguns moradores que vão compor a comunidade do Fundo do Rio do Boi durante esse período estudado, eram oriundos da serra, fato observado na narrativa do Sr. Alziro, quando em 1942, ele juntamente com a família vieram da antiga residência próxima ao cânion Itaimbezinho para o vale do Rio do Boi. Lembra ele também que: "Antes de eu nascer o pai parava num campo lá em cima e vinha plantar ali no Fundo do Rio do Boi"[29]. Estima-se que essa movimentação de trabalhadores que desciam a serra para iniciar os roçados junto aos vales tenham contribuído fundamentalmente para a formação inicial da comunidade.

Por outro lado, tem-se informações que muitos moradores também chegaram na localidade a partir de uma outra vila chamada de Roça da Estância, distante aproximadamente 18 km mais ao Sul da comunidade do Rio do Boi. Outros, porém, vinham do litoral. A questão não é chegar a um denominador quanto a origem dessas famílias, mas perguntar sobre o destino dessas famílias.

Em uma entrevista cedida por outra ex-moradora, ela descreve que sua família veio "subindo" as margens do Rio Mampituba, pelo lado

---

[27] A abertura para o trafego automotivo na Serra do Faxinal teve início nos anos 1950 e foi inaugura em 1976. A partir de então, houve uma centralização do transporte de mercadorias entre a serra e o litoral por essa estrada com a utilização de caminhões e camionetes, acarretando na diminuição do transporte de mercadorias por mulas. O comércio com os tropeiros perdeu força e as casas de comércio que em sua maioria encontrava-se em Molha Coco (atual Vila Rosa), deslocaram-se para onde hoje é o centro do município. (PERES JR., 2005, p. 68).

[28] Nunca houve um estudo mais pontual relacionado a existência das trilhas de tropeiros existente em Praia Grande (SC). No entanto, sabe-se de acordo com descrições de moradores e das marcas que esses caminhos deixaram no relevo de que na comunidade São Roque existia a trilha do Campo dos Pretos, a trilha do Dadico e a trilha da Margarida; na comunidade de Mãe dos Homens existia a trilha da Serra do Cavalinho; na comunidade de Rio do Boi e Fundo do Rio do Boi, a trilha da Serra da Cruzinha; no centro a trilha da Serra do Faxinal; na Vila Rosa a trilha do Molha Coco; na comunidade de Vista Alegre a trilha dos Porcos. Essas apenas de conhecimento localizadas nos limites do município de Praia Grande.

[29] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

riograndense, de onde também já existiam caminhos que ligavam a serra ao litoral. Descreve dona Angelina:

> Nós se mudamo do Rio de Dentro pra lá porque tinha meu irmão mais velho. Falecido papai era muito apegado a ale, e ele se mudou pro Fundo do Rio do Boi e logo em seguida o falecido meu pai foi atrás, ele foi o primeiro a se mudar pra lá. O Learcino Ribeiro da Silva, meu irmão [...] de certo ele gostava daquele lugar. Meu pai colocou o engenho lá, nóis fumo... prantava cana e ele fazia açúcar a meia com nóis. Nóis não trabalhava tudo junto, nóis dava a cana cortada na roça e eles pegavam, moíam e repartiam o açúcar[30].

Uma grande curiosidade é que a localidade de origem da família da Dona Angelina fica no Rio de Dentro no atual município de Mampituba (RS). Próximo a essa localidade existe a vila Roça da Estância. Não só a família da Dona Angelina migrou de lá para o Fundo do Rio do Boi, como outras também.

Assim como o Sr. Alziro que juntamente com a família chegou no Fundo do Rio do Boi em 1942, Dona Angelina chegou nessa localidade ainda criança, com apenas sete anos de idade no ano de 1943. Ambos passaram sua infância e adolescência no fundo da comunidade. O pai de Angelina era o Sr. Abelo Candinha, possuía engenho e trabalhava na plantação de cana, além de possuírem plantações de subsistência e a criação de animais, tais como galinha, bois e porcos que eram abatidos, para compor a base da alimentação. Esse modelo de trabalho configurava numa agricultura familiar que apresentava ser nos moldes tradicionais, apenas utilizando-se de ferramentas manuais. A estrutura da família dependia que todos se envolvessem na lida com o trabalho para garantir a economia. A presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção e reprodução camponesa rural desse período. E é pois, derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa, tais como as relações que mantinham com os estancieiros, tropeiros, peões e mais tarde com os

[30] Entrevista realizada com a Sra. Angelina da Silva Selau, 77 anos, em 11 de abril de 2012.

trabalhadores das serrarias. Dona Angelina casou-se com vinte anos de idade, seis meses antes de se casar já havia se mudado para a comunidade de Roça da Estância.

Para a discussão de uma História do Tempo Presente, a pergunta do sujeito verdadeiro das operações de memória tende a dominar a cena. Essa precipitação, segundo o filósofo Paul Ricoeur (2007, p. 105) é encorajada por uma inquietação própria do campo de investigação: "importa aos historiadores saber qual é seu contraponto, a memória dos protagonistas da ação tomados um a um, ou a das coletividades, da memória coletiva, tomadas em conjunto?".

Costumam ser ressaltados, os traços, em favor do caráter essencialmente privado da memória. Primeiro, a memória parece de fato ser radicalmente singular: "minhas lembranças não são as suas" (RICOEUR, 2007, p. 105). Por outro lado, assim como surgem as características de uma memória singular e a subjetividade dessa memória, estende-se para o caráter da memória coletiva e social. O relato, e nesse caso, dos ex-moradores da antiga vila, não são apenas considerados enquanto proferido por alguém para ser colhido pelo historiador objetivamente, mas enquanto recebido pelo historiador, de outro, a título de informação sobre o passado. A esse respeito, as primeiras lembranças encontradas nesse caminho são as lembranças compartilhadas, as lembranças comuns. Nesse contexto entram em jogo as análises proferidas entre a memória e a história. Paul Ricoeur (2007, p. 131) considera que:

> As mais notáveis dentre essas lembranças são aquelas de lugares visitados em comum. Elas oferecem a oportunidade privilegiada de se recolocar em pensamento em tal ou tal grupo. Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento do ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem.

Embora a memória coletiva conote a sua significação do fato social, e esse fato aqui apresentado foi a formação da comunidade e o

envolvimento de famílias em torno de interesses semelhantes, ainda é o indivíduo que se lembra enquanto membros de um grupo. Agrada dizer, segundo Maurice Halbwachs (2004, p. 94-95), um dos percursores da noção de memória coletiva que, cada memória individual "é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios". Portanto, não é apenas com a hipótese da existência da polaridade entre a memória individual e a memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com "a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros" (RICOEUR, 2007, p. 147). O valor que o historiador atesta para essas provas do fato social é a consideração dessas memórias serem compartilhadas num sentido que os próximos possam atestar aquilo que se fala imputados pelo narrador testemunho a responsabilidade de suas ações.

De momento, e segundo as questões já observadas, consideram-se as impressões que a memória revela, como uma marca no tempo, a partir do exato momento que elas são compartilhadas. O ato de compartilhar é importante para a construção da história. E isso parte de um sujeito em algum lugar. Obviamente que, como demonstrou Ricoeur, são as condições que se mantém com o lugar que vão demonstrar o sentido dessas memórias compartilhas. É a partir do lugar que se vai diferenciar o eu, ou seja, o indivíduo que vivenciou e reteve o sentido de tal acontecimento na memória; e por outro lado, os seus próximos, ao passo, de formar um conjunto, um grupo no qual essa memória poderá ser compartilhada e compartilhar significa na prática contar a alguém. Diante disso, pode-se pensar a respeito da existência de uma memória que permeia um grupo, ou como diria o professor João Carlos Tedesco (2004), que existe "as cercanias da memória". Essa noção pressupõe que a memória da conta de uma passado além do presente que o sujeito que recorda hoje estava vivendo naquele momento do acontecimento estudado. Ou seja, naquele tempo (em 1942, data da chegada do Sr. Alziro na comunidade, por exemplo) haviam memórias de acontecimentos mais remotos que circulavam entre as pessoas. Por esse motivo, mesmo não sendo um dos primeiros habitantes, o Sr. Alziro recorda dos antigos moradores, anterior a ele. Havia, de fato, uma memória coletiva compartilhada que foi apreendida durante a sua infância. Um exemplo disso, é que as pessoas do agora ouvem histórias sobre outras pessoas que não mais estão entre os presentes, esse aspecto da memória da conta de recordações que lembram de pessoas, lugares, fatos, acontecimentos,

datas de tempos passados anterior aos contemporâneos. Por isso, como disse Halbwachs a memória é sempre social.

O historiador por sua vez será designado como o "outro" no momento em que ele recolhe essas memórias no presente. Quem esteve lá não foi o historiador, mas o indivíduo testemunho, que no ato de narrar a sua própria experiência de vida expressa a afirmação: "eu estive lá!". Eu presenciei tal acontecimento junto com meus próximos". Foi dito por Ricoeur (2007, p. 156), "que o imperfeito gramatical marca o tempo, ao passo que o advérbio marca o espaço". Portanto, cabe à noção de lugar, esse claro, um lugar habitado, inscrito no espaço suscetível às percepções que vão marcar a memória, sua intensidade e inteligibilidade. De acordo com isso, ainda lembra Ricoeur:

> As lembranças de ter morado em tal casa de tal cidade ou de ter viajado a tal parte do mundo são particularmente eloquentes e preciosas; elas tecem ao mesmo tempo uma memória íntima e uma memória compartilhada entre pessoas próximas: nessas lembranças tipo, o espaço corporal é de imediato vinculado ao espaço do ambiente, fragmento da terra habitável, com suas trilhas mais ou menos praticáveis, seus obstáculos variavelmente transponíveis [...] (RICOEUR, 2007, p. 157)

O que o autor quis esclarecer quando refere "o espaço corporal é de imediato vinculado ao espaço do ambiente"? Ora, possivelmente esse espaço corporal não só se refere ao espaço corporal do testemunho aqui evidenciado, como também o espaço corporal de outras pessoas que lá estavam, naquele tempo e naquele lugar (meio ambiente), que entrecruzaram-se. Obviamente que nunca se está lá sozinho, sempre há um próximo, um outro. Salvo as experiências extraordinárias de quem viaja só, ou que se está só. Por hora, a memória faz parte desse "espaço corporal", de sujeitos também distintos em gênero, idade e identidade. Essas memórias de sujeitos por sua vez, como dito, também entrecruzam-se, o que pode-se definir aqui como uma herança de memórias. Tanto o Sr. Alziro como Dona Angelina recordam-se de atividades corriqueiras e também de pessoas que viveram antes deles lá na comunidade, mas o fato dessa memória estar presente, cruzar-se e ser compartilhada com o vivido, fez delas uma excelente lembrança dos pioneiros da comunidade, se é que

pode-se chamar as pessoas mencionados pelo Sr. Alziro de pioneiros. Isso só prova que no presente ainda permanece a memória de antigos e não contemporâneos. Enfim, no tempo desses acontecimentos, também existiam outras memórias de outros tempos passados.

Por sua vez o meio ambiente é peculiarmente fornecedor de elementos capazes de causar impressões na memória e o sujeito perceptivo por sua vez as capta. Um exemplo disso, são as impressões que as *paisagens* naturais causam na mente dos viajantes. Primeiro há a percepção do sujeito que esteve lá. Depois essas impressões passam a ser como marcas, como imagens que ficam gravadas na memória, assim como rosto de pessoas ou cheiro de determinadas coisas.

A compreensão da formação da comunidade do Fundo do Rio do Boi, importante para pensar a trajetória dessa experiência, passa além da posse da terra por agricultores, pelo entendimento da ligação que essa localidade proporcionava com o alto da serra e por sua vez com a economia lá estabelecida. Certamente além dessas duas colocações é possível deparar-se com questões do tipo social, tais como a visão de propriedade mantida e também da família. O estabelecimento dessas pessoas nesse lugar, abre-se como a possibilidade do lugar próprio, propício para estabelecer a "propriedade", para a criação da família e ter uma terra onde trabalhar.

Não cabe aqui ressaltar as conjunturas econômicas vigentes no país nesse momento da década de 1940. Sabe-se que vários países, inclusive o Brasil, estiveram envolvidos na segunda Guerra Mundial, hipoteticamente, pode-se colocar aqui que, talvez, esses fluxos populacionais, nesse período, estivessem envolvidos com o aumento da produção agrícola para subsidiar os países envoltos nesse conflito, o que é de conhecimento a partir de estatísticas econômicas da época.

Enquanto o país economicamente sentia os impactos da guerra, a comunidade durante os anos 1940 ia ampliando-se, novos moradores deslocavam-se tanto do alto da serra para o fundo da grota, bem como vindos também do litoral. Outras comunidades da região também iam prosperando, como por exemplo, a vila Rio do Boi, essa por sua vez, localizada mais abaixo na planície, distante do vale abrupto e mais próximo do rio Mampituba. Seus moradores também mantinham contato com os moradores do Fundo do Rio do Boi. No todo havia uma grande interação social e econômica que ligava as famílias mais próximas.

Sabe-se que a instalação de engenhos no Fundo do Rio do Boi foi a atividade econômica mais notória. O pai de dona Angelina, o Sr. Abelo Candinha e o Pai do Sr. Alziro, Sr. Carlos Ribeiro possuíram

engenhos, além de outras pessoas. O engenho do Sr. Abelo estava localizado no ponto definido como o "final" da antiga estrada. Nesse ponto, peças do engenho ainda são encontradas em meio à mata. No que refere-se a composição socioeconômica da comunidade, Sr. Alziro recorda que:

> Tinha uma média de umas 15 família que morava ali, por ai. Plantavam muita cana. Tinha de engenho o seu velho Apolônio, que foi o primeiro, naquela época era só o dele, depois dos novo, o Learcino colocou engenho, depois pra cá o Leotilho Monteiro também botou. Outro que não lembrei o pai do Laudilino, o falecido Hercídio, e depois mais cá do mesmo lado da esquerda quem vai daqui, o filho do seu Apolônio velho, o tio do Lodi. Era um monte de engenho ali, não sei como consumia os engenhos ali. Tinha uns 5 engenho na mesma hora trabalhando, um perto do outro, sem falar da parte dos Ventura lá por cima do morro (Alto da Esperança). Os engenhos era tudo tocado a boi, só no fundo tinha uns 5 engenhos[31].

Provavelmente, a recordação desse período remete a uma época de apogeu da antiga comunidade, com a estrada, suas casas e os engenhos localizados na medida em que se estendiam os canaviais e outras plantações. Visto que nesse auge, também existia uma pequena escola com um professor que, segundo o Sr. Alvacir, cabia ao "tio Jove, ensinar a ler e escrever na escolinha". O "tio Jove", era o Sr. Juventino Pacheco, morador da comunidade que, não se sabe como, dava algumas lições às crianças. Em outro relato o Sr. Alziro revela que numa determinada época passou a vir um professor de fora para ensinar. Segundo o relato do Sr. Alziro, na "entrada" da comunidade, perto de onde hoje está localizado o posto de controle do ICMBio existia uma capelinha, feita com tábuas, onde o padre vinha rezar as missas nos finais de semana e dias festivos.

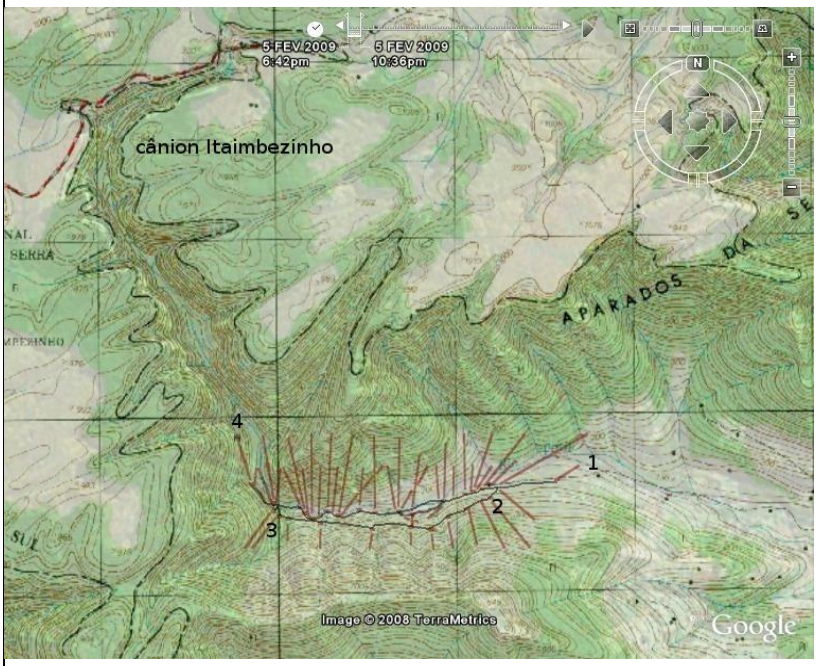
Interessante que o Sr. Alziro recorda-se quem foram os primeiros moradores: "no meu alcance o primeiro que eu fiquei conhecendo era o Apolônio Velho... o Procópio Pacheco. Depois o Silvério, depois o Juventino e os Ventura e o Francalino dos Paços era lá da Pedra Branca,

[31] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

também lutava com açúcar". Diz ele que: "o primeiro que colocou o engenho foi o falecido Learcino Candinho. Dispois, o último que tocou os engenhos foi o seu Aldair Ventura".

Figura 04 - Carta topográfica do Vale do Rio do Boi – Itaimbezinho – com destaque para a estrada da extinta comunidade.

1 – Início da trilha do Rio do Boi; 2 – Início antiga estrada; 3 – final da antiga estrada; 4- final da trilha Rio do Boi.



Fonte: GRUPAS, 2009.

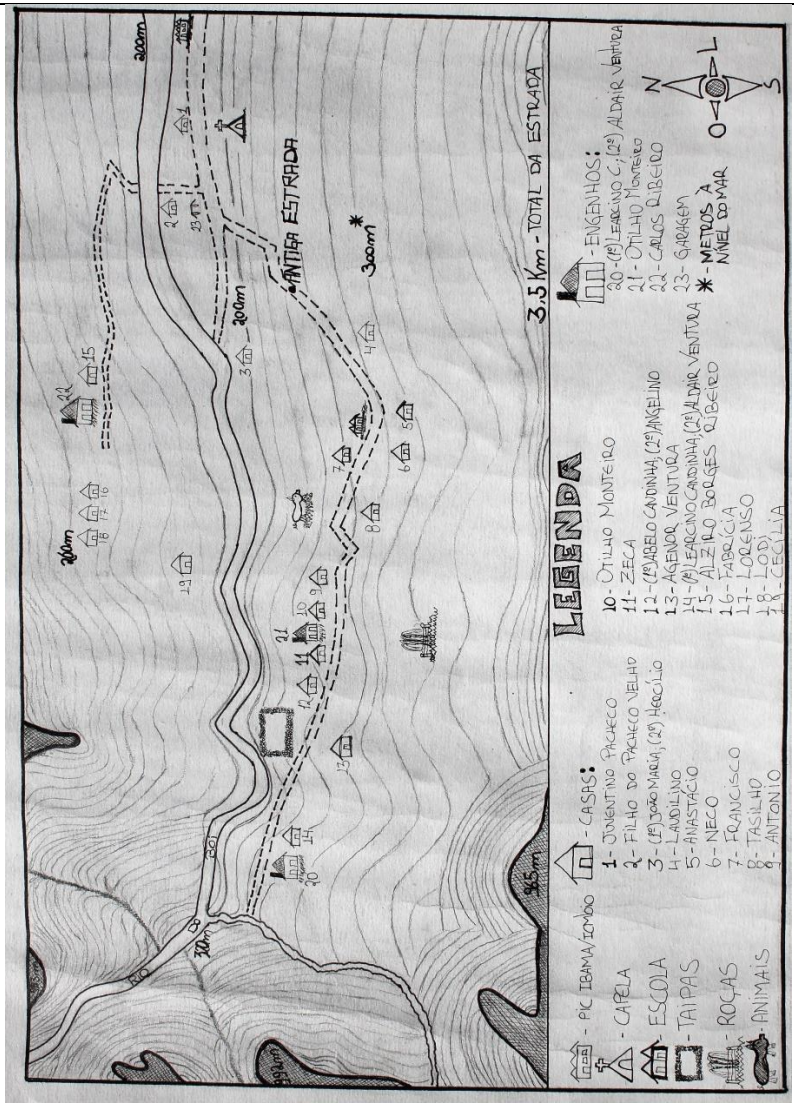
Na ilustração acima, entender-se que entre o número 1 e 3 foi o local onde estruturou-se a extinta comunidade do Fundo Rio do Boi, supostamente, entre o início dos anos 1920 até meados dá década de 1980, quando gradativamente os últimos moradores vão embora, migrando para outros lugares e que será abordado no próximo capítulo. No outro lado do vale também existiam casas e engenhos. Segundo o Sr. Alziro, ambos os vales possuíam trilhas de cargueiro de mula que permitiam o acesso ao planalto serrano gaúcho, favorecendo o comércio via tropas de cargueiro.

Aliás, por esse tempo o comércio entre a serra e o litoral por meio de tropas era comum e constante, sendo que, o tropeirismo e posteriormente a exploração da madeira apontam para peculiaridades do aspecto econômico vigente naquele período, além é claro, da agricultura e da pecuária. Claramente, está evidenciado que o produto mais produzido era o açúcar e portanto o gênero de planta que norteava os trabalhos agrícolas foi a cana.

Das casas descritas pelo Sr. Alziro, hoje, encontra-se apenas a sua própria residência que mantem-se erguida precariamente, e mais uma casa referente a um sobrinho seu: o Lodi (filho da dona Cecília e irmão do Sr. Alvacir). As demais casas e seus respectivos materiais foram retirados e reaproveitados ou consumidos com o tempo. A estrada ainda é bem visível já que atualmente é usada como "escape" da trilha de ecoturismo do Rio do Boi. Taipas, árvores frutíferas, bambuzais, marcas de desmatamento, peças de engenho também são encontrados no local. Dão pistas, permanecem como vestígios daquilo que um dia foi uma ocupação humana.

Em uma das entrevistas cedidas pelo Sr. Alziro, ele fez um mapa de memória (anexo B), ao qual posteriormente, foi possível fazer uma reprodução a partir dos detalhes que continham no seu relato. O processo de construção do mapa, foi muito importante, porque serviu de apoio para o Sr. Alziro situar a localização das casas, dos engenhos e lembrar dos nomes dos respectivos moradores que ocupavam aquelas terras. Abaixo segue a reprodução desse mapa. Com a visualização dos detalhes perpassados pelo Sr. Alziro, percebe-se que a comunidade mantinha uma verdadeira atividade agrícola dispondo de muitas famílias na localidade. A partir desse mapa foi possível, brevemente, entender a disposição das casas e dos engenhos e que será melhor abordado no próximo tópico desse trabalho.

Figura 05 - Mapa de memória da extinta comunidade do Fundo do Rio do Boi descrito pelo Sr. Alziro Borges Ribeiro em 28 de abril de 2010.



Desenho: Frank Lummertz, 2010.

3.3 EXPERIÊNCIA: ASPECTOS DO TRABALHO, DAS MORADIAS E AS EXPECTATIVAS DA VIDA RURAL

No cotidiano das pessoas, nas variadas regiões do país, a presença de expressões populares é marcante. Ainda é comum escutar expressões do tipo: "- Ele é muito novo, ainda não aprendeu, chegará o dia que terá experiência!"; ou ainda: "- Veja, só passando pela experiência para saber como é!".

Nos escritos de Walter Benjamin (1994, p. 114), pensador alemão do início do século XX, é apresentado uma parábola de um velho senhor que no momento de sua morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido certa experiência: "a felicidade não está no ouro, mas no trabalho":

> Tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: "Ele é muito jovem, em breve poderá compreender". Ou: "um dia ainda compreenderá". Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. (BENJAMIN, 1994, p. 114).

De forma concisa, com a autoridade da velhice, e que por hora traz a imagem da experiência, em provérbios ou parábolas; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias, que por hora foram vividas pelos próprios sujeitos que narram suas experiências; muitas vezes como narrativas de lugares longínquos, diante da presença do fogo aceso em fogões a lenha, contadas a pais e netos. "Que foi feito de tudo isso?", diria Benjamim (1994, p. 114), evocando a consciência da experiência ao mesmo tempo em que observava o desaparecimento, expropriação ou ocultação, ou como ele achou melhor chamar, da "pobreza" dessas passagens e dessa autoridade em pleno momento do advento modernista, da reprodução técnica, da era da comunicação em massa, da informação e do experimento científico. "Uma geração que ainda fora a escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente de tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo

corpo humano" (BENAJAMIN, 1994, p. 115). Seria o mundo pós-guerra (1945), a época das transformações totais?

Pensar a temporalidade histórica a partir das experiências é abrir para uma visão de um tempo único, um tempo particular que rompe com a linearidade temporal estabelecida pela objetivação das posturas humanas que racionalizam todas as formas do saber. Pensar história a partir desse viés é vincular as possibilidades obtidas, como diria Reinhart Koselleck (2006, p. 309), outro pensador alemão, em pensar o tempo histórico como um "campo de experiência e um horizonte de expectativa", onde o conhecimento obtido nesse tempo particular passa a ser presente e atuante, assim como a memória que é evocada, rememorada, permitindo pensar que o presente do passado é a memória.

As culturas humanas sempre distinguiram-se umas das outras por suas edificações em meio ao ambiente natural. Essas edificações foram capazes de estabelecer marcas não só nas linguagens diversas e significados das diferentes populações, como também produzir aquilo que vemos, sentimos e compreendemos como uma espécie de riqueza e herança material e também imaterial. Ora destruída pelo impulso do progresso, ora mantidas por um aparelho mental que credita em seus detalhes singulares o extremo valor para o legado da história. Muito além da comunicação, da fala, dos gestos e dos saberes; os sujeitos passam, e como se não bastasse, necessitaram aprimorar, ou ao menos, certificar-se das boas condições da moradia, do alimento, do vestiário, do trabalho, do transporte, da saúde, etc. para então assegurar com dignidade a família, os grupos de convívio social e comunitários, as crenças e toda a complexidade que rodeia as culturas humanas.

Foi daí que as gerações, seguindo do passado até dias atuais, especializaram-se em constituir comunidades, geradoras de economia, participantes de poderes políticos e sociais, modificando-se e desenvolvendo-se em sociedades complexas. Em cada lugar, a casa, o acesso por estradas, o transporte, o trabalho na agricultura, o bem estar, o uso de ferramentas, bem como o conhecimento de técnicas, de saberes e fazeres foram sendo apreendidas, retidas e modificadas, aperfeiçoadas na medida em que os grupos precisassem delas. Deparando-se com situações necessárias para superar as demandas do cotidiano, os sujeitos envolvidos passaram a ser colecionadores de experiências, umas felizes, outras outrora traumáticas, embora, todas revelassem um conhecimento, uma memória. Cada qual desvinculada de um tempo e marcadamente transfigurada por um próprio tempo, o "tempo da experiência", esse "meio tempo", como diria Benjamin, que se abre e logo se fecha, como

uma passagem, restando dela a consciência e o conhecimento que adquire-se e a transmissão que rememora-se. Como se não bastasse, esse tempo que abre e fecha-se em si mesmo introduz na cena o sujeito da experiência, que ao ter experiência, encara com uma nova forma as precisões que o rodeiam, só que desta vez, acompanhado com a bagagem adquirida na experiência.

Como o objetivo desse trabalho era montar a trajetória da comunidade, historicizando o seu cotidiano, aquilo que estava mais perto, os objetos mais próximos dos sujeitos que constituíram essa história são lembrados. Alguns detalhes dos quais constituíam o cotidiano das famílias não foram apagados da memória dos testemunhos. E a História do Tempo Presente nesse sentido, é um âmbito propício a essa provocação, na medida em que ela própria está numa outra fronteira, "aquela onde esbarram uma na outra a palavra das testemunhas ainda vivas e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados" (RICOEUR, 2007, p. 456). Assim dir-se-á que a lembrança permanece ligada ao passado "por suas raízes profundas, e se, uma vez realizada, ela não sofresse os efeitos de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo apenas um estado presente, algo que contrasta com o presente, nunca a reconheceríamos como lembrança". (BERGSON *apud* RICOUER, 2007, p.441).

Esse ensejo, a partir da noção de "campo de experiência", permite formular uma historiografia que pense não num tempo, mas em tempos compreensíveis as diferentes modalidades em que se encontra a consciência humana. A própria vida, ou como dizer, a própria noção de vida que o sujeito faz de si é um excelente ponto de partida para adentrar no passado, uma possibilidade de adentrar no tempo e no espaço que se produziu no Fundo do Rio do Boi, a partir de pessoas que lá viveram muitos percalços relacionados ao modo de vida lá encontrado e estabelecido.

Seu Alziro, homem feito na roça, "solteirão velho emancipado e quitandeiro", como ele próprio define-se, nunca casou e não teve filhos. Passou pela experiência de viver no Fundo do Rio do Boi. Assim como, dona Angelina, que viveu sua infância e sua adolescência nessa localidade. Ambos guardam memórias do cotidiano, vivas por conta da experiência, dessa passagem que lhes proporcionou uma visão singular da vida e da própria história. Ao recordar de como era o modo de vida, subjetivamente, Zirinho deixa escapar um pouco de como era a vida comunitária:

> Ali a gente plantava, quando um tava meio malecho de serviço, um dava uma mãozinha para o outro, o povo se ajudava, não achavam nada difícil né. Fazia um pouco pra um, um pouco para outro e no fim se tornava, se fazia a lavoura fácil. Não é como hoje, as vezes se o cara precisa, tem que pagar né. Antigamente o povo era muito popular pra se ajudar um ao outro. Então era uma vida como eu digo, sagrada, sempre serviam um ao outro[32].

É preciso imaginar um ambiente rural onde os recursos materiais eram escassos. Difícil de comparar com a modernização do campo contemporâneo. Percebe-se no relato do Sr. Alziro a presença de um sistema de trocas e consenso. Naquele ambiente, se fazia necessário um conjunto de pessoas que convivessem e que precisassem respeitar limites e deveres, criando sentido e pertencimento de uma comunidade.

Verifica-se que a aquisição de ferramentas naquela época era de extrema importância para o trabalho na roça, para a construção das casas e dos engenhos e sobretudo do acesso que era a estrada. Até a década de 1950, praticamente não existia a mecanização do campo, tudo era feito na mão, com trabalho braçal e com a ajuda de animais para a tração e transporte. Provavelmente, essa limitação de recursos dificultava à abertura de estradas, a derrubada da mata, a preparação do solo para roça, bem como o transporte de materiais e ferramentas necessários para a edificação das casas e dos engenhos permanecendo assim, o trabalho e a economia em um estágio tradicional. O "dar uma mãozinha" expressado pelo Sr. Alziro em seu depoimento revela o quando as pessoas, nesse ambiente, necessitavam uma das outras. Para se ter uma ideia do quando as ferramentas eram importantes, relata Sr. Alziro: "quando entrou a picareta já eram estradas pra carro de boi, antes da picareta era com animal, com os cargueiros de burro. Até 1974 os impostos era tudo cobrado nas estradas"[33]. Mesma assim, pode-se perguntar quantos dias e quantos braços foram necessários para abrir a estrada que dava condições

---

[32] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

[33] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010, em sua residência.

e sustentava as movimentações na antiga comunidade? Antes disso o caminho mais parecia um trilha de passagem de pessoas e animais.

É razoável imaginar que no processo para ocupar esse vale, a primeira preocupação é referente aos caminhos. Primeiramente picadas por entre a mata, atravessavam córregos que desciam das encostas íngremes e que com o tempo foram sendo aperfeiçoadas. Geralmente essas picadas tinham um papel importante na integração e na economia, pois, muitas delas ligavam as terras mais próximas do litoral à parte serrana nos campos de cima da serra, provavelmente, esse tenha sido um dos objetivos de muitas gerações que antecederam esses habitantes do Fundo do Rio do Boi. Quando o Sr. Alziro e também dona Angelina chegaram ao Fundo do Rio do Boi, já havia uma estrutura de casas habitadas por famílias que tiravam o seu sustento com o manejo de suas roças. Plantavam principalmente a cana, mas mantinhas os roçados de feijão, aipim, banana, batata doce e milho. Pode-se sugerir que os primeiros a abrirem os caminhos do Rio do Boi, tiveram uma parte muito importante nessa história ao desbravar o local, abrindo picadas com a ajuda de facão, foices, machados e mulas, animais de carga que transportassem seus mantimentos de sobrevivência, ferramentas e utensílios. É difícil estabelecer uma data referente ao pioneirismo, com sujeitos que efetuaram esse trabalho. Mas algumas pistas deixadas por Alziro, tornam o pensamento relacionado ao tempo de aperfeiçoamento da estrada (ou picada até esse momento) ligado à aquisição de ferramentas. Por exemplo, uma das pistas foi referente à "chegada da picareta", só com à aquisição de ferramentas mais adequadas que as picadas foram sendo ampliadas para estradas. Certamente abaixo de muito esforço e trabalho humano.

Essa impressão que as ferramentas causaram, guardada na memória, ainda é presente nas lembranças do Sr. Alziro. Até porque, tudo que chegava para diminuir o esforço do trabalho causava uma boa impressão e é digna de boas recordações. Juntamente a essa percepção do fato da estrada que dava acesso, tem-se na própria estrada outro vestígio do trabalho rural. São as técnicas empregadas por esses trabalhadores. Atualmente caminhando pela estrada antiga, pode-se perceber, marcas do que ainda sobrou da estrada. Uma marca que permanece é referente à remoção de materiais na linha que seguia a estrada, tais como, raízes, terras e pedras. Geralmente, seus antigos moradores construíam uma barreira com pedras encontradas no traçado do caminho, pelo lado da parte baixa do desnível da estrada, para que essa barreira segurasse a terra removida com o objetivo de aplainar o terreno e deixar a estrada

arrumada. É provável que essa estrada medisse aproximadamente de 03 a 04 metros de largura, num total de aproximadamente três quilômetros e quinhentos metros de comprimento. Nas ravinas ou grotas de água que desciam da encosta do morro e atravessavam a estrada, era comum, utilizar a técnica da construção de "pontilhões" de madeira que ligavam um lado ao outro da ravina ou grota. Cortavam-se alguns troncos e esses eram rolados até a beira da ravina, permitindo o aplainamento da estrada e o cruzamento, deixando a água escorrer por baixo dos troncos. Técnica semelhante à construção de pontes de madeira. São encontrados 08 ravinas ou grotas ao longo da estrada antiga.

Foi possível perceber outra característica durante as saídas de campo. Cada "propriedade", e neste caso, cada porções de terra que eram dividas pelas grotas, possuíam um caminho oblíquo que ligava a estrada antiga a um outro caminho; a trilha baixa, paralela ao Rio do Boi. Esses caminhos sinuosos, provavelmente, eram de extrema importância pois facilitavam a mobilidade necessária para os trabalhos agrícolas e a criação de animais. Como bem sabe-se, o terreno montanhoso da localidade era íngreme, então, por esse caminho oblíquo, subia ou descia até o lugar desejado. Por exemplo, um engenho localizado na trilha baixa necessitava de uma caminho que ligasse até o local das roças mais acima, para que assim, os trabalhadores pudessem trazer a cana com mais facilidade. Durante as saídas de campos foram feitos anotações relacionados a posição dos caminhos e podem ser analisados no anexo C - *Anotações de Campo: mapa das propriedades conforme divisão pelas grotas*.

Tanto Sr. Alziro quanto o Sr. Alvacir consideraram que havia um modelo de divisão das terras. Sendo posseiros, esse modelo seguia a "tradição da divisão das terras por grotas". Ou seja, a "propriedade" de uma determinada família iniciava em uma grota (ravina ou córrego que desce da montanha) e terminava em outra grota. Dessa forma as medições de terra não seguiam uma lógica geométrica, mas sim, conforme a disposição da natureza. No entanto, a partir das análises feitas nas fontes orais e nos documentos do arquivo do parque, foi possível entender, que na medida que as famílias foram crescendo, havia uma subdivisão das terras para os filhos que não necessariamente seguiam as divisões por grotas. De outra maneira, caso surgissem novos moradores, as novas "propriedades" divididas também não seguiriam a divisão por grotas. Portanto, acredita-se, pautado na disposição que as grotas encontravam-se que essa "divisão por grotas" foi usada no início da comunidade, quando as primeiras famílias estabeleceram-se na localidade. Todas essas

informações poderão ser analisadas no anexo C, junto as *Considerações Sobre as Anotações de Campo*.

Estabelecidos os caminhos para as movimentações, pensa-se no próximo passo; a construção das casas. Os materiais usados, as técnicas empregadas e a disponibilidade de ferramentas para a construção das casas, possuem uma importância como marca de características culturais e servem como referência em uma análise. Como eram construídas as casas em dado período e como são no presente? Elas podem remeter à mudança do tempo, um antes e um depois? Isso explica-se no caso dos patrimônios arquitetônicos que são tombados e preservados, esses conjuntos de bens materiais revelam as características de um tempo e uma técnica e apontam para aquilo que mudou ou permaneceu.

Em casos onde uma sociedade ou uma comunidade possui poucos recursos materiais isso fica pouco evidente, mas existe. O que se quer dizer com isso, é que a forma que constrói-se uma casa nos dias atuais, no meio rural, é muito diferente daquele período ao qual está sendo abordado. Tanto os recursos disponíveis, como a arquitetura e as técnicas usadas diferem, em suma, das técnicas atuais. Possivelmente as pessoas não dispunham de muitos recursos financeiros no momento da construção de suas casas. Não houve sinais da construção de casa de alvenaria, todas eram de madeira. Praticamente, todos os materiais utilizados na edificação provinham da natureza do local. As árvores eram cortadas e serviam para a estrutura da casa, outras, porém, eram levadas à serraria mais próxima, localizada no vale mais abaixo, na vila Rio do Boi, para serem beneficiadas em tábuas, ou até mesmo eram beneficiadas no meio da mata. As pedras também eram de grande utilidade. Quanto a outros materiais necessários, mas industrializados, tais como os pregos, telhas, parafusos, dobradiças, arames, etc. eram adquiridos em comunidades próximas que possuíssem mercados, "armazéns" que vendessem esses materiais:

> As casas eram tudo junto, outra separação não tinha. A madeira era tirada do mato mesmo, levava numa serraria, serrava. A serraria ficava bem ali pra onde entra pro Adeniro, irmão do Adelírio, já lá em baixo na atual comunidade do Rio do Boi[34].

[34] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

Quem a não ser aquele que experimenta a ação de cortar e remover madeira da mata para saber dos nomes e utilidades das árvores nativas?

Seu Zirinho recorda da diferença das madeiras e por isso, cada qual ganhava uma utilidade. Por exemplo, diz ele, que para os esteios das casas (uma das peças mais importantes para o sucesso da obra) era feito de Canela Preta; madeira dura (ao contrário da Canjerana que apodrecia na parte que estava em contato com a terra). Assim tanto a Canjerana como o Cedro eram usados para o beneficiamento em tábuas que iriam cobrir as paredes das casas. Outras árvores tais como a Imbira, a Guatiguá, a Sobejerana, a Camanguã, Aguaí, a Bicuvera também serviam de madeira boa para cerrar em tábuas, essas tábuas por sua vez, eram utilizadas para as paredes e assoalhos. Antes disso, no processo de construção e edificação das casas, cabia ao Loro a função de fazer o "gradeamento" da casa, ou seja a estrutura das colunas, vigas e oitões para o telhado, de preferência utilizava-se esta espécie para edificar a estrutura. Sabiamente essa noção não era seguida a risca, mas se o "chefe" da família tivesse encontrado à disposição esses materiais, certamente não correria o risco de fazer diferente.

Ainda relata Sr. Alziro:

> As casas do fundo tinham aquelas telhas velhas antigas, aquela de calha antiga, que ninguém mais quer e madeira grosseira, que era só serrada e pregada. O desenho das casas era isso ai, parecida com a minha de agora. O ponto era mais baixo por causa das telhas Os pregos e as ferramentas eram tudo comprado na cidade. As casas eram mais ou menos do tamanho da minha, as famílias quase sempre eram cheia de gente, 3 quarto, as vezes botava 1 ou 2 cama na sala. Quando chegava gente eles dormiam na sala mesmo, meio estivado. As casas eram de 4 quartos a menos né[35].

[35] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

Figura 06 - Reconstituição hipotética de uma propriedade rural no Fundo do Rio do Boi.

Ilustração: Emanuel Leal, 2011.

Os telhados das casas, primeiramente, eram feitos de palha colhidas na mata. Não é nenhuma surpresa, visto que essas técnicas eram empregadas em construções nos primórdios da chegada dos europeus em terras americanas e já era o material e técnica utilizada por algumas etnias indígenas das regiões tropicais da América. Obviamente que o material disponível nos primeiros fluxos de povoamento dessa região é que passa a configurar o mais importante. Árvores da Mata Atlântica como as descritas acima, para a composição das partes das casas e engenhos, ao passo que as palhas de palmeira Juçara, e principalmente a palha da planta Guaricana eram de utilização para a confecção dos telhados. A medida que os acessos iam sendo ampliados e melhoradas as formas de transporte, as telhas de alvenaria passaram a ser usadas:

> Nóis construimo nossa casa, foram eles, já tinha uns morador pra cá, mais nóis fomos mais pro fundo lá. Tudo as madeiras era serradas no mato, era feito uns estaleiro no mato e lá eles tiravam a madeira, fraquejavam a madeira, depois eu me lembro que eles colocavam um prego e colocavam um barbante. Ae eles socavam o carvão e colocavam aquele barbante dentro do carvão, e eles faziam uma listra com o carvão na madeira e iam serrando pela aquela listra, faziam as taboas. As telhas eram palhas do mato, até eu cheguei ao ponto de tecer esteira. A gente cobria as casas com

> palha, a gente cortava, ai a gente ia no mato, pra cima tinha uma folha tipo de ripa, mas ela tinha um cabo comprido assim, então a gente cortava ali, fazia um estaleirinho, botava a ripa, porque também era ripa pra tecer! A gente pegava aquelas palhinhas e colocava uma dentro da outra e dobrava o cabo dela ali e amarrava! Só terminava aquele ali e passava pra outra, era tudo de palha![36]

Notoriamente para o conjunto dessas edificações, compunham para a parte de baixo da casa, junto aos esteios, a utilização de seixos – pedras de basalto encontradas no terreno – que serviam para "tapar" a parte de baixo da casa e isolar a madeira da água da chuva. Essa parte da construção que fica entre o chão de terra e o assoalho da casa, geralmente, era edificada com a utilização dessas pedras. Tanto que, atualmente, ao caminhar pela antiga estrada, ainda percebe-se, em algumas partes do caminho, os seixos de pedras amontoados que outrora eram essa parte da casa. Provavelmente uma das funções de adequar as pedras entre o assoalho das casas e o chão de terra era além de um "acabamento" estético, um limitar da passagens de animais, tais como galinhas, patos, porcos, gatos, cachorros que poderiam estar por ali a aninhar-se ou esconder-se de baixo das casas. Fato que configurava numa tradição simples, mas muito útil para os moradores da localidade. Com o passar do tempo a parte de madeira foi sendo retirada ou apodrecendo tal que apenas permaneceu as pedras amontoadas.

Outra característica encontrada nesse tipo de residência e principalmente pelo fato de a casa ser totalmente de madeira, eram as chamadas "meia varanda" que eram uma parte externa a casa, tipo um "puxadinho" de meia água que tinham o chão de barro batido. Geralmente essa parte da casa funcionava como cozinha, era neste local onde se fazia o fogo de chão ou o fogão à lenha. Mantinha-se uma preocupação em não queimar a casa com as chamas e brasas da fogueira acessa, bem como evitar o acúmulo de fumaça nos outros cômodos da habitação, por isso construía-se essa meia varanda. Pode-se cogitar que essa "meia varanda" era uma das partes mais essenciais da habitação. Quantas decisões, quantas refeições diárias, histórias e "causos" não foram realizadas nesse cômodo?

---

[36] Entrevista realizada com a senhora Angelina da Silva Selau, 77 anos, em 11 de abril de 2012.

Existe certa compreensão de que todas as populações humanas, na sua diversidade, são possuidoras de cultura. Seus materiais, suas crenças, os saberes e fazeres, a linguagem, comportamento, hábitos, ordenamentos, etc. São as características, suas apropriações e expropriações, entre outros aspectos, que marcam a identidade e a cultura de um determinado povo. A partir de um rompimento, muitas caem em desuso. Mesmo assim, algumas marcas, devido a determinadas situações, permanecem no tempo, sobrevivem a transformações da sociedade, transformam-se em evidências, mesmo atribuindo-se outras funções a elas que não seja a sua inicial. Tais evidências com o passar do tempo correspondem e possibilitam uma margem de interpretação e explicação para na história, permitindo falar de um antes e um depois. Essas marcar que ficam são expressões de um tempo. Sabe-se que algumas características arquitetônicas, tais como essas até aqui descritas pelos testemunhos, foram técnicas, modos e formas de construção que compuseram uma etapa da evolução da vida social e material de um tipo do povo brasileiro: os sujeitos do interior, da zonas rurais, tipicamente do roceiro agricultor apresentado nessa pesquisa. Para a história, esse "modelo" fez parte de um passado, sobretudo porque, comparando as técnicas, com a arquitetura do presente, nota-se que algo mudou, rompeu-se, distinguiu-se de tal maneira que houve uma transformação que aponta para essa diferença. As casas de antes seguiam um modo rústico e rudimentar das construções, coisa que praticamente, no presente apresenta-se abandonada nessa região.

Figura 07 – Replica das primeiras construções

Réplica das primeiras casas na região dos Aparados da Serra, feita em São Roque, Praia Grande, SC.
Foto: Frank Lummertz, 2013

No tocante, saindo de "dentro da casa" para seus arredores, percebe-se que a lida na roça também depreendia de cuidados do arredor da casa, ou seja, no jardim. Recorda Sr. Alziro que:

> O pessoal antigamente, a primeira coisa era plantar uns pé de laranjeira né, uns feixinho de taquareira. Às vezes queriam fazer uma hortinha, ai pra não comprar o arame, a tela que era mais cara assim, a horta tinha que ser perto da casa. Ai rachavam uma taquara e faziam um cercadinho e aquelas taipas ao redor das casas, era uma cerca para os porcos. Jogavam uma batata uma abóbora e as roças da estrada pra cima.[37]

Mesmo estando sob a mata em recuperação as laranjeiras, bergamoteiras, limoeiros, ananás, bananeiras e ameixeiras ainda são visíveis. Outra coisa que chamou atenção foi a disposição dos bambuzais (taquareiras), dão a impressão que foram plantadas em lugares estratégicos. Cogita-se, justificado por uma tradição, que eram plantadas para proteger as casas dos ventos. Entretanto, como revela o Sr. Alziro, servia de material para a confecção de cercas que protegiam as hortas de animais, e mais precisamente, davam o acabamento nas mangueiras de taipas para a criação dos porcos. Consequentemente esse material gerava uma economia que evitava a compra de arames e cercas farpadas. De fato, analisando onde são encontrados as maiores taipas de pedras, visualiza-se os bambuzais como se estivem localizados prontamente para servirem de material para confeccionar o restante das cercas nas mangueiras. Dessa forma, as mangueiras eram compostas com pedras e bambus.

Escuta-se, em meio às multidões perdidas em centros urbanos e até mesmo nas cidades de interior, a preocupação pelo fato de que muitos agricultores impulsionados pela mecanização da lavoura, pelo uso de pesticida, inseticidas, defensivos agrícolas e adubos químicos, que eles não mais possuem uma horta em seu quintal, tal como os agricultores mais velhos. Essa informação muitas vezes não é totalizante, mas conota uma impressão de que o campo, as zonas rurais, desamparadas pelas políticas públicas de incentivo à permanência no campo, não possuem mais aquela motivação e zelo que outrora existia.

---

[37] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010, em sua residência.

Se no ambiente em que o recurso não é outro, a não ser cuidar da roça, os cuidados com o jardim e entorno das casas eram muito necessários. Inúmeras coisas aconteciam no jardim e nos quintais das casas. Era nestes locais onde os moradores passavam muito das experiências, não só do trabalho, mas dos cuidados com os filhos, da criação de pequenos animais domésticos, da higiene e dos banhos, dos afazeres domésticos, do abatimento de animais, do cuidado com as ferramentas, etc. O professor de filosofia da Universidade de Barcelona, o espanhol Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 23), numa reflexão sobre o saber da experiência informa que a experiência é cada vez mais rara, por falta de tempo, "tudo que se passa, passa demasiadamente depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estimulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera". Em suma, acredita-se, ser nesse ponto, o momento certo para trazer de volta a questão que gira em torno do tempo e experiência ou tempo próprio da experiência, esse "meio tempo" como diria Benjamim, a partir de um lugar, de uma visão que se tem do jardim das casas.

É plausível que essas pessoas ao constituírem uma trajetória de vida ampliavam seus horizontes para expectativas de consolidação de suas famílias e da própria comunidade. No cotidiano é certo que havia momentos no qual era possível refletir, pensar nas suas próprias condições enquanto pessoas que agiam, movimentavam-se, trabalhavam e participavam de estruturas econômicas, sociais e políticas muito mais amplas do que as vivenciadas no núcleo da comunidade. Afinal eles não estavam isolados das demais populações. Geralmente é no lar, o local dessa reflexão, mas por que não pensar no jardim desse lar ou a partir do jardim?

Para pensar no que o professor Larrosa Bondía indagou sobre o porquê da falta de tempo na atualidade, quantas coisas, pode-se imaginar que aconteceram nesse local tão ligado ao cotidiano dos trabalhadores rurais. Refere-se Bondía que a ideia de experiência também remonta a ideia de "passagem", ou seja, mais propriamente daquilo que se passa com o sujeito. Sua ideia está estreitamente ligada com o conceito de movimento. Enxerga-se então, a partir dessa imagem do jardim, a educação dos filhos, os exemplos a serem dados, o preparo das sementes para o plantio, a separação das ferramentas para as roças, ou seja, o jardim remonta a um tempo único, um tempo onde se é capaz de afastar da velocidade e da mutação das coisa. Afinal é na casa (interior) e no jardim (exterior) onde inicia um dia de afazeres domésticos e onde as pessoas repousam no final de um dia de trabalho, de vivências, de planos, de

ações, de esforços, de sucessos e fracassos. Quem nunca imaginou uma paisagem, uma imagem de um jardim bucólico com a presença das sombras das árvores, bancos, redes, animais passando e crianças por perto; como ampliasse para um outro lugar, uma outra atmosfera, afinal um outro tempo. O tempo de mensurar a experiência, de tomar consciência do dia que passou, de rememorar certos acontecimentos e além de tudo, de prosear, contar as coisas da vida a família, ao compadre, amigos e filhos.

Para concluir essa noção de "passagem" que a experiência transmite. Sempre tem aquela pergunta do porque a busca pelas coisas exóticas, as viagens, as religiões com seus cultos e ritos, até mesmo as drogas e o sexo são tão provocantes?

Porque induzem e conduzem o sujeito a uma experiência. Algo que lhe passa, que marca um tempo fora do normal, ao qual o sujeito se "expõe aos perigos", a novidade, experimenta algo difícil de ser informado, é como uma porta que se abre para esse "meio tempo". São as tentações que levam o sujeito a passar por coisas nunca antes experimentadas, é o fato extraordinário no processo que o sujeito da experiência incorpora que faz do acontecimento uma experiência. Em suma, assemelha-se a uma aventura. Não se pode fazer os outros entenderem. Alguém que nunca tenha passado por uma experiência desse tipo jamais conseguiria sentir. As ideias postas por Bondía e Agamben aproximam-se pelo fato do extraordinário e da passagem. Por outro lado, Thompson ao referir o conceito de experiência através dos "interesses comuns", apenas por meio do ponto de vista do conjunto, esse grupo de famílias estavam vivendo uma experiência, no sentido de que as famílias e a própria comunidade não estavam consolidadas e encontravam-se numa passagem.

Diante disso, pressupõe-se que existe uma diferença de tempo entre o que compõe a experiência com a velocidade dos acontecimentos da atualidade. Pois como enfatizou Larrosa Bondía (2002, p. 23):

> O acontecimento nos é dado na forma de choque, do estímulo, da sensação pura, na forma de vivência instantânea, pontual, fragmentada. A velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos. Impedem também a memória, já

> que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro que igualmente nos excita por um momento, mas sem deixar qualquer vestígio.

Então chega-se a uma breve conclusão entre a memória e a experiência. Aquilo que se passou com o sujeito, que teve um valor e sentido de experiência é se não aquilo que deixou marcas, impactou, que trouxe um saber e sobretudo uma consciência para a existência do indivíduo, resultado do acumulo de ações, situações e sensações que o sujeito ao ser receptivo absorveu. Evidentemente aquilo que passou-se com o sujeito esteja, necessariamente, acompanhado da consciência e seja possível de transmissões futuras, comunicadas a outros. São as marcas deixadas pela experiência. E por isso, no sentido exposto por Benjamin, é experiência. E por isso talvez, as experiências são tão comunicadas; por que permanecem na memória de quem a viveu.

As impressões e lembranças dessa época podem muito bem permanecer retidas na memória das pessoas (como foi o caso dos relatos transmitidos pelas testemunhas que vivenciaram tal experiência) dando sentido, por meio das subjetividades individuais, a história de vida de cada um que testemunhou. Por outro lado, as impressões e as lembranças contidas nas memórias individuais e coletivas também são averiguadas para a historiografia na medida em que o historiador estabelece um exercício de compreensão das causas, das estruturas vinculadas a um contexto passado e explicado.

O objetivo até então proposto – o de historicizar o cotidiano dessas gentes – na singularidade do espaço vivido por eles, passa necessariamente pela baliza do dia-a-dia, do rotineiro, do convívio social, das práticas estabelecidas a partir da ideia do que é, e do que foi substancial para a sobrevivência em um campo de estratégias e inserção no meio social. A sobrevivência não dependia somente do "controle" do mundo natural, mas também do estabelecimento de suas moradias, da segurança dos caminhos, da obtenção de água potável e corrente, da compra de suas ferramentas, do domínio de seus meios de locomoção, da produção diária dos alimentos, da entrada, retenção e dispersão do dinheiro, do contato com outras formas de organização social, econômica e cultural. Mas antes disso é preciso pensar no substancial, naquilo que é rotineiramente necessário para a sustentação da vida – as refeições, a condição dos alimentos, o vestuário e o combate contra doenças – mas também a mentalidade, a imaginação e as expectativas que emergiam no

cotidiano dessas pessoas. Mesmo sabendo que cada família possuía uma singularidade e uma particularidade própria da sua trajetória de vida a preocupação diária em evitar a fome estava correlacionado a todos.

Tendo em vista que a tarefa comum a todos os moradores era adquirir energia suficiente para manter outras atividades rotineiras, ou seja, manter uma economia básica que sustentasse as pessoas em suas atividades diárias, a eminencia da fome poderia ser uma constante. Essa economia tratava-se desde a aquisição dos produtos alimentares, sejam eles plantados e colhidos ou comprado em algum mercado. Geralmente, nos ambientes rurais, existem uma mescla entre os produtos colhidos na roça com aqueles oriundos dos mercados, das "vendas", principalmente o sal, produto básico para o tempero dos alimentos. E os fósforos essenciais para a ignição dos meios de cozimento dos alimentos.

Dispondo dos produtos alimentares, seguem as formas de preparo. O típico jeito brasileiro constituiu-se de um povo com uma dieta variada em produtos na sua mesa. Estão na mesa do brasileiro, seja no campo ou em centros urbanos, as carnes suínas, bovinas, das aves de corte e os pescados; os grãos que entre eles destacam-se o arroz e o feijão, assim como a batata (doce ou inglesa), o aipim e a famosa farinha de mandioca e a de milho, entre outras variedades que acompanham a culinária brasileira; sem mencionar as verduras e frutas. Sabe-se que para o preparo do alimento é necessário, além de possuir a ignição, ter substancialmente o combustível. Nas cozinhas, atualmente, o mais comum é a utilização de fogões que são abastecidos com combustíveis a gás. Um luxo comparado aos antigos fogões à lenha, que ainda persistem e muito nos lares das famílias brasileiras. Os fogões antes de serem industrializados, eram construídos artesanalmente, feitos de alvenaria, pedras e chapas de ferro, ou então, em casos em que não se tinha condição econômica, ou, até mesmo para adiantar a forma do cozinhar:

> Se fazia um fogo de chão, os antigos mesmo faziam isso ai, pendurava a panela numa corrente e fazia fogo em baixo, aqueles panelão de ferro. Fogãozinho a lenha ainda não tinha. Se fazia uma meia varanda e deixava o chão de terra. Ali fazia o fogo![38]

[38] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010, em sua residência.

Para realizar uma análise das condições sociais das famílias é justo pensar por meio dos objetos recordados, desses utensílios da cozinha e modos utilizados para o preparo da alimentação. Como havia uma precariedade para a obtenção de utensílios mais sofisticados necessários para se construir um fogão a lenha, as famílias mantinham essa tradição antiga do "fogo de chão". O fogo de chão já foi relacionado como típico da cultura gaúcha entre tantas outras expressões culturais do território brasileiro (NETO, 1984). Junto a esse modelo de "fogões de chão", era comum a utilização dos borralhos, modelo típico rústico de "fogão" constituído de pedras, barro e uma chapa de metal que separava a chama das panelas. Entretanto, como demonstrado no relato do Sr. Alziro, primeiramente as pessoas utilizaram o fogo de chão para o preparo dos alimentos servindo-se depois dos borralhos. Isso mostra uma outra característica referente às condições econômicas, ou seja, o fogo de chão era uma prática útil e imediata para suprir a necessidade do cozimento dos alimentos e evitar a fome.

Foi com a guinada da história do cotidiano (CERTEAU, 1994), que os historiadores passaram a debruçarem-se nas possibilidades das "artes do fazer", às quais estão permeadas de saberes, usos e costumes, técnicas e estratégias, fazendo desse novo conjunto, os objetos possíveis de estudos. A presença dessas "artes de fazer", como demonstrou o historiador francês Michel de Certeau, na sua obra *A Invenção do Cotidiano*, estão incondicionalmente correlacionados à história humana, e o mais curioso, que pela diversidade das culturas humanas, ganhou formas, modos e práticas distintas umas das outras privilegiando esse campo de estudos. Outra questão condizente a esse campo de estudos, é que a partir dos fragmentos da memória, transmitidos através de um relato oral, está condicionado à subjetividade do sujeito que narra, e demandam por hora, a possibilidade de transmitir sentidos da realidade do meio social em que estavam inseridas, como o relato acima citado. Finalmente, como mencionou Certeau (2009, p. 234), no capítulo "O Prato do Dia" do seu grande clássico:

> Cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias. No "invisível do cotidiano", sob o sistema silencioso e repetitivo das tarefas cotidianas feitas como que por hábitos, o espírito alheio, numa série de operações executadas maquinalmente cujo encadeamento segue um esboço tradicional dissimulado sob a

> máscara da evidência primeira, empilha-se de fato uma montagem sutil de gestos, de ritos e de códigos, de ritmos e de opções, de hábitos herdados e de costumes repetidos. No espaço solitário da vida doméstica, longe dos ruídos dos séculos, faz-se assim porque sempre se fez assim, quase sempre a mesma coisa, cochicha a voz das cozinheiras; mas basta viajar, ir a outro lugar, para constatar que acolá, com a mesma certeza tranquila da evidência, se faz de outro modo sem buscar muitas explicações, sem se preocupar com o significado profundo das diferenças ou das preferências, sem por em questão a coerência de uma escala de compatibilidades (do doce e do salgado, do adocicado e do acre, etc.) e a validade de uma classificação dos elementos em não comestíveis, repugnante, comestível, deleitável e delicioso.

Todo esse capítulo foi destinado a entender os objetos e os aparatos dos quais as pessoas lidavam por meio das práticas envolvidas no cotidiano. Das peculiaridades encontradas no jeito de fazer. Mesmo sabendo que existiam entre eles, diferenças familiares, havia socialmente um "horizonte de expectativa", do desenvolvimento do trabalho. Esse "horizonte" foi denominado por Koselleck (2006) a partir do ato de "como pensar o futuro a partir do presente". Mesmo atarefados na lida diária, as pessoas esperavam por algo. Pode-se dizer além daquilo do que é visto e sentido, mas também imaginado pelos sujeitos, algo do que espera-se.

Em uma das entrevistas realizadas com o Sr. Alziro, foi proposto que ele fizesse um mapa de memória da localização das casas (propriedades) e das roças existentes na época da comunidade do Fundo do Rio do Boi (ver página 82). Disse ele que:

> Geralmente elas ficavam, dessa trilha que vai pro fundo como dissemo. As roças ficavam das casinhas pra cima, não tinha nenhuma roça que ficava pra baixo, ficava tudo pra cima. Olha! Ali o pessoal não plantava muito, era batata, era o aipim, antigamente se criava muito porco. Mais

> que plantava de milho era 2 hectare, de 3 hectare pra baixo que se plantava[39].

Povoar uma região desabitada nunca foi tarefa fácil, as referências básicas que dão a impressão mínima de segurança e estabilidade para as tarefas da vida ficam distantes, as fronteiras aumentam, ainda mais quando a região é considerada como "selvagem" encontrada em estado natural. A presença do mítico, do desconhecido, também é presentificada passando a ser produtora de sentidos e significados, pois pode-se citar que conhecer a natureza e seus ciclos é fundamental para a manutenção e produção da roça, para o plantio e para a colheita. Este tipo de produção e vida agrícola difere, pois, da implantação (substituição do ambiente natural para o pastoril) e do conhecimento ligados à pecuária – a roça com seus ciclos – assim como as estâncias que possuem seu calendário de atividades pastoris. Portanto, nesse ambiente declivoso, uma solução prática foi separar as roças para "cima" e a criação de animais para "baixo" da estrada antiga.

Depois de relatar os aspectos da localização existente entre o local da roça e o das casas juntamente com a medida aproximada da quantidade de hectares plantados provavelmente por uma família, ele deixa escapar algo como se fosse um desejo. Como uma visão do tempo na roça, um ponto de vista que seu olhar transmite. Continuou:

> O povo da roça se ele quiser trabalhar pra não fazer fiasco, ele só não tira o sal ali da terra, mas do mais a gente faz a mesa de tudo e não falta nada. Mas agora tem que plantar, não é plantar 1 pé, 2 ou 4, comer aqueles pé e depois como que faz? Tem que ter distância pra plantar, tem que ter distância pra fazer a lavoura, pra ter sempre, é diário. [...] No pixurú, se fazia aquelas trocas de dia né. Dois dia se fazia um hectare de roça, depois ia fazer pra outro[40]

O Pixurú demonstrou ser uma prática recorrente de muitas comunidades rurais até a consolidação do capitalismo contemporâneo no

[39] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010, em sua residência.
[40] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010, em sua residência.

campo. Essa prática consistia em realizar uma troca de dia de serviço. Por exemplo, quando alguém ia fazer alguma colheita, eram convidados os vizinhos e amigos para ajudar nos trabalhos. Assim aquele ou aquela família que foram ajudados devolveriam esse dia de trabalho (ou dias) numa possível colheita ou em um preparo da terra para nova semeadura. Era uma troca, não havia pagamentos em dinheiro. Outro exemplo, quando se matava um animal, por não existir geladeira e congeladores, os vizinhos eram chamados para ajudar no abate e a carne era repartida entre eles ou até mesmo uma festa poderia ser feita para compartilhar.

Alguns objetos encontrados na estrada antiga ao longo do percurso chamaram atenção desde o primeiro contato. O primeiro dos objetos a impressionar são as taipas de pedras. Quando questionados, tanto o Sr. Alziro como a dona Angelina e o Sr. Alvacir, falaram sobre o uso dado para aqueles "amontoados de pedras", verdadeiros muros que mantinham uma utilidade. O Sr. Alziro diz que: "Geralmente as taipas que tem ali, da trilha pra baixo eram pra criar porcos. As roças eram pra cima e os criador de porco pra baixo. Os ananás eram uma cerca né". E continuava a falar sobre a funcionalidade das taipas:

> Aquelas taipazinha ali, no século passado já é um povo, um povo muito... não tinha serviço ruim para eles. Era pra fazer, por exemplo, às vezes até tava fácil, pra fazer. Hoje faz um pedaço, amanhã faz outro, não tinha negócio de peão bobiar, proprietário não fazia aquilo ali. Inclusive pra cá de uma grotinha. Tem do lado da estrada uma entrada boa, ali o mesmo proprietário, lá no fundão também a mesma coisa, os mesmos proprietários. Fazia aquelas serras de taipas que daí ia quilômetros, ia toda a vida, tão lá até hoje. [...] Era um círculo para os porcos. Pra não ir pra roça, uma mangueira. Eles faziam um eito de taipa num pedaço, numa parte que o bicho forcejava mais![41]

Nesse mesmo sentido a dona Angelina referiu que:

[41] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

> Eles faziam os muros de um lado e de outro e depois botavam uns pau farquejado assim grosso, pra depois pregar tábuas por cima. Quem sabe porque naqueles tempo era as mangueira de porco, era tudo feito de taipa. Nóis fazia açúcar, ai as bagaceiras era tudo empilhado de um lado, mais era enorme! Umas bagaceira medonha né! Que dava pros porco![42]

Caminhando pela antiga estrada, no momento em que se encontram as ruínas, a primeira impressão causada por esses muros de taipas em meio à mata em regeneração, é que poderiam servir de cercas feitas com o material disponível no local (muitas pedras) com o objetivo de separar as propriedades, uma demarcação do território. Certamente esse uso já foi dado ou ainda é dado em outras comunidades da região. Mas essa informação que atravessou o tempo e chegou até aos dias atuais revelam que esses muros eram, na verdade, os currais, mangueiras, os criadouros de animais suínos. Isso indica uma peculiaridade na economia familiar da extinta comunidade: a criação de porcos. Esse animal é criado separado da roça, não solto, mas preso para não danificar as mudas e plantas. A criação de animais suínos para esse tipo de população também vai evitar a carência de proteínas em sua nutrição, bem como fornecer banhas e óleos para o cozimento de alimentos. Durante as saídas de campo, notou-se que os bambuzais foram plantados em lugares estratégicos, observando as posições das taipas, passa a impressão que os bambuzais foram plantados nos lugares onde necessitava-se desse material para confeccionar o restante da mangueira. Por exemplo, as taipas de pedras chegavam a um determinado ponto e daí por diante construía-se a cerca com as taquaras, tal como a dona Angelina relatou, "o pau farquejado", evitando a fuga dos animais. As hortas também eram cercas com as taquaras. Outra curiosidade é que os bambuzais encontram-se ao lado da estrada antiga e próximo a bifurcação com os caminhos oblíquos, ou seja, dão a impressão que sinalizavam as entradas dos caminhos.

Todos esses relatos são condizentes com a situação do trabalho rural. O passado mais remoto da comunidade que se sabe, foi à chegada das primeiras pessoas na localidade, a abertura da trilha e da estrada, a

[42] Entrevista realizada com a senhora Angelina da Silva Selau, 77 anos, em 11 de abril de 2012.

derrubada da mata para a instalação das casas, das roças e dos engenhos. Foram às produções dos alimentos na roça, a criação de animais, principalmente os porcos nas mangueiras de taipas, bem como o preparo dos alimentos e a invenção de técnicas e a manutenção de práticas que dessem condições de manterem as famílias e a comunidade nesse meio. Pois, mesmo evidenciando todas essas "marcas" que as pessoas, ao longo da trajetória da comunidade, construíram e deixaram nesse ambiente, não foi possível adentrar nas questões referentes ao conhecimento que eles mantinham dos ciclos da natureza, como a cheia do rio, a chegada do frio e a estiagem, as atividades de adubação do solo, o controle de insetos e animais invasores, bem como as representações e imaginários que mantinham a respeito desse meio em que viviam.

Entretanto, dessa experiência de vida pode-se extrair outras impressões e percepções que permaneceram contidas na memória desses sujeitos. São características básicas da vida que estavam inseridos na rotina, tais como os nascimentos de crianças, os banhos, a captação da água potável, o ato de lavar roupa, a presença das mulheres na comunidade, a produção de energia, a luz para as noites, a criação de outros animais, a presença do "outro", dos de "fora", do não morador (o comprador tropeiro ou o estancieiro), bem como a chegada da "vida moderna" e seus confortos.

O Sr. Alziro relata que, quanto ao nascimento: "de começo antigamente era difícil de ir para o hospital, sempre tinha uma parteira que atendia. Pra registrar tinha que ir lá na praça"[43]. Mas que ao longo de sua vida não se lembra de algum bebê ou alguém ter sofrido alguma doença difícil de curar. Essa memória, relativa é claro, indica que mesmo com raríssimos recursos médicos e hospitalares as crianças que nasceram sob essa condição não enfrentaram grandes doenças. Quando raro, as doenças apareciam e eles recorriam para o uso de ervas medicinais.

Sr. Alziro lembra também que os banhos, "geralmente o banheiro era tudo no mato, pra tomar banho era no rio, de bacião, mesmo no frio". Pois naquele tempo não existia energia elétrica capaz de aquecer água, ou mesmo chuveiros elétricos e outros eletrodomésticos comuns nos lares contemporâneos portanto, fervia-se água em chaleiras e banhava-se no bacião. Geralmente para lavar roupas "se fazia um cocho, fazia uma calha pra pegar água das grotinha. Naquelas grotinhas que tinha sempre tinha água, nunca secava. Então depois da enchente de 1974, atulhou aquilo.

[43] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010 em sua residência.

Daí terminou”[44]. As calhas eram feitas de taquara ou de ripa da palmeira Juçara e ajudavam a capitar a água mais acima da grota até o destino desejado.

Não é tarefa fácil para o historiador montar uma estratégia que condicione todos os elementos do cotidiano da extinta comunidade em uma única narrativa histórica, uma vez que, cada família era possuidora de sua própria trajetória. Apenas a condição social de trabalhadores rurais camponeses e posseiros, poucas coisas indicam um passado comum. O que havia de fato, e o que talvez possa indicar o pertencimento comunitário, era a constituição da identidade relacionada à terra; como roceiros produtores de alimentos. Encontravam nesse regime de “propriedade”, ou seja, na posse da terra uma oportunidade de manterem-se como trabalhadores. Viam na proximidade com a serra a possibilidade de alcançar mais um mercado consumidor de seus produtos. Portanto, coube a disponibilidade da terra um fator condicionante gerador de uma economia que garantisse a integração entre os membros da comunidade, dando sentido a mesma, e com as demais esferas da sociedade.

Nessa pesquisa que busca registrar a memória e historicizá-la, foram obtidas múltiplas experiências ao passo de transmitirem muitos conhecimentos e saberes de um tempo, impressões e percepções que coube a memória desses sujeitos reter. Mesmo sabendo que a memória é seletiva e que cabe ao sujeito recordar e transmitir aquilo que ele próprio acha ser importante. Todas essas informações fazem com que o historiador passe a ter um papel social dentro das ciências sociais. Sabe-se que essa história cultural é feita de fragmentos, de vestígios, mas também é a partir deste rastro de depoimentos e memórias que possibilita montar uma história abrangente capaz de dar sentido a essas experiências, e sobretudo, a experiência que foi a vida no Fundo do Rio do Boi. Desta maneira considerou-se as pessoas como sujeitos da experiência, resgatando, através da história, o fenômeno da experiência para dentro do Ser. Ao contrário do “experimentalismo” moderno, tão questionado por Benjamin no início do século XX. Benjamim questionou a pobreza da experiência e recentemente Agamben (2005) esclareceu que a ciência e seus métodos analíticos passou a ser o único saber considerado que permite apreender a experiência de modo unificado, consequentemente “expropriando”, a experiência de dentro do Ser. Nesse caso, numa tentativa de valorizar e devolver o sentido de experiência para o sujeito,

[44] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em março de 2010 em sua residência.

foi através dos relatos orais que partem do mundo-da-vida do sujeito que "as experiências mais básicas desse mundo tornam-se substrato para elaboração de toda ordem da experiência" (MASSIMI; MAHFOUD, 2008, p. 02).

Nesse sentido, o fenômeno da experiência, redescobre o valor desta, na qual pode-se identificar tanto um nível passivo do sujeito que sofre impacto da presença do mundo e das coisas que os cercam, quanto um nível caracterizado pela presença ativa do sujeito que elabora tal impacto buscando apreender sua presença no mundo. Foram os homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, pais, mães e famílias inteiras, trabalhadores, que percorreram essa estrada e edificaram na luta diária, as estratégias e táticas que garantissem os substratos essenciais das relações sociais. Demonstrando que aquilo por que passaram concretizou-se ao longo dessa trajetória em uma experiência única, sentida pelos sujeitos, que tanto produziram ações em virtude de suas condições, como receberam os impactos das coisas que os cercavam.

Admite-se dessa forma que as marcas dessa antiga estrada (aspecto comum porém singular) assinaladas na geografia do lugar, são um marco temporal na compreensão dessa "passagem" ao qual esse trabalho enfatiza como uma "experiência de trabalhadores rurais nos Aparados da Serra". Compreende-se essa experiência, como um "modo", uma "vivência", uma "maneira" que essas referidas pessoas encontraram para enfrentar as condições das quais dispunham. Também foi observado que o tempo da experiência parece conduzir o sujeito a um "saber próprio", a uma compreensão daquilo que "passa consigo", dessa forma não deve-se admitir que tal desenrolar dos fatos permaneça na invisibilidade ou que esteja ausente em nossa análise.

Disse a historiadora norte americana Joan Scott (1999, p. 24) que "ver é a origem do saber. Escrever é reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento conseguido através da experiência (visual, visceral)". E para ver – sentir – há a necessidade de estar presente, por isso a importância do testemunho e da adequação da experiência para dentro do sujeito. É a partir dessa abordagem historiográfica que tornou a "visibilidade da experiência", uma possibilidade concreta e evidente da história produzindo uma riqueza de novas evidências, anteriormente ignoradas sobre esses e outros assuntos, chamando "a atenção para dimensões da vida e das atividades humanas normalmente consideradas sem valor suficiente para serem mencionadas pelas histórias convencionais" (SCOTT, 1999, p. 24). Essas novas histórias forneceram evidências repletas de uma imensidão de valores, costumes e práticas

alternativas, cuja existência desmente as construções hegemônicas de mundos sociais conotando os antagonismos culturais, sociais e econômicos existentes. Com essa perspectiva, continua Scott (1999, p. 24), "tem-se buscado legitimidade na autoridade da experiência", a experiência direta dos outros, assim como a do/a historiador/a que aprende a ver e a desvendar as vidas desses outros em seus textos.

Tratando-se do passado, é da memória fornecida que os testemunhos, oralmente, direcionam seus pensamentos para uma época determinada reveladoras de experiências e visões de mundo que foram relatadas nesse capítulo. Volta-se assim, a explicação para os ditos de Benjamim (1994, p. 114): "Ele é muito jovem, em breve poderá compreender", para perceber que o valor e o sentido da "experiência", além de sua visibilidade, de sua autoridade, da sua unidade dentro do sujeito – cujo horizonte está sempre aberto ao desconhecido – não está apenas na transmissão de tal acontecimento (como uma parábola ou metáfora), mas também para a "anunciação do acontecimento", de que a "aquisição do conhecimento" está por vir, desde que a pessoa "passe" pela experiência. Essa "passagem" é o "tempo da experiência". Paralelamente, é possível compreender que esse "tempo da experiência" é um tempo passageiro, "é o que nos passa"; em que o sujeito da experiência seria algo como "um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, algum efeito" (BONDÍA, 2002, p. 24). Portanto, quem a não ser eles – as pessoas que relataram suas memórias – que possuem com precisão a autoridade da experiência, como narradores capazes de transmitir o acontecido à gerações futuras e também de prever o sentido e aprendizado da experiência comunicando-a aos mais jovens.

É nesse grau de compreensão, da sensibilidade e do efeito, da passagem e das marcas que pode-se relacionar a memória com a experiência, ou melhor, a experiência com a memória. Não só relacionar como também aproximar essas duas categorias. O que produziria mais efeito no sujeito? Efeito capaz de suscitar marcas que ficarão retidas na memória por um longo tempo?

Diante dessa questão vale lembrar que é através da exposição que o sujeito sofre, do permitir-se, que o sujeito atravessa essa "novidade" para elaborar as estratégias que sobressaem dos desníveis impostos pelas dificuldades da vida, ao qual finalmente revelam um saber "próprio" e digno do acontecido, uma experiência. É do perigo de não saber o resultado que a experiência é demasiadamente produtora de consciências

e sentidos para o sujeito e para os grupos onde ela revela-se. Portanto nada mais marcante do que a passagem por experiências para ficar retidas na memória das pessoas.

Dessa maneira a experiência e o impacto causado pela novidade e do desconhecido – marcas que ficaram na memória – não só revelam aspectos da vida concreta e cotidiana (condições sociais, culturais e econômicas), como também, das mais variadas interpretações que se fazia da imaginação e da presença dos casos sobrenaturais. Para concluir, isso tem a ver, não só com aquilo que era discutido e falado em relação ao mundo concreto (moradias, sua construção e manutenção, do trabalho diário na roça e nos engenhos, da preocupação com a vida financeira e das necessidades básicas do cotidiano), mas também com o mundo relacionado às histórias, os "causos", as lendas, os bate-papos que recheavam o dia-a-dia dessas pessoas. A passagem por uma experiência poderia revelar-se, também, no tocante ao imaginário que se faz das coisas pouco plausíveis e que será melhor abordado no próximo tópico.

3.4 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO: A VIDA SEM ENERGIA ELÉTRICA

> *Foi assim: esse mineral, dizem que era dos Jesuítas. Era tudo moeda de ouro e moeda de prata, umas moedas grandes e ali tinha o valor delas. [...] Os padre jesuítas só lutavam com ouro e prata, mas era uma porção que estavam fugindo da guerra mundial naquela época e não tinha estrada era tudo por carreiro assim por meio do mato e só procuravam as encostas dos morros para vim, não vinham pelas vargens, porque pelas vargens tinha muito banhado e nas encostas dos morros é enxuto [...] Chegaram naquelas furnas da Fortaleza. [...] Mas ai esse jesuítas encostaram ali nessas furnas, os animais já estavam cansados com o peso, daí eles se lembraram de deixar, esconderam e lacraram uma pedra na boca da furna e deixaram ali pra se no caso eles vivessem, eles voltariam pra procurar onde eles tinham escondido... mas*

nunca mais apareceram e ficou aqueles minerais ali. E ficou em muitos lugares rapaz![45]

Ireno Orácio Cardoso, 80 anos, natural de Último Rio e residente em Cachoeira, Praia Grande (SC).

Tem gente que diz que quando aparece essas "aparenças" é porque tem ouro enterrado, mas na verdade é porque tem uns trabalhos de feitiçaria muito forte. Já vi muitas pessoas que veem esses aparença e se iludem com o ouro, é trabalho de feitiçaria braba, daí aparece essas aparença. Você já ouviu falar de ouro arrancado?

Rosa dos Santos, 59 anos, natural de Vila Rosa, Praia Grande (SC)

Já, já ouvi falar de muitas... dizem que por ai tem, não é de minha época mas é da dos padres jesuítas, no tempo que isso tudo era sertão de mato, não tinha nada devastado como tem agora... diz que os tal padre jesuítas iriam ser cassados naquela época, não sei se foram, mas eles teriam que entregar tudo, desceram esse Faxinalzinho ai por dentro fazendo trilhinha, de foice de certo com um facão. Três ou quatro cargueiros. Naquele tempo não se dizia Bruaca, naquele tempo eles diziam surrão. Uma cargueirada, mas dizem que era tudo de ouro pra esconder nesses cantões, era tudo mato mesmo, tudo sertão de mato e eles enterraram por ai, não se sabe aonde.

Valdomiro de Oliveira, 72 anos, natural de São Roque, Praia Grande (SC).

---

[45] Todas as citações dessa página foram originalmente extraídas de: LUMMERTZ, F. C. *Cânions e História. Comunidade Tradicional, Cultura Popular e Ecologia nos Aparados da Serra*. Trabalho de Conclusão de Curso. UDESC, 2009, p. 100. E foram citadas no início desse tópico para demonstrar aspectos do imaginário compreendido por pessoas do interior de Praia Grande (SC), contribuindo para o entendimento das questões que serão levantadas.

> *Diziam que eles... eles tiraram muito dinheiro né. Por exemplo, o Estado de Minas Gerais era onde tinha mais mineral né e quando eles vieram de Portugal, eles se alojaram lá. E depois quando o governo daqui resolveu perseguir eles. Tinha um homem velho aqui que contava que quando eles saíram lá de Porto Alegre, saíram com 60 cavalos carregados. É... saiu de Porto Alegre pra cá assim. Direção pra cá. Muitos subiram a serra da Taquara, outros subiram aqui nos rincão dos Kreff. E vieram para cá, outros vieram pelo litoral, pra se migrar aqui para Santa Catarina. Tinha a Serra do Cavalinho na Mãe dos Homens, quando eu era novo tinha muita frequência aqui nessa serra.*
>
> Afonso Pereira dos Santos, 73 anos, morador de São Roque, Praia Grande (SC).

Existe uma história muito popular no meio rural onde seus narradores atribuem sentidos metafóricos e alegóricos para a existência de potes, baús, panelas de ouros enterrados em lugares secretos e misteriosos. Essas histórias não são tão comuns em lugares cosmopolitas globalizados. Nesses centros urbanos essas histórias fantasiosas foram se perdendo, talvez, pela reprodução da informação midiática e televisiva.

Nas localidades do interior, particularmente na região Sul do Brasil, quando o assunto é o passado ou histórias de mistérios, há sempre a presença dessas histórias fantasiosas que na maioria dos casos envolve poderes e a presença de seres sobrenaturais. O que explica essa presença na mentalidade cultural de determinados grupos sociais? Caberia a História atribuir significados a essa presença junto ao imaginário individual ou coletivo e as representações que tal indivíduo ou grupos fazem dessas percepções?

O conceito de imaginário ainda postula numa esfera à margem dos grandes temas centrais das áreas das ciências humanas. Primeiro estudado e valorizado por folcloristas. No campo da historiografia, foi a partir do deslocamento do olhar sobre o sujeito e objetos a serem estudados, tais como o imaginário a partir da filosofia política, que possibilitou acrescentar o imaginário e as representações nos estudos da história, muito bem amparado pela antropologia e sociologia, compreendida aqui como um campo da História Cultural. Para os críticos

do tema não existe nenhuma finalidade útil nesse tema. Alega-se que é um termo vago demais para merecer considerações sérias.

Com vigor, é a partir de uma valorização dentro da sociologia por meio da noção de "representação social" iniciada com Durkheim e revigorada com Moscovici, que o imaginário passa a postular como protagonistas da interpretação das culturas. Mais compreensível é o uso das representações que os historiadores fazem para a construção de sua narrativa. O historiador Roger Chartier mostrou muito bem em seus estudos ao trazer à tona a ideia de representação no mundo da leitura. Em suma, mais recentemente, Paul Ricoeur (2007, p.202) transmite que a História Cultural e as mentalidades, deve dar lugar a um "tratamento deliberadamente histórico das "maneiras de sentir e pensar". Importam nesse campo de estudo as práticas coletivas, simbólicas, as representações mentais, despercebidas, dos diversos grupos sociais". Até porque o mundo-da-vida não é apenas um mundo de produções lógicas, mas também, um mundo de experiências psíquicas e sensitivas que extrapolam a objetividade.

A obra do cientista político Benedict Anderson, publicada originalmente no ano de 1983, *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, foi uma obra de referência para os estudiosos das identidades nacionais e os processos de construção da nação. Anderson atribui para as comunidades nacionais, como produto de um processo de resultados políticos, sociais e culturais na geração de um vínculo imaginário com os seus concidadãos nos contornos dos Estados-nação. O autor basicamente pratica uma recuperação do conceito de imaginação, na qual absolve o termo das conotações pejorativas, em oposição à realidade (realidade versus imaginação). Anderson examina a base material da imaginação para entender como se forma uma comunidade nacional. Para ele, a imaginação desempenha uma tecla pressionada, permitindo a divulgação em massa (de valores, imagens, signos, características, sentimentos, referências, etc.), através dos meios de comunicação que podem estabelecer relações entre grupos e indivíduos localizados a uma distância. Mas não só pode construir relacionamentos, como também permite imaginar relacionamentos e descobrir uma comunidade abrangente dentro do governo nacional. Diante dessa circunstância, a circulação de jornais, e depois da rádio e da televisão, teve um componente fundamental no papel do imaginário nacional. Essa referência que se faz da obra de Anderson, valoriza a presença do imaginário na formulação de comunidades e também para compreender a formação das identidades nacionais. Outra

questão é evidenciada no processo de elaboração que as pessoas recebem e/ou fazem para dar sentido aos valores de pertencimento que as mesmas mantém dentro de um quadro de relações cultural e social. Dessa forma podem se apresentar a partir de uma consciência de unidade identitária ou como forma de alteridade, buscando demonstrar a diferença com relação a outras culturas

Para a antropologia foi Gaston Bachelard que atribuiu a concepção de simbolismo imaginário num sentido em que "imaginação é dinamismo organizador, e esse dinamismo organizador é fator de homogeneidade das representações" (BACHELARD *apud* DURAN, 1997, p. 30). Já para Duran (1997, p. 41) o estudo do imaginário requer uma perspectiva antropológica. Ele propõe a noção de "trajeto antropológico", que consiste na incessante "troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social" e por que não do meio natural em que determinados grupos estão inseridos.

Deslocando a visão, muitos historiadores do século XX, tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma participação rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades econômicas, sociais, culturais e políticas e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações estruturais, fossem elas técnicas, econômicas ou demográficas. Daí as tentativas, segundo Roger Chartier (1991, p. 177), para decifrar de outro modo as sociedades, ao qual precisa-se penetrar:

> nas meadas das relações e das tensões que constituem a partir de um ponto particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles.

O imaginário nada mais é do que esse "trajeto na qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos impulsionais do sujeito" (DURAN, 1997, p. 41). Dessa forma, o imaginário expressa-se em sistemas e práticas simbólicas, isto é, em produções imaginárias e subjetivas tais como, o mito, a lenda, os ritos, a

linguagem, a magia, a arte, nas religiões, a ideologia, as crenças, as formas de organização e nas demais atividades e criações humanas, cuja principal função, pode-se atribuir, ao encontrar modos de enfrentar e reduzir certa angústia decorrente da consciência da vida, da espera no tempo, da memória e possivelmente da morte. Nas práticas representadas do imaginário há sempre uma presença do dramático que representa a ausência de algo, como o passado, ou mais especificamente uma situação inexplicável, bem como a chegada da morte ou determinados valores cultuados que estão ausentes.

Diante desses dados iniciais e teóricos, o que importa para esse trabalho é incluir as referências culturais praticadas por essas pessoas que compartilharam a experiência de vida na comunidade do Fundo do Rio do Boi. Para isso, considerou-se duas noções importantíssimas para a História. A primeira relacionada à uma prática social que é o diálogo entre as pessoas. A partir do convívio social, como as pessoas relacionavam-se culturalmente e o que diziam uns aos outros? Ao qual nesse quesito incluiu-se os "causos acontecidos" como uma expressão simbólica da linguagem e também como uma prática recreativa. Um "passatempo", o de contar e narrar acontecimentos vividos pelo sujeito que narra ou por ele escutado de outras pessoas. Diante disso, existe dois sujeitos históricos: o narrador e o público. A experiência do ocorrido é que envolve esses sujeitos.

A segunda noção, foi perceber a vivência característica de uma população ausente de energia elétrica, no qual os sentidos humanos e o meio natural estão mais próximos, inter-relacionados com a compreensão do mundo, da consciência de si e do tempo. Cabe aqui perceber que a ausência de energia elétrica é um marco temporal para a compreensão dessa História. A vida antes e depois da energia elétrica. Basicamente, as mudanças sociais ocorridas com a implantação de redes elétricas no meio rural vão alterar os sentidos dados a determinadas situações vividas no dia-a-dia das pessoas, das famílias e da comunidade.

Nesse sentido, a partir dessas duas noções, os mistérios da vida estão muito mais relacionados com esses fatos: memorizar e contar histórias sobrenaturais. A presença dessas histórias no diálogo entre as pessoas, considera-se, que demandam precisamente do meio natural, ou seja, são algumas interpretações dada às percepções que para a época era difícil de explicar. Por exemplo, a visão da presença de bolas de fogo em meio a matas e campos que são relacionadas a ouro enterrado por Jesuítas ou pessoas ricas que fugiam de alguma guerra, ou ainda, a lenda folclórica da Mboi-tatá. Ou então os sons da natureza, escutado por indivíduos, ao

qual não saberiam dar uma explicação lógica dessa percepção. Então porque que essas histórias insistem em se manter na memória de determinados sujeitos? E por que essas histórias são contadas e recontadas em diferentes lugares e tempos? Visto que as mudanças sociais ocorreram no campo? E que aquele tempo não é mais o de hoje?

Nas entrevistas coletadas era recorrente o aparecimento dessas histórias fantasiosas ao qual envolvia seres sobrenaturais, "aparenças", espíritos, assombrações, etc. A primeira relação feita no intuito de incluir esses relatos como parte do cotidiano foi ligar à crença religiosa dessas pessoas com a escuridão da vida noturna sem energia elétrica. Certas noções de vida após a morte, feitiçarias, maldições, a presença do medo com os elementos vistos e presenciados no meio natural. Como explicar certas visões? Até por que conforme os interlocutores muito das histórias narradas são considerados "causos acontecidos". Não tratava-se de literatura nem de fábulas, mas sim de passagens, segundo eles, acontecimento vivenciados por alguém que conheceram ou por eles próprios: uma experiência. Vejam as citações no início dessa seção. Todos os narradores falam de uma passagem verídica, como sendo o passado delas, como o passado do lugar em que elas vivem e de seus ancestrais. Não se trata de fontes seguras extraídas, oriundas de manuais e livros didáticos que foram ensinados nas escolas. Mas sim, de uma literatura oral, ou mais precisamente, de uma história oral que foi transmitida uma após outra geração, misturando informações e reinterpretadas através dos vestígios da memória de quem conta. Para a historiografia, essas informações são importantes porque dão conta da presença da memória coletiva que um sujeito faz do tempo, além de dar sentido social de determinadas coisas para os grupos.

Pensar o passado em um ambiente rural, na qual as bases socioeconômicas deixaram de existir é um trabalho lento, mas progressivo. Se analisar as evidências postas nesse estudo, compreender-se-á que, basicamente, a vida dessas pessoas girava em torno do trabalho, a relação principal que essas pessoas mantinham, nesse caso, era com a roça e o engenho, fonte do trabalho e do sustento. Os negócios provinham da roça, seja com seus vizinhos ou com estancieiros do alto da serra. O trabalho era uma maneira do sujeito identificar-se e de colocar-se perante a sociedade. Forma substancial para criar e manter uma relação com o grupo e com as pessoas fora da roça.

A comunicação, seja ela escrita e principalmente falada, é uma ação intrínseca ao ser social, basicamente todos os grupos humanos detêm essa arte infalível que vem aperfeiçoando-se há milênios. Códigos,

posturas, sentidos, interpretações do mundo que vão reinventando-se através do ato de falar. Sobretudo, muitos valores são compartilhados por meio de metáforas, de histórias "lendárias", parábolas e do mito antigo que trazem consigo um valor educativo, corretivo, moral. Para elucidar essa questão, por exemplo, quando claramente questionado sobre o trabalho, uma prática fundamental da vida na roça e as dificuldades da vida naqueles tempos, o Sr. Alziro transmitiu um "causo", vejamos:

> Era serviço, serviço ruim para mim não tinha. Qualquer tipo de serviço pra mim era uma diversão. Então era assim, não tinha essa! Qualquer serviço pra mim tava bom! Era socar um arroz, vamos socar um arroz! Sabe a história do arroz? Tinha um cara muito vadio, saúde que era de um cavalo! Ai diziam:
> - Mas tem que trabalhar!
> Comia que era um elefante!
> - Vocês querem me dar trabalho, então me enterrem vivo!
> Foram, foram e pensaram, vamos dar um susto nesse cara! Botaram ele dentro de um caixão e ele concordou com tudo aquilo. Ai iam levando ele no caixão quando encontram um colono. Daí o colono:
> - Quem é que morreu ai?
> - Não, não morreu ninguém! É um cara que tem a saúde que é um cavalo, como que nem um elefante! Então se for pra trabalhar ele quer ser enterrado vivo! Então a gente vai levando.
> - Olha, mas vocês não fazem isso, só porque o home fraquiô nas idéia, vocês vão fraquiá também! Eu ajudo com dois sacos de arroz!
> Quando ele disse que ajudava com dois saco de arroz, o homem se levantou do caixão!
> - É com casca ou sem casca?
> - É com casca!
> - Então, me leva pra frente!!!! (risos)
> As histórias de antigamente, quase sempre era real. Sabe que tem um tipo de gente que não gosta de trabalhar, não pega né[46].

[46] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, abril de 2010.

Não raro essas histórias, oriundas da imaginação, representavam sentidos ligados aos valores individuais. Quando compartilhadas, na prática, no momento de contar tal história a outros, ocorria num sentido de simbolizar as pretensões que a comunidade esperava de alguém. Trabalhador duro, sem moléstia, ou então, benevolente, de ter a intenção de ajudar o próximo. Qualidades que eram de extrema importância para a produção e reprodução social nesse meio. Há tantas dificuldades que o homem que não quer trabalhar "não pega". Ou como não ajudar o outro em um meio com pouquíssimos recursos econômicos? E em um momento tão trágico!

Essa história foi um "causo" que bem poderia pensar que mesmo ocorreu, pois dela extrai-se valores culturais e sociais do cotidiano: o trabalhar do sujeito e a compaixão de quem quer ajudar.

Outra prática rotineira e singular desse meio rural era a locomoção, a movimentação de pessoas, animais e mercarias. Como transportar viveres, produtos da roça, peças pesadas ou materiais oriundos da cidade? Caminhando, ou mais precisamente levando no lombo dos animais e seguindo a pé ou montado em outro animal. Como se sabe, pequenas distâncias, baseando-se nos meios de transporte contemporâneo, demorava mais tempo pela dificuldade dos caminhos, dos obstáculos naturais, tais como rios, serras, morros ou das intempéries como a chuva, o frio, o calor, etc. O ato de locomover-se sofria uma exposição muito maior, uma verdadeira experiência no sentido descrito por Larrosa Bondía. Muitas vezes a previsão de uma jornada se estendia chegando a noite e abater o sujeito encarregado de tal viagem. A noite, em volta dos lares, no meio rural já é repleto de imaginações, das crianças, dos jovens, sobre as histórias contadas pelos mais velhos, etc. Agora a noite, em um lugar distante do lar, onde o "mundo natural" é "maior", pode elevar a imaginação a um grau superior, visto os perigos, o despreparo da viagem, dos imprevistos, da exposição. Tudo pode acontecer.

Dona Angelina, lembrou que num determinado momento da sua vida ficou sabendo de uma história, a qual relatou:

> Ali eles contavam histórias que Deus o livre!! Uma vez meu avô. Nóis morava lá no fundo do Rio do Boi né. Meu avô saiu lá do Rio de Dentro pra visitar uma filha que tava ali, ai anoiteceu, quando aonde era o Maneca Ventura, na várzea, onde tem a antiga escolinha. Tinha um mataragal ali, que tinha que

> cruzar. Quando ele entrou no mato de a cavalo, diz que faziam:
> - chiiiiiiiiiiiiiiiiiiiuuuu!!!! E pegavam na rédea do animal, mas não via quem era, quando dava por si, já tava lá no meio do mato, ele trazia o animal pra estrada e tornava ir pra frente né. Era só ele ir pra frente, que eles tornavam a fazer o mesmo, ele ficava lá no meio do mato. Foi prum ponto que ele viu que ele não podia ir. Saiu do mato assim mais pra trás e fez um fogo, amarrou o animal e posou ali. Então ele contava pra nóis isso e dizia:
> - Esse pouco que eu vi lá dentro do mato eu conta pra vocês! Mas o que eu vi fora do mato, eu morro e vocês não ficam sabendo![47]

Muitas vezes, o sujeito que percebeu tal situação vai buscar a explicação no sobrenatural, no fantasioso, algo para mediar o impossível com o mundo real. Localizar estratégias que deem significados aos seus sentimentos. "Uns diziam, e muita gente ainda diz, que é gente que morre e vem aparecer, que não se salva e vem aparecer, outros dizem que é mina enterrada, que aparece essas coisas que é por causa das mina[48]". Para dar continuidade a essa presença do sobrenatural em meio natural, dona Angelina prossegue:

> Luz no mato diziam que era muita mina enterrada, e eu creio que seja, porque depois que deu uma enchente muito grande, terminou aquelas aparença lá! (...) Lá no Rio de Dentro, tinha uma caneleira grande, o falecido papai vinha e tinha atravessar ali, de longe ele viu aquele clarão, debaixo das caneleiras que clareava tudo os galhos da caneleira, mas quando ele chegou perto disse que era só um braseiro, aquele brasido de fogo, diz que se lembrou-se: - Fizeram uma fogueira aqui agora pouco e ficou essa brasido! Ele fumava, tirou o cigarro, diz que ascendeu uma, aquela apagou, ascendeu outra, noutra e apagou, levou noutra e

[47] Entrevista realizada com a Sra. Angelina Selau da Silva, 77 anos, em de abril de 2012.
[48] Entrevista realizada com a Sra. Angelina Selau da Silva, 77 anos, em de abril de 2012.

> apagou, ai ela parou, guardou o cigarro e deixou. Diz que no outro dia ele foi lá e naqueles (brasido da fogueira) que ele tinha encostado o cigarro, tava lá, era uma bolinha de ouro. Se fosse uma coisa que ele soubesse, podia até bater com um ramo que ficava lá essa bolinha de ouro. Mas disse que se assustou. Quando encostava numa, se apagava!

Esses relatos, reais ou fantasiosas transmitem um universo cultural ao qual se mistura crenças religiosas, superstições e presença do sobrenatural. Não existe lógica para uma explicação racional, mas é interessante observar como essas narrativas expressavam um modo de ver o mundo que os cercavam, são interpretações. A explicação mais plausível está na relação que as pessoas mantinham com o ambiente onde viviam. Essas histórias também marcam uma época, personificam um tempo. E o mais curioso é que essa prática de contar esses "causos" foi perdendo-se em meio a tantas invenções técnicas do tipo informativas, os indícios da modernidade e o conforto que passaram a chegar nos rincões do interior do país. A experiência foi diminuindo e os significados mudando. Mas é certo que muitos ouvidos ainda estão antenados para escutar essas histórias, enquanto claro, esses sujeitos da experiência existirem.

Esses detalhes da vida cotidiana – o valor de um sujeito trabalhador e o perigo da viagem – contido nos "causos" conferem à "linguagem e, de modo mais geral, as representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade" (BOURDIEU, 1996, p. 108). Antes de qualquer coisa, só a importância do tido "causo acontecido" já revela a significância da pesquisa, o fato dela ser falada e dialogada é histórico. Uma vez que, essas histórias ainda permeiam as memórias de gerações, são histórias que sobreviveram e permaneceram de algum modo no tempo presente, no qual se faz possível analisar as relações simbólicas e históricas como um objeto subjetivo da história social dessas pessoas.

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1996, p. 95), a linguagem além de comunicar é possuidora de uma "eficácia simbólica" que garante a produção dos emissores e receptores legítimos no conjunto que tange as interações sociais. Para ele:

> A eficácia simbólica das palavras exerce apenas na medida em que a pessoa alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou

> então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede".

Cabe ressaltar que Bourdieu salienta o sentido da legitimidade e autoridade a partir de uma linguagem religiosa instituída e professada pelo sacerdócio que por ele foi estudado. No entanto, neste caso apresentado, para pensar a respeito de quem é o narrador de tal "causo" é possível acreditar, por ora, que é aquele que viveu tal acontecimento. Ou seja, já advém dele próprio o "poder instituído" (BOURDIEU, 1996, p. 100) de contar tal causo, porque foi ele quem supostamente viveu tal experiência. Mas mesmo assim, ainda resta uma pergunta: e quando não foi o sujeito que narra a pessoa que presenciou tal acontecimento?

Diante dessa questão recai a importância na figura do narrador. Quem contava essas histórias? Quando e para quem eram contadas? E se estas tinham alguma finalidade? Pois como lembra Benjamin: "para todo narrador há a necessidade de ter bons ouvintes" (BENJAMIN, 1994, p. 198). O Problema fundamental é, pois, o da relação entre um indivíduo e o grupo, ou; mais exatamente, entre certo tipo de indivíduo e certas exigências do grupo.

Quando analisadas, conclui-se que, geralmente essas histórias eram contadas pelos mais velhos, como nos lembra vários dos testemunhos. Portanto, um pai e uma mãe, os avôs, um tio mais velho, (o professor, o padre) é reconhecidamente "dono" da palavra. Em sua própria história de vida possui uma trajetória com inúmeras experiências que o identifica, que lhe confere como num "rito instituído", ser o possuidor da palavra, de tal narrativa: é ele o narrador. Entretanto, todos, necessariamente, reconhecem o narrador com autoridade ao falar. Essa interação social surge como prática coletiva e recai na linguagem o valor simbólico de tal acontecimento.

Bourdieu aproxima-se em suas conclusões do antropólogo Lévi-Strauss (1975, p. 228) quando esse esclarece que é a "assimilação de experiências informes e afetivas incorporadas na cultura do grupo que produzem o único meio de objetivar os estados subjetivos e formular impressões informuláveis, integrando experiências inarticuladas do sistema social". Uma pessoa mais madura de idade só tornou-se legitima para narrar tais acontecimentos porque a experiência fez dela autoridade. Entretanto, mesmo possuindo essa autoridade é o grupo que lhe confere

tal importância. Ou seja, manifesta-se para o grupo a experiência íntima de quem narra com o consenso coletivo de quem ouve.

Havia de fato, ao narrar essas histórias a outros, o cunho do entretenimento de uma atividade recreativa ou como mencionou Benjamin (1994, p. 192): "a faculdade de intercambiar experiências". Ainda se pode pensar para além do cunho de entretenimento, como prática cultural, perguntando sobre qual motivo que um pai, um avô ou uma pessoa que viveu tal causo pode ter para transmiti-lo?

Além da referência ao ocorrido, histórias de assombrações, fantasmagóricas, sobrenaturais remetem ao medo, ao perigo. Numa região desprovida de caminhos e luzes de redes elétricas essas histórias poderiam tencionar para certa educação dos filhos e pessoas próximas, como numa moral aplicada, espécie de intransigência e para impor "limites" aos mais jovens, proposto por tal grupo de adultos, ou seja: onde se pode ir, com quem pode ir, como se pode ir, etc. E, claro, os cuidados necessários para que tal experiência sobrenatural não se repita e caso se repita, os cuidados para afastá-la. Tem-se, portanto, a noção de territorialidade e de limites, são as fronteiras psíquicas e sociais imaginadas.

Como fato histórico, a maioria das histórias relacionadas surgiram de alguma "experiência", emergiram de uma passagem marcante, seja com o próprio narrador da história, seja por alguém que ouviu falar. Partindo do pressuposto de que os "causos acontecidos" emergem daquilo que a razão considera como "concreto" e "verdadeiro", daquilo que é natural e da grande quantidade de coisas materiais e sensíveis em volta das pessoas que – a partir dessas considerações – é possível de "visualizar" e atestar a presença do mítico, do sobrenatural na vida das pessoas, na "realidade" envolta como um fator da mente, do pensamento e do psicológico agindo como ordenamento cultural e social. Diga-se que, o imaginário ao qual determinados grupos construíram demandam de elementos naturais, presentes na sua realidade, no seu mundo sensível, mas, cuja explicações lhes fugia do "racional". Como explicar, por exemplo, um grito agonizante em meio à mata em plena noite? Como explicar a brasa que transformou-se em ouro com um simples toque?

Como historiadores o que é possível extrair desses "causos":

> [...] a essência do meio social. Determinados grupos com singulares histórias que representam os objetos e sujeitos, os seres e o lugar de onde estão

> inseridos. Muito dessas lendas, histórias tidas como fantasiosas e ficcionais ilustram aspectos das relações sociais e culturais que grupos rurais mantiveram durante gerações. São as "consciências de experiências", suas crenças e práticas enraizadas nessas recreações de contar "causos", de significar o presente, de ilustrar aspectos cotidianos pelo falado. (LUMMERTZ, 2012, p.13).

Que os "causos" do narrador não corresponda a uma realidade objetiva não tem importância: os ouvintes acreditam nele, e os ouvintes receptores são membros de uma comunidade que acredita. Os espíritos protetores ou os espíritos malfazejos, os monstros sobrenaturais, as "aparenças" como descritos e até mesmo animais mágicos, fazem parte, segundo o raciocínio de Lévi-Strauss (1975, p. 228) "de um sistema coerente que fundamenta a concepção" do grupo sobre o meio em que eles vivem.

Quando os aparelhos de televisão ainda faziam parte dos sonhos de poucos, somente os privilegiados desfrutavam das ondas do rádio e o cinema não passava de eventos dos dias festivos, encontrava-se os heróis e os vilões nas histórias contadas na calada da noite, a luz dos candeeiros e lamparinas. Curupira, Mboi-tatá, Gritador, Mula-sem-Cabeça, Boto, Bruxas e Amazonas eram, enfim, uma plêiade de muitos seres encantados ou assombrados que povoavam o lendário rústico brasileiro. Sejam elas de influência indígena, europeia ou africana, essas lendas e mitos, transformados em "causos" sempre tiveram seu papel de destaque quando proclamadas no meio popular, seja enquanto fantasia, seja no âmago do mundo concreto dando sentido para uma atividade cultural.

Mas existe outra razão que parte da ideia de que esses imaginários podem e passam a constituir um sentimento de identidade para grupos, um sentimento de pertencimento como e através de sistemas simbólicos próprios que dão sentido para o mundo "concreto" de algumas pessoas. Se isso é verdade, então é possível fazer História por meio da utilização dessas fontes, contrapondo os críticos do tema, uma vez que está no "imaginário a inteligibilidade, a comunicação através da produção do discurso que efetua a reunião de representações coletivas numa linguagem" (BACZKO, 1985, p. 311) e que muitas vezes as experiências, os desejos, sensações, aspirações e motivações desses agentes sociais estavam contidos, além das relações de poderes entre os grupos, nesses

sistemas simbólicos efetuados pela linguagem e comunicativas. Isso é muito bem esclarecido, por exemplo, através do imaginário político que é construído.

Talvez, os folcloristas, foram os primeiros a preocuparem e elevarem materialmente essas manifestações culturais populares a um nível capaz de estancar o dualismo da realidade versus ficção. A preocupação não foi desvendar os mistérios contidos nesses "causos", se é verdade ou mentira, mas sim perceber o envolvimento social que esses atos construíam. Como base de possíveis diálogos, as pessoas reuniam-se para conversar, e o que essas pessoas conversavam? Nos relatos dos testemunhos citados acima está um bom exemplo do que se conversava extra assuntos de negócios e do trabalho, de família, de religião ou política. Um verdadeiro entretenimento.

Nesse sentido, utiliza-se das palavras do folclorista catarinense Franklin Cascaes (2003, p. 25):

> O mundo da fantasia projeta o homem para dentro das regiões culturais inimagináveis do fantástico sobrenatural. É um mundo onde o pensamento humano tem poderes quase ilimitados para viver a beleza de sonhos invisíveis e para elevar-nos aos pádaros de mundos superiores a este em que nascemos, vivemos e morremos.

Como experiência tratou-se desses "causos" como proposto pela análise de Larrosa Bondía no sentido de "passagem" e do que Agamben propôs como um fato "extraordinário". Talvez por isso essas histórias ganhavam importância e acima de tudo sentidos. Enfim, a vida também é feita de sonhos, de abstrações e subjetividade. Ainda mais, se, e os "causos" forem verídicos, se forem experiências verdadeiras, os "causos" que aconteceram, então já é História! E se foi contada e recontada a um ou mais ouvinte. Então é arte, a arte de falar, é a literatura falada.

Nesse sentido, esse tópico teve como proposta elucidar que mesmo dentro daquilo que sucede ou se pratica habitualmente, há sempre espaços para novas experiências, mesmo sendo elas representadas por contos, lendas, fantasias, representações de coisas e seres que dão inteligibilidade sobre determinados assuntos. São as representações e imaginários de grupos que viveram anteriormente à chegada das redes de energia elétrica. Dessa forma o "causo" está mais para a informalidade do dia-a-dia das pessoas, ao passo que, outras atividades tais como às

demandas do trabalho, da família e dos negócios estão mais para as práticas corriqueiras e formais, como por exemplo, subir a serra para negociar os produtos oriundos do trabalho na roça. Atividade geradora de renda, mas também de superstições como as descritas acima.

Figura 08 - Ilustração do Gritador[49], "causo acontecido" mais popular dos Aparados da Serra.

Desenho: Joelmir Coelho, 2013.

3.5 A SUBIDA PARA A SERRA: UMA PRÁTICA QUE ENVOLVIA ROCEIROS, TROPEIROS E ESTANCIEIROS SERRANOS

> Na Pintada, podia-se escolher: ou seguir até a Roça da Estância (Passo Fundo) para alcançar a serra do cavalinho, onde havia trilhas de índios e passagens de animais silvestres, seguir até o Faxinalzinho ou Serra da Pedra Branca, ou então entrava-se em Esperança (Rio do Boi). Em Esperança podiam subir pela serra da Cruzinha (trilha de mulas), saindo na Serra do Faxinal, ou seguir até o Fundo do Rio do Boi. Antes de entrar no perau, atravessavam o rio Pavão, encontrando a serrinha

[49] Alma penada amaldiçoada por utilizar sua mãe como montaria. Vive gritando desesperadamente nos campos de cima da serra e dentro das grotas. Ataca quem responder seus gritos. Muitos dizem tê-lo escutado e/ou sentido. O "causo" do Gritador é muito popular nessa região.

> do Rio do Boi, saindo na Quebrada Funda[50] (CORVINO, 2005, p. 31).

No decorrer dos séculos XVII e XIX, o tropeirismo foi um sistema socioeconômico de extrema importância para ocupação e expansão do território brasileiro. Esse sistema perdurou nos Aparados da Serra até meados dos anos 1970[51]. Com o deslocamento de tropas, muitas pessoas, de diferentes regiões, cruzaram o interior de Santa Catarina. Foram esses sujeitos que estabeleceram novas rotas, transportando mercadorias, facilitando a comunicação entre vários pontos do caminho e organizando o comércio.

Na região dos Aparados da serra, essa atividade do tropeirismo – ao qual subia e descia a serra – destacou-se, entre tantas outras rotas seguidas, por fazer a ligação comercial entre os produtos adquiridos na serra com os do litoral. A historiadora Renata Corvino (2005, p. 39), destacou a influência do tropeirismo na formação econômica, social e cultural do município de Praia Grande (SC). Para ela o "comércio, no período de 1900-1975, organizou-se em função do tropeirismo. Instalaram-se serrarias, ferrarias, lojas de mantimentos, engenhos, plantações e pousos para atender as necessidades dos tropeiros". Essa atividade comercial e econômica com o passar do tempo tornou-se uma prática utilizada por muitos habitantes da região caracterizando a formação cultural e desenvolvendo a economia de muitas localidades.

O tropeiro por ser o sujeito dos caminhos, o sujeito da movimentação de mercadorias e notícias, acabava envolvendo-se com muitas pessoas, entre clientes e produtores. Quase sempre seus produtos partiam e chegavam de uma casa de secos e molhados localizados em pontos estratégicos para os negócios. Mas o tropeiro também podia negociar diretamente com os produtores. Por exemplo, entrava em contato com algum dono de engenho ou algum agricultor roceiro. O agricultor por sua vez também precisava deslocar sua mercadoria, tirá-la da roça. O agricultor utilizava do serviço desses mercadores tropeiros ou ele mesmo encarregava-se de possuir seus animais de carga para transportar seus produtos até os mercados consumidores. A diferença

[50] Entrevista realizada com José Nunes da Silveira (Zezé Nunes), ex-tropeiro, pela historiadora Renata Corvino em 02 de julho de 2002.

[51] Como mencionado anteriormente, o declínio desse sistema está relacionado com a abertura da estrada Serra do Faxinal (SC – 290) para o trânsito automotivo em meados dos anos 1970.

talvez, entre o tropeiro e o roceiro produtor é que o primeiro, por sua vez, poderia percorrer longas distâncias, ao passo que o desejo do agricultor era apenas encontrar o mercado e o negociante de seus produtos.

Para o tropeirismo na história do Brasil, sabe-se que existiam dois tipos de tropas que circulavam no transporte: as chamadas "tropas arreadas" e as "tropas xucras" (STRAFORINI, 2001, p. 24). A tropa xucra era formada por burros não preparados, ou não treinados, ou seja, não eram domados ou amansados para o transporte de mercadorias. Essas tropas não transportavam mercadorias. A tropa arreada, também chama de cargueira, por sua vez, era formada por animais já treinados para o transporte de mercadorias, muito útil para o comércio. Nesse caso, o tipo de tropeirismo que se destacou na região dos Aparados da Serra foi a de tropa arreada, usada não só pelos tropeiros de ofício como também por roceiros lavradores.

Geograficamente o relevo dessa região é acidentado e íngreme, declives no qual surgem dezenas de vales por onde escorrem rios e riachos. A melhor opção para transporte de cargas neste caso era, sem dúvida, a mula ao invés de carros de bois e carroças. Segundo Corvino (2005, p. 31) para "essa região o movimento não se caracterizou pelo comércio de muares, mas, por sua utilização como meio de transporte, principalmente de mercadorias".

Quem não era tropeiro de ofício mas morador das vilas do interior do Distrito também tinha a opção de possuir uma mula para transportar a carga que bem desejasse. O Sr. Alziro recorda que até aproximadamente meados dos anos 1970 tudo era feito no lombo das mulas. No caso da comunidade do Fundo do Rio do Boi, além da passagem de tropeiros, era comum e rotineiro seus moradores subirem a serra pelas picadas existentes na encosta dessa localidade. Esse caminho era chamado de "Trilha da Cruzinha". Dona Angelina recorda-se que:

> O falecido meu pai fazia. Os que mais iam pra lá na serra eram o falecido meu pai, falecido compadre João. Eles iam a pé! Com os cargueiro por diante! Os caminho eram tudo capoeira, eles que roçaram, abriram, não sei se ainda existe naquelas grotas fundas uns pontilhão de madeira. Eles subiam o morro, no que pendia lá pro Itaimbezinho tinha umas grotas muito funda né.

> Então eles roçaram e fizeram uns pontilhão pra cruzar. Era picareta, machado, foice, essas coisas[52].

Provavelmente, essas pessoas que aventuravam-se nas escarpas da serra para chegar nos campos possuíam motivos para lá estar. Numa historiografia bem usada na região (BRIGHTWELL, 2005), sabe-se que levavam-se produtos oriundos da roça e traziam-se produtos oriundos da pecuária numa constante transação de negócios que envolvia a composição da dieta alimentar das pessoas. Era necessário esse trânsito, via transporte de mulas, para assegurar os negócios e manter determinados produtos na mesa das famílias. Nesse caso, a comunidade de Fundo do Rio do Boi tinha um privilégio; estar em uma localização muito próxima do principal consumidor dos produtos da roça: os moradores da serra e suas estâncias. Pois, conforme destacou Dona Angelina: "nóis subia pra cima da serra e tinha um carazal, e nóis subia e saia em cima do campo e de lá eu tinha um irmão que morava lá pros fundo perto do Antonino Prestes. Ataiava muito!". Existia de certa forma, para os moradores dessa localidade, uma noção de "atalho", de encurtamento do caminho, essa aproximação com a serra passava uma impressão de atalho, ou seja, de proximidade com o destino consumidor. O fato de Dona Angelina ter um irmão morador do alto da serra, fez ela lembrar-se, também, das visitas e dos passeios que sua família mantinha como uma prática afetiva.

A respeito do tipo de mercadoria que se negociava, o Sr. Alvacir indica uma série de produtos cultivados na roça que quando excediam serviam de mercadorias negociáveis com os moradores do alto da serra. Relata ele que:

> Na serra vendia também, era puxado de cargueirinho. Vendia em Cambará, bergamota, laranja, aipim, batata, banana. Volta e meia nois fazia uma viagenzinha para lá, pra não passar fome. A subida era ruim, botava tudo em cargueiro. Fazia um cestinho daquele, de taquara, um de cada lado. Às vezes vendia para lá pro fazendeiro com os cestos, pra eles puxar pastos,

[52] Entrevista realizada com a Sra. Angelina da Silva Selau, 77 anos, em 11 de abril de 2012.

> depois vinha pra casa fazia outro. Já vendia com tudo, pra sobreviver![53]

Essa prática de subir carregado com produtos agrícolas e descer (em alguns casos), também carregado de produtos serranos (se adquiria, por exemplo, o vinho que era produzido nas comunidades descendentes dos colonos alemães e italianos de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Marcos, etc.), foi caracterizado certamente pela imposição do relevo geográfico da região. Uma prática tão comum em variadas regiões do Brasil, nos Aparados da Serra, ganhou características típicas. A subida íngreme da Serra Geral caracterizou particularmente o envolvimento entre as gentes moradoras de baixo da serra com os de cima. Mesclou duas culturas. Essa prática não só mexia com a questão econômica e do trabalho, como também, com o imaginário que as pessoas faziam do lugar onde moravam (como foi observado no tópico anterior). A mula e os cargueirinhos também chamados de "Bruacas" foram uma solução encontrada para dar dinamismo econômico pela região e que ao mesmo tempo garantisse o transporte de ambas as mercadorias, abastecendo a mesa dos lares com a variedade de produtos negociáveis. O historiador Vilmar Peres Junior (2005, p. 60) chegou a dizer que durante o período de 1930 a 1960:

> Praia Grande foi muito mais importante para a serra do que a serra para Praia Grande. Na região serrana, tanto gaúcha quanto catarinense havia pouca produção agrícola, pois a atividade econômica serrana direcionava-se ao comércio e à criação de gado. A maior parte dos alimentos de sua dieta alimentar básica vinha das roças da cidade de Praia Grande.

Essa é uma questão básica para entender o envolvimento que os moradores do "pé-da-serra" mantinham com o alto da serra e que vai substancialmente sintetizar a ideia referida no título da presente pesquisa. Como num mosaico variado pelas cores e texturas que compõem o seu desenho, as estâncias e fazendas serranas mantinham esse contato – variável com o passar dos anos sobre vários aspectos, tais como a escravidão, a peonagem, o agregado, etc. – com os trabalhadores rurais

[53] Entrevista realizada com o Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco, 53 anos, em 03 de novembro de 2013.

agrícolas dos vales férteis da serra, com o único objetivo exclusivo de abastecer a mesa dos moradores serranos com os produtos da roça. Mas também, não é de se omitir que as dezenas de famílias que começavam a compor os vilarejos e comunidades da parte baixa, na planície catarinense, também eram excelentes consumidores do charque, do queijo serrano, do salame, do vinho e do pinhão oriundo dos campos de cima da serra. Enfim, essa comercialização tornou-se viável devido ao local privilegiado como ponto de trocas entre as áreas produtivas da encosta e a formação de uma rede de moendas, alambiques e engenhos para a fabricação de açúcar mascavo que abastecia o crescente mercado serrano.

Finalmente para entender o último impulso econômico que envolveu essa prática, é importante ressaltar que houve um primeiro momento de ocupação e formação das roças e estâncias, ainda no século XIX, possibilitando a anexação das terras baixas por parte dos estancieiros ou a instalação de posseiros. Houve também, um último momento dessa transação que envolveu a roça com seus agricultores com o alto da serra, que foi o fluxo de instalação das serrarias. Iniciada nas primeiras décadas do século XX (de uma forma rústica até aproximadamente a década de 1930), foi a partir dos anos 1950 que as serrarias aumentaram e tiveram seu grande auge econômico de exploração das árvores nativas, principalmente as araucárias. As serrarias não deixam de ser um setor, mesmo que primário, do trabalho industrial. Dessa maneira, um grande contingente de novos trabalhadores deslocou-se e começavam a chegar à região atraídos pela oferta de trabalho nas serrarias. Uma diversidade de mão de obra chegava, e essa mão de obra era distinta das existentes na região, pois, suas mãos que derrubavam, não plantavam e não criavam gado, conduziam ferramentas e máquinas capazes de derrubar, transportar e serrar as árvores. Era necessário, de qualquer maneira, alimentar essas pessoas. O Sr. Alziro lembra que havia uma verdadeira movimentação econômica nas serrarias, e eles por serem produtores, de um determinado período em diante passaram a destinar boa parte dos alimentos colhidos na roça para as serrarias:

> Quando eu era mais novo era difícil passar duas semanas que eu não subia a serra. A serrinha ia sair lá no seu Marçal. Se quisesse sair lá onde eu morava antigamente, nóis saia tudo aqui também (do lado da casa dele). Quando tinha as serrarias, te digo, nóis subia quase toda a semana, nóis levava muita galinha e ovo pra serrarias. Aqui tinha muito

> colono, ai não tem saída de ovo, mas as serrarias precisavam de muito ovo. Toda semana era uma carga para vender lá em cima nas serrarias[54].

Passando por ciclos de povoamento e também por ciclos econômicos que dinamizaram a vida nessa região meridional do país, a prática de subir e descer a Serra Geral, no caso dos moradores da parte baixa, ultrapassou os tempos. O comércio foi fundamental para a manutenção dos negócios, mas a roça era extremamente importante para subsidiar esse comércio. Historicamente, esses roçados de encosta detêm uma probabilidade de terem sido iniciados ainda no século XIX, quando os primeiros estancieiros, sob uma necessidade, resolveram agregar essas terras baixas para suprirem à carência de gêneros alimentares de suas estâncias. Também foram fundamentais, quase um século depois, para a instalação das serrarias nas bordas da serra. Com o passar do tempo às atividades econômicas foram diversificadas. Os tropeiros mercadores destacando-se por acentuar a comercialização, favorecendo o povoamento e a economia da região. A partir do século XX, com a chegada das madeireiras e o seu grande auge a partir de 1950, essas roças continuaram subsidiando, numa certa medida, viveres para os enumerados contingentes de trabalhadores que instalaram-se nas serrarias. Em todo esse tempo, como verificou-se aqui, a roça demonstrou ser de extrema utilidade para a integração da planície com o alto serrano, além é claro, de dinamizar e fortalecer a formação das cidades da região e seus respectivos municípios.

Ironia do destino ou não, de acordo com a documentação e as fontes analisadas nesta pesquisa, as serrarias que substancialmente provocaram um aumento do comércio entre os produtos da roça com o alto da serra, também foram os catalisadores dos movimentos ambientalistas em prol da criação de áreas naturais protegidas. A grande quantidade de araucárias derrubadas pela serrarias, vai de vez, proporcionar a preocupação e a chegada dos cuidados com o meio ambiente na região. Circunstâncias que ao longo da década de 1960 vai começar a alterar de vez o modo de vida e o cotidiano dessas pessoas que buscavam a prosperidade, a segurança familiar e a propriedade no fundo da grota do Rio do Boi.

---

[54] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em 09 de setembro de 2008.

4. TRANSFORMAÇÕES NO AMBIENTE RURAL: O DESAPARECIMENTO DA COMUNIDADE DO FUNDO DO RIO DO BOI E A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

Essa pesquisa veio tratando de assuntos que dizem respeito ao cotidiano de uma comunidade, cotidiano no sentido daquilo que sucede ou é praticado habitualmente. Entretanto, essa comunidade deixou de existir. E isso, para a história, é muito curioso e ao mesmo tempo fascinante. Aparentemente com históricos familiares distintos, mas com semelhanças sociais, econômicas e culturais, até certo momento, parecia uma experiência social dessas pessoas, ao qual apontava para algumas expectativas. Em dado momento, devido a determinas ocasiões começou a desaparecer. Alguns dos fatores que serão abordados nesse capítulo, acredita-se, interferiram invariavelmente no modo de vida e causaram condições de instabilidade socioeconômica nas famílias residentes na localidade de Fundo do Rio do Boi, favorecendo o fim da mesma.

Não houve como chegar nas circunstâncias particulares e pessoais que motivaram a saída de cada família, cada qual no seu tempo, mas que, conjuntamente favoreceu para o enfraquecimento e desarticulação da comunidade. Entretanto, buscou-se a compreensão das mudanças através de acontecimentos que afetaram a todos. Na atualidade, diferente dos tempos em que havia uma complexa interação das famílias, apenas as ruínas em meio à mata são observadas ao passo que as lembranças dos ex-moradores são rememoradas. Quais seriam os motivos que levaram essas famílias a tomarem decisões e a procurarem outros lugares em busca de novas oportunidades? A memória dos ex-moradores juntamente aos documentos relacionados à criação do parque e as ruínas da comunidade como rastros do passado, dão as pistas para buscar explicações que justifiquem essa mudança no ambiente rural.

Foram observadas no capítulo anterior algumas características que evidenciaram as relações que as pessoas mantinham com um tempo e com espaço onde viviam, ao qual, elaboravam estrategicamente um jeito típico de viver. Nesse capítulo, foram ordenados alguns acontecimentos que em certa medida marcaram as transformações ocorridas. Dessa forma, pretendeu-se estabelecer uma linha e pensamento que conduzisse a um denominador comum sobre os acontecimentos coletivos que introduziram e/ou impuseram novos valores e concepções de vida. Sobre esses acontecimentos que envolveram a todos nesse ambiente, destaca-se um de ordem política – a criação do parque nacional em 1959/1972 – e

outro relacionado a fatores ambientais, uma causa natural – a enchente de 1974. Esses acontecimentos serão melhor abordados a seguir.

4.1 DA ROÇA À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA

Se no ambiente serrano, as serrarias faziam parte de um ramo econômico que vinha expandindo-se na região, até o final da década de 1950 as roças das encostas da serra pareciam ser um excelente fornecedor de alguns gêneros alimentícios para os trabalhadores das serrarias. As primeiras serrarias instaladas nessa região, segundo Vitório Tittoni[55], um dos pioneiros das serrarias em Cambará do Sul (RS), remontam ao "ano de 1930", quando o seu pai, juntamente à família montaram em São José do Campo Bom (hoje Cambará do Sul) uma "pequena serraria de categoria pica-pau[56] e era tocada a água também[57]" (BARROSO, 2008, p. 492). O Sr. Vitório Tittoni informa através do seu relato que durante as décadas de 1940 a 1960, "foi nesse período que se desenvolveu o maior número de serrarias, que em Cambará chegou a ter. Eram aproximadamente 80 serrarias trabalhando em todo o município[58]" (BARROSO, 2008, p. 492).

---

[55] O Sr. Vitório Tittoni nasceu em 1923 no vilarejo Serra da Pedra, atual município de Jacinto Machado (SC) – na época ainda município de Araranguá – seu pai tocava uma serraria nessa localidade até o ano de 1930 quando mudaram a serraria para Cambará do Sul. Por volta de 1950, o Sr. Tittoni tocava junto ao seu irmão, a sua primeira serraria. Anos mais tarde, a sociedade montada com seu irmão vai chegar a tocar três serrarias na região, onde trabalhou nesse ramo até o ano de 1992.

[56] Há mais de um tipo de serraria. Segundo o Sr. Tittoni: "serraria cheia, serraria fita, serraria três-quartos e várias outras categorias. A categoria Pica-Pau é uma pequena armação. Trabalha com uma serra só. Seu pai trabalhou com essa serraria até 1940". Ele explica que: "tem que passar pela pica-pau para fazer a prancha, ou por uma serra fita. Na cheia não se pode botar uma tábua, uma tora redonda. Ela tem que ter base para que o carro puxe as toras enquanto se está serrando. Então com a pica-pau ou a fita se faz a prancha cheia". (BARROSO, 2008, p. 492).

[57] Todos os trechos das falas do Sr. Tittonni foram retirados de sua entrevista cedida a historiadora Vera Lúcia Maciel Barroso para a coletânea *Raízes de Cambará*, 2008.

[58] Na *Relação dos Estabelecimentos Mercantis e Industriais* do 4º Distrito – Cambará – para 1º de janeiro de 1962, fornecida pelo Departamento de

No geral, referente à comunidade do Fundo do Rio do Boi, como já era uma prática subir e descer as escarpas serranas puxando mulas carregadas de produtos mantedores de um negócio típico da região. Não tardou muito para que os intercâmbios entre os trabalhadores da roça e tropeiros mercadores se envolvessem com as serrarias. Até porque, com esse novo trabalho sendo implantado fez com que demandasse a necessidade de alguém subsidiar certos alimentos para os trabalhadores das serrarias. Quem derrubava e retirava a mata nativa não gerava a produção de alimentos. Eram os trabalhadores da indústria madeireira, operadores de máquinas entre serradores e motoristas. Segundo o próprio Sr. Tittoni:

> Uma serraria pequena precisava mais ou menos de 12 pessoas. Tinha o toradeiro, o arrastador, o caminhoneiro que puxava a tora para a serraria e o pessoal da serraria. Então uma serraria, por exemplo, de porte médio precisava de uns 20 empregados. E uma serraria grande uns 30 empregados. (BARROSO, 2008, p. 501)

Enquanto um contingente de trabalhadores engajados nesse setor econômico e industrial crescia, derrubando as espécies vegetais nativas, outros trabalhadores como os agricultores do Fundo do Rio do Boi enxergavam um novo mercado consumidor para seus alimentos produzidos na roça. Assim, de acordo com a memória do Sr. Alziro e do Sr. Alvacir, ainda existe uma lembrança daquilo que era negociado nas serrarias. Eram vendidas frutas como laranja, bergamotas, levavam-se em cargueiros de mulas as dúzias de ovos, melado, açúcar amarelo e cachaças engarrafadas entre outros produtos. Essa prática de negociações entre a serra e o litoral, como visto no capítulo anterior, gerou um tropeirismo típico, e sobreviveu a longos períodos na história dessa região envolvendo-se com diferentes grupos que participavam da economia local. Entre esses grupos, primeiramente os estancieiros pecuaristas e por último, acredita-se, os trabalhadores das serrarias. Nesses últimos anos da

---

Estatísticas do Rio Grande do Sul, possuía 33 serrarias e 19 armazéns, sendo que na emancipação o 10° Distrito – Osvaldo Kroeff – é incorporado ao município possuindo na mesma data 06 serrarias e 12 armazéns entre outros estabelecimentos mercantis e industriais. (CARVALHO, PRESTES, BORGES, BARROSO, 2008, p. 130).

década de 1950, as serrarias trouxeram esse novo contingente consumidor, um tipo de trabalhador industrial, e pelo que parece os trabalhadores do Fundo do Rio do Boi souberam aproveitar essa nova configuração socioeconômica.

Pelos indicativos do IBGE, tudo leva a crer, que foi durante a década de 1950 a década de 1970 que houve um crescimento populacional nessa região. Em cima da serra, como ainda nos informa o Sr. Tittoni era comum o dono da serraria fazer "casinhas" para seus empregados, segundo ele, "o dono da serraria, em geral, fazia tantas casinhas quanto se precisava para os empregados. Se ele tivesse 10 empregados, fazia 10 casinhas. Casinha modesta, casinha de madeira, da própria serraria". (BARROSO, 2008, p. 501). Depois que acabasse o corte da madeira destinada a tal serraria, o dono vendia a "casinha" para o empregado. Por sua vez, em Praia Grande também estava ocorrendo um crescimento populacional, chegando ao ano de 1970 com "6.674 pessoas" residindo na zona rural representando "82% da população" e apenas "1.466 pessoas" na zona urbana, correspondendo a "18% da população", em um total de "8.140 habitantes"[59]. Ou seja, a grande maioria da sua população vivia no meio rural[60].

Por outro lado, o corte de madeira nativa – esse mesmo negócio que vai aquecer a economia da região – vai também, causar as primeiras preocupações ambientais que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul. Foi durante esse período que destacou-se um dos pioneiros da causa ecológica no Rio Grande do Sul, o padre Balduíno Rambo. Na sua monografia, denunciou a ação predatória da indústria madeireira no vale do rio Uruguai e da região serrana e recomendou a criação de dois parques florestais, um no alto Uruguai, e outro nos Aparados da Serra. No seu clássico livro, *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* (1942), dedicou seu último capítulo à "Proteção da Natureza", defendendo a proteção dos monumentos naturais, as espécies ameaçadas e a integração entre homem e natureza, dizendo: "Um povo que descuidasse desse elemento teria falta

[59] Estes dados foram retirados dos Censos Demográficos 1970 – IBGE. Ver: www.ibge.gov.br

[60] Já no ano 2000, (30 anos depois), a população urbana ultrapassa a zona rural. Foram 3.349 pessoas residindo na zona rural (45,96%) e 3.937 pessoas na zona urbana (54,04%), num total de 7.286 habitantes. Com essa dado, indica-se o processo de êxodo rural no município consequentemente acarretando na diminuição total do número de habitantes. Estes dados foram retirados dos Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010 – IBGE.

de um requisito essencial da verdadeira cultura humana total, e seria indigno da abundância da terra, como a pródiga mão do Criador o presenteou" (RAMBO, 2005, p. 432). Chama atenção que nessa época houve um interesse tanto estadual como nacional na criação de áreas de preservação ambiental.

O que pretende-se demonstrar é que justamente essa região, além de contar com campos excelentes para a pastagem de animais, terra boa para a agricultura, madeira nativa para as serrarias, possui um atrativo natural excepcional caracterizado pela rica e bela paisagem moldurada pelos gigantescos cânions – principalmente o cânion do Itaimbezinho – e passou a ser alvo de interesses oriundos de outros lugares, tais como os interesses públicos ligados a preservação ambiental e do turismo. Dentro desse aporte, houve uma imensa trajetória de debates e confrontos para que as novas pretensões fossem consolidadas como área de preservação e parque nacional. E, muito mais complexas, para as pessoas moradoras, neste caso, os residentes no Fundo do Rio do Boi, entendessem a nova proposta que chegava em forma de leis e restrições. De certa maneira, notou-se um descompasso entre a memória que os moradores entrevistados fazem do processo de implantação do parque com a história que seguiu-se para a concreta realização do projeto de criação do Parque Nacional de Aparados da Serra. Descompasso no sentido de que as ações para a implementação do parque seguiam um ritmo e a interpretação e entendimento dos moradores seguia outro, ao passo de que, muitos moradores só vão sentir o impacto do parque quando são notificadas a sair. E mesmo assim, pela ausência de títulos das terras, por serem posseiros, o processo vai alongar-se até a aquisição de direitos por meio de processos de usucapião.

O destaque dado para a criação do parque deu-se em virtude que, o olhar atual sobre esse lugar, é um olhar a partir do ponto de vista da preservação ambiental e do uso público dessa área através das práticas ligadas ao turismo, despontadas como um potencial econômico nas últimas décadas. Portanto, é inegável a contribuição da criação do parque para as consequentes transformações nesse ambiente rural.

Considerações a parte, percebeu-se que a década de 1950 foi um período de ebulição econômica para a comunidade do Fundo do Rio do Boi. O setor industrial madeireiro havia chegado com força favorecendo o crescimento dos negócios agrícolas para alimentar os novos trabalhadores. Nessa década houve também a emancipação do município de Praia Grande em 21 de junho de 1958, fortalecendo o setor político e as estruturas públicas. Entretanto, acompanhando esse crescimento

econômico foi uma época em que as preocupações ambientais estavam evidentes, principalmente, motivados por conta do crescimento industrial e urbano em todo o país.

Relacionando às preocupações ambientais, respectivamente, para a região gaúcha dos campos de cima da serra, foi no ano de 1957 que primeiramente se intentou, o Rio Grande do Sul, em intervir na proteção ambiental. No segundo parágrafo do item B – Breve Histórico e Situação Fundiária do *Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra* (1984, p. 15), entregue ao IBDF no ano de 1984 informa que:

> Preocupado com a proteção das belezas naturais da região gaúcha dos Aparados da Serra, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul intentou criar um "parque natural" na região e através do Decreto nº 8.406, de 15 de dezembro de 1957 declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação uma área de 13.000 ha do município de São Francisco de Paula. Hoje pertencentes ao município de Cambará do Sul.

Esse mesmo documento, ainda na página quinze, revela que dois anos se passaram "sem que o órgão estadual responsável propusesse a competente ação judicial de desapropriação" sendo que as terras encontravam-se "em pleno domínio de particulares". Fato que revelava a predominância de estâncias, fazendas pecuaristas e de serrarias espalhadas pela região.

Diante desse interesse estadual, foi em 17 de dezembro do ano de 1959 que o Decreto nº 47.446 é assinado pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek. O Decreto presidencial visava à criação do Parque Nacional de Aparados da Serra. A princípio, sua demarcação territorial cobria apenas as terras do planalto gaúcho situadas no município de São Francisco de Paula (RS), em Vila Cambará (hoje município de Cambará do Sul). Só anos mais tarde, em março de 1972 (Decreto nº 70296), a demarcação foi modificada abrangendo as terras baixas do interior do cânion Itaimbezinho, situada na parte catarinense onde localizava-se a comunidade do Fundo do Rio do Boi. Essa necessidade de anexação da parte catarinense deu-se em virtude de estudos ecológicos que demonstraram a importância de preservar todo o ecossistema dos cânions e não só os campos de cima da serra e suas excepcionais paisagens.

O decreto assinado pelo Presidente Juscelino Kubitschek – mesmo ainda não contendo as terras catarinenses – vai alterar, gradativamente, o futuro dos moradores da comunidade do Fundo do Rio do Boi, assim como, envolver o cotidiano de muitas famílias residentes próximo aos cânions da região dos Aparados da Serra em questões que não eram imaginadas. Existe duas razões para essas questões que ultrapassava as expectativas em voga. Uma relacionada à chegada de ideias de preservação na região e outra, relacionada à expropriação das terras dos pecuaristas e madeireiros de cima da serra. Essa ação do Governo Federal que visava a criação do parque não foi uma ação isolada, mas fruto de um processo nacional, impulsionado por políticas ambientais preservacionistas que desenvolveram-se lentamente e desenvolvem-se até os dias atuais. Essa lentidão é observada nos registros documentais obtidos no arquivo do PARNAS, principalmente, nos relatórios referentes à regulamentação fundiária e que será analisada nesse tópico.

O Sr. Alziro testemunhou muito desses acontecimentos. No ano de 1959 havia completado seus 24 anos de idade e já vivia praticamente há 18 anos na comunidade do Fundo do Rio do Boi. Não muito diferente da sua infância, agora moço, tirava da roça, junto a sua família, o sustento diário. Rotineiramente o trabalho na roça seguia normalmente, sendo que, a notícia da criação do parque vai chegar a sua família anos mais tarde. Diante dessa nova realidade foi constado que houve um descompasso entre o futuro esperado pelos moradores com os objetivos programados pelas entidades responsáveis pela instalação e regulamentação da área destina à preservação. Oficialmente, o parque foi criado no ano de 1959, mas ampliado para o lugar onde o Sr. Alziro residia só em 1972. Nesse intervalo de 13 anos, como as notícias sobre a criação do parque chegaram à comunidade?

Para essa resposta existem dois caminhos a serem analisados. O primeiro relacionado ao processo relativo à criação de leis ambientais e instituições legais específicas no âmbito federal. E por segundo, relacionado às especulações e boatos que chegavam aos moradores do Fundo do Rio do Boi através dos contatos que algumas pessoas mantinham com o alto da serra com fazendeiros e madeireiros, nas quais corria a notícia da instalação do parque e das proibições do corte de araucária e limitações na pecuária.

Quanto ao primeiro viés, tentando encontrar uma justificativa para a compreensão desse processo de implantação de parques nacionais no Brasil, procurou-se identificar na história ambiental alguns marcos que sugerissem como que deu-se esse processo nacionalmente. Pois

compreender a implantação de um parque em uma região requer também o entendimento do processo como um todo. Diante disso, foi possível identificar alguns momentos na história das políticas ambientais no Brasil. Politicamente "houve um primeiro período, de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais" (CUNHA, COELHO, 2008, p. 46). A revolução de 1930 e a Constituição de 1934 marcam a transição de um país dominado pelas elites rurais para um Brasil que começa a industrializar-se e a urbanizar-se. Esse período foi marcado ainda pela adoção de mecanismo legais de regulação dos usos dos recursos naturais, com a promulgação, em 1934, dos códigos florestais, das águas e das minas. O código definia parques nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam (Quintão, 1983).

Concernente a esse país que iniciava o processo de urbanização e industrialização, surgiu os movimentos, tanto governamentais como dos setores civis, a favor da proteção de áreas naturais, que décadas antes, já haviam ganhado força em outros países como os Estados Unidos e propagado as intenções da defesa de ecossistemas e a biodiversidade natural com a criação de parques destinados à proteção dos recursos naturais. Geralmente esses movimentos tinham uma visão romantizada do mundo natural, o que interferiu no modelo de preservação a ser implantado. Geralmente constituída de áreas claramente demarcadas e isoladas, afastando-a, o mais possível das "intervenções humanas" (DRUMMOND, 2007, p. 103).

Na década de 1930 o país teve sua primeira onda de criação dos parques nacionais, motivados por interesses estritamente ligados ao Estado, com a criação dos Parques Nacionais de Itatiaia (1937) no Estado do Rio de Janeiro, do Iguaçu (1939) no Estado do Paraná e Serra dos Órgãos (1939), também no Rio de Janeiro. Todos com o intuito, entre outros objetivos, de mostrar para o "mundo" o potencial das riquezas ambientais encontradas no território brasileiro. Como proposta de uso público essas áreas tinham a intenção de "incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas" (DIEGUES, 1996, p. 114).

A expansão do número de parques nacionais foi bastante lenta, apenas em 1948 foi criado o Parque Nacional de Paulo Afonso (hoje extinguido). Anos mais tarde, para se ter uma ideia, só em 1959 foram criados mais três parques nacionais, o de Ubajara (1959) no Estado de Ceará, o do Araguaia (1959) no Estado de Goiás e o Aparados da Serra (1959) no Rio Grande do Sul. Ao passo que, na década de 1960 esse

número de parques sobe para oito no total, sem mencionar outros modelos de unidades de conservação que passariam a ser criados como as Florestas Nacionais - FLONAS.

No Brasil, os movimentos ambientalistas[61], principalmente durante as décadas de 1950/60, aproveitaram-se das campanhas de uma política nacionalista para acrescentar suas ideias a favor da proteção ambiental que via na criação de parques nacionais um caminho para vincular a criação dessas áreas a uma propaganda desenvolvimentista e de fortalecimento da identidade do Estado-nacional por meio da valorização dos potenciais, das belezas e riquezas naturais existentes no território nacional. Encontrava-se nesse primeiro esforço noções como "o sem igual no mundo" (PÁDUA; FILHO, 1979, p. 122). Ou seja, paisagens naturais que não teriam exemplares iguais em outra parte do planeta. Entre outros motivos, a região dos Aparados da Serra também apresentava essa qualidade do excepcional.

Mais lento ainda, eram os processos de regulamentação das áreas destinadas à preservação. Todo o processo de levantamento cadastral das propriedades que servia para indenizações e para a expropriação das terras era demasiado lento. Até porque, isso justifica-se, que durante esse tempo (1930-1970), foi exigido muito esforço do Governo Federal para a criação de uma base legal de regulamentação, inexistente no país até aquele momento. Se havia um esforço por parte do governo na criação dessa base de regulamentações. Portanto, deveria haver uma forma de interpretação que os residentes das áreas destinadas fariam da criação do parque. Como esses moradores observavam e compreendiam as notícias que chegavam sobre esse assunto?

Para os moradores, essa nova concepção de uso da terra também chegava aos poucos e por diferentes vias. Principalmente no que diz respeito às leis. Uma vez que, nessa época os meios de informações eram bastante escassos nas zonas rurais (jornais, rádio e a televisão não eram tão difundidos). Diante dessa realidade, não vai ser de imediato que os moradores das zonas perimetrais da área destinada ao parque ficariam sabendo das novas noções de uso e proteção da terra, o que para esse caso

[61] No Brasil, as primeiras iniciativas ambientalistas originam-se nas ações de grupos preservacionistas na década de 50. Em 1955 é fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e em 1958 é criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN).

inclui, não só os moradores serranos, como os agricultores roceiros do Fundo do Rio do Boi.

Até basicamente o final da década de 1960 era destino dessas áreas protegidas servir a outras populações, menos as que já estavam ali. Entediam-se os parques como áreas geograficamente extensas, delimitadas dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. O cientista social e professor do programa de pós-graduação em ciências ambientais da USP, Antônio Carlos Diegues, em estudos pioneiros sobre as questões que envolveram a criação de parques nacionais no Brasil já havia referido que "a atração e uso são sempre para as populações externas à área e não pensava nas populações indígenas, de pescadores, de ribeirinhos e de coletores que nela moravam". (DIEGUES, 1996, p. 114).

Diegues faz seus estudos referentes às populações tradicionais que em alguns casos residiam nas áreas destinadas à preservação, mas mesmo ele, admitia que existiam outros grupos populacionais que encontravam-se em diferentes estágios da evolução econômica[62] e que suas singularidades culturais deveriam ser respeitadas e seriamente consideradas dentro de um processo de desapropriação de terras, para dessa forma, minimizar os embates.

Isso não quer dizer que existia uma contradição entre preservar áreas naturais de extrema importância para a conservação da biodiversidade e a manutenção da qualidade de vida da sociedade com aqueles interesses evidenciados no modo de vida das populações que preexistiam ao interesse da criação dos parques. O que os estudos de Diegues apontam, é em relação a "forma" que esses parques foram implantados, chamando atenção para a lentidão dos processos e a falta de considerações a respeito das especificidade sociais e culturais dos diferentes grupos de moradores envolvidos.

Diante dessa perspectiva sobre as considerações feitas por alguns estudiosos, nesse caso dos Aparados da Serra, os primeiros moradores a enfrentarem essa mudança foram os serranos, até porque o decreto de 1959 cumpria a tarefa de delimitar áreas apenas do planalto serrano gaúcho. Mediante e, a partir dessa data de criação, tentar-se-á nesse breve

---

[62] O autor refere que algumas populações tradicionais ao envolverem-se com o meio ambiente extraem recursos naturais com o propósito de garantir a sobrevivência não revelando aspectos econômicos que visam o lucro.

tópico analisar as etapas da evolução da constituição do Parque Nacional de Aparados da Serra.

Pelo Decreto de criação do parque, como mencionado anteriormente, a área era de 13.000 hectares, e compreendia apenas as terras gaúchas. O artigo 3º do referido Decreto autorizava o Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço Florestal a entrar em entendimento com os proprietários particulares de terras e a prefeitura local, para fim especial de promover doações, bem como efetuar as desapropriações indispensáveis à instalação do parque.

Segundo as informações encontradas no primeiro Plano de Manejo (1984, p. 15), ao referir sobre dados do ano de 1960 e dando cumprimento ao disposto no Decreto, "o Ministério da Agricultura, através do extinto Departamento de Recursos Naturais Renováveis procurou efetivar a desapropriação de uma gleba[63] de 3.500 hectares" e como medida preliminar, "subdividiu-se essa área em 5 partes desiguais" (anexo D). A ação de desapropriação foi então proposta pela Procuradoria Geral da República em 07 de maio de 1960. Os técnicos responsáveis pela redação do relatório concluíram que "desse tão propalado processo expropriatório quase nada de prático resultou para resolver a situação fundiária da zona que circunda o cânion do Itaimbezinho" (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 15-16). A própria conclusão dos peritos da época em seus relatórios afirmam que houve uma "confusão" ao dividir a área em 5 partes "não tendo nenhuma razão de ser". Assim concluiu o perito:

> Quanto à petição inicial, para a maior praticidade e comodidade, deveria mencionar a área toda e os proprietários seriam citados a medida da disponibilidade financeira. A confusão começa nesse ponto. (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 17).

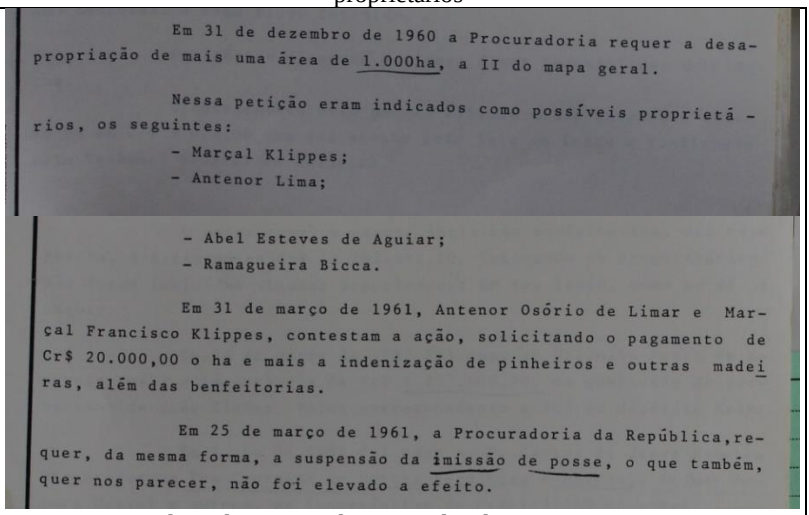
Desta maneira, a primeira divergência, inicialmente enfrentada pelos responsáveis pelas ações fundiárias e os respectivos proprietários, principalmente daqueles localizados nas bordas do cânion Itaimbezinho, foi correlacionada quanto à repartição das terras em 05 glebas que não seguiam a divisão das propriedades particulares.

Para o ano seguinte, em 1961, seguiu-se uma série de contestações por parte dos proprietários envolvidos no processo e que

[63] Termo utilizado pelos peritos para subscrever a divisão dos lotes que seriam indenizados.

seriam expropriados. Entre outras razões da contestação, estavam a alegação de que "não foi individualizado a área de cada proprietário[64]" (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 17). Bem como alegações referentes à falta de inclusão de benfeitorias e pinhais junto ao valor do pagamento das indenizações. O documento abaixo, extraído da página 19 do Plano de Manejo, foi extraído do relatório do Dr. Edu Sabóia da Nova[65], elaborado para esclarecimento do então delegado do IBDF no Rio Grande do Sul sobre a situação fundiária do parque. Esse documento dá exemplo de como seguiram as contestações feitas pelos proprietários:

Figura 09 – Recorte do Plano Manejo, 1984, sobre a contestação por parte dos proprietários



Em 31 de dezembro de 1960 a Procuradoria requer a desapropriação de mais uma área de 1.000ha, a II do mapa geral.

Nessa petição eram indicados como possíveis proprietários, os seguintes:

- Marçal Klippes;
- Antenor Lima;
- Abel Esteves de Aguiar;
- Ramagueira Bicca.

Em 31 de março de 1961, Antenor Osório de Limar e Marçal Francisco Klippes, contestam a ação, solicitando o pagamento de Cr$ 20.000,00 o ha e mais a indenização de pinheiros e outras madeiras, além das benfeitorias.

Em 25 de março de 1961, a Procuradoria da República, requer, da mesma forma, a suspensão da imissão de posse, o que também, quer nos parecer, não foi elevado a efeito.

Fonte: Plano de Manejo dos Aparados da Serra – IBDF, 1984.

De dezembro de 1960 a outubro de 1961 foram feitas por parte dos moradores 10 contestações que envolveram diretamente mais de 20 famílias. O que estava acontecendo é que apenas mediante o título da propriedade, o respectivo dono teria direito a indenização, colocando em xeque assim, a existência e o número de posseiros na área em questão.

[64] Quem faz essa alegação são os casais José Bento e esposa e Arnaldo Fernandes e esposa ao qual contestaram a ação em 13 de março de 1961.
[65] Esse relatório é de 1968 e foi incluído no relatório e encontra-se publicado no Plano de Manejo de 1984.

Inicialmente, a forma como foi planejado as ações referentes ao processo indenizatório que seria até então efetuado para a instalação do parque foi o que permitiu esse desentendimento. Outro desentendimento, foi o valor a ser pago por hectare e a quantidade de terras relacionadas a cada proprietário, bem como a não inclusão de determinadas benfeitorias. Segundo a contestação dos proprietários esse valor era abaixo do esperado.

Outro dado revelador encontrado no relatório foi que no dia 25 de março de 1961 o "senhor Procurador da República requereu a suspensão de "imissão de posse". Ou seja, suspenderia a proteção da posse daqueles que não possuíam títulos das terras[66]. Tendo em vista um artigo do jornal "A Hora" na qual era feita a menção de que mais de 100 famílias ficariam ao desabrigo", tal medida não chegou a ser efetivada e a "imissão de posse foi levada a efeito" (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 19). Esse acontecimento leva a crer que a área destinada ao parque, e nesse caso, a área serrana, por volta de 1961, era bastante povoada por famílias que não tinham títulos de terras, ou seja, segundo as leis fundiárias eram os posseiros. Esses posseiros em sua realidade social eram os agregados, peões das estâncias, trabalhadores que envolveram-se na lida do campo, e até mesmo os trabalhadores das serrarias que de certa forma estabeleceram-se na região. Uma realidade que posteriormente seria encontrada na comunidade do Fundo do Rio do Boi.

Nesse primeiro instante de ações para as indenizações é observado o cadastro de proprietários fazendeiros que detinham documentos legais de compra ou herança das terras. Também houve as negociações com os proprietários das serrarias instaladas na área e que por sua vez também seriam expropriadas. De acordo com esse relatório foi possível perceber que logo de início surgiram os embates entre os organismos responsáveis pela implantação do parque com os moradores ocupantes. Desde então, os problemas fundiários evidenciaram-se. Mesmo assim, o ponto de vista dos moradores teria que ser levados em consideração, desde que, não atrapalhassem por demasia a implantação do parque. Talvez isso leve a crer, o porquê dos motivos da lentidão que envolveu o processo de criação do parque. Evidenciando aquilo que, segundo a historiografia ambiental, chamou de um primeiro momento de

---

[66] A imissão de posse tem por finalidade obter o reconhecimento definitivo do direito em litígio. Consultado em:
http://www.dji.com.br/jurisprudencia/acao_de_imissao_de_posse.htm
Acessado em 04 de novembro de 2013.

criação de uma "base de regulamentação", bem como, a criação de instituições responsáveis pela conduta das ações.

Obviamente não tardou muito para que os embates fundiários que envolviam os proprietários ganhassem novas proporções. A princípio, ao mesmo tempo em que parte dos proprietários era indenizada, uma lista de problemas eram evidenciados, tais como: a reclamação dos proprietários em relação ao preço pago por hectare, ao seu ver injusto; a falta de inclusão de benfeitoria e pinhais; a suspensão de imissão de posse; e a ausência de proprietários e suas propriedades no respectivo cadastro.

Foi a partir do ano de 1962 que iniciam-se os primeiros pagamentos das indenizações. Do dia 26 de março de 1962 a 20 de junho deste mesmo ano, João Kiefer, Leopoldina de Mattos Fernandes e outros, Omar Ventura Maciel e outros, José Bento, Antenor Osório de Lima, Marçal Francisco Klippes e Arnaldo Gomes Fernandes foram indenizados, sendo que, algumas indenizações representavam apenas 80% do valor total das negociações de cada propriedade. Os proprietários sendo indenizados, era necessário a saída, não podendo ficar na terra. Com isso é interessante observar que o fluxo entre a roça e as estâncias começa a diminuir.

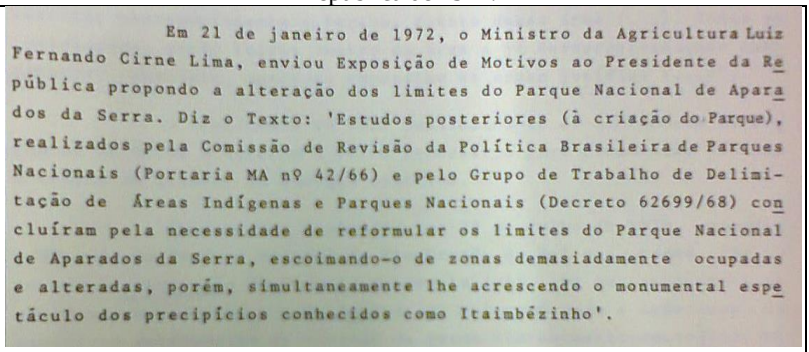
Nesse mesmo período o Sr. Podalírio Borges de Carvalho e a Sra. Adelina Arigotti da Silveira fizeram uma contestação na qual relatavam que não foram citados na ação de desapropriação da gleba I. Essa ausência de inclusão de ocupantes da área vai repetir-se, e aproximadamente 20 anos depois a Sra. Cecília, moradora do Fundo do Rio do Boi também vai alegar que não foi incluída no cadastro.

Interessante fazer a observação de que o processo de implantação do parque envolvia obrigatoriamente a expropriação das terras. Diante desse segmento para pôr em prática as ações promovidas pelos órgãos oficiais encarregados dessa tarefa também passaram por problemas. De 1964 a 1967 dois peritos foram nomeados e nenhum aceitou o cargo. No dia 15 de julho de 1967 o juiz deprecado nomeou outro perito, o Dr. Reno Cardoso, ao qual, este, permaneceu no cargo. Em fevereiro de 1967, sob o Decreto nº 289 é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, ligado ao Ministério da Agricultura, e a ele coube à administração das unidades de conservação. Portanto, o IBDF passou a ser o responsável legal pelos processos em andamento.

Após a criação dessa nova instituição federal, cinco anos mais tarde, em setembro de 1972, em uma revisão da demarcação da área, o IBDF resolveu incorporar a área do interior do cânion Itaimbezinho, ao qual abrangia os limites do parque para as terras catarinense. A

comunidade do Fundo do Rio do Boi estava bem no centro dessa nova delimitação. Portanto, em 17 de março de 1972 o Decreto nº 70.296 alterou o artigo 1º e 2º do Decreto de criação de 1959. Esse novo Decreto incorporou as terras catarinenses que "pelo lado direito da estrada até a chamada Escarpa do Faxinal em um ponto onde se tem a visão, em direção a sudoeste, da Serra do Cavalinho, deste ponto, segue-se em linha reta em direção sudoeste, até o sopé da encosta da Serra do Cavalinho no seu ramo oriental"[67]. Dentro dessa área estava incluído uma série de comunidades do município de Praia Grande (SC), dentre elas a do Fundo do Rio do Boi.

Figura 10 - Trecho do ofício do Ministro da Agricultura ao Presidente da República de 1972.



Em 21 de janeiro de 1972, o Ministro da Agricultura Luiz Fernando Cirne Lima, enviou Exposição de Motivos ao Presidente da República propondo a alteração dos limites do Parque Nacional de Aparados da Serra. Diz o Texto: 'Estudos posteriores (à criação do Parque), realizados pela Comissão de Revisão da Política Brasileira de Parques Nacionais (Portaria MA nº 42/66) e pelo Grupo de Trabalho de Delimitação de Áreas Indígenas e Parques Nacionais (Decreto 62699/68) concluíram pela necessidade de reformular os limites do Parque Nacional de Aparados da Serra, escoimando-o de zonas demasiadamente ocupadas e alteradas, porém, simultaneamente lhe acrescendo o monumental espetáculo dos precipícios conhecidos como Itaimbézinho'.

Fonte: PLANO DE MANEJO, 1984, p. 23.

Neste mesmo ano, o delegado estadual do IBDF no Rio Grande do Sul, preocupado com a situação do parque enviou um "ofício" ao presidente desse órgão. Nesse mesmo ofício, o delegado esclarece a necessidade de "efetivar as instalações no parque dentro dos 1.800 ha já indenizado". Outras preocupações foram evidenciadas neste ofício, tais como, o número de visitantes no cânion Itaimbezinho que já havia chegado "aos 10 mil em 1966"[68], bem como, a queixa de que a área era

[67] Decreto nº 70.296, encontrado nos sítios eletrônicos: www.icmbio.gov.br ou www.planalto.gov.br . Acessado em 13/09/2013.

[68] O administrador do Parque Nacional de Aparados da Serra, Dr. Antônio Lara, em seu relatório do ano de 1966, assinala que foram registrados mais de 10.000 visitantes à área, que já contava com uma hospedaria e um restaurante construídos pelo Serviço Estadual do Turismo do Rio Grande do Sul (SETUR), mas que não

demasiada extensa para a "cobertura de apenas um guarda". E por fim, de que não haveria "empecilho jurídico para a construção das futuras e novas instalações solicitadas, desde que fossem na área já indenizada" (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 22). O presidente do IBDF manifestou-se a favor e liberou o dinheiro para a construção de uma casa e a compra de um gerador de energia.

Ainda de acordo com o relatório contido no Plano de Manejo (1984, p.24), em 1978 foram executados vários trabalhos no parque, quais sejam: "levantamento florístico e da mastofauna, detalhamento dos limites, pesquisa cartorial e cadastro dos proprietários". E é a partir desse trecho do relatório que se tem o primeiro indício de que os peritos responsáveis pelo cadastramento das propriedades estiveram na comunidade do Fundo do Rio do Boi. Não foi possível encontrar a documentação dessas ações de trabalho, principalmente, as referentes ao cadastro dos proprietários para saber da dimensão dos trabalhos realizados e onde eles foram executados, até porque, a nova área incorporada era extensa. O relatório transmite informações relacionadas ao histórico da regulamentação fundiária, entretanto, os documentos resultantes dessa etapa de trabalho não estão arquivados na sede do parque.

Essas datas levantadas e encontradas no relatório são muito importantes para entender o desenrolar dessa história e dão testemunho dos acontecimentos que fazem parte do processo que foi a constituição do parque nacional. Essa situação territorial envolveu diretamente, após março de 1972, a comunidade do Fundo do Rio do Boi. Brevemente estas informações comunicam que pessoas encarregadas – peritos, delegados do IBDF, técnicos, procuradores entre outros – tanto pela administração da área do parque como pela regulamentação fundiária passaram a frequentar a localidade. No primeiro momento estavam encarregados de comunicar às prefeituras e os respectivos moradores sobre as mudanças e o interesse federal naquelas terras, resultando em práticas como o cadastramento das propriedades e os processos judiciais. Os relatórios aqui analisados – *Plano de Manejo de 1984* – e posteriormente o relatório do *Levantamento de Dados Cadastrais de Propriedades e Ocupação do Parque Nacional de Aparados da Serra*, realizado pela empresa COTASUL em 1986, dão parte de uma característica fundamental para

operavam por falta de abastecimento de água e energia elétrica. (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 22).

compreensão dessa história, pois representam o lado legal da implementação do parque.

Certamente as pessoas que tiveram suas vidas envolvidas nesses acontecimentos subtraem dos fatos e eventos presenciados a sua própria representação e interpretação que ficou condicionada a suas memórias. Embora exista relação de poderes que contribuíram para a constituição dessa área em parque, evidenciados nos embates judiciais e fundiários, os moradores foram detentores de uma posição dos fatos, construtores de subjetividades e interpretações. O que quer dizer que cada morador, provavelmente, criou a própria interpretação daquilo que estava ocorrendo. Perguntas do tipo, em que lugar exatamente é o parque? O que será o parque? E qual o meu papel, entre poder e não poder, dentro disso tudo?

O Sr. Alziro, quando questionado se possuía alguma lembrança dos episódios descritos acima – levantamento cadastral das propriedades em 1978 – de acordo com sua memória, recorda que houve um momento em que ele encontrou-se com os técnicos responsáveis pelo cadastramento dos ocupantes da nova área anexada (provavelmente depois do ano de anexação das terras catarinenses em 1972). No entanto, ele esclarece que, os boatos sobre criação de um parque natural na região começou bem antes desse encontro. Relata Sr. Alziro que:

> Quem faz o bem, espera o bem, quem é de Deus não é do bicho. Aquilo ali [referindo-se ao parque] já muito antigamente, eu era pequeno, já era falado isso ai do turismo, os turistas, visitar aquele Itaimbezinho né. Eu era bem pequeno e já falavam nisso ai. Mas era uma coisa que as pessoas falavam e nunca ia acontecer. Até que chegou o ponto. A floresta, sempre teve a lei florestal, mas chegou um ponto que o pessoal começou a devastar muito. Então esse negócio foi crescendo e veio e lei né. O IBAMA pra não mexer na floresta[69].

De acordo com o relato do Sr. Alziro, é provável que essa lembrança refere-se a um momento anterior à criação do parque. No entanto, tudo leva a crer que os boatos e notícias aumentaram na região logo após as primeiras movimentações realizadas para as primeiras

[69] Relato do Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, concedida em 04 de setembro de 2013.

indenizações, promovidas ainda no início da década de 1960, quando realmente efetivaram-se as ações de implantação do parque na parte serrana. Por essa época, era comum tanto o Sr. Alziro como outros moradores as comunidade, frequentemente, subirem a serra para negociar e provavelmente mantinham relações com pessoas que sabiam das novidades. Foi só após o ano de 1967 que o IBDF passou a ser a instituição legal responsável pelo parque. Entretanto, claramente ele menciona o "IBAMA[70]" como sendo a instituição responsável pela fiscalização, pois, de acordo com sua interpretação, uma instituição foi o seguimento da outra, mudou o nome, mas não a maneira de fiscalizar, e a função e o objetivo de manter a preservação continuou. Na sua interpretação "o não mexer na floresta" como referiu no relato acima, significava a leis e a instituição responsável por essa lei. Isso configura na representação de fatos e acontecimento encontrados na memória dos mais velhos.

Outra curiosidade apontada pelo Sr. Alziro condiz com a maneira como a notícia de preservação e criação do parque apareceu e espalhou-se no meio de sua família. Segundo ele, eram os próprios donos das serrarias que falavam a respeito da notícia da criação do parque e das proibições:

> A lei ela não chegou proibindo como agora, ela chegou mansa, quase sempre é assim. Não pode chegar brigando, tem que chegar "amansiando". Aí quem contava pra gente, era as pessoas de fora, quando chegou as serrarias por aí. Logo que chegou as serrarias começou a entrar as notícias. Os próprios donos que devoravam os pinheiros, vinham de fora pra serrar, eles mesmos, dispois, truxeram a lei. Eles mesmos falavam. Quem tinha um pinhal falava assim: vamos derrubar agora que daqui a pouco vai ser trancado. Então já tavam por dentro[71].

---

[70] No dia 22 de fevereiro de 1989, pela Lei 7.735, foi criado o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Órgão responsável pela preservação da fauna e da flora brasileiras, ele possibilita ao país o controle e a fiscalização de seus recursos naturais em busca do crescimento sustentável. Pesquisa em: www.ibama.gov.br . Acessado em 10 de dezembro de 2013.

[71] Relato do Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, concedida em 04 de setembro de 2013.

Isso leva a crer que a situação enfrentada pelos peritos e técnicos oficiais para a efetivação do parque, ou no que diz respeito ao entendimento das coisas que estavam acontecendo, era "diferente" das vivenciadas pelos moradores "ocupantes" da área. E que o grau de informação que circulava nesse meio era diverso. Por um lado, os encarregados desse serviço ambiental deveriam fazer cumprir a lei e implantá-las no parque submetendo os moradores aos cadastros, processos e indenizações. Os moradores por sua vez, preocupavam-se cotidianamente em manter o seu "ganha pão" ou garantir de forma justa o valor das indenizações. Embora não seja por meio dos documentos oficiais arquivados que se encontrará o modo como esses peritos, técnicos e procuradores faziam para encontrar a casa desses moradores e contatá-los; existe por outro lado, o ponto de vista do morador que recebeu a visita desses profissionais, perpassado por meio das lembranças e recordações, tais como a descrita acima pelo Sr. Alziro, demonstrando que as notícias corriam, nesse caso, através das pessoas envolvidas nas serrarias.

Quem a não ser os madeireiros para saber das leis florestais? Como bem sabe-se, esse tipo de trabalho exige um conhecimento mínimo das leis ambientais, até por conta do enfretamento que as serrarias frequentemente tinham com as exigências cobradas, por entidade municipais e estaduais, principalmente no que diz respeito ao reflorestamento. Provavelmente, após o início das ações em prol do parque, as conversas que ocorriam entre madeireiros, fazendeiros e agricultores era um tipo de alerta, conscientes dos interesses ambientais recém-chegados nessa região. O relato do Sr. Alziro sobre esse assunto transmite uma interpretação que seria difícil de encontrar nos relatórios oficiais das instituições encarregadas de exercer tal função. Dessa forma foi através do relato oral, e da memória sobre esse evento que descobriu-se que os próprios madeireiros sabiam o que estava ocorrendo e manifestavam em forma de preocupação e especulações espalhando os boatos.

Fato que condiz com outros relatos do Sr. Alziro, ele, por ser roceiro e quitandeiro, era comum em determinada época subir e descer a serra com as mulas e os cargueiros para negociar alimentos de sua produção com os donos e empregados das serrarias. Diante dessa prática tão comum que envolvia a movimentação de mercadorias, tinha-se um ambiente propício para esse tipo de assunto circular – proibição de corte das árvores e preservação ambiental – que era nas serrarias. Ele, além de subir a serra para negociar seus produtos, conversava sobre os assuntos

cotidianos presentes entre os trabalhadores das serrarias, e daí portanto, surgia os boatos sobre a preservação ambiental e das proibições.

Seguindo as informações obtidas no Plano de Manejo (1984, p. 24), "o cadastramento dos ocupantes, realizado no segundo semestre de 1978 sofreu vários empecilhos, desde a adversidade das condições climáticas até a relação belicosa da população frente à presente da equipe de trabalhos no local". Neste mesmo cadastro levantado em 1978, foram registrados 03 tipos de "ocupantes", classificados em: "a) proprietários já citados em processo de desapropriação" – provavelmente aqueles moradores serranos que enfrentam o processo desde 1960 – "b) proprietários não incluídos na desapropriação" – provavelmente novos proprietários residentes na nova área incorporada – "c) Posseiros".

Diante disso, um novo quadro referente à organização e implantação do parque estava formando-se. Surgiram novos grupos a serem indenizados, muitos com características diferentes daquelas encontradas no alto das serra, constava no relatório que "em geral são proprietários com menos de 100 ha. Principalmente em Santa Catarina os proprietários são bastante reduzidos em área" (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 24). E neste mesmo relatório afirmava que foi a partir de 1980 que iniciou-se "uma nova etapa na regularização fundiária, através da negociação direta com os proprietários de suas terras e benfeitorias" (PLANO DE MANEJO, 1984, p. 25). Uma vez que até esse período as negociações eram feitas por intermédio de um procurador[72].

A partir dessa constatação referente à data em que os trabalhos de levantamento florístico, detalhamento dos limites e cadastro dos proprietários foram realizados, ou seja, no segundo semestre de 1978, vai demonstrar para os moradores principalmente da parte catarinense uma nova etapa ligada a esses eventos. Essa nova etapa vai mostrar para os moradores que os boatos que circulavam na serraria começavam a dar sinal de que o lugar em que eles moravam também estava sendo alvo de mudanças. Isso não quer dizer que todos os moradores do Fundo do Rio do Boi tinham uma interpretação semelhante dos acontecimentos. Mas as notícias estavam se tornando mais difundidas e as ações em prol do parque concretizando-se, visto que, pessoas de "fora" chegavam para complementar os trabalhos ligados ao parque. Nas entrevistas concedidas pelo Sr. Alziro, tem um momento em que ele revela que numa certa época

[72] Cada proprietário cadastrado efetivava as negociações de indenizações mediante um procurador nomeado. Em alguns casos um procurador representava mais de um proprietário.

técnicos estiveram na sua casa no Fundo do Rio do Boi para fazer o cadastro dos proprietários ocupantes. Segundo ele:

> Quando eles vieram para ali [Fundo do Rio do Boi] já faz bastante tempo também. Já tá fazendo bem mais de 30 anos. Quando entrou, eles iriam pegar só de meio morro pra cima, onde tinha "planta" não seria ocupada. Então eles eram mansos, depois eles foram descendo mais para baixo. Ficamos numa que não dava mais de ir para a casa que temos! (risos).[73]

Dos boatos de criação do parque que surgiram provavelmente por volta do ano de 1960, dão a entender que houve esse encontro entre os técnicos com os moradores do Fundo do Rio do Boi só no ano de 1978, visto que o Sr. Alziro recorda dessa ocasião. Mesmo com a ampliação do parque para as terras catarinenses em 1972, pelo que parece, foi só a partir de 1978 que os administradores do parque vão ter um registro cadastral das famílias que residiam no Fundo do Rio do Boi e das demais novas áreas incorporadas ao parque. Os motivos que retardaram o cadastramento até o ano de 1978 não foram encontrados, não foi encontrado nenhum documento que aborde esta questão.

Se isso é bem verdade e levando em consideração as impressões pessoais mantida na memória dos ex-moradores, nota-se, que o esforço para a concretização de criação do parque e das leis de preservação ambiental seguiram ritmos distintos das expectativas daqueles que residiam na localidade. Houve de fato um verdadeiro descompasso. A par dos relatos citados acima, percebe-se que os boatos chegaram para o Sr. Alziro antes que os agentes oficiais entrassem em contato com ele. Se isso aconteceu com outros moradores, não se soube, mas demonstrou que houve essa característica singular relacionada à forma como que o parque foi chegando à região e sendo interpretado mentalmente pelas pessoas que de certa forma foram atingidas. Primeiro os boatos, depois as leis "mansas", seguidas dos primeiros contatos com os moradores e as imposições necessárias para que o parque fosse levado a cabo.

[73] Relato do Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, concedida em 04 de setembro de 2013.

Ao fazer um cruzamento dessas informações – das datas citadas nos documentos com a memória de ex-moradores – porque os relatos do Sr. Alziro ser demonstram tão valiosos?

Desde o surgimento da comunidade ao seu desaparecimento, algumas pessoas do Fundo do Rio do Boi, na sua trajetória de vida, tiveram envolvimento com a criação do parque. De certa forma, a delimitação da área atingia o local onde moravam e trabalhavam. O parque foi um fato ocorrido na localidade que consolidou-se após 1972. Não existe uma justificativa para deixar de fora esse acontecimento na história dessas pessoas. Quando tratou-se de assuntos relacionados ao surgimento da comunidade, foi recorrente, encontrar recordações e lembranças de pessoas, lugares e objetos fortemente ligados à memória de alguns ex-moradores, tais como o Sr. Alziro e a Dona Angelina. Agora perante aos assuntos condizentes com as peculiaridades vividas e aos aspectos que levaram ao desaparecimento da comunidade, os relatos do Sr. Alziro são de extrema importância para essa compreensão. Diferente dos demais ex-moradores, ele ainda permanece lá! Ao analisar a sua trajetória de vida, percebe-se que ele foi um sujeito que nasceu na beira do cânion Itaimbezinho (antes de virar parque) e muito novo mudou-se para o Fundo do Rio do Boi, permanecendo até os dias atuais. Diante dessa constatação, as suas impressões, a forma como ele interpretou tantos acontecimentos fazem parte da história deste local. Sua memória passa a ser o testemunho dos desdobramentos que interligaram agricultores, pecuaristas, madeireiros e funcionários do parque num acontecimento histórico da região.

Conferindo esta trajetória da constituição do parque em outros meios que não seja a memória dos moradores, foi que em 1981, o parque é inaugurado oficialmente. Dessa maneira pôde-se observar nas notícias dos jornais:

Figura 11 – Notícias em jornais sobre a inauguração do parque

Jornal Sentinela Cambaraense, nº 38, dez/1981

Parque Aparados da Serra vai ser inaugurado hoje

O primeiro parque nacional do Rio Grande do Sul — Parque Nacional de Aparados da Serra, em Itaimbezinho — será implantado oficialmente, hoje às 11h30min, com a presença do governador Amaral de Souza, do presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Mauro Silva Reis, da diretora da Divisão de Parques Nacionais, Maria Tereza Jorge Padua, e outras autoridades. Ao mesmo tempo, será assinado um convênio entre o IBDF e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), de cooperação mútua, com o objetivo de viabilizar a infra-estrutura turística da região.

O Parque Nacional de Aparados da Serra foi criado, através de decreto presidencial, em 1959, mas somente agora começa a ser implantado realmente devido a questões fundiárias, sendo que cerca de 50% do total de sua área já foi adquirida pelo IBDF. Em seus 10.250 hectares concentra-se uma das últimas matas nativas brasileiras — conforme salienta Maria Tereza Paduá — composta dos dois únicos pinheiros nativos do Brasil (araucária e pinheirinho brabo), além disso apresenta uma fauna riquíssima, com espécies raras e algumas em extinção, e vários canyons, salientando-se o de Itaimbezinho.

A implantação oficial do Parque e o convênio com a Embratur possibilitam a instalação do plano de manejo, ou seja a definição das zonas de vivitação pública, para fins de preservação da fauna e flora e para estudos científicos. O Parque fica a 150 quilômetros de Porto Alegre.

A viagem do presidente do IBDF ao Estado também propiciou a assinatura de uma portaria que estabelece normas para o registro de 80 mil proprietários rurais do ramo da fumicultura. A medida — explica ele — desburocratizará o sistema de registro dos fumicultores, — pois os dados serão fornecidos diretamente à Associação de Fumicultura do Brasil (Afubra), sobre o consumo médio por produtor de madeira utilizada na estufa de secagem do fumo.

Com relação à questão do reflorestamento, Mauro Reis esclarece que a tendência no Estado é a de abranger pequenas e médias propriedades, já que o problema fundiário, devido ao elevado custo da terra, tende cada vez mais a subdividir as propriedades rurais. Porém, as previsões para o próximo ano são de que seja mantida a mesma média de 81, ou seja 19 mil hectares no Rio Grande do Sul e 400 mil em todo o país. Mesmo assim, o IBDF ainda não tem definido o seu orçamento para 82.

Zero Hora, 08 de dezembro de 1981

Em outros jornais, eram destaques as notícias: "Cambará do Sul ganha parque de aniversário" do jornal *Folha da Tarde* do dia 05 de dezembro de 1981, e "Aparados da Serra, o novo parque do Sul" da *Folha de São Paulo*, de 08 de dezembro de 1981, e "IBDF implanta primeiro parque nacional do RS", do *Correio do Povo,* também datando do dia 08 de dezembro deste mesmo ano, além de outras notícias referentes ao início da implantação do parque e das cerimônias de inauguração. Claramente, as notícias dão destaques como uma vitória do Estado do Rio Grande do Sul no tocante às ações de ecologia e proteção do meio ambiente. E nenhuma das notícias faz referência de que as terras do parque também envolvem terras catarinenses, motivo, talvez, devido à sede administrativa estar localizada no alto da serra, no município de Cambará do Sul (RS).

Diante dessa nova fase do processo de regulamentação fundiária, de 1980 a janeiro de 1984 já haviam sidos adquiridos 5.800 hectare de terras. Nesses quatro anos triplicou o número de terras obtidas em comparação com os números dos 21 anos de existência do parque. Não cabe aqui discutir o porquê da lentidão para regulamentar os processos de indenizações, até porque esta questão envolve outros olhares.

Em 1984 foi editado e publicado o primeiro Plano de Manejo dos Aparados da Serra pelo departamento do IBDF responsável pela

administração do parque, documento que confere as informações aqui demonstradas. O Plano de Manejo é a principal ferramenta para a efetivação e manutenção da área do parque. Neste documento está contido uma série de diretrizes incluindo normas referentes ao uso público, de pesquisas científicas, do turismo e especificidades para a desapropriação das terras entre tantos outros assuntos pertinentes à preservação da área.

Embora houvesse essa publicação do Plano de Manejo em 1984, no dia 25 de setembro de 1985 foi licitado pelo IBDF através de seu delegado do Rio Grande do Sul o serviço realizado pela COTASUL. Entre os objetivos do acordo firmado estavam: "o levantamento de dados cadastrais de propriedades e ocupantes do PARNAS, em área de aproximadamente 11.000 ha, dos municípios de Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS)" (COATSUL, 1986, p. 14).

Averígua-se desta maneira que os dados cadastrais levantados no serviço 1978 e os dados para o Plano de Manejo de 1984 podem ter sidos incompletos e/ou insuficientes, criando uma necessidade de efetuar novo levantamento. Também, diante dessa constatação, é possível que as lembranças do Sr. Alziro sejam remetidas a essa data de 1985 e não as anteriores datadas do segundo semestre de 1978 e 1984. A dúvida que sobressai é se foi apenas durante os anos de 1978 a 1985 que foram realizadas as visitas de técnicos ambientais no Fundo do Rio do Boi? Haveria assim uma lacuna de seis anos desde a anexação da nova área catarinense – no ano de 1972 – até os primeiros estudos fundiários em 1978.

A despeito do relato do Sr. Alziro, dando continuidade ao exercício das lembranças, deixa claro que após o primeiro cadastro que ele recorda ter feito, ou seja, provavelmente o datado do segundo semestre de 1978, houve um processo de medição das propriedades. Àquelas famílias que reivindicavam indenizações, para serem cadastradas, deveriam apresentar os títulos das terras com suas respectivas medições. Segundo o Sr. Alziro as medições foram feitas "anos depois do cadastro" e que "caberia ao proprietário os custos pagos pelos serviços dos agrimensores"[74].

Desta maneira, a partir dessas primeiras informações que noticiavam que o parque atingia a sua propriedade, o Sr. Alziro entrou com uma procuração em fevereiro de 1983 e o pedido de Usucapião vai se oficializar em dezembro de 1983. Os pedidos de Usucapião que

[74] Relato do Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, concedida em 04 de setembro de 2013.

seguiram nesse período confrontaram e demonstraram a realidade estabelecida no Fundo do Rio do Boi, a maioria dos moradores eram posseiros das terras, não tinham título algum. Isso explica também o porquê da demora das indenizações, sendo que os proprietários adquiriram o direito de conseguir os papeis e títulos, por meio do pedido de usucapião, que formalizavam a legalização da propriedade, para assim, receberem as respectivas indenizações. Dentro desse processo, um ano após a procuração, o Sr. Alziro negocia com o IBDF uma parte de suas terras, totalizadas em 830.000,00 m^2, em 04 de fevereiro de 1984. A outra parte das de suas terras, aproximadamente 30 anos depois, ainda estão em processo de acerto.

Simbolicamente essas ações a favor da preservação de áreas naturais vão contribuir para converter no início do fim daquele modelo de trabalho rural naquela localidade. Praticamente devido a obrigatoriedade de retirar-se das propriedades após a indenização. Fato que acarreta em uma desarticulação social e econômica da comunidade. E também, consequentemente, para a alteração daquele padrão de vida inserindo novos valores ligados a terra na mentalidade daquelas pessoas. Esse período, iniciado em 1972, marca a transferência daqueles roçados para outras localidades afastadas da área do parque. Isso é uma característica gerada com a implantação dessas áreas de preservação. São dois interesses que chocam-se. E neste caso o morador ocupante da área teve que ceder.

Diante dessas informações apresentadas, pôde-se perceber, que no cruzamento das informações obtidas no Plano de Manejo e no relatório da COTASUL com os relatos do Sr. Alziro, de que a lentidão nos processos fundiários, ocasionaram algumas interpretações por parte de cada família relacionadas à criação do parque, uma especificamente observada nesse tópico. Para tanto, a maioria dos moradores em suas interpretações relacionavam a criação do parque com as proibições e limitações de seus trabalhos cotidianos ligados à roça. Dos entrevistados nessa pesquisa apenas a Dona Angelina não referiu-se ao parque, porque havia se mudado da comunidade antes dessa localidade virar parque. Entretanto, moradores como o Sr. Alziro, ex-moradores como o Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco, filho da Dona Cecília e o Sr. Izildro Costa da Silva relacionaram a chagada do parque com as proibições enfrentadas pelos agricultores. Eram proibições ligadas à questão da caça e fundamentalmente à derrubada da mata para o manejo das roças, bem

como, a retirada de árvores de lei[75]. A compreensão do que é o parque, necessariamente, passava pela ideia de interferência no modo de vida e de produção agrícola. São as leis de proteção ambiental que gradativamente vão alterar as vivências no lugar, surgem novas exigências, tais como manter áreas verdes intocadas, e isso vai, consequentemente, mudar a forma de rotação da terra, necessária para o tipo de cultivos agrícolas até então praticados. Com as indenizações e desapropriações, a possibilidade de mudar daquelas terras era iminente.

Como destaque para compreender essa sucessão de acontecimentos, vale salientar que, houve o primeiro indício da preservação do meio ambiente com o decreto de 1959 e a consequentemente efetivação a partir dos primeiros contatos com os proprietários serranos que vão gerar os boatos iniciais relatos pelo Sr. Alziro através dos contatos que ele mantinha com o pessoal das serrarias ao longo de toda a década de 1960. A partir de 1972 com a nova área anexada é que vai ter um marco das políticas ambientais de preservação na localidade do Fundo do Rio do Boi. Através das datas de efetivações dos trabalhos técnicos feitos pelo IBDF é de sugerir que foi só em 1978 que os moradores do Fundo do Rio do Boi, realmente, entraram em contato com os responsáveis pela medição e cadastro das propriedades. E para esse período, pode-se acrescentar outro marco; os estudos para o Plano de Manejo de 1984 e para o relatório da COTASUL em 1985. Se os moradores tiveram outros encontros com os peritos e funcionários responsáveis pela área do parque, não se soube, mas essas datas sugerem que o processo foi lento e que cada um dos moradores mantinham certa interpretação do que estava acontecendo. Para se ter uma ideia da situação em que encontrava-se a comunidade, em 1986, ano da publicação do relatório da COTASUL (1986, p. 18), no seu item "02 – Metodologia" classifica a questão fundiária e agrária da parte catarinense desta forma:

> Já nos vales e encostas de Santa Catarina (Praia Grande), raramente são encontradas cercas. Há

[75] No final da década de 1970 e início da de 1980, chega com força na região a fumicultura. No processo de chegassem das folhas do Tabaco (*Nicotina*) nas estufas de fumo são utilizados madeiras como combustível do fogo. Para esse tipo de atividade, que as vezes durava dias, queimava-se muita madeira. Como durante esse período a camada de vegetação nativa era consideravelmente abundante foi a primeira a ser derrubada e queimada. Atualmente para essa atividade utiliza-se a madeira do Eucaliptos (*Eucalyptus globulus labill*).

> predominância das atividades de plantio em pequenas roças com pecuária apenas para a sobrevivência, a inexistência de uma organização colonial básica, faz com que os limites sejam respeitados mais pela tradição de uso da terra e limitadores naturais, do que por linhas materializadas. São comuns as divisas pelos canais de drenagem das encostas (grotas), caminhos carroçáveis, cristas e bordas dos morros. Nos casos mais rigorosos, os lindeiros mantém pequenos marcos no início das linhas, as quais pelo uso rotineiro das culturas e suas bordas, vão sendo assinaladas pela própria vegetação diferenciada e alinhada. São propriedades pequenas e fracionadas.

Certamente havia duas realidades distintas mas que se relacionavam, uma condizente com as propriedades do alto da serra e outra com o fundo da grota. Esse relato da COTASUL transmite bem as características sobre as terras dos vales e encostas catarinenses em 1985. O fornecimento do dado de que inexistia uma "organização colonial básica" passa a impressão de que aquelas terras estavam sendo abandonadas. De fato, quando analisado os cadastros das propriedades levantadas pela COTASUL em 1985, dá a entender que a localidade do Fundo do Rio do Boi estava pouco habitada. Até porque, entre a anexação das terras em 1972 e o processo de indenizações e de desapropriações, ocorreu a grande enchente do extremo Sul catarinense em março de 1974 que vai devastar a comunidade e de certa maneira vai mudar a vida cotidiana daqueles moradores. A enchente, de certa maneira vai forçar ainda mais as famílias a retirarem-se antes do cadastro e das indenizações previstas para que as desapropriações fossem efetivadas. É de imaginar que, quando os primeiros técnicos chegaram à comunidade do Fundo do Rio do Boi, logo após a enchente, poucas famílias haviam permanecido, dando a impressão que não havia de fato uma "organização colonial básica".

Diante do desenrolar desses fatos – entre as tradições agrícolas até então vivenciadas e a chegada da criação do parque – restou uma pergunta relacionada às consequências proporcionadas pela enchente de 1974. A enchente em certa medida contribui, indiretamente, para o serviço de implantação do parque nessa área?

Para essa discussão, será abordado no próximo tópico, questões referentes a enchente, suas consequências, a partir da memória que os ex-moradores mantiveram desse grande acontecimento na região.

4.2 A ENCHENTE DE 1974

Num sentido comum, por memória entende-se "a faculdade humana de conservar traços de experiências passadas, e pelo menos em parte, ter acesso a essas pelo veio da lembrança" (TEDESCO, 2004, p. 35). Sendo a memória uma faculdade do presente capaz de evocar lembranças, recordações, imagens do passado, percepções e sensações, com a capacidade de manter os conhecimentos e a consciência da experiência seguros. É no cotidiano que se permite visualizar as diferentes dimensões da experiência.

Se ativer que a experiência, como foi mencionado na introdução desse trabalho, "é um confronto com o risco; é algo como uma viagem e seu movimento complexo", ou seja, move-se do senso comum, "nega-lhe a imediatêz e denomina novamente as coisas. Nesse sentido, o indivíduo apropria-se do vivido e sintetiza-o, fornece uma nova orientação para a via de acesso à sabedoria" (TEDESCO, 2004, p. 48). Então, o que dizer do fato de pessoas presenciarem acontecimentos que, tornaram-se em si, experiências que extrapolaram o rotineiro da vida cotidiana?

Ouve-se dizer que a vida cotidiana possui uma estrutura comum de repetição, que é difícil imaginar a vida humana em geral sem os ritmos habituais, sem as rotinas que constituem a esfera individual e a existência social. No entanto, sabe-se também, que existem alguns fatores, sejam eles sociais, políticos, econômicos e até naturais, que são capazes de dimensionar a esfera do cotidiano, do rotineiro para além daquilo que já foi vivido, presenciado ou sentido não só individualmente, mas também por grupos inteiros. Parte-se da premissa, que os sujeitos envolvidos com esses determinados fatores deparam-se com novas experiências, perpassando por uma nova passagem, que ao fim lhes criam condições de incorporar novas sentidos e significados a suas vidas. Essa experiência, pode por vez, ter uma configuração complexa e traumática, tais como as migrações forçadas, conflitos bélicos, traumas da violência e catástrofes ambientais, entre outras condições, permitem a ocorrência de fatos extraordinários.

Diante disso, para refutar as argumentações anteriores, um dos motivos da instabilidade surgida na comunidade do Fundo do Rio do Boi, foi a grande enchente de 1974. A enchente aparece com força na memória

dos ex-moradores. Mais uma vez é refutado a noção de experiência utilizada por Larrosa Bondía e Agamben, na qual referem o conceito de experiência interpretando-a como uma "passagem" e essa passagem como fato "extraordinário". Notar-se-á que o acontecimento da grande enchente naquela localidade vai conduzir seus moradores a uma experiência (passagem) nova e significativa, algo que "passou" e marcou profundamente suas vidas. Algo extremamente fora do comum e do rotineiro.

Naquele ano de 1974, vários meios de comunicação noticiaram a catástrofe que foi a enchente, principalmente sobre as cidades que tinham maior número de habitantes, tais como as cidades de Araranguá, Orleans e Tubarão. No entanto, muitas cidades, menores em número de habitantes, do extremo Sul catarinense, localizadas nas proximidades da encosta da Serra Geral, tais como Praia Grande, Mampituba, Jacinto Machado e Timbé do Sul também foram atingidas de forma violenta. Três grandes rios, o rio Mampituba, o rio Araranguá e o rio Tubarão e suas dezenas de afluentes tiveram suas margens alagadas proporcionando estragos até então nunca vistos na região. Sabe-se que esses rios possuem suas nascentes localizadas no alto da serra e correm para a direção Leste até despencar nos precipícios e vales da Serra Geral, o que de certa forma, propicia a formação de rios com corredeiras velozes, chegando à planície onde em dias de muitas chuvas ficam com suas margens alagadas. Normalmente a corrente desses rios deságua no oceano Atlântico. Diante daquilo que foi vinculado nos noticiários da época, por outro lado, de um modo singular e particular, muito do que se viu e presenciou ficou registrado não só nos noticiários de jornais como também nas lembranças de inúmeras pessoas moradoras das vilas e comunidades "encostadas" na serra e que também foram atingidas.

Figura 12 - Rio Mampituba em 1974

Foto: Ivo Bellettini. Fonte: www.clicengenharia/praiagrande

A história que utiliza de fontes orais detém em certo aspecto o privilégio de deparar-se com novos depoimentos, com novas impressões e traumas que algumas pessoas possuem sobre determinados acontecimentos. Desta forma, dando continuidade, e valorizando o papel do testemunho, o Sr. Alziro que, até o momento veio relatando a sua história de vida, conta que estava em sua casa na comunidade do Fundo do Rio do Boi nos dias da enchente. A partir de seu relato pôde-se observar aquilo que ficou na sua memória, as impressões que teve da enchente, bem como saber de algumas mudanças que ocorreram na comunidade após a enchente.

Segundo outros registros da época encontrados em noticiários de rádios e jornais, a grande enchente ocorreu entre os dias 22 e 25 de março de 1974, sendo o dia 24 o dia em que as águas dos rios estiveram mais cheias. No dia 22, uma sexta-feira, "as chuvas da tarde foram mais intensas nas costas da serra, aumentando sensivelmente o volume dos rios e alagando as partes baixas"[76]. Jornais de outros Estados brasileiros noticiaram a tragédia dando destaque ao desastre na cidade de Tubarão, tais como essa notícia do jornal O Estado de São Paulo:

> Poucos têm destino, mas todos sabem que Tubarão não existe mais, como não existem mais suas casas e seus bens que as águas levaram. Tubarão já é uma cidade oficialmente condenada. Sua morte foi decretada pelo governo militar ali instalado, que procura agora conduzir os flagelados para outras cidades[77].

Notícias como estas, não davam conta de mensurar a tragédia vivida por milhares de pessoas não só na cidade de Tubarão, mas também nas outras cidades de médio e pequeno porte espalhadas pelo extremo Sul catarinense. Em certos aspectos, cidades localizadas nas encostas da Serra Geral além do alagamento, tiveram localidades atingidas por desmoronamentos e deslizamentos de terras, uma vez que, nessas regiões encontram-se as nascentes dos principais rios possuindo, por muitas vezes, o relevo muito inclinado. O que em dias excepcionais como esses, com muitas chuvas, potencializam o risco de desmoronamento.

---

[76] http://pt.wikipedia.org/wiki/Tubar%C3%A3o_(Santa_Catarina). Portal eletrônico acessado em 20/09/2013.

[77] Jornal o Estado de São Paulo. 28 de março de 1974, p 17.

O Rio do Boi possui suas nascentes localizadas no alto da serra, no município de Cambará do Sul (RS). Suas águas chegam ao município de Praia Grande onde atravessam as localidades batizadas com o nome deste mesmo rio até o encontro das águas com o rio Mampituba. Características da bacia hidrográfica são muito semelhantes entre o rio Mampituba, Araranguá e o rio Tubarão. Por isso, a enchente de 1974 atingiu os municípios localizados nas margens desses três rios.

A experiência dessas pessoas ao presenciarem os acontecimentos da enchente ficou marcada nas suas memórias. Algo substancialmente interessante para os estudos que utilizam dessa fonte oral é a aproximação da memória com a experiência. Mesmo que a memória, na maioria dos casos, não seja pública, narrada, relatada a demais. Como mencionado, a experiência, pois, é um vivido, é um saber caracterizado na sua singularidade. Não obstante, segundo Tedesco (2004, p. 91), acredita "ser a memória o espaço no qual se produz a síntese entre o cotidiano e a experiência vivida". Geralmente, leva-se partido daquelas experiências que conotam para o lado positivo, como um acúmulo de riquezas e saberes. No entanto, não se pode negar que nada mais comovente do que uma tragédia, um trauma que também marca uma experiência, mesmo que por um lado as pessoas se esforcem por manter essa memória no esquecimento, deixando ela "subterrânea". (POLLACK, 1989). Mas existe uma questão relacionada ao presente. São os momentos e interesses que demandam do Tempo Presente que podem estimular o retorno dessas lembranças num sentido de envolvimento social. O acontecimento enfatizado nesse tópico produziu um envolvimento traumático para aquelas pessoas. Casos de enchentes nesta mesma região já foram registrados, mas a de 1974 ficou marcada pela sua singularidade, ou seja, pela magnitude da destruição que ela proporcionou. Diga-se de passagem, que a sensação de estar sentindo-se pequeno em volto da natureza, de estar isolado em meio a tanta chuva, não seja nada boa. Diga-se, até que, a sensação seria de incapacidade e de terror.

Isso é explicado nos relatos orais. Diante das indagações sobre o fim da comunidade ou o início do desaparecimento da mesma, o Sr. Alziro relatou nada mais do que aquilo que ele testemunhou no Fundo do Rio do Boi nesses dias atormentados da enchente.

> Aquela vez da enchente choveu mais de 40 dias, aquela chuvinha fina, só que não parava, o mais que parava era o meio dia, com aquela garoinha, aquela garoinha. Foi um ponto que o rio começou

> a encher, o rio tinha caixa, a água emparelhava na caixa, baixava de novo, quando dava uma pancada meio pesada subia né. Então quando chegou no último dia, um dia antes de meio dia pra tarde, ele [o rio] quis sair fora do normal, mas deu uma acalmadinha, quando foi no outro dia, que foi num domingo, amanheceu batendo água. A água chegava a fazer serração de tanta chuva. Acho que choveu umas 3 horas e meia, não sei se choveu 4, ai botou pra transbordar. Quando ele estourou mesmo já era mais pro horário da tarde já. Daí esbordou[78].

Interessante observar o detalhe referente aos 40 dias que antecederam o dia que o rio transbordou. Segundo demonstrado nesse relato, esses 40 dias foram de chuvas, o que possibilitou o "encharcamento" das terras, fato que contribui diretamente para que em pouco menos de 4 horas o rio transbordasse naquele domingo dia 24 de março. Seguramente ao citar relatos, segundo Tedesco, (2004, p. 116) "o narrador, ao contar sua vida, sua presença em fatos históricos e sociais; ao se apoderar de fatos vividos; ao relatar situações de co-presença, torna-se, então um decifrador dos sinais visíveis, os da natureza e os da história". Nessa mesma direção, Portelli (1993, p. 41) esclareceu que as "memórias são compostas de multiplicidade de imagens que constituem vários passados, vão e vêm, atendendo às solicitações do presente". Diante dessas considerações, qual importância à enchente teve para os testemunhos até então mencionados, se até o momento, ninguém havia solicitado o seu relato a respeito da enchente?

Certamente, como pessoa testemunha do acontecido, para si, em síntese, supõe-se que, como sujeito, ter decifrado os sinais visíveis de tal acontecimento que, em certa medida, quando solicitados, eram compartilhados e transmitidos. Esse ato de compartilhar determinadas memórias solicitadas compõe uma parte integrante do cotidiano ao qual estão inseridos, os diálogos com conhecidos, vizinhos, parentes, a própria família, etc.

A narração, desses e de outros fatos, que de certa forma constituem-se em uma experiência vivida, é nesse caso, onde entrelaçam-se o excepcional, o natural e o singular. São importantes não só pelo

[78] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

intercâmbio da bagagem do conhecimento, mas pela capacidade de elaboração, de reconstrução recordável e comunicável guardados na memória e transmitidos por meio da fala, do diálogo com outros. Diante desse fator, as fontes orais "exigem ser tratadas como forma de narração, de interpretação do mundo, de conferimento de significados" (TEDESCO, 2004, p. 117). Diga-se que para a história, a localização em que o Sr. Alziro encontrava-se no dia da enchente, e portanto, o seu ponto de vista, é de uma riqueza singular, pois longe dos centros urbanos que a cheia das águas atingiram – e onde a informação jornalística tinha mais vinculação – pouco registrou-se sobre a enchente. Diante disso, a memória age como um registro, compondo uma peça fundamental para história dando contorno a novas interpretações e significados. Não só o relato do Sr. Alziro configura-se de extrema importância, mas também, a particularidade do relato do Sr. Alvacir que caracteriza uma passagem única de sua vida durante os dias da enchente, e que será visto mais adiante.

Diga-se que a memória narrada representa os enquadramentos, percepções e sensações que ficam contidas, de uma forma ou de outra, como "imagens" (porque foi vista, visualizada) na mente de quem vivenciou. São formulações de "imagens" que o sujeito elabora e retêm em sua memória. Embora o passado não seja mais o presente e exista um distanciamento temporal do "ato da narração" com o tempo do acontecimento, nessa situação é preciso recordar, surgindo, assim essas enquadramentos da memória. O registro, como aqueles contidos em jornais, necessariamente envolveram a imediatismo do acontecimento, foram registrados por jornalistas no momento do evento, diferente, pois, da memória que recorda anos depois. Por exemplo, não se sabe ao certo quantas pessoas morreram em Praia Grande e nem quantas ficaram ao desabrigo, pois, não houve registro algum. Mas, só na cidade de Tubarão (diga-se a mais atingida) foram 199 mortos e mais de 60 mil desabrigados, houve um senso que contabilizou isso, constituindo o registro. Por outro lado, muitas localidades atingidas não tiveram suas vítimas contabilizadas e registradas. Na comunidade do Fundo do Rio do Boi, graças às lembranças do Sr. Alziro, depois desse longo período, descobriu-se que não houve vítimas fatais, mas em seu depoimento, como que transparecendo o que poderia ser o mais grave, narra dois episódios circunstanciais de casos que aconteceram no Fundo do Rio do Boi e na localidade vizinha chamada de Rio do Boi durante os dias da enchente:

> Aqui no fundo o pessoal ainda teve sorte, parava dentro de casa. Os únicos que tiveram que correr, foi a falecida Cecília com os filhos. A casinha dela era lá no fundo. Da casa do Lodi pra lá tem uma grotinha e ela morava mais em baixo perto do rio. Ficava bem perto do arroio, aí tinha uma menina na janela, quando viu tremeu, gritou com a mãe e correram pra rua, fazia um "barredo" assim pra cima da casa. Esse "barredo" deu uma rasteira na casa assim, derrubou e aterrou a casa. Quando a guria gritou correram pra rua. Quando chegaram na grotinha não deu pra passar. Daí detardezinha um irmão meu, vieram por cima naqueles perau até que conseguiram passar pra aqui, se escaparam só com a roupinha do corpo. Não morreu ninguém aqui, lá em baixo morreu. O falecido Praxide não tava em casa, ele o seu Nelo, tavam lá pra cima do morro trabalhando, tavam ilhado pra lá, levaram 3 dia e meio. De tarde eles conseguiram cruzar lá em baixo, daí deu riacho pra tudo que foi lado[79]

De certa forma, esses acontecimentos relatados pelo Sr. Alziro são como uma espécie de "quadros", de "imagens", que ficaram como recordações na sua história de vida. A dona Cecília faleceu no ano de 2005. Fato que impossibilitou a coleta do próprio relato de sua experiência na enchente. Alguns de seus filhos ainda lembram-se desse dia, como é o caso do Sr. Alvacir, residente nos dias de hoje no Rio do Boi. Relata-o que:

> Eu tinha uns 12,13 anos... nois tinha uma casa perto de um lajeado (tu conhece lá onde tem um espraiado?) morava pra cima do parreiral, nossa casa era pra cima ali. Daí veio a barreira, com porco e galinha e tudo, eu me escapei com um uma muda de roupa e um facãozinho. Nois morava tudo junto ali, tava todos em casa, só tinha uma mais velho que tava pra lá trabalhando com o meu pai. Dae se escapamo e fomos lá para a casa do zirinho, tinha um corguinho muito fundo. Cortei uma bananeira, daquelas figo. Cortei uma daquelas, eu e meu irmão

[79] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

> tentamos pinchar pro lado de lá. Os irmãozinhos tavam tudo encarangado. O arroio arrebentou. Colocamos a bananeirinha assim para vir por cima dela, tinha que passar com aquela bananeirinha. Botava uma perna aqui [em cima da bananeira] e depois colocava a outra lá. Os mais pequenininho nos colocava em cima, pegava pela mãozinha. A bananeira era pra nois pisar em cima, tinha uma valão, para água não bater, não cair na água. Isso foi de dia, se fosse a noite nois tinha morrido. Foi 3 mês de chuva. Saímos de casa, porque começou a tremer a casa, nois só saimo assim, não quero te mentir, como daqui ali naquele palanque [uns 10m], tinha uma cachorrinho atrás de nós, nós se afastemos, vinha o cachorrinho atrás de nós e veio uma pedra e pegou ele, olhamos para trás e cadê a casa? Perdemos a casa, perdemos tudo! Ficamos sem casa, os outros tiveram que tratar da gente. O seu Zirinho cuidou da gente até a gente fazer outra casa. Fomos morar com o Ziro. Perdemos as roças, teve lugar que ficou que nem essa pedra ai do rio. Da vizinhança só ficou as casas. Aquelas matéria que tinha, desceram tudo. Do lado de lá foi mais as grotas. A estrada ficou trancada[80].

As "imagens" que surgem nesse relato são muito impressionantes porque particularizam um vivido, dão conta de uma experiência que se passou com uma pessoa ainda na sua juventude, além do mais, demonstram detalhes relacionados às dificuldades enfrentadas no cotidiano, particularmente, em dias extraordinários como esses. Demonstram os estragos ocasionados pelas chuvas, além de tudo, sinalizam que a comunidade no estágio em que encontrava-se não estava preparada e nem esperava um acontecimento dessa magnitude. Tanto que, segundo o Sr. Alvacir, a enchente praticamente pegou todas as famílias de surpresa. Finalmente, esses relatos transmitem as sensações e também emoções sentidas por essas pessoas. Para esses dias e para os dias que seguiram-se após a enchente, o Sr. Alziro ainda lembra-se de outros episódios que talvez, dado a ocasião, proporcionou devidas angústias:

[80] Entrevista realizada com o Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco, 53 anos, em 31 de outubro de 2013.

> Ali foi uma teima, não ruindade, nem bondade. Mas infelizmente tem umas pessoas que não atende os outros. Ali bem de frente a uma casinha que tem bem na beira da estrada, perto da lavoura do seu Nenê da dona Miroca. Fica perto da barranca do rio. É da ponte de arame pra lá um pouco. Então, do outro lado do rio ali, morava uma mulher que se chamava Maria Macuca, é por apelido. Então morreu ela e o filho na enchente. O falecido Zé Abelo tentou a tirar, e ela não obedeceu. Lá no fundão se escaparam tudo[81].

As imagens da enchente são bem vivas na memória desse senhor. Obviamente que nem tudo ele presenciou, mas certamente, muitos comentários e histórias eram socializados e compartilhados entre os diferentes membros que compunham as comunidades afetadas pela enchente durante esse período. A notícia da morte sempre é muito marcante. Nessas zonas rurais do interior é muito comum esse tipo de notícia espalhar-se. Elas marcam uma data, um período, um acontecimento. No que diz respeito a sua família nada de grave aconteceu, a não ser os estragos relacionados à lavoura. Segundo ele, quase tudo se perdeu. Explicando como a comunidade ficou depois da enchente, o Sr. Alziro ainda lembra que:

> Foi de dia, lá estragou tudo, a roça, o pior de tudo foi a estrada. Até lá no fundo na última morada já ia *jeep*. A estrada parelhinha ia até o fundão. Era viajante que ia para lá, vendedor, os mascate como falavam antigamente. Então eles iam lá no fundão vender roupa. Os moradores já era mais carro de boi, nem tanto carroça, é mais cargueiro de mula. É porque se tinha que pegar o morro não precisava ficar ajeitando outra coisa. Então já tinha os cargueiros né. Arrumava aqui e tocava direto pra casa. Mesmo depois que fizeram aquela estrada, mais era o cargueiro que usava"[82].

---

[81] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

[82] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

Até o momento desse relato havia uma pertinência sobre a criação do parque nacional em 1959 e a anexação da área catarinense em 1972, condizente como sendo um dos motivadores para o fim da comunidade. Parecia claro que um dos motivos para o desaparecimento da comunidade era a chegada das leis ambientalista e a desapropriação das terras proporcionadas pelas ações do parque, tais como aquelas enfrentadas pelos moradores de cima da serra, iniciada 15 anos antes. Interessante observar que o Sr. Alziro reside na localidade até os dias atuais, passando por esses eventos, o que possibilitou a ele criar suas interpretações sobre acontecimentos ocorridos na comunidade. Sobre esse motivo, segundo ele, "até eu digo pra turma que o que atropelo a turma não foi o IBAMA[83]". Mas sim os estragos proporcionados pela enchente:

> Dae o pessoal começaram a sair né. As estradas perdeu tudo, ia carro de boi lá. O pessoal ficaram amedrontado com aquilo tudo. Daí começaram a correr e foram correndo né, foram abandonando[84]

O IBAMA para ele é uma referência às imposições feitas por essa instituição com a finalidade de assegurar a proteção das áreas naturais naquela localidade, o que para os moradores, significavam uma série de leis e proibições. Mas como demonstrado por seu relato, foi a enchente o grande causador e "forçador" do deslocamento dessas pessoas. Diga-se, que a enchente foi o estopim para as pessoas começarem a pensar no seu futuro e subsistência, agora introduzindo outras possibilidades a suas vidas, outros horizontes de expectativas diferentes daqueles em ficar ali naquele local. Até porque, como foi visto no tópico anterior, as leis chegaram de "mancinho", ou seja, não foram uma imposição de imediato, mas a enchente, por outro lado, e seus estragos foram uma imposição imediata. Foi a situação precária em que as famílias encontraram-se após a catástrofe que, como causa, fez com que as famílias, integrando-se na sociedade de uma forma diferente, buscassem novas condições de vida. Ainda vale lembrar que segundo seu Zirinho:

---

[83] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

[84] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em abril de 2010.

> Ali teve duas coisas que atropelô. Não foi tanto o IBAMA. Foi a coisa mais engraçada. O que fez o pessoal correr mais rápido, deixou mais pavoroso foi a enchente de 1974. E acabou com tudo, com estrada e tudo. Aquelas grotinha que tinha, tinha lugar que não dava para passar. Os mato onde eram criado os porcos, nas grotas teve barranco que olha, nem sei se bicho com unha subia! O pessoal ficou isolado tipo assim, ai corrêro tudo![85]

Percebe-se claramente que o motivo principal da mudança das famílias foi por uma necessidade decorrente dos estragos da enchente. As famílias aos poucos foram retirando-se daquele lugar. Muitos migraram para o vale mais abaixo, outros para a cidade em busca de novas oportunidades, outros não se sabe o destino. Não foi possível, nesta pesquisa, encontrar uma imagem dessa localidade no período posterior à enchente de 1974 para mensurar os estragos matérias decorrentes. No entanto, a título de comparação, nas imagens da enchente de 1995 (anexo E), é possível observar os estragos proporcionados na encosta da serra, em uma região muito semelhante, entretanto as imagens são da enchente ocorrida no ano de 1995. Se sabe, e de acordo com relatos de pessoas que presenciaram essas duas enchentes, a enchente de dezembro de 1995, em potencial, dizem, foi menos agravante do que a de 1974. Nessas imagens em anexo é possível ter uma ideia da dimensão dos estragos proporcionados por deslizamentos de terras nos vales da Serra Geral.

Depois do ocorrido de 1974, como lembrança do rio, o que ficou para Zirinho foi a de um olhar voltado para o sustento que o rio proporcionava:

> Olha rapaz eu fiquei com tanta raiva daquela enchente que não consigo nem lembrar. Esse nosso rio aqui era o mata fome da pobreza. Porque o pessoal morava aqui, plantava, criava, mas não era toda hora que dava pra ir lá buscar um quilinho de carne, se ele fosse lá, ele ia pagar mais caro. Então o que eles faziam? Iam para o rio, dentro de meia hora eles conseguiam uma carne para comer duas, três vezes, o peixe né. Tinha peixe aí que te digo,

[85] Relato do Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, último morador do Fundo do Rio do Boi, entrevista concedida em março de 2010.

> eu não posso nem lembrar rapaz! Era Jundiá, era Pintada, aquela Violazinha, tinha o Lambarí, tinha cada moça de uma Piava! Era um paraíso! No remanso, num dia de sol como hoje, tu chegava lá tipo umas 10h tava aquele cardume pra cima e pra baixo, chegava dá um brilho por debaixo da água de tanto que tinha[86].

Essa fala do Sr. Alziro é no mínimo questionadora, visto que a prática de pesca no Rio do Boi não é mais tão comum como antigamente. Mas pelo que o relato dá a entender era uma prática corriqueira entre os moradores da comunidade. Se isso é bem verdade, leva a crer que a enchente entre outras mudanças, provavelmente, inibiu a pesca por fatores de ordem biológica e geofísica naturais, sendo que, possivelmente a mudança no curso do rio produziu alterações nos *habitats* de algumas espécies de animais, principalmente os peixes, prejudicando a pesca. Visto isso, os impactos da enchente, além dos impactos ambientais – erosão do solo, deslizamento de terra, alterações do curso do rio e aprofundamento das ravinas e córregos, entre outros – acarretaram em mudanças sociais e relacionaram-se não só ao presente como ao futuro das famílias que ainda compunham a comunidade no ano de 1974.

Neste sentido, foi a enchente que mais contribui para a migração daquelas famílias. Até porque, uma das consequências geradas após esse tipo de desastre ambiental é a consequente migração que as famílias atingidas foram levadas a fazer. Levando a cabo, neste caso, a economia das famílias ficou em situações precárias, consequentemente, as pessoas foram saindo à procura de novas oportunidades de trabalho. Dessa forma, leva-se em consideração que o lugar em que habitavam foi alterado consideravelmente para iniciar novamente o processo de plantio e colheita, todo processo da agricultura necessita de tempo e do tempo certo da semeadura. Como se diz no ditado popular, essas famílias haveriam de "começar os trabalhos do zero!". E levando em consideração o contexto social das pessoas moradoras do Fundo do Rio do Boi, percebe-se que as dificuldades enfrentadas foram muitas. Começando pelos estragos nas roças que garantiam a vida e a economia do lugar, sem mencionar a

[86] Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em setembro de 2008.

questão da circulação monetária, da necessidade de conseguir dinheiro para reaver e consertar os bens destruídos.

Entretanto, resta uma dúvida. Passados alguns anos após a enchente de 1974, porque algumas famílias já reestruturadas não retornaram à localidade da extinta comunidade?

Uma década ou até em menos tempo, o solo erodido recupera-se consideravelmente, tendo em vista que, não houve uma exposição integral do solo, o que favorece a sua recuperação. Outra questão é que nesse tempo, muitas famílias já reintegradas em outras regiões poderiam retornar para àquelas terras possibilitando o trabalho e novos plantios. De certa forma, é a partir deste questionamento que se pode aproximar os acontecimentos de 1959, do ano de 1972 e o de 1974 dando sentido a essa história. Respectivamente, a criação do parque nacional, a anexação das terras catarinenses e a grande enchente. Visto que, como dito, a partir da aproximação desses acontecimentos, começa-se a ver a enchente como uma espécie de "catalisador" ou motivador principal, da saída das famílias da comunidade e desmonte dos engenhos. Entretanto, pode-se situar a criação do parque junto à introdução das leis ambientais mais severas (a partir da anexação das terras de 1972) como o "bloqueador" do retorno dessas famílias a suas antigas terras, ou seja, coube a criação do parque a tarefa de manter essas pessoas longe daquelas terras que outrora fora o espaço de trabalho e experiência. Sendo que agora, os roçados não eram mais compatíveis com o manejo adequado para a preservação integral da natureza e do parque nacional. Portanto, se a enchente "forçou" a migração dessas pessoas antes das devidas indenizações previstas, deveu-se à criação do parque a função de manter aquela área protegida e afastada do manejo agrícola, que bem poderia ter ressurgido após a recuperação das terras depois de 1974. Mas os tempos já eram outros.

4.3 A MIGRAÇÃO E O DESAPARECIMENTO DA COMUNIDADE

> Os deslocamentos de população no Brasil tiveram um período intenso, que foi marcado pelos anos 1960-1980, quando grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação da urbanização e caracterizando áreas de expulsão ou emigração. (OLIVEIRA; ERVATTI; O`NEILL, IBGE, 2011).

Há vários fatores que explicam o êxodo rural no Brasil, o qual vem ocorrendo com maior ou menor intensidade, sobretudo, desde o final da década de 1950[87]. Levando em conta que o espaço urbano, principalmente a partir da década de 1970, seduziu não só os seus habitantes por promessas as mais diversas como também pessoas oriundas das zonas rurais. As novas formas de renda e trabalho, saber, lazer, saúde e cultura misturaram-se e deram novas tonalidades aos seus espaços, de modo a transformar a cidade em ambientes atrativos para aqueles que chegam.

Uma das formas de interpretação está associada às dinâmicas que os espaços rurais e urbanos proporcionam aos seus habitantes. Se o espaço rural define-se pela dispersão, o espaço urbano existe tecido na aglomeração, na conjunção, na geometria das continuidades de ruas, casas, avenidas, porém, interceptadas pelos desejos, afetos, prazeres e desprazeres daqueles que a habitam. Assim, o cimento, o asfalto, a eletricidade, as antenas de tv, os automóveis e as facilidades da estrutura urbana passaram a ser um desejo dentro das combinações mediadas pelo imaginário que tece a vida humana. Por que as cidades transformaram-se no espaço privilegiado do *habitat* humano e têm sido uma pergunta que mobiliza investigadores das mais diversas áreas. Da literatura à economia urbana encontra-se diversas formas de abordar esse fenômeno da sociedade moderna, que é a cidade.

Outra forma já discutida dentro das ciências sociais é pelo fato de que a chamada modernização do campo brasileiro foi realizada com base em um modelo concentrador de renda. Tal processo, ao mesmo tempo em que eleva a produtividade, inviabiliza as pequenas e médias propriedades rurais. Portanto, o êxodo rural configura, nesse sentido, a impossibilidade de um contingente significativo de pessoas de

[87] Somando-se o impulso recebido pela expansão do mercado nacional à estrutura produtiva razoavelmente variada, abre-se em Santa Catarina uma fase de diversificação e ampliação da base produtiva que se dá entre 1945 e 1962. Os setores tradicionais de madeira, carvão, alimentos e têxteis se expandem, enquanto surgem novas indústrias, como a de cerâmica, a de papel, papelão e pasta mecânica e a metal-mecânica. É nesse contexto que o capital mercantil se metamorfoseia para o capital industrial, gerando um novo alcance para a acumulação e concentração de capital no Estado. No Brasil esse processo se dá a partir de 1930. Goularti Filho (2007) atribui como causa desse "atraso" a baixa capacidade de acumulação e a desintegração econômica existentes em Santa Catarina. (MIOTO, 2008, p. 32).

produzirem sua existência e a sua experiência, seja como trabalhadores autônomos em suas terras, seja como assalariados.

Alguns teóricos do assunto tratam esse fenômeno como um fator de "desigualdade social". Segundo Paul Singer (1998, p. 158), o problema central estaria relacionado com às "desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança e fatores de estagnação".

Entretanto, também há existência de motivações familiares internas relacionada por vezes às decisões tomadas. Ou seja, a decisão de migrar para a cidade, tal como a decisão de migrar para outro país, é, normalmente, uma decisão da família, discutida no quadro de uma comunidade mais ampla. Essas escolhas podem ser vistas como parte da estratégia familiar para minimizar o risco econômico e assegurar contra as ameaças contra a viabilidade do agregado familiar. Todavia, em muitos casos, a decisão é motivada tanto pela necessidade como pela escolha. Ou seja, a decisão estaria condicionada a um "jogo" ou uma "balança" no qual aquilo que pesa mais desencadearia as decisões a serem tomadas. Diante dessa breve introdução teórica vai-se ao caso em questão.

A enchente de 1974 marcou profundamente a vida não só dos moradores do Fundo do Rio do Boi como as centenas de pessoas que se viram vitimadas pelas forças descomunais das águas na região. Conforme as descrições de quem presenciou tal tragédia, após a passagem das águas essas áreas "semi-declivosas"[88] ficaram parcialmente destruídas em condições inapropriadas para as práticas dos trabalhos na agricultura. Sendo que, na maioria dos casos, a renda familiar provinha dos trabalhos agrícolas. Essa situação das roças e estradas parcialmente destruídas, de certa maneira, contribuiu para que as pessoas repensassem alternativas de trabalho e renda que fugia do modo da perspectiva rural. Uma dessas alternativas demonstrou ser o deslocamento, a mudança para outra localidade. O destino poderia ser tanto uma comunidade vizinha ou as partes urbanas das cidades e até mesmo capitais como Porto Alegre.

Não foi possível localizar todos os moradores que residiam na comunidade no ano de 1974, mas sabe-se que aquelas terras eram ocupadas por famílias que trabalhavam no plantio de uma variedade de alimentos e que engenhos ainda mantinham-se produtivos. O que foi

[88] Nomenclatura utilizada por peritos do IBAMA no processo 02023.002775/2005-8, referente à Retirada de Ocupantes da Área do Vale do Rio do Boi.

possível a esta pesquisa demonstrar é um comparativo baseado nos depoimentos do Sr. Alziro com os documentos impressos no relatório fundiário da empresa COATSUL do ano de 1986. Nesse relatório estão contidas as cartas cadastrais dos ocupantes dessa área no ano de 1985. O interesse dessa comparação parte da justificativa levantada pelo Sr. Alziro ao informar sobre aquilo que mais dificultou a vida para os moradores foi, no caso, a enchente. Em um intervalo de aproximadamente uma década depois da enchente de 1974 a comunidade já demonstrava-se muito diferente àquela das lembranças da memória do Sr. Alziro. Portanto, nesse item buscar-se-á informar a trajetória das pessoas que foram "desfazendo-se" de suas "propriedades" durante esse período que vai de março de 1974 ao ano de 1985.

Tudo indica que a vida rural na segunda metade da década de 1970, começou a sofrer demasiadamente influência das áreas urbanizadas. Neste sentido, é importante observar que, paralelo a esse período, o país atravessava um processo acelerado de urbanização e industrialização, fato que gerava uma expectativa muito grande. Segundo o Sr. Alziro, "sem serviço os mais novos corriam"[89] e que havia de fato um interesse pela "mordomia" provocadas por essa onda de industrialização e dos bens de consumo que começavam a invadir os lares. Ainda segundo Sr. Alziro, "a mordomia vai dinheiro e a lavoura não dava para isso, não tinha como. A parte mais nova ia saindo, quebrava pedra na cidade ou ia para Porto Alegre"[90]. Imagina-se que por essa época havia alguma expectativa correlacionada aos novos empregos oferecidos na cidade (carteira assinada por exemplo), diferentes daqueles trabalhos que esses moradores mantinham, como é o caso da agricultura.

Outra questão importante de salientar durante a década de 1970, foi que com a desapropriação das fazendas e das madeireiras no alto da serra, mudou substancialmente, o modo de vida dos trabalhadores roceiros do Fundo do Rio do Boi, já que o trânsito de subir e descer a serra para negociar os produtos estava diminuindo, visto o desaparecimento das estâncias e serrarias que mantinham esse consumo dos produtos da roça. E também porque, com a Serra do Faxinal aberta para o trânsito de automóveis, a grande maioria dos produtos da região passaram a circular

---

89 Entrevista realizada com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em 04 de setembro de 2013.

90 Entrevista realizado com o Sr. Alziro Borges Ribeiro, 78 anos, em 04 de setembro de 2013.

por essa estrada, acabando de vez, com o papel fundamental que as trilhas e picadas mantinham na ligação do litoral com a serra.

Como destacado, não foi possível fazer um levantamento de quem e quantos moradores estavam na comunidade por essa época. Mas de acordo com os documentos encontrados no relatório da COATSUL foi possível mapear as famílias que foram indenizadas legalmente pelo IBDF ou cadastradas a fim de desapropriação da área para a implantação do parque. Curiosamente, o parque foi inaugurado oficialmente em 08 de dezembro de 1981, o que se supõe que houve muita especulação relativa às terras que seriam indenizadas, até porque, tanto que o então Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Amaral de Souza, quanto o presidente do IBDF, nesse ano, enfatizaram suas posições em favor da preservação do meio-ambiente. No seu discurso de inauguração o governador salientou: "que não existe contradição entre progresso e desenvolvimento"[91]. Ao passo que Mauro da Silva Reis, então presidente do IBDF informou:

> O próprio Presidente Figueiredo deu prioridade no início de seu Governo as áreas de preservação permanente. "A nível de IBDF a nossa prioridade é da regularização fundiária e implantação de parques nacionais, entre as quais os Aparados da Serra, cuja beleza excepcional, o valor científico e cultural, são inegáveis e nos levam a procurar um acordo com os proprietários a fim de pagar as áreas pertencentes a reserva sem prejuízo[92].

O presidente do instituto termina seu pronunciamento dizendo que os Aparados da Serra é um "bem" não só para o Rio Grande do Sul, mas um "bem" para toda a humanidade.

Nesta mesma época, jornais já renomados como a Folha de São Paulo[93] também destacaram as prioridades do IBDF relacionado à regulamentação fundiária destacando que "50% da área já estavam desapropriadas" e assim como outros jornais da região que o órgão já dispunha de "Cr$ 60 milhões em caixa para fins de indenizações"[94]. Essas notícias foram publicadas em muitos jornais, o que leva a supor que

[91] Jornal Zero Hora de 08, dezembro de 1981.
[92] Jornal Zero Hora, 09 de dezembro de 1981, p. 24.
[93] Jornal Folha de São Paulo, 08 de dezembro de 1981.
[94] Jornal Zero Hora, 03 de dezembro de 1981.

pessoas mais informadas (inclusive e principalmente pessoas de fora da comunidade) ficaram sabendo desses interesses relacionados àquelas terras.

No relatório da COTASUL foi possível encontrar o cadastro de 12 proprietários dentro da área que configurava a antiga comunidade em 1985. Nos anos que seguiram à inauguração do parque, respectivamente o ano de 1982, ambos residentes da vila Rio do Boi, Aldair Martiminiano Ferreira e sua esposa Fredolina e Agenor dos Santos Ferreira e sua esposa Zenaide venderam suas terras (cadastro número 158) ao IBDF em setembro deste ano[95]. O cadastro 158 como pode ser visto no mapa do "Levantamento Cadastral de Posses e Propriedades do PARNAS" (anexo F), onde representa quase toda a extensão da área da comunidade por onde estendeu-se a sua porção Sul (Morro do Facão). O total de terras desse cadastro, vendidas ao IBDF, foi de aproximadamente 148.551,00 hectares, contendo 03 benfeitorias (casas de madeira), mais os anexos dessas benfeitorias.

No outro lado do vale (porção Norte – Serra do Faxinal), o Sr. Alziro entrou com uma procuração em 28 de fevereiro de 1983 e com os Autos de Usucapião em 03 de março de 1983, tendo os Vistos dos Autos (reconhecimento) das suas terras (83 hectares), correspondente ao cadastro 018, em 15 de setembro desse mesmo ano. Também no ano de 1983, os vizinhos de estrema do Sr. Alziro, respectivamente Laudilino Ferreira da Rosa e sua esposa Andradina que ainda residiam na comunidade de Fundo do Rio do Boi, também entraram com as procurações e os Autos de Usucapião de suas terras em 18 de abril de 1983 (cadastro 020). Venderam suas terras (107 hectares) para o IBDF em 10 de outubro de 1984.

Para o ano seguinte, em 1984, foi a vez dos moradores do vale Sul, Paulo Manuel de Guimarães e sua esposa Maria Celina que por essa época já residiam em Esperança, distrito de Praia Grande. Bem como, Otílio Manoel de Guimarães[96] casado com Santina que já residiam em São Bráz, distrito do município de Torres, entrarem também com os Autos de Usucapião de suas terras em 22 de agosto de 1984. Nessa mesma data João Martins e sua esposa Enoy Hoffmann que, ainda residiam na comunidade de Fundo do Rio do Boi, também entraram com os Autos de Usucapião. Em 25 de janeiro de 1985 as terras (101 hectares), foram

[95] O título dessas terras foi adquirido mediante processo de Usucapião em 24 de agosto de 1982.
[96] Otílio era filho de Manoel Monteiro de Guimarães e Acácia Ribeiro da Silva.

compradas pelo IBDF. Juventino Pacheco Procópio, também morador da comunidade vendeu suas terras (cadastro 032) com um total de 161 hectares em 1985. Percebe-se claramente que durante esse período, as indenizações foram relativamente rápidas, visto que, no caso do Sr. Alziro, depois de um ano após os Autos de Usucapião, parte de sua propriedade foi indenizada. A outra parte não indenizada corresponde a uma porção de terra (cadastro 030), localizada no vale Sul da comunidade reivindicada como propriedade do Sr. Alziro.

O caso mais curioso dos processos de desapropriações das terras deu-se em relação ao cadastro 022, que consta como proprietário o Doutor João José de Matos e Antônio Valadares Schimidt Pioner. Ambos eram residentes em outras cidades, sendo o primeiro médico e o segundo advogado, ou seja, nunca exerceram a profissão de agricultores naquela localidade. No entanto, uma antiga moradora, a dona Cecília, que já havia sido mencionada pelo Sr. Alziro como residente da comunidade muito antes da enchente de 1974. Seu filho Alvacir, relata o episódio que essa senhora perdeu a casa devido a um desmoronamento (ver página 149) e do qual afirmou que seus avôs já haviam morado na comunidade antes de seus pais mudarem-se para aquelas terras. Outra informação transmitida pelo Sr. Alziro é que o avô do Sr. Alvacir era o Sr. Apolônio que está como um dos pioneiros da comunidade no mapa de memória descrito pelo Sr. Alziro.

A Sra. Cecília Rodrigues Pacheco entrou com uma um pedido dos Autos de Usucapião em 06 de dezembro de 1984. Só que, como consta nos anexos do Relatório Final da empresa COTASUL, essa gleba de terras foi de propriedade do Sr. Abel Esteves de Aguiar que, por sua vez, também possuía terras no alto da serra até pelo menos a ano de 1977, quando ocorreu o arrolamento de suas terras em 25 de outubro deste ano, devido ao seu falecimento, com fins da partilha de sua herança. Como consta na matrícula da propriedade, a Sra. Eduvirgem Cardoso de Aguiar, mulher e herdeira do Sr. Abel, dezesseis dias depois do arrolamento, no dia 20 de dezembro de 1977, negociou e vendeu a quantia de 384 hectares localizados no Fundo do Rio do Boi aos Senhores João José e Antônio Valadares. No desenrolar dos fatos, essa propriedade foi indenizada pelo IBDF em 15 de dezembro de 1980. Curiosamente, foram os primeiros proprietários a serem indenizados nessa área destinada ao parque, muito antes do que os primeiros moradores antigos fossem indenizados. Isso possibilita crer que os próprios moradores da comunidade tinham dificuldades em receber informações quanto a esses interesses por parte

do IBDF. Mesmo porque, como demonstram as procurações, essas terras e seus proprietários não detinham documentos legais.

Ainda de acordo com o levantamento da empresa COTASUL, a Sra. Cecília possuía um cadastro, o de número 034, mas sem medição e plantas. Sendo que, a alegação que descreve sua propriedade corresponde à parte das terras do cadastro 018, 020 e 022. Desta forma, o que pode ter ocorrido é que ela, juntamente com a sua família, "eram posseiros de terra de terceiros"[97]. Esses provavelmente receberam indenizações por terem apresentado títulos sobre as mesmas, como foi o caso do Sr. João e Antônio. Houve de fato, um descompasso na forma como o IBAMA levou o caso, com a alegação que os moradores desse cadastro fizeram.

A respeito dessa questão, para finalizar, antes da Sr. Cecília entrar com os Autos de Usucapião, em 11 de julho de 1984, o Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio dá o parecer que "não tem condições de informar" se o terreno em questão "está ou não registrado em nome de alguém"[98]. Em 12 de abril de 1985, o Prefeito de Praia Grande, João José de Matos – o mesmo que havia sido indenizado 5 anos antes – envia um ofício (Nº 080/85) da própria prefeitura ao Dr. Osíris do Canto Machado, Juiz de Direito da Comarca de Sombrio, alegando que "cumpre informar a Vossa Excelência que o IBDF já desapropriou uma área de terra correspondente a 80 hectares no local denominado de Fundo do Rio do Boi". Termina o ofício relatando que "aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima consideração"[99]. Estendido esse episódio, em 11 de junho de 1985, em um ofício ao mesmo Juiz, a Sr. Cecília, por intermédio de seu advogado Alírio Manoel Cândido, informa que "está ocorrendo um equívoco por parte da Prefeitura Municipal de Praia Grande ao oficiar a este juízo informando que a área já teria sido regularizada e vendida ao IBDF". Ainda informa que havia sido emitido uma certidão afirmando não saber se as terras está ou não no nome de alguém e que a "prefeitura sem objetivo está prejudicando enormemente a requerente"[100].

---

[97] Processo 02023.002775/2005-8, referente à Retirada de Ocupantes da Área do Vale do Rio do Boi, p. 01.

[98] Levantamento cadastral das posses e propriedades do Parque Nacional de Aparados da Serra. Anexo 802. Do Relatório Final – COTASUL, 1986.

[99] Levantamento cadastral das posses e propriedades do Parque Nacional de Aparados da Serra. Anexo 808. Do Relatório Final – COTASUL, 1986.

[100] Levantamento cadastral das posses e propriedades do Parque Nacional de Aparados da Serra. Anexo 809. Do Relatório Final – COTASUL, 1986

Estranhamente, o caso encerrou-se por aí. A dona Cecília falece no ano de 2005 sem receber indenização alguma. Nenhum de seus filhos receberam indenizações, sendo que um de seus filhos, Elodir, também entrou com o pedido de Autos de Usucapião em 1984. No Relatório Final da COTASUL (anexo 815), em um breve "Informações Complementares ao Cadastro Nº 034", concluiu-se que "nenhuma posse ou propriedade pode ser relacionada a ocupante e nem poderá ser deferido seu requerimento de usucapião". Aproximadamente 20 anos após esse episódio, em outro parecer, o Analista Ambiental do IBAMA/RS Sérgio Arraes Monteiro, relata que tanto a dona Cecília, já com 86 anos, quando seu filho Elodir "não tem condições legais para afirmar ser legitima a posse [...] mas tem razão no que tange à contestação dessa posse, que nunca se deu judicialmente". Na sua conclusão, afirma que resta uma questão, a dê que talvez exista "uma probabilidade de serem contemplados pela justiça com a inscrição da área em seus nomes, por haverem o ex-IBDF e o IBAMA se omitidos no exercícios de suas funções gerenciais [...] sendo inclusive notável a ausência e o silêncio do órgão nos processos de usucapião"[101]

Todo esse desenrolar demonstra que as péssimas condições em que encontravam-se os moradores após a enchente, somadas às dificuldade de informação e comunicação, retardou a regulamentação e aquisição dos documentos legais de título da terra. Ou na pior das hipóteses, que terceiros estavam aproveitando-se da situação em que alguns moradores encontravam-se, desamparados e desinformados quanto aos processos que legitimavam a posse de terra, agindo dessa forma, de má fé.

De fato, o que observou-se, foram algumas peculiaridades da ocasião que foi desmantelamento da comunidade. Muitos dos "proprietários" antigos, supõe-se, negociaram suas terras a outros, como foi o caso do comprador Aldair Maximiliano, também conhecido como Aldair Ventura, que praticamente barganhou o vale Sul da comunidade (cadastro 158). Ou como exemplificado anteriormente, a compra das terras por parte das pessoas de fora, por pessoas das cidades. Sabendo que as terras seriam indenizas (publicação no Diário Oficial da União em 1972, referente à anexação das terras catarinenses), empenharam-se em adquirir algumas terras dos antigos posseiros, para anos mais tarde, serem de direito os indenizados das terras.

[101] Processo 02023.002775/2005-8, referente à Retirada de Ocupantes da Área do Vale do Rio do Boi, p. 08.

O fato é que, quando do relatório da COATSUL, entregue ao IBDF em 1986, a lista de cadastrados continha apenas quatro proprietários daquelas famílias antigas, respectivamente o Sr. Jucentino Pacheco, o Sr. Laudilino, o próprio Sr. Alziro e a Sra. Cecília, que não conseguiu provar oficialmente seus direitos. Os demais foram negociadores que adquiriram essas terras após a enchente de 1974, como o caso do Sr. Aldair (mas esse ainda tinha interesse de tocar as produções nos engenhos), o Dr. João Matos e o advogado Antônio Valadares.

Diante desses fatos, abre-se uma questão. Houve uma mudança em relação à organização da comunidade? E, podem-se somar esses acontecimentos com as mudanças estruturais (leis ambientais e crescimento industrial) que o país vinha passando?

Nitidamente, todo o processo da constituição de leis ambientais (1930-1970), agregados à criação de parques e ampliadas principalmente depois da década de 1950, vão acarretar em novos comportamentos na zona rural onde a instalação dessas áreas era alvo. Principalmente porque, o alvo dessa legislação e dos parques estavam em perímetros das zonas rurais que ainda detinham uma riqueza ambiental ímpar, somadas às belas paisagens. Passou-se dessa maneira, em determinado momento, a haver uma preocupação com a preservação do meio ambiente. Ações que surgiram em meio ao processo complexo de industrialização e urbanização brasileira. Com isso, esperava-se que os residentes das proximidades dos parques passassem a saber e a comportarem-se conforme as leis estipuladas. Com isso, por exemplo, notou-se a diminuição das interações que os roceiros mantinham com as fazendas do alto da serra, prejudicando, em certa medida, a subsistências dessas famílias.

A maioria das teorias relacionadas à preservação ambiental foi oriunda de uma literatura das cidades, ao qual o morador "rústico", por assim dizer, não estava preparado para enfrentar e nem era visto com bons olhos, recaindo sobre eles, parte da culpa pela destruição do ambiente. Logicamente que a constituição dessas áreas destinadas à preservação, formavam na época, uma parte diminuta da área territorial da nação. Talvez, repouse aí a negligência que as instituições responsáveis pela criação e instalação dos parques quanto a dezenas de posseiros que viviam dentro do parque e nos arredores destes lugares.

Junto a essa perspectiva e mais precisamente durante o recorte abordado nesta pesquisa (1940-1986), o crescimento urbano e industrial do país que, mais tarde também vai refletir na mecanização do campo, trouxe uma mudança no comportamento das famílias brasileiras,

motivados pela onda de bens de consumo e informação que passaram a chegar nos mais distintos lares dos rincões brasileiros. Diante disso, mesmo alguns moradores não mais residindo no Fundo do Rio do Boi, mas com o processo de Usucapião em voga, poderiam enxergar no processo indenizatório proposto pelo parque como uma oportunidade de adquirir dinheiro investindo-o em uma forma que mudasse o jeito em que viviam.

Além desse olhar interno relacionado às particularidades do lugar e das pessoas é importante destacar que a industrialização e a modernização por esse tempo são, portanto, pontos extremamente importantes para entender a migração através do olhar histórico. Pois pressupõem, além da atividade industrial, uma concentração de pessoas e serviços em um mesmo espaço (uma mudança, por exemplo, relacionada à renda e salários no qual as cidades demonstraram-se ser mais seguras e estáveis em relação a essa questão econômica e social), somados, ainda mais, à fragilidade econômica ocasionada pelos estragos da enchente.

Volta-se então à problematização apontada por Paul Singer, que o problema central estaria relacionado com as "desigualdades regionais", que seriam o motor das migrações internas. Nesse caso estudado, se é verdade que o estopim da migração foi a situação posterior a enchente e assegurada por essa mudança relacionada ao uso do solo, o parque, que manteve as pessoas distante daquele lugar ao ponto de vendê-las ao IBDF. Tem-se assim o que Singer (1998, p. 158) falou sobre o lugar de origem, ao qual surgem os fatores de expulsão, que como já dito, "se manifestariam de duas formas: fatores de mudança" – determinados neste caso pela introdução de novas relações com a terra, ou seja, da preservação ambiental e o aumento da oferta do trabalho em outras localidades, no caso, nas cidades gerando uma redução do nível de renda e trabalho no campo. E aos "fatores de estagnação", também apontados por Singer (1998, p. 158), "associados à incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra", visto na situação pós-enchente. Decorre daí vários motivos, entre eles; uma pressão populacional sobre as terras que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por grandes proprietários ou como vistas aqui, devido a uma catástrofe ambiental que limitou o uso produtivo das terras, fonte primordial do sustento e renda dessas famílias.

Neste caso o cerne da pesquisa, tratou de focalizar as peculiaridades enfrentadas por essas pessoas, entre elas as família da dona Cecília e Angelina, assim como a do Sr. Alziro e o Sr. Izildro, ao qual

residiram na comunidade do Fundo do Rio do Boi, associadas às mudanças que aconteciam no país. O Sr. Alziro e seu sobrinho Elodir, o Lodi, filho da dona Cecília (moram em casas separadas), continuam como os últimos moradores na comunidade. Essa etapa que se traduz no paradeiro das famílias, contribui essencialmente, para uma leitura sociológica rural baseado no destino desses migrantes. Neste caso a pergunta seria: essas pessoas que migraram mantiveram suas ocupações na roça em outras regiões? Ou demandaram-se para as cidades por exemplo, e encontram outras ofertas de emprego? Mas essa é outra tarefa, limitada pelas fontes utilizadas nesse trabalho.

Figura 13 - Detalhes da casa do Sr. Alziro

Fotos: Frank Lummertz, 2008; Carolina França, 2013.

4.4 AS RUÍNAS E A MEMÓRIA

"Ao olhar o fragmento, percebe-se o encanto dos restos que, mesmo em tal estado, contam com algo a dizer e a representar. Aquilo que foram e aquilo que são no presente desperta toda uma poética que exaltam os sentidos". Com esta expressão romantizada em relação às ruínas, a historiadora Anna Maria de Lira Pontes (2010, p. 46) conduz seu estudo a uma perspectiva que avalia o conhecimento arraigado na ruína pelo fragmento, que "apesar de mutilado, conta com seu peso de representação. Não é mais apenas algo que sucumbiu com o tempo, mas um meio de se obter conhecimento de um passado que se intenta examinar ou mesmo rememorar" (PONTES, 2010, p. 46).

Isso quer dizer que ao tratar as ruínas como testemunho do tempo para o ser humano – incompleto em seu aspecto físico, mas representativo em sua historicidade – merece para si ações de conservação. Numa primeira instância as ruínas, em si, representam o seu uso e edifício inicial, mas também emergem enquanto símbolos e marcas do tempo que se passou até o momento presente. Portanto, entre a memória e a preservação de lugares que se fazem de algum modo representativos para as sociedades a que pertence, o "patrimônio em ruínas é, por si só, contraditório, já que reuni num único bem destruição e preservação" (PONTES, 2010, p. 46).

Destruição porque aquilo que um dia foi não o é mais. E preservação por aquilo que persiste em manter no tempo por meio das lembranças que ela evoca, tal como a memória que o sujeito traz à tona quando quer falar do passado, expressão máxima do querer recordar. Desde a modernidade, uma experiência das sociedades em manter conhecimento, foi conservar do passado aquilo que o é útil no presente, adquirindo tal importância, também, de perpetuar para as gerações futuras.

Diante destas premissas e ressalvas sobre a produção de conhecimento a partir das representações configuradas nos artefatos em ruínas, é notório, que a presença destas no tempo, quer dizer algo. Qualquer caminhante que enfrentar o trecho de "trilha" que um dia foi a estrada que conduzia à antiga comunidade do Fundo do Rio do Boi, depois de uma bela contemplada nas subidas, descidas, travessias de córregos e muitas árvores, perceberá as marcas sob esse teto verde. São as marcas daquilo que um dia foi a morada e o espaço de trabalho de um grupo populacional durante décadas. Notoriamente são as taipas de pedras que mais chamam à atenção. A primeira impressão, um tanto quanto estranha, pode remeter a algumas perguntas tais como; o que são essas pedras amontoadas? Pedras amontoados que mais parecem um arranjo decorativo da floresta com tamanha quantidade de bromélias e outras plantas apoiadas em suas extremidades. Com o mero passar dos olhos, de modo algum, o caminhante será informado de toda a história por detrás daquelas pedras. História formada por sujeitos e remetida através das memórias de uma época, de uma expectativa, de muito trabalho e experiência. Pois, a ruína por si, não é capaz de revelar o seu passado, mas pode expressar sentidos.

Se o caminhante aguçar ainda mais o seu olhar e a sua curiosidade, começará a perceber que os "amontoados de pedra" possuíam uma lógica, uma razão de estar ali. Carregavam e mantiveram

até o presente essa carga que lhes conferia uma tarefa no dia-a-dia. Não só uma tarefa, mas uma ação-atividade empregada por homens e mulheres. Labuta carregada de trabalho, de desejos e também de necessidades. Meras pedras encontradas no local, matéria bruta depositada em abundância, o seu emprego diário foi distribuído em muitos: muro, divisa, mangueira, fundações, contenções, etc. Marcas de uma vida, expressões daquilo que foi social ao qual demandava dinâmica, ação, trabalho. Possivelmente, uma estratégia que se perpetuou a partir do emprego que se deu a essas pedras com o objetivo de contribuir para a construção e solidificação da comunidade e das famílias.

Uma vez eram postas em conjunto para formar os muros que separavam ou marcavam as divisas das propriedades. Outras vezes, postas em ordenamento estrutural para criar as mangueiras que prendiam os animais, principalmente como criadouros de porcos, como dito anteriormente pelos testemunhos aqui evocados. Está registrada a marca de um tempo e a permanência de uma ruína. Apesar de não expressar a sua função inicial, ainda possui através da memória, a identificação daquilo que fora durante um tempo. E a História, por sua vez, necessita desses fragmentos do passado para conduzir a linha que traduz o conhecimento e os significados.

Figura 14 – Estrada antiga, Fundo do Rio do Boi (parte Sul – Morro do Facão).

Fotos: Frank Lummertz, 2013

Seguindo o raciocínio da professora Anna Pontes, condizente com o aspecto da destruição das coisas, as ruínas demonstram as marcas do tempo que se rompeu, da descontinuidade das coisas, afinal foram abandonadas. E, é a partir desta perspectiva de rompimento que o historiador francês François Hartog afirmou sobre a relação que as pessoas mantêm com o tempo e com o patrimônio. Até porque segundo Hartog (2006, p. 272), a instituição, a presença e a manutenção dos conjuntos patrimoniais conotam uma relação que determinadas culturas tem com o tempo. Segundo ele, "do ponto de vista da relação com o tempo, de que esta proliferação patrimonial é sinal?"

Hartog fala de patrimônio e não de ruínas, entretanto, nessa pesquisa foi possível estabelecer uma comparação da preservação arquitetural do patrimônio com os artefatos em ruínas a partir de um fator crucial; que é a memória que ambos permitem evocar, tal como a sua função inicial, quanto aquilo que deixou de ser. Para Hartog, essa proliferação patrimonial esboça um sinal do qual a História em sua variedade de áreas faz uso. "Ela é sinal de ruptura, seguramente, entre um presente e um passado, o sentimento vivido da aceleração sendo uma forma de fazer a experiência: a mudança brusca de um regime de memória para outro, do qual Pierre Nora fez o ponto de partida de sua interrogação" (HARTOG, 2006, p. 272).

Isso quer dizer que cada sociedade e seus diferentes estágios mantêm uma relação com o tempo, o que para Hartog (2006, p. 265) são os "regimes de historicidade", ao passo de que, memória e patrimônio são "sintomas da nossa relação com o tempo". Portanto, mesmo em condições de abandono e de destruição, as ruínas, dentro dessas condições apontadas por Hartog, fazem suscitar uma pergunta já elaborada por ele: "Que relações manter com o passado, os passados, é claro, mas também, e fortemente, com o futuro?"

Assim coloca-se a questão primordial, base de qualquer problemática da História do Tempo Presente; a manutenção das ruínas parte do presente. Parte dos interesses daqueles que encontram-se em situação de preservá-las, rememorá-las e buscar saber das informações, da memória e da história que possivelmente elas carregam. Pois, elas são marcas e expressões do passado. Obviamente, não se pode negar que dentro de qualquer "regime de historicidade" existe uma vontade não só de recordar para o presente, mas também, uma intenção de manter uma memória do passado a fim de servir as gerações futuras. Daí então, uma característica importante para livrar as ruínas da consequente destruição e esquecimento, preservando-as.

Mesmo as ruínas encontradas em situações degradantes, ao passo que foram abandonadas a pelo menos 25 anos ou mais, estando em pleno estágio de destruição sob a densa mata que insiste naturalmente em recuperar seu vigor, as ruínas são a presença de um passado, a insistência de querer manter vivo algo que aconteceu. As características degradantes encontradas atualmente, possuía outrora, uma forma e um uso. As ruínas aproximam os que estão vivos, não só da destruição que elas de imediato provam, mas da preservação de uma memória. Pois elas estando ali, aos olhos de quem passa pela estrada antiga, trazem à tona as perguntas, fazem questionar a presença delas naquele local.

Naturalmente por meio da história será possível resgatar, mesmo que parcial, as memórias transmitidas, ou as lembranças que as taipas de pedras e outras peças abandonadas ao longo da estrada insistem em legar, sendo a própria estrada, também, um registro e indício daquilo que foi um dia uma estrutura social de convívio e trabalho. Como demonstrado nos capítulos anteriores, aquilo que não mais o é, foi fruto de um cotidiano repleto de perplexidades, complexidades e singularidades. Como também, reforçam uma olhar do trabalho, da construção da família, da comunidade e da economia para que as experiências vividas fossem possíveis.

Figura 15 - Peças do engenho encontradas no final da estrada.

Fotos: Frank Lummertz, 2013.

Infelizmente as fontes orais ou as ruínas não dão conta de revelar tudo aquilo que passou, mas dão sinal de uma história e de muitas experiências. Não se pode insistir que essas ruínas são "lugares de memória" como mencionado nos trabalhos de Pierre Nora, até porque, não há uma institucionalização que promova a oficialização das ruínas em lugares de memória. No entanto, elas registram ali, no estado em que encontram-se, uma memória do lugar.

O presente trabalho é inédito ao propor contar uma história desse lugar, por meio dos indícios que as ruínas mostram e com a contribuição da memória de alguns ex-moradores que lá trabalharam, cultivaram vidas e perspectivas e deixaram, através das entrevistas, o registro de suas lembranças e recordações. Todo o processo da pesquisa permitiu o cruzamento dessas fontes com outras informações obtidas nos documentos impressos, no qual foi possível montar uma trajetória, dentro de um ponto de vista, da história de algumas famílias que lá viveram.

Seguindo as premissas teóricas, pauta-se na definição de memória proposta por Pierre Nora (1993, p. 09), para ele:

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado.

Sob esse olhar, determina-se a relação que os vivos mantêm com o passado, aquilo que também já foi chamado de regime. É assim, conjuntamente por meio da memória que se dão as interpretações, os significados e sentidos de estruturas físicas que marcam um tempo, uma geração que estava impregnada de técnicas, de estratégias, de hábitos, de uma condição e um saber necessário para a própria existência. Isso é o que a pesquisa historiográfica mais corrobora para as ciências; identificar modos de vida que tramitaram, que persistiram e que por determinada ocasião se esvaíram. Tudo isso marca a ruptura, essa descontinuidade que o ser humano provoca no tempo histórico. Contou-se essa história não para explicar as continuidades, mas refletir sobre as possibilidades das

descontinuidades do tempo. Daquilo que se deixou passar e que foi substituído por outras circunstâncias que tornaram-se vitais. Abandonou-se a comunidade e com isso toda uma experiência que vinha sendo acumulada. Mesmo assim, isso não quer dizer que não houve continuidades, por que, se colocadas sobre essa perspectiva, a memória é uma continuidade, havendo demanda no presente, enquanto o testemunho viver, ela também se faz presente e é própria da continuidade de coisas que permanecem no tempo.

Portanto, a afirmação que se dá é que a construção dessa história no qual envolveu artefatos em ruínas, memórias de pessoas e documentos impressos, foi para demonstrar e validar a perspectiva do cotidiano, das coisas básicas da vida, que também são repletas de historicidade, de fatos, de circunstâncias e sensações.

Só a história que parte de um olhar cotidiano pode adentrar na esfera do particular, do singular, do abstrato metafórico e da subjetividade que transmite experiências, saberes, práticas sociais e econômicas que relutavam num determinado momento e que persistiram até certa época. Isto quer dizer que a pesquisa não priorizou a quantidade, a semelhança, a comparação com outros grupos populacionais, mas evidenciou a qualidade de pesquisar os elementos que envolviam essas pessoas, ao passo de reestruturar um caminho que garantisse notoriedade a emergência da comunidade até o seu concreto desaparecimento e a consequente permanência de determinadas estruturas em ruínas.

Figura 16 - Muros de Taipas

Fotos: Frank Lummertz, 2008.

Poderia as ruínas tornarem-se lugares de memória? O que torna um lugar, lugar de memória?

Para Nora (1993, p. 21), são lugares de memória, espaços, objetos, artefatos, arquiteturas, instituições, etc., "com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional, simultaneamente, somente em graus diversos". Isso quer dizer que os artefatos, as peças, os objetivos encontrados e mantidos em determinado espaço são símbolos que trazem significados para o presente, mantendo assim, uma determinada funcionalidade, mesmo esta, não sendo a função inicial. Seguramente para Nora (1993, p. 22):

> O que os constitui é um jogo de memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobre determinação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. Se o princípio dessa prioridade fosse abandonado, rapidamente derivar-se-ia de uma definição estreita, a mais rica em potencialidades, para uma definição possível, mas maleável, susceptível de admitir na categoria todo objeto digno de uma lembrança.

Seria essa "vontade de memória" um possível "regime de historicidade"? Aquilo que algumas sociedades em determinados momentos desejam em relação aos tempos?

O historiador carrega essa tarefa de percorrer os caminhos sem volta e obscuros do passado, mesmo sabendo que as estruturas dominantes podem aceitar suas breves colocações ou insistir em manter suas descobertas em total ruína, como aquelas encontradas sob a floresta e no total esquecimento. Sabe-se que vai de uma vontade institucional para que as coisas do passado tenham notável valor, mesmo as mais tradicionais, muitas vezes, obtém apenas um respaldo de grupos, que podem ser instituições comunitárias e familiares. Por isso, a junção de memória e história é um terreno fértil. Por que alia aquilo que pertence às camadas populares com as explicações das épocas formando um conhecimento paliativo a todos.

Se não houve as ruínas, não haveria vontade de memória e se não houvesse a memória não existiria o fio condutor da história capaz de evocar um sentido que se dá ao tempo, aos objetos e aos sujeitos. A definição de Nora é interessante pelo quesito de que "todo objeto digno de uma lembrança" é pois, "digno de tornar-se um lugar de memória".

Nessa trajetória que definiu a história de tantas pessoas, muitas nem identificadas com nomes – mas com rastro do que fez parte de sua identidade – que passaram pela comunidade nesse breve período que esta existiu, marca a categoria de um conhecimento a respeito do passado. Foi a memória e a experiência registradas que permitiram a construção desse legado. Mas sempre estará (enquanto existir) nas ruínas o poder de trazer para o presente o fato de que um dia aquela comunidade, exatamente naquele lugar onde hoje elas encontram-se, existiu.

Por fim, depois de demonstrar nos capítulos anteriores, uma variedade dos aspectos cotidianos que envolveram as práticas sociais e econômicas em torno de algumas famílias que compuseram a comunidade, associando esse momento a uma ruptura na ordem do tempo e dos valores, é salutar lembrar das palavras de Nora (1993, p. 22): "porque se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial" [...]. Cabe também, no "fazer histórico" a pretensão de trazer à tona as múltiplas características que estão impregnadas nos diversos conteúdo da sociedade, fixando-a, através de um saber e de uma narrativa que conte as experiências e as expectativas do passado, sendo elas, individuais ou coletivas. Será também, nesse sentido, uma tarefa, não só para a memória, mas para a história "prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações". (NORA, 1993, p. 22).

O que tornou essa pesquisa visível, sem sombra de dúvida, foi a permanência das ruínas intricada sob o imenso teto verde da mata que continua a regenerar-se. Diferente da memória das pessoas, as ruínas são visíveis aos olhos, embora, elas não contam nada além de sua materialidade, dessa forma, ruínas e memórias foram correlacionadas para a interpretação histórica. As ruínas são referência de um modo de vida e trabalho, tal como da variedade de experiências que existiram naquela localidade. Mas foram as memórias de quem lá esteve que evocaram a sua utilidade, o seu ordenamento, a sua historicidade, juntamente com os objetos e sujeitos que compuseram essa pesquisa.

Mais uma vez o olhar volta-se para as ruínas e para a memória que elas evocam, ao passo, de dar voz as experiências, que ao menos, os entrevistados dessa pesquisa puderam expressar. Se ainda as ruínas não são "lugares de memória", elas resistem como ativadoras da memória do

lugar e junto, a história apareceu para registrar as lembranças do passado, representando-as e para não deixa-las no esquecimento.

Figura 17 – Registro das Ruínas

Respectivamente no sentido horário de cima para baixo: 1 –Fundações do engenho próximo ao Pico da Mamica; 2 – Fundação de uma casa; 3 – Casa abandonada (parte Norte – Serra do Faxinal); 4 – Muro de Taipa; 5 – Uma sessão de entrevista, 2013; 6 – Casa do Sr. Alziro; 7 – Fragmentos do telhado; 8 – Taipas; 9 – Detalhe da taipa. Fotos: Frank Lummertz, 2013; Caroline França, 2013 (5 e 6).

5 CONSIDERAÇÃO FINAL

Aparentemente o acontecimento fundamental sugerido nessa pesquisa foi a formação da comunidade do Fundo do Rio do Boi e seu desaparecimento em meados da década de 1980. O desenrolar dessa pesquisa foi permeado por um desejo de incluir estes acontecimento em um recorte histórico, amparado por um contexto, que foi a transição de uma comunidade agrária rural, pautada de início em uma economia familiar que envolvia-se num mercado que aproximava trabalhadores agrícolas com os estancieiros pecuaristas de cima da serra. Uma peculiaridade socioeconômica e cultural da região que permitiu essa relação moldada pelas configurações geográficas do local, ou seja, a Serra Geral.

Diante disso, até mesmo o levantamento das cenas históricas (capítulo dois) deram sentido ao imaginário histórico que as populações herdeiras desse passado fizeram nas suas vidas até o presente. De lá para cá, a roça da estância sofreu inúmeras mudanças, mas não sem antes entrar como uma perspectiva que contribuiu para a formação de estruturas sociais e econômicas permitindo o estabelecimento de negócios e o povoamento nessa parte do Brasil. Acredita-se dessa maneira, que as roças iniciadas nos vales férteis dos Aparados da Serra, contribuíram para o estabelecimento e manutenção das estâncias localizadas nas bordas do planalto serrano, assim como, foram importantes abastecedores de alimentos para os trabalhadores das serrarias em meados do século XX. Certamente, não só os estancieiros necessitavam dos alimentos produzidos nas roças como os roceiros também dependiam desse mercado consumidor e também produtor de gêneros escassos na roça. Isso vai configura-se em uma tradição cultural, viabilizada através das trocas de mercadorias, importante para a compreensão da história desse lugar. Esse padrão de vida, essa característica socioeconômica peculiar, estratégica devido às imposições que o clima, o solo e o relevo da serra impuseram, confluiu em um jeito típico dos trabalhadores rurais tratar dos negócios, da família e da comunidade.

Não fosse apenas as transformações que a sociedade brasileira atravessou no último meado do século XX, a criação do parque nacional ocasionou, primeiramente, a desapropriação das fazendas localizadas na borda da Serra Geral, que de algum modo, o seu estabelecimento favorecia a manutenção das roças e a permanência desse grupo de pessoas no Fundo do Rio do Boi, criando assim, uma balança favorável aos

negócios da roça. Assim como havia esse favorecimento, com a desapropriação das fazendas serranas, os negócios agrícolas, em certa medida, foram desfavorecidos, fato que gradativamente vai alterando o modo de vida dos agricultores. Antes mesmo antes de às indenizações e desapropriações chegarem no Fundo do Rio do Boi, as famílias agriculturas foram acometidas, surpreendentemente pela enchente de 1974, ocasionando uma aceleração da migração das famílias e o desmantelamento da comunidade.

Como categoria de análise, extraiu-se dos conceitos de memória e experiência o sentido para tal. Questionou-se a partir de Benjamim e Agamben, a pobreza e a expropriação da experiência para fora do sujeito. Mas, ao mesmo tempo evocou-se os interesses comuns apontado por Thompson e devolveu-se a experiência para dentro sujeito a partir de um ponto de vista da aventura e da passagem evidenciados nos relatos de Larrosa Bondía e da visibilidade de Scott. Dessa forma, foi possível aproximar a experiência da memória, pelo viés do extraordinário, de que a memória e a experiência não são a lição do outro, mas a lição do próprio sujeito, tratando-se, portanto, de um saber finito, ligado a existência de um indivíduo ou de uma comunidade. Enfim, tendo início nas subjetividades valorizadas por um ideal condizente com os escritos de Portelli, foi apenas por meio das lembranças compartilhadas, como demonstrou Ricoeur, que foi possível conceber sobre o mundo e a presença de algo ausente, neste caso o passado ao criar uma representação através da história.

O tema do cotidiano entrou nessa narrativa como um enlaçado de possibilidades das circunstâncias da vida durante esse tempo – 1940 a 1986 – mostradas através das memórias e das experiências de pessoas que compuseram parte da história. Como estratégia metodológica para remontar a trajetória e as lembranças daquilo que restou da antiga comunidade. Buscou-se os aspectos mais básicos, substancias e peculiares encontrados no dia-a-dia dessas pessoas. A partir de então, montou-se uma base que esclarecesse e inclui-se as subjetividades pessoais das memórias em um enredo capaz de mediar o surgimento da comunidade, os substratos contidos na vida básica da roça, os imaginários, as experiências, as motivações do desaparecimento da comunidade e as mudanças perpassadas nessa trajetória.

Foi proposto que o cotidiano passou a ser entendido como espaço de interações humanas concretas, a partir de estratégias individuais de adoção e negociação de papéis sociais, predeterminadas, por uma

instancia estrutural que assume, na maior parte das vezes o caráter de uma organização, aqui proposta, como o "mundo do trabalho".

Delimitou-se que foi o trabalho na roça e a vida rural, que primeiramente norteou e as abrangências dos negócios, dos saberes, das práticas, das sensações, da experiência, dos hábitos, do habitar, descansar, comer, dormir, de criar a família e ao mesmo tempo, dar sentido coletivo à comunidade. Certamente essas pessoas foram movidas por desejos de crescimento pessoal e desenvolvimento familiar como um todo de uma sociedade, participando de estruturas e poderes que mudavam com o tempo. Foi possível através da memória que os entrevistados relataram, observar alguns desses aspectos, ora rompidos e abandonados, ora permanecendo na herança cultural dessas gentes. Houve a possibilidade, mesmo que em fragmentos, de conhecer os objetos, as ações, atividades típicas, imaginários, nomes de sujeitos e dos grupos que compuseram essa comunidade num dado período.

Como era de se esperar, talvez a vida social não tenha sido mais possível, dadas as circunstâncias das transformações ocorridas. Foi a chegada das leis e dos valores da preservação ambiental e também de interesses oriundos de fora da comunidade que foram inundando o cotidiano com novas perspectivas. Como se não bastasse, a grande enchente surgiu como um catalizador da emergência da mudança, da migração, do deslocamento para outras áreas. Dando o início daquilo que seria o fim da comunidade.

Michel de Certeau ao contrário da visão de que o cotidiano é alienante e passivo propôs que, o cotidiano é uma reação à unidimensionalidade do mundo, reinvindicação do espaço e do valor da particularidade e da individualidade numa sociedade cada vez mais massificada. Dando a possibilidade de mensurar as diferenças e as distinções culturais que são transformadas à medida que a sociedade também é transformada, evidenciando os "estágios" que as populações rurais enfrentaram ao longo do século XX. E, essa experiência de trabalhadores rurais nos Aparados da Serra, nada mais foi do que um "estágio" do desenvolvimento cultural, social e econômico dessa região.

É inegável que o crescente interesse pela história do cotidiano reflete um novo olhar sobre o indivíduo, sua ação e sua posição na história. Curiosamente o cotidiano aparece quase como o perfeito oposto da história, como o campo das estruturas permanentes, inconscientes, alienantes, quase naturais, sobre as quais as ações humanas são apenas banais, corriqueiras e sem efeito transformador.

No entanto, foi observado por meio dessa pesquisa, dessa metodologia e dos inúmeros exemplos de experiências diversas que é por meio do cotidiano que se pode, como possibilidade, entender os sistemas de linguagem, o sistema de hábitos (mesmo que alguns abandonados), e usos de objetos que representam o espaço de socialização das pessoas, sobre a qual se acumula a cultura humana.

Dessa maneira, entendeu-se que essa pesquisa priorizou o espaço da realidade social, transfiguradas em memória, experiência, mas também em juízos compartilhados, em inter-relações sociais, identidades, imaginários e o mundo material. Neste caso, a memória foi a categoria mais ampla e abrangente, pois é, ela mesma, o próprio cimento do cotidiano. Foi ao mesmo tempo uma habilidade natural e uma construção social, uma atividade, um trabalho e um esforço que dá sentido ao passado e ao presente que compreende o palco da vida.

Enfim, os indivíduos e até mesmo os grupos populacionais, reproduzem suas vidas no dia-a-dia, mas nunca da mesma maneira, e projetam mudanças na esfera do cotidiano e para o cotidiano, para que esse se ative, dando sentido a inúmeras circunstâncias que não são vistas nos grandes feitos e nos heróis da história, mas na banalidade das atividades corriqueiras que dão ordem, previsibilidade e sustentação da possibilidade da vida social, econômica, religiosa e cultural.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giordio. *Infância e História. Destruição da experiência e origem da história*. BH: Editora UFMG, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo.* SP: companhia das letras, 2009.

BACZKO, Bronislaw. "*A Imaginação Social"*. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa nacional/casa da moeda, 1985.

BARROSO, V. L. M. *O Ciclo da Madeira em Cambará do Sul nas Memórias de Vitório Tittoni*. In: CARVALHO, A. L.; PRESTES, E.T.; BORGES, G.; BARROSO, V. L. M. (orgs.). *Raízes de Cambará do Sul*. XVIII Encontro dos Municípios Originárioa de Santo Antonio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras escolhidas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BONDÍA, J. L. *Notas Sobre a Experiência e o Saber da Experiência*. Revista brasileira de educação. SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto. (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Lingüísticas. O que falar quer dizer*. EDUSP, 1996.

BRIGHTWELL, Maria das Graças S. L.; NODARI, E. S.; KLUJ, João. (orgs). *Saberes e Sabores de Praia Grande: Práticas Alimentares, Memória e História*. Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2005.

CASCAES. Franklin. *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

CHARTIER, R. *O Mundo como Representação*. Annales (Nov. Dez. 1989, N06, pp. 1505-1520) Estudos Avançados 11 (5), 1991.

CORVINO, Renata C. *A Influência do Tropeirismo na Formação do Município de Praia Grande – SC, 1900-1975*. In: *Tempos Acadêmicos*. Revista do Curso de História: UNESC, 2005.

D´EÇA, Othon. *Homens e Algas*. Florianópolis: Insular, Edufsc, 2003.

DEL PRIORI, Mary. & VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. RJ: Ediouro Publicações, 2006.

DOMINGUES, Álvaro. *A Paisagem Revisitada*. Finisterra, XXXVI, 72, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. *Patrimônios Natural e Cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens*. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (orgs.). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

DURAN, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (org.) *Usos e Abusos da Historia Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORTES, Amyr Borges. *Compendio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FOUCAULT, M. *Vigia e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANK, R. *Questões para a Fontes do Presente*. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, P. *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GODOY, C. P. F. RABELO, M. M. (org.). *Comunidades Negras de Santa Catarina: narrativas da terra, ancestralidade e ruralidade*. IPHAN, 11ª Superintendência Regional, Florianópolis, 2008.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. RJ: DP&A editora, 2000.

HARTOG, F. *Tempo e Patrimônio*. Varia-História, Belo Horizonte, Vol. 22, nº 36: p. 261-273, 2006.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. SP: Centauro, 2004.

HERÉDIA, Vânia. *A Imigração Européia no Século Passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul*. Revista eletrônica de geografia y ciências sociales (scripta nova) Nº. 94 (10), 1 de agosto de 2001.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, F. C. T. da. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Ed. brasiliense, 1981.

LOHN, Reinaldo, L. *A Cidade Contra o Campo*. In: BRANCHER, A. (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1999.

MAHFOUD, Miguel; MASSIMI, Marina. *A Pessoa Como Sujeito da Experiência: contribuições da fenomenologia*. Mamorandum 14. Belo Horizonte, 2008.

MENESES, U. T. B. de. *A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações.* In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivo, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1999.

MIOTO, Beatriz Tamaso. *Movimentos migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI.* Monografia submetida ao departamento de ciências econômicas. Florianópolis: UFSC, 2008.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Revista Projeto História, Nº 10. PUC/SP, 1981.

NETO, J. Simões Lopes. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul.* Porto Alegra: Globo, 1984

OLIVEIRA, Antônio, T. R.; ERVATTI, Leila R.; O`NEILL, Maria Monica V. C. *O Panorama dos Deslocamentos Populacionais no Brasil: PNADs e Censo Demográficos*. RJ: IBGE, 2011.

OSORIO, Helen. *Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825.* In: *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2004.

PÁDUA, M; FILHO, A. F. C. *Os Parques Nacionais do Brasil*. SP: José Olympio, 1979.

PERES JR, Vilmar. *Praia Grande no Lombo das Mulas: O grande transporte de alimentos*. In: BRIGHTWELL, Maria das Graças S. L.; NODARI, E. S.; KLUJ, João. (orgs). *Saberes e Sabores de Praia Grande: Práticas*

Alimentares, Memória e História. Universidade Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PIAZZA, W. F. & HUBENER, L. M. *Santa Catarina: história da gente.* Florianópolis: Ed. Lunardelli, 2003.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. SP: editora contexto, 2011.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. RJ, v. 02, nº. 03, p. 3-15, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. RJ, v. 05, nº. 10, p. 200-215, 1992.

PONTES, Ana Maria de L. *A Vivência do Morto: a preservação de monumentos históricos-culturais em ruínas*. Domínios da Imagem, Londrina, ano IV, n. 7, p. 45-53, 2010.

PORTELLI, A. *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, V. 01, Nº 02, p. 59-72, 1996.

_____. *Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. In: Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. Educ, n.10 dez/1993.

QUINTÃO, A. *Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento*. In: *Brasil Floresta*. 54, abr/jun, 1983.

RAHMAIER, Clarissa S. *A Experiência da Paisagem Estancieira: Um estudo de caso em arqueologia fenomenológica. Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul, séc. XIX*. Tese de Doutorado apresentada no programa de pós graduação em História. Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

RAMBO, Pe. B. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de uma monografia natural*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2005.

REITZ, Pe. Raulino. *Paróquia de Sombrio.* Brusque, SC: [S.E], 1948.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1995.

RIOUX, J. P. & SIRINELLI, J. F. (orgs.). *Para uma História Cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Estampa, 1998.

RONSANI, Gilberto. *Praia Grande. Cidade dos Cânions: 180 anos de historia*. Praia Grande: ed. do autor, 1999.

RUSCHEL, Ruben Ruy. *Torres Origens*. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 1995.

SARLO, B. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. SP: Companhia das Letras, 2007.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. 14ª. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SCOTT, Joan W. *Tornando a Experiência Visível*. In: Falas de gênero. Editora Mulheres, SC, 1999.

SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil.* São Paulo: Ed. brasiliense, 1990.

SPRÍCIGO, Antônio Cesar. *Sujeitos Esquecidos Sujeitos Lembrados: a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2003.

STÉDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional, 1500-1960*. SP: expressão popular, 2005.

STRAUSS, Lévi. O *Feiticeiro e sua Magia*. In: *Antropologia Estrutural.* RJ: Tempo brasileiro, 1975.

TAVARES, E.; DALTON, R. *Aparados da Serra. Na trilha do Pe. Rambo*. POA, RS: UNISINOS, 2007.

TEDESCO, João, C. *Nas Cercanias da Memória. Temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TEIXEIRA, L. *Entre a Serra e o Litoral: fugas e quilombos na fronteira leste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina***.** Anais do II encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional, 2005.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. RJ: Paz e Terra, 1987.

TORRONTEGUY, Teófilo O. V. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

VÁRZEA, V. *Mares e Campos. Quadros da vida rústica catarinense*. Florianópolis: Insular, 2003.

GLOSSÁRIO

Amedrontado: se diz para a presença do medo.

Armada: laço típico do cavaleiro gaúcho, utilizado para laçar animais em campo aberto.

Arreios: sm. Conjunto de peças com que se aparelham os animais de sela ou tração.

Ataiava: expressão típica que significa encurtar caminho. Atalho.

Barrero: concentração de "lama" provocados por excesso de chuva e água.

Braseiro: sm. 1. Recipiente cheio de brasas; 2. Conjunto de brasas que restam depois de um incêndio ou fogueira.

Brasido: aspectos da fogueira. Brasas.

Bruaca: cesto de bambu e cipós afivelado em mulas para o transporte de cargas.

Bridões: rédeas.

Campeando: quando o peão percorre a cavalo os campos atrás de animais solto ou cercas quebradas.

Canjirão: jarro, de boca larga, para o vinho.

Canhada: 1. Planície estreita entre montanhas, 2. Terreno baixo entre duas colinas.

Carazal: espécie de planta. Diz-se de quando se avista muitas dessa espécie em um mesmo lugar.

Cargueiro: conjunto de bruacas atado as mulas. Geralmente duas bruacas formam um cargueiro para transporte de mercadorias.

Conchavado: que foi combinado, conclave, combinar, ajustar, encaixar.

Currais: local onde se recolhe o gado.

Causo: história ou experiência vivida narrada por alguma pessoa.

Dejejum: referente ao café da manhã. Reter a fome.

Eito: roça trabalhada por escravos; série de coisas que se encontram na mesma direção ou linha; sem interrupção.

Escabrosas: adj. 1. Áspero, árduo, 2. Acidentado, 3. Duro, 4. Oposto ao decoro, as conveniências.

Estaleirinho: estaleiro, lugar onde se constroem ou consertam navios. Nesse caso foi utilizado para indicar o local e a forma onde eram produzido as tábuas de madeira.

Esteira: tecido de junco, taquara, etc.

Estivado: a carga acomodada uma sobre a outra. Jeito de se acomodar para dormir.

Estribos: cada uma das peças em que o cavaleiro firma o pé.

Fraquiô: diz-se de quando uma pessoa enfraquece, fica fraca e doente do corpo ou da mente.

Grota: vale abrupto profundo, abertura na margem de um rio feita pelas águas, depressão do terreno.

Guasca: Tira de couro, diz-se do indivíduo que é guapo, esperto.

Infestavam: infestar, 1. Fazer estragos em (assolando ou devastando), 2. Contagiar, contaminar.

Invernada: local para onde se conduzia as criações da estância nos meses de inverno.

Lida: trabalho, especificamente um trabalho na roça ou no campo.

Gradeamento: prover de grades, por grades em, limitar com grades. Neste caso é apontado como a estrutura em madeira da casa.

Malecho: diz-se de quando uma pessoa ou animal fica mal, ruim de saúde.

Mangueira: local feito para conduzir os animais, gado ou porcos, confinamento de animais.

Matagal: terreno onde germinam muitas plantas espontâneas, concentração de espécies vegetais, designadas como "mato", floresta nativa.

Mina: local onde se perfura e encontra metais preciosos

Paiol: armazém para depositar gêneros da lavoura (grãos).

Pala: parte lisa e recortada de peça de roupa, geralmente ajustada ao corpo.

Pé-da-serra: local abaixo das encostas da serra. Diz-se dos moradores desse local. Parte baixa da serra.

Piquete: Local onde se prende os animais na fazenda.

Posteiro: Empregado de estância que mora nos campos desta, e tem por obrigação zelar pelas cercas e gado a ela pertencentes e não deixar invadir seus domínios por pessoas ou gado estranho.

Rebotalhos: O que sobra após ter sido escolhido e retirado o que é melhor ou mais aproveitável.

Rincão: 1. Diz-se de um lugar oculto ou distante, lugar afastado, recanto, 2. Local de campos rodeado de matas ralas.

Ripa: 1. Pedaço de madeira comprido e estreito, sarrafo. 2. Tira de madeira comprida, delgada, que se coloca sobre os caibros do telhado para formar a estrutura na forma de gradeamento (ripado) sobre a qual se assentam as telhas. 3. Tipo de nome dado a palmeira, ripa.

Tranquito: Trote curto; tranco, trote, 2. Marcha ou andar comum ou normal como o do tranco. Devagar, lentamente.

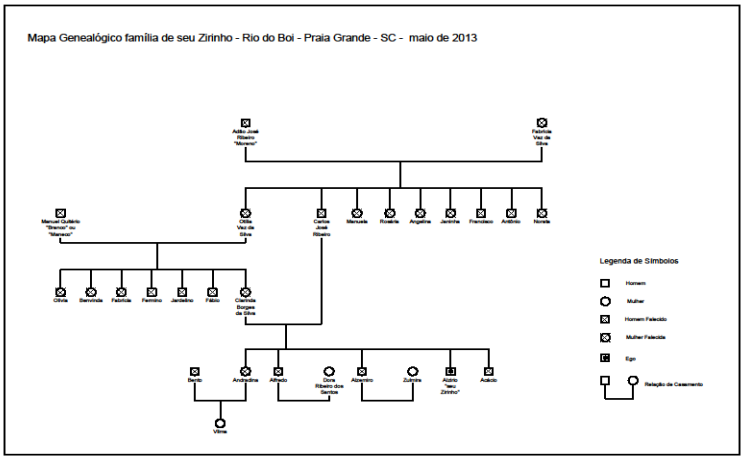
Xucra: animal ou pessoa braba, ninguém doma.

FONTES

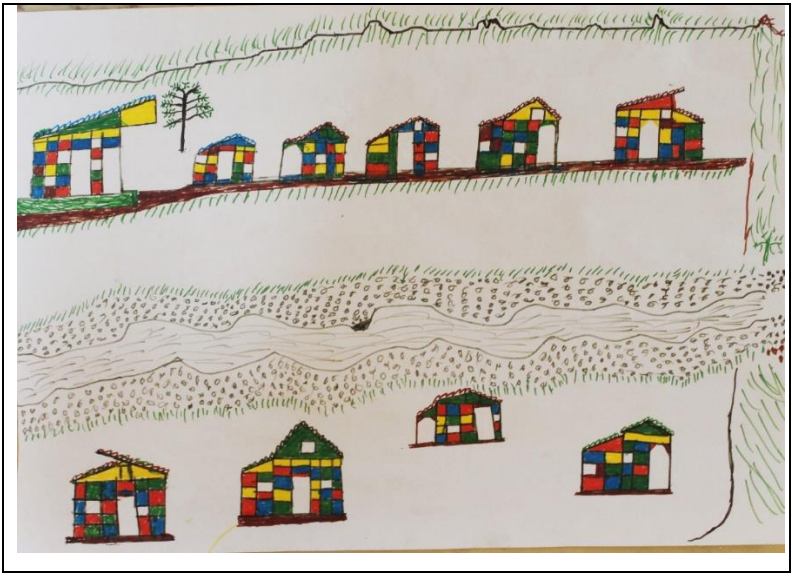
- **Boletim Informativo do NUER/UFSC UFSC.** *Territórios Quilombolas. Reconhecimento e Titulação das Terras.*. Vol. 2 – Nº 2,Florianópolis, 2005.
- **Boletim informativo NUER/Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas**. *Quilombos no Sul do Brasil. Perícia Antropológica.* Vol. 3 – Nº 3, Florianópolis, UFSC, 2006.
- **Entrevistas com o Sr. Alziro Borges Ribeiro.** Setembro de 2008. Março e Abril de 2010. Maio e setembro de 2013.
- **Entrevista com a Sra. Angelina da Silva Selau** em Abril de 2012.
- **Entrevista com o Sr. Izildro Costa da Siva,** em setembro de 2012.
- **Entrevista com o Sr. Francisco José Nunes**, em setembro de 2012.
- **Entrevista com o Sr. Alvacir Rodrigues Pacheco**, em outubro de 2013.
- **Entrevista com o Sr. Gesmar Borges**, em outubro de 2013.
- **Levantamento de Dados Cadastrais de Propriedades e Ocupação do Parque Nacional de Aparados da Serra** – Relatório Final COTASUL – Serviço Especial de Engenharia Ltda, Nov. 1984 a abril de 1985.
- **Plano de manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra**. Ministério da Agricultura. IBDF, 1984.
- **Plano de manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra / 2004 –** Arquivo do IBAMA/ICMbio no Parque Nacional de Aparados da Serra – Cambará do Sul / RS.
- **Processo Nº. 02023.002775/2005-08**, referente a retirada de ocupantes a área do vale do Rio do Boi.
- **RELATÓRIO FINAL CONSOLIDADO – AVALIAÇÃO ECOLÓGICA RÁPIDA – AER.** ANEXO 3: TABELAS DA SITUAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELO PLANO DO MANEJO (1983) E PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL (1995), p. 217. Moradores e Ações Antrópicas. Anexos do encarte 04 do Plano de Manejo de 2004.

ANEXOS

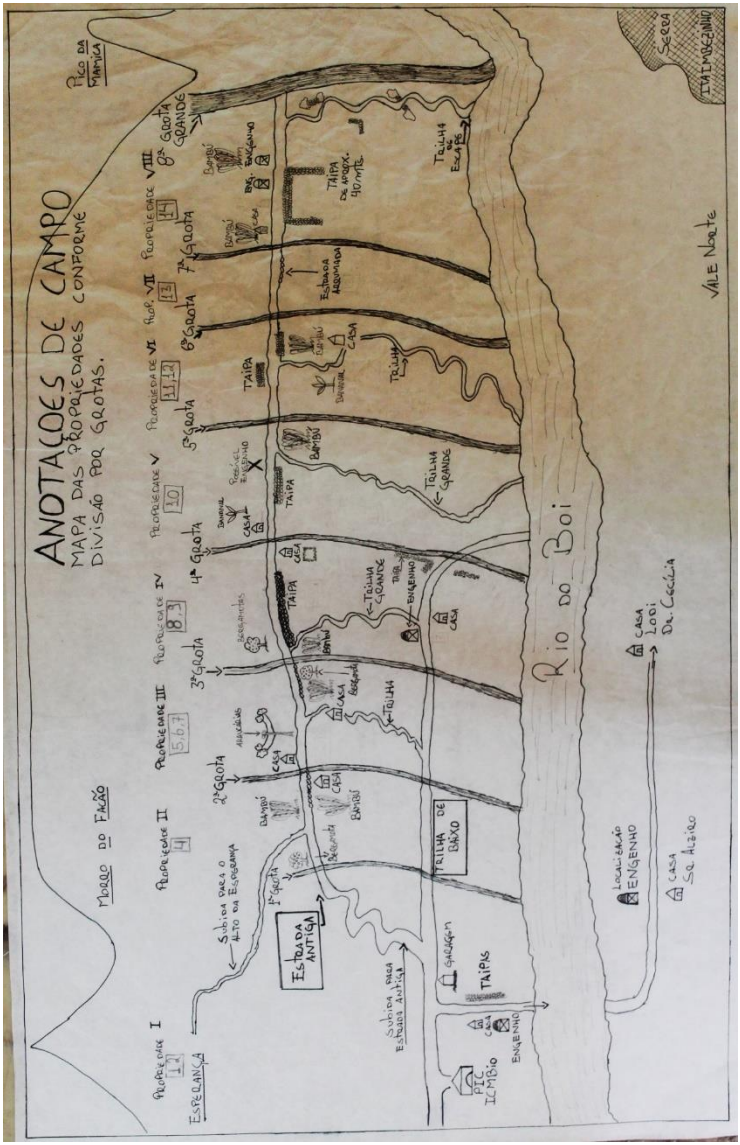
ANEXO A – ÁRVORE GENEALÓGICA DE ALZIRO BORGES MEDEIROS



ANEXO B - MAPA DE MEMÓRIA DESENHADO POR ALZIRO BORGES RIBEIRO



ANEXO C – ANOTAÇÕES DE CAMPO – MAPA DAS PROPRIEDADES CONFORME DIVISÃO PELAS GROTAS



CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANATOÇÕES DE CAMPO

Durante as saídas de campo (12 no total) fiz algumas anotações e um mapa (sem escala) baseado em observações práticas referentes aos dados e localizações indicadas pelo Sr. Alziro e o Sr. Alvacir. As observações seguiram o critério de divisão de propriedade por grotas.

Junto as anotações foram registrados em fotografias (ver abaixo) os objetos e artefatos encontrados na superfície e margens da estrada antiga. Além de registrar outras marcas deixadas pelos antigos moradores, tais como plantas de bambu (taquara), limoeiros, bergamoteiras (mexericas), araucárias e bananeiras, etc.

Essas anotações serviram de apoio para a análise dos depoimentos orais e dos registros encontrados nos documentos do arquivo do parque. A princípio essas anotações seguiram uma regra simples de registro para fins de "inventário da disponibilidade e provas das casas, engenhos e caminhos".

Seguindo a lógica apontada pelos ex-moradores da "divisão de propriedade por grotas" no total foram encontrados 8 grotas ao longo do caminho (iniciando a primeira na subida para a estrada antiga e a última na grota grande próxima à saída da trilha de escape (pico da mamica). De acordo com essa divisão foi possível contar 8 "propriedades" (ou partes) divididas pelas grotas, o que de fato, parece ser uma realidade muito plausível conforme o modo de divisão tradicional da terra por posseiros.

Uma característica significativa encontrada foi que para cada "propriedade" ou "parte" foi encontrado uma malha de bambuzais (taquara). O que tudo indica é que os bambus eram plantados estrategicamente para servir de algumas finalidades, tais como: proteger as casas de ventos, marcar bifurcações nos caminhos, mas o que mais indica, é que eram plantados em lugares estratégicos para servir de material para a construção de cercas. Em um relato da Dona Angelina e outro relato do Sr.

Alziro, indicam que as taipas de pedras funcionavam de cerca para os criadouros de porcos, as mangueiras. Seguindo essa lógica, nos locais onde as taipas de pedras não chegavam havia a disponibilidade dos bambus para completar o cercado. Essa foi a observação mais lógica registrada em campo para a disponibilidade dos locais onde foram encontradas as malhas de bambu. Nas propriedades 3, 4, 5 e 6 foi encontrado bifurcações de caminhos oblíquos à estrada antiga que faziam ligação até a trilha baixa paralela com o Rio do Boi. Em todos esses caminhos foram encontrados malhas de bambuzais, como se estivem sinalizando. A característica menos encontrada nesse quesito foi a de proteger a casa dos vendavais, mesmo assim na propriedade 2, 3 e 6 foi encontrado artefatos de casas próximos aos bambuzais.

Segundo o Sr. Alziro ele chegou a conhecer 5 engenhos trabalhando ao mesmo tempo. Para encontrar o local onde foram construídos os engenhos segui as indicações propostas pelo Sr. Alziro a fim de encontrar algum vestígio que indicasse a localidade. Dessa forma foi constatado que um engenho (engenho de Carlos José Ribeiro) funcionava próximo a atual casa do Sr. Alziro (vale norte), descrito pelo próprio Alziro. Outro engenho funcionava no caminho (entrada) próximo a bifurcação da estrada antiga para a casa do Sr. Alziro, esse engenho provavelmente era do Sr. Juventino Pacheco e familiares, esses dados também foram passados pelo Sr. Alziro e no local foi encontrado uma fundação de pedra próximo a um córrego indicando a existência de um engenho nesse local. A curiosidade recai sobre as "propriedades" 4 e 5. Na propriedade 4 existe um caminho oblíquo muito bem demarcado (marca funda na terra) que desce desde as taipas da estrada antiga até a parte mais plana da trilha de baixo bem próximo da margem do Rio do Boi. Tudo indica que nessa parte baixa funcionava outro engenho, pois fica num terreno plano e arejado, próximo da água do rio e tem acesso as roças "de cima" via caminho oblíquo. A água

era fundamental pra o manuseio dos engenhos. Entretanto não foi encontrado nenhum artefato que comprovasse a existência do engenho nesse local. Apenas taipas de pedras que mais parecem uma mangueira para porcos. Essa parte da comunidade pertencia, segundo a memória do Sr. Alziro, ao João Maria e Hercílio. Vale ressaltar uma observação colocada pelo Sr. Alziro, no seu mapa de memória, que um dos engenhos era do Sr. Otílio Monteiro. Comprando-se a descrição do mapa de memória do Sr. Alziro com as anotações de campo, tudo indica que a propriedade do Sr. Otílio era a "propriedade" 5. Portanto, o engenho estaria localizado nesse local. Assim recai uma dúvida, ou a propriedade do Sr. Otílio era a "propriedade" 4 (parte baixa da trilha ao qual possivelmente indica o local do engenho), ou em alguma parte da "propriedade" 5 estão alguns artefatos do engenhos que ainda não foram encontrados.

Na "propriedade" 8 foi encontrado artefatos (peças velhas do engenho, telhas, fundações de taipas e utensílios) que compravam a existência de 2 engenhos nesse local. Um engenho mais próximo da "propriedade" 7 e outro mais próximo da grota grande da saída da trilha de escape, separados por aproximadamente 30 m. Dessa forma, hipoteticamente, tem-se os indicativos dos locais aonde estavam instalados os 5 engenhos descritos pelos Sr. Alziro que funcionavam simultaneamente.

Quanto as casas, o Sr. Alziro apontou a existência de pelo menos 11 casas. Com a saída de campo foi possível constatar o local de pelo menos 5 casas e a possibilidade de outras 2. Para essa constatação foi encontrado fundações de pedras, telhas e cepos de madeira aonde eram apoiado o assoalho das casas. Obviamente que essas evidências podem ter sido além de casas, os galpões, pequenos ranchos e ou pequenas oficinas que as famílias possuíam. Não se sabe quantas benfeitorias cada família possuía em cima de sua propriedade, mas como se bem sabe, geralmente, uma

propriedade rural possui mais que uma benfeitoria. Entretanto, nesses locais tudo indica ser os das casas. Outra característica evidenciada, foi de o terreno ser plano, bem localizado próximo as grotas (captação de água) e também próximo a estrada o que facilitaria a instalação de casas.

A característica que mais chamou a atenção nas "propriedades" ou "partes" dividas pelas grotas, foi o fato da existência de taipas de pedras. Exceto nas "propriedades" 2, 3 e 7 que não existem taipas. No entanto, essas "propriedades" possuem as "estradas arrumadas", ou seja, local da estrada aonde era construído uma contenção de pedras, pelo lado de "baixo" da estrada, com a finalidade de conter a erosão do caminho e aplainar o percurso. Nas demais propriedades, foram encontrados além da "estrada arrumada", muros de taipa que, como tudo indica, eram as mangueiras para a criação dos porcos. Existem taipas de vários tamanhos, as menores que não chegam a 10m de comprimento, e as maiores beirando os 50 metros de comprimento. A maior taipa está localizada na margem da estrada antiga da "propriedade" 4. Pelo que parece, essa taipa comparada com a taipa encontrada no final da trilha de baixo "marcam" os limites dessa propriedade (hipótese), ou passam a dimensão de que as mangueiras eram extremamente grandes. Outra curiosidade está na "propriedade" 6. Geralmente as taipas ficavam do lado de "baixo" da estrada antiga, sendo que, conforme o Sr. Alziro, os porcos eram criados pelo lado de baixo e as roças ficavam para o lado de cima da estrada antiga. No entanto nessa "propriedade" existe uma taipa (em bom estado) de aproximadamente 10 m de comprimento que está para o lado de cima da estrada antiga. Essa taipa é a única encontrada pelo lado de cima da estrada.

A propriedade que menos foi encontrado artefatos e vestígios de atividades foi a "propriedade" 7. Nessa, não foi encontrado taipas, nem vestígios de casa e engenho, unicamente, a estrada está bem arrumada com contenções de pedras e aplainada. Essa propriedade pelo que parece era a

menor, pois o espaço entre uma grota (grota 6) e a outra (grota 7) é menor que as demais.

Para a última "propriedade" antes da grota grande 8, é o local aonde existe e foi encontrado mais vestígios. Existe uma possibilidade de que quando as pessoas foram migrando da comunidade, elas foram levando os bens materiais que dispunham e podiam, mas também que, depois da mudança das famílias, houvesse o saque e a retirada de alguns materiais (de ferro) por exemplo, dos engenhos e das casas. Por esse motivo, talvez, é que na "propriedade" 8 foi encontrado o maior número de artefatos. Ou seja, é a "propriedade" mais distante, a que está localizado mais a dentro do vale. Nela existe duas taipas oblíquas a estrada que devem ter aproximadamente 40 m. de comprimento. Na frente dessas taipas, existem as fundações de pedras dos dois últimos engenhos. Em uma rápida vistoria, sem escavações, encontrei 2 panelas de ferro, 5 recipientes de vidro (refrigerante e ao que parece de remédios), 1 engrenagem de ferro do engenho, 1 engrenagem de madeira do engenho, 2 peças de metal do engenho e mais 2 "colunas" de madeira que sustentavam o engenho.

Não foi encontrado lixos, ou seja, algum local aonde eram descartados utensílios não perecíveis utilizados no dia a dia, tais como, plásticos, vasilhas, roupas, ferramentas estragadas, vidros, pregos, parafusos, arames, etc. Isso indica que os moradores levaram tudo o que possuíam, ou sua capacidade de aquisição e armazenamento da cultura material era muito baixo.

Para finalizar, o vestígio mais detalhado ainda são os caminhos. A estrada antiga foi o melhor indício da existência da comunidade do Fundo do Rio do Boi. Ela ainda demonstra a capacidade de locomoção e as ligações que os caminhos mantinham, tais como: a subida para a serra, os caminhos oblíquos de cada propriedade que ligavam a estrada antiga com a trilha de baixo e o Rio do Boi, assim como o caminho localizado na

"propriedade" 2 que ligava a comunidade do Fundo do Rio do Boi à comunidade do Alto da Esperança, próxima ao Morro do Facão. Ao longo de todo o caminho é possível observar os remanescentes de plantas exóticas e frutíferas, provavelmente introduzida pelos grupos familiares, entre elas encontra-se em maior números as bergamoteiras (mexericas), limoeiros, goiabeiras, bananeiras, ananás, ameixeiras, araucárias, laranjeiras e os bambuzais.

Como numa tentativa para descobrir os antigos donos (posseiros), claro que provavelmente essas "propriedade" ao longo desse tempo teve troca de "proprietários" (como pode ser observados nos documentos encontrados no arquivo do parque). No entanto, como um exercício, me propus a comparar o "mapa de memória do Sr. Alziro" com o "mapa das anotações de campo", ao qual resultou, apenas como curiosidade, na seguinte constatação: hipoteticamente a "propriedade" 1 pertencia a Juventino Pacheco e Pacheco Velho; a "propriedade" 2 a Laudilino; a "propriedade" 3 ao Anastácio, Neco, Francisco e a parte baixa ao João Maria e ao Hercílio; "propriedade" 4 ao Tarsilho e Antônio; "propriedade" 5 ao Otílio Monteiro e Zeca; a "propriedade" 6 a Abelo Candinha e Angelino; a "propriedade" 7 ao Agenor Ventura e pôr fim a "propriedade" 8 ao Learcino Candinha e Aldair Ventura. Isso é apenas a título de curiosidade não chegando a conclusão alguma sobre os verdadeiros donos (posseiros) e as concretas medições e tamanhos das "propriedades". O fato mais concreto referente as demarcações das propriedades, suas medições e respectivos proprietários, encontra-se no documento de "levantamento da situação de posses e propriedades do PARNAS" realizado pela COTASUL em 1986 (anexo F).

INVENTÁRIO FOTOGRÁFICO DA DISPOSIÇÃO E PROVAS DAS CASAS, ENGENHOS E CAMINHOS

Bambuzais e Bergamoteira. Foto: Frank Lummertz, 2014.

Vestígios das casas. Foto: Frank Lummertz, 2014.

Cruzamentos. 1 – entrada casa Sr. Alziro; 2 – subida para estrada antiga; 3 – cruzamento propriedade 4; 4 – trilha baixa; 5 – entrada trilha de escape. Foto: Frank Lummertz, 2014.

Peças de engenho, propriedade 8. Foto: Frank Lummertz, 2014.

Estrada antiga. 1 – subida estrada antiga; 2 – propriedade 2; 3 – Propriedade 3; 4 – propriedade 4; 5 – propriedade 5; 6 – detalhe de contenção da estrada; 7 – propriedade 7; 8 – final da estrada propriedade 8. Fotos: Frank Lummertz, 2014.

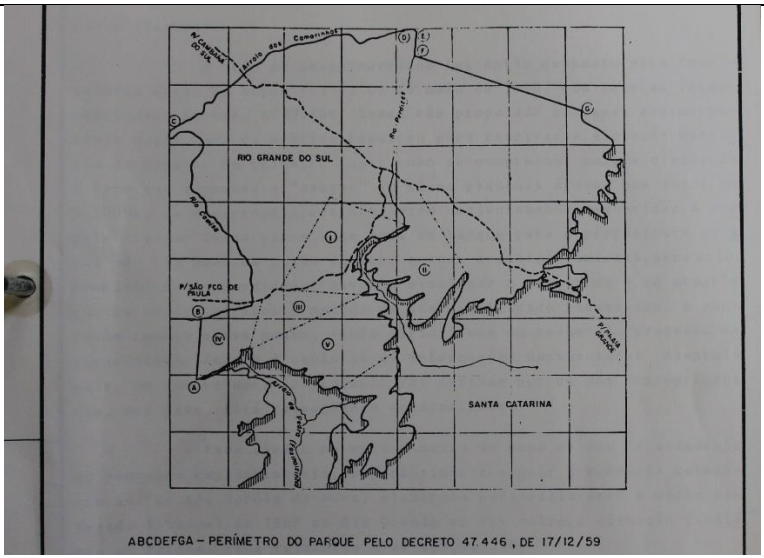
Grotas. Os números nas fotos correspondem a ordem das grotas. Fotos: Frank Lummertz, 2014.

Taipas. A foto 1 corresponde as taipas encontradas a propriedade 6; a foto 2 corresponde as taipas encontradas na propriedade 8. As demais fotos são todas taipas encontradas na propriedade 8. Fotos: Frank Lummertz, 2014.

Utensílios. Todos encontrados na propriedade 8. Fotos: Frank Lummertz, 2014.

Imagens do Sr. Alziro. Fotos: Frank Lummertz, Carolina França, 2013.

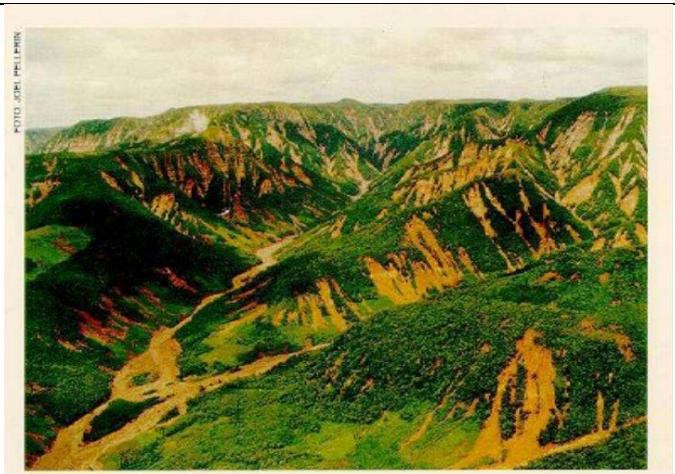
ANEXO D – MAPA DA DIVISÃO EM GLEBAS



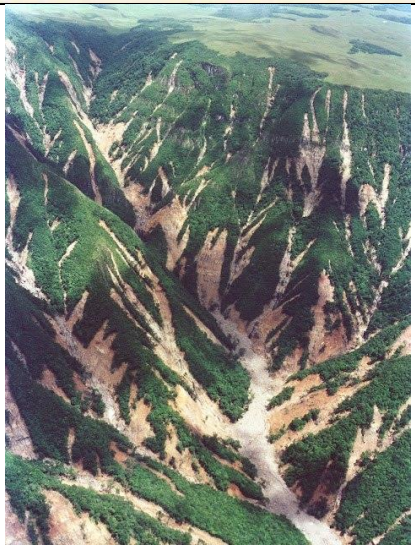
Glebas I, II, III, IV e V

Fonte: Plano de Manejo, 1984.

ANEXO E – IMÁGENS AÉREAS DA ENCHENTE DE 1995 – COSTÕES DA SERRA GERAL

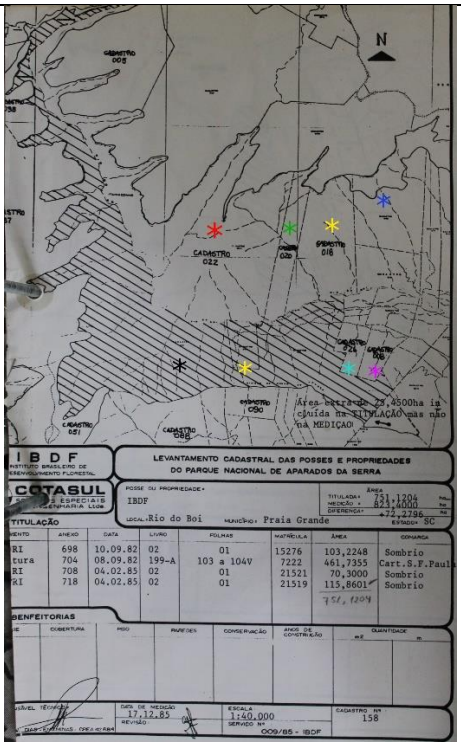


Alto Rio Figueira - Timbé do Sul - Conseqüência da Catástrofe de 23/12/95



Vale dos afluentes do alto rio Pinheirinho – Jacinto Machado (SC)
Fonte: PELLERIN, Joel. Escorregamentos, fluxo de detritos e enchente na Serra Geral no Sul do Estado de Santa Catarina. GeoCiências, LABGEOP, UFSC, 23 de dezembro de 1995.

ANEXO F – LEVANTAMENTO CADASTRAL DAS POSSES E PROPRIEDAS DO PARNAS



Carta de registro das medições e plantas dos cadastros das propriedades e seus proprietários – COTASUL, 1985

LEGENDA:

* 158 – Aldair (Ventura) Martiminiano Ferreira e Agenor dos Santos Ferreira, venderam suas terras ao IBDF em 08/09/1982;

* 018 e 030 – Alziro Borges Ribeiro, vendeu a gleba norte, serra do faxinal (018) ao IBDF em 25/01/1985;

* 026 – Dalracy Alves dos Santos e José Deroni Alves dos Santos.

* 008 – Loy Monteiro dos Santos

* 022 – Abel Esteves de Aguiar (até 1977) comprado por João José de Matos e Antonio Valadares S. Pioner em 1977 e vendido ao IBDF em 1980;

* 020 – Laudilino Ferreira da Rosa, vendido ao IBDF em 10/10/1984;

* 032 – Juventino Procópio Pacheco

006 – Enedir Monteiro dos Santos e Evanir Monteiro dos Santos

016 – IBDF (era de Juventino Procópio Pacheco, vendido ao IBDF em 15 de dezembro de 1982)

---- divisões e demarcações das propriedades